

INTRODUÇÃO

O trabalho de um educador que fez uma opção crítica, criadora, humanista é o de descobrir o viável histórico da sociedade em que ele está e fazer sua obra dentro deste viável, deste possível. Tentando, claro, alargar sempre mais os limites possíveis (Paulo Freire).

As transformações ocasionadas pelas opções tecnológicas e pela transnacionalização da economia, ocorridas com mais intensidade nas últimas décadas, repercutem na vida social; em especial, nas relações de trabalho. Cada vez mais, o sentido de palavras como “flexibilização” pode também ser identificado em traduções, como precarização, fragilização e desemprego crescente, uma vez que esses fenômenos aumentam o contingente dos socialmente excluídos.

Nesse processo, ganha visibilidade o movimento de camadas dos trabalhadores para criar possibilidades reais de geração de trabalho e renda. Trata-se de uma rede de iniciativas no campo popular, cuja característica é fazer frente à crise do trabalho “formal” assalariado por meio da geração de novas formas de produção, trabalho e renda. São diversos ramos de pequenos empreendimentos populares, como cooperativas de trabalho e produção, associações de trabalhadores, empresas familiares de autogestão, entre outras, que constituem o que se vem denominando como economia solidária.

O poder público, de modo geral, tanto em nível federal como estadual e municipal, vem interagindo, procurando estimular tais iniciativas, as quais se apresentam como formas de minimizar os conflitos gerados pelo desemprego. Nesse sentido, as agências governamentais de fomento têm criado programas e destinado verbas para projetos de estímulo à criação de cooperativas, associações, grupos de ajuda mútua (clubes de troca), entre outras.

Concomitantemente, despontam, nos meios acadêmicos, propostas de apoio, assessoria e acompanhamento a esses empreendimentos, como a rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), o rol de Núcleos/Incubadoras da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre

Trabalho (UNITRABALHO), dentre outros, que se têm dedicado à “*incubação*”¹. Justifica-se tal atuação como o resgate do compromisso que a universidade, principalmente a pública, tem para com a sociedade que a mantém. A priori, pode-se dizer que a universidade disponibiliza seu saber técnico e científico estendendo-o à comunidade.

Evidentemente, as estruturas física e humana da Universidade, esta última constituída por seu corpo docente, técnico e discente, são fatores que a credenciam perante as comunidades em que está inserida e que a tornam um canal de interlocução e referência apropriado para integrar o processo de formação de cooperativas e outros tipos de iniciativas de geração de trabalho e renda.

Essa é a ação que a rede de ITCPs e a UNITRABALHO dispunham-se a realizar quando elegeram, há mais de cinco anos, entre seus programas e projetos prioritários, o de Economia Solidária e a rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, destinados a fomentar a implantação de Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares em seus Núcleos Locais.

São escassos os estudos sobre como se dão essas experiências de interação e como se realiza o processo educativo na prática de incubação dos empreendimentos econômicos solidários, envolvendo os trabalhadores e profissionais de diversas áreas do saber acadêmico.

Entendendo que eles fornecem subsídios para se ter uma visão crítica do processo educativo, optamos por centrar a tese de doutorado nesse tema. Nosso interesse nasceu do dilema com que nos deparamos na universidade ao assumir o compromisso de orientação e acompanhamento de alguns grupos de trabalhadores, enquanto integrante, há pouco mais de seis anos, da equipe que compõe o Núcleo/Incubadora da UNITRABALHO na Universidade Estadual de Maringá (UEM), no estado do Paraná. Nesses anos, temos realizado o acompanhamento sistemático de trabalhadores em empreendimentos cooperativos na região metropolitana de Maringá, a qual abrange diversos

¹ Por *incubação* deve-se entender um processo prático educativo de organização e acompanhamento sistêmico a grupos de pessoas interessadas na formação de empreendimentos econômicos solidários, tendo em vista a necessidade de suporte técnico para a realização desses empreendimentos.

municípios (Maringá, Sarandí, Marialva, Mandaguari, Floresta, Mandaguaçu, Paiçandu, Anglo e Ivatuba). Atualmente fazemos parte também do Grupo de Trabalho (GT) do Programa Nacional de Economia Solidária da rede UNITRABALHO, na função de Coordenadora.

Enquanto membro da equipe do Núcleo/Incubadora da rede UNITRABALHO na UEM, na área da Economia do Trabalho e também na condição de docente, há duas décadas, preocupamo-nos com a forma como os sujeitos sociais atuam junto aos trabalhadores. Alguns questionamentos se fazem e, por isso, nos propusemos a estudá-los. Como agentes do processo educativo, portadores do saber teórico que se produz na universidade, nós não temos a prática do trabalho cooperativo no nosso cotidiano. Em face disso, daríamos, de fato, uma contribuição substantiva ao processo educativo, principalmente quanto ao trabalho cooperativo, à autogestão, ao crescente fortalecimento e autonomia dos grupos e quanto ao avanço das conquistas desses trabalhadores?

Cabe dizer que, além disso, os agentes orientadores (educadores) estão impregnados pelos princípios empresariais privados, do trabalho assalariado, dos preceitos educativos que, para gerar uma produtividade sem limites, buscam a eficiência e a eficácia do trabalhador, o qual deve ser eficiente, produtivo e competitivo individualmente. Assim, fica a pergunta: os orientadores estão suficientemente preparados para atuar da maneira desejada na formação de um sujeito cooperativo e solidário, ou seja, estão num processo interativo, também aprendendo, e em que medida isto ocorre?

A rede UNITRABALHO e a rede de ITCPs desenvolveram um projeto em nível nacional, denominado “Incubadores 2001”², cuja preocupação central foi discutir a metodologia de incubação. Como integrante deste projeto, representando o Núcleo/Incubadora da UNITRABALHO na UEM, ficamos ainda mais inquietos quando, ao final, destacaram-se mais as dificuldades dos grupos atendidos em diversos aspectos do que as dificuldades dos agentes incubadores.

² Esse projeto foi operacionalizado por meio de convênio de financiamento firmado pela rede UNITRABALHO com a Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO)², sob a Coordenação Técnica da professora Dra.Sonia M.P. Kruppa, da Faculdade de Educação da USP, dentre outros coordenadores, como o professor Dr. Paul Singer, da Faculdade de Economia e de Administração da USP. O convênio foi encerrado em julho de 2003.

Esse resultado vem corroborar o que tem aparecido em tantas outras discussões e materiais produzidos, nos quais não se questiona o saber e a limitação dos próprios educadores quanto ao trabalho de natureza cooperativa.

Nesta pesquisa, propusemo-nos a observar os limites intrínsecos do processo de construção de conhecimentos por meio da ação educativa entre orientadores (educadores) e trabalhadores cooperados (educandos)³ na prática de incubação dos empreendimentos econômicos solidários. O trabalho, cujo objetivo foi encontrar, nessa relação educativa, subsídios que alteram o conhecimento teórico-prático acadêmico, bem como o conhecimento e as condições de trabalho e vida dos trabalhadores que se propõem a formar seus próprios empreendimentos coletivos, foi encaminhado na perspectiva da complexa interação entre trabalho coletivo, autogestão e relações sociais e econômicas vigentes.

Concebemos o conhecimento adquirido no processo prático de incubação de empreendimentos econômicos solidários dos trabalhadores como uma práxis inerente ao conjunto complexo de atividades de caráter técnico e social em sua interação com o conhecimento teórico e conceitual, orientado por objetivos. Trata-se, por isso, de um processo pedagógico educativo, que deve ser criativo, de ação coletiva e modificador da realidade.

O processo é criativo em decorrência do próprio meio de sua execução. Os caminhos são construídos com avanços e recuos, erros e acertos e muita imprevisibilidade, experimentação e indeterminação quanto ao próprio resultado. Há nessa ação educativa uma certa gestação interna, subjetiva, do conhecimento teórico e de sua realização efetiva: as modificações ocorrem na própria objetivação da teoria e dos conceitos, em razão da dificuldade ou facilidade dos trabalhadores (educandos) e dos próprios educadores para conhecer previamente, antes da sua construção na atividade prática, o produto final. O conhecimento ou os novos saberes são gerados por meio da vivência, ou seja, das ações interativas entre educadores e educandos. É um processo de adaptação que se

³ Quando utilizamos os termos trabalhadores, catadores, cooperados, associados, educandos, estamos tratando de cidadãos trabalhadores e nos referindo a homens e mulheres indistintamente.

constrói na prática: estuda-se, reavalia-se e volta-se à ação, criando-se, recriando-se. O ato de conhecer é, assim, resultado de tudo isso em um só tempo.

A práxis é coletiva porque não se esgota numa relação interpessoal ou individual, mas, coletivamente, os sujeitos procuram compreender uma dada realidade, produzindo ou recriando saberes. Trata-se de uma inter-relação entre educadores e educandos, entre a equipe de educadores e entre os grupos de educandos, cujo resultado é uma objetivação do sujeito prático coletivo.

É modificadora da realidade porque, como prática pedagógica, atua no nível dos conteúdos de consciência e conduta. Requer, enquanto processo objetivo, a transformação da realidade, ou seja, não se limita apenas à contemplação. Implica, entre outras mudanças, que a prática do trabalho individual, autônomo, ou sob as determinações do capital privado (assalariado) se transforme em trabalho cooperativo, controlado por meio da autogestão coletiva. Implica a mudança ou adaptação na aplicação dos próprios instrumentos teóricos/científicos ou conceitos usados pelos educadores. Propicia, portanto, circunstâncias modificadoras do homem e das coisas, ao mesmo tempo em que é modificada por elas. Desta forma, o educador educa e, simultaneamente, é educado.

O processo educativo fornece, assim, aos educandos trabalhadores instrumentos para o desenvolvimento de uma certa autonomia econômica e política e alguma condição para enfrentar melhor as contingências da vida e tornar-se, autonomamente, um sujeito mais solidário. Os educadores, por sua vez, têm condições de entender os limites de seu conhecimento na interação com o saber popular trazido pelos trabalhadores e conscientizam-se da necessidade de (re) aprender nessa prática interativa. Isso se deve ao fato de que os saberes são distintos, mas não opostos; trata-se de uma relação em que um saber não é superior nem inferior ao outro, mas se conjugam de forma a humanizar, elucidar e desvelar as relações entre os sujeitos na sociedade capitalista.

Todos nós, seres humanos, por estarmos imersos no tecido social, dependemos em grande medida de processos educativos para nossa vida, ou seja, estamos sempre “vivendo e aprendendo”. Adotamos, portanto, a concepção

de que os conhecimentos são produzidos pelos próprios seres humanos e que a relação de conhecimento é uma relação entre sujeito e objeto, que a relação com o mundo não é individual e imutável, mas coletiva e social (CORTELLA, 2003).

Na mesma linha de concepção, partilhamos com o que já dizia Freire (1994, p.80): “a vocação humana é a de saber o mundo através da necessidade e do gosto de mudar o mundo. (...) só que esse é um saber de que somos sujeitos, inventores, criadores e um saber que não termina; um saber que acompanha o processo individual e social das pessoas no mundo”. É clara sua idéia de que somos seres inacabados: “Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele” (1996, p.53).

As respostas ao problema da pesquisa foram sendo construídas ao longo dela e evidenciam pontos positivos, avanços na direção da ação educativa; evidenciam também alguns aspectos de tensão e conflito que podem se tornar objeto de uma releitura do processo educativo, tanto para os educandos como para os educadores.

Os resultados do estudo e da pesquisa estão organizados em sete capítulos, nos quais procuramos articular a parte bibliográfica e a pesquisa de campo.

O primeiro capítulo é dedicado a um breve histórico da economia solidária no Brasil: o surgimento do conceito e seus antecedentes. Com base em uma síntese de como ela está constituída no cenário brasileiro, discutimos os mitos e as perspectivas que em torno dela se criaram.

No segundo capítulo, em que tratamos da rede UNITRABALHO e de sua forma de operar nas universidades, dedicamos especial atenção a um dos seus programas, o de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável, no qual estão inseridas as Incubadoras universitárias. Vamos nos deter em apresentar a forma de operar de uma das Incubadoras da rede, a da Universidade Estadual de Maringá (UEM), como ali se organiza e operacionaliza internamente o trabalho e, ao mesmo tempo, como se concebe o processo de incubação dos empreendimentos econômicos solidários.

No terceiro capítulo, abordamos teoricamente o processo de construção de conhecimento por meio da práxis, de forma a nortear a discussão sobre a construção de conhecimento no processo de incubação dos empreendimentos econômicos autogeridos e sobre seus efeitos.

No quarto capítulo, descrevemos a trajetória de formação da Coopermaringá e da Cocarema, as duas cooperativas dos trabalhadores oriundos do lixão aberto da região metropolitana de Maringá, bem como as condições de trabalho ali desenvolvidas e o processo de saída dos trabalhadores daquele local. A ênfase recai sobre as ações desenvolvidas no processo de incubação desses dois empreendimentos.

O quinto capítulo contém a análise de alguns indicadores do perfil dos trabalhadores nas duas cooperativas que foram objeto da pesquisa de campo, bem como da origem e condições sócio-econômicas da família.

O sexto capítulo é dedicado à análise dos dados colhidos na pesquisa de campo junto aos trabalhadores cooperados. Apreendemos o ângulo de seu olhar, como eles descrevem o trabalho na cooperativa em comparação com o anterior no lixão, o que aprenderam, quais são suas expectativas em relação às cooperativas, que conseqüências teve esse trabalho em suas vidas, qual é sua avaliação sobre os educadores da incubadora.

O sétimo capítulo é dedicado ao olhar do educador sobre o processo de incubação dos empreendimentos. Analisamos as entrevistas concedidas pelos educadores da Incubadora e discutimos o processo educativo na prática de incubação.

Analisamos seu aspecto criativo, que envolve o conhecimento teórico-prático e a interação entre saber acadêmico e popular, cuja complexidade passa por uma relação dialógica na qual acontece a educação do próprio educador.

Enfocamos também a prática de incubação como ação coletiva, que envolve a equipe multidisciplinar da incubadora e os próprios trabalhadores nessa complexa interação entre educadores (equipe incubadora) e educandos (trabalhadores cooperados). Analisamos as dificuldades e facilidades dos

cooperados para assimilar e colocar em prática as orientações no processo de incubação, em especial, seu aspecto coletivo e solidário.

Ainda nesse capítulo, a análise das entrevistas permite desenvolver a idéia de que o processo de incubação é uma ação modificadora da realidade. Identificamos, pela ótica do educador, os efeitos educativos e transformadores desse processo, tanto para ele próprio, como para o educando. Identificamos também como eles vêem a autonomia dos trabalhadores em relação aos educadores da Incubadora universitária.

Nas considerações finais, discutimos, de forma sintética, algumas evidências que a pesquisa nos permitiu observar. Apontamos: a importância da incubadora na universidade, uma vez que, por meio dela, há uma interação com os trabalhadores cooperados, os quais têm acesso a um conhecimento que dificilmente teriam de outra forma; os efeitos positivos que advêm dessa ação para o meio acadêmico e para os trabalhadores; a complexidade do processo de incubação dos empreendimentos, a relação interativa e dialógica que necessariamente ele implica e os esforços significativos que demanda por parte dos educadores e educandos para atingir os objetivos propostos. Como esse processo educativo modifica as circunstâncias, os homens e as mulheres na sua maneira de ser e agir. Mostramos que existem dificuldades de ambas partes, que muitas barreiras são rompidas ao passo que outras ainda não, mas que é inegável a construção e a reconstrução de conhecimentos para os atores envolvidos em vários aspectos. Os educadores despertam para outra forma de ver o mundo, o processo estimula sua autocrítica como educador e pessoa, enriquece e modifica sua forma de ensinar e leva-o a praticar a multidisciplinariedade. Estimula a associação entre ensino, pesquisa e extensão na universidade. Os educandos também mudam a forma de pensar e agir. Sentem-se mais seguros, respeitados e *empoderados* para interagir na sociedade em que vivem. Passam a dispor de cidadania, de autonomia para exercer a autogestão e melhorar sua qualidade de vida.

Objeto e problema da pesquisa

Com base nas reflexões, na literatura e na vivência das práticas realizadas no contexto da economia solidária, podemos afirmar que os empreendimentos econômicos solidários emergem na busca dos trabalhadores por uma atividade prática de produção, cujo resultado seja a geração de renda.

Nossa preocupação nessa investigação não foi apenas focalizar a alternativa de produzir e gerar renda pela via da organização dos trabalhadores. Pretendemos também enfocar a produção de conhecimentos, o processo educativo que ocorre na prática de incubação de empreendimento cooperativista. Este processo é responsável por levar o trabalhador (educando) a uma mudança de mentalidade que lhe permita produzir de forma autogestionária, o que significa abandonar a perspectiva individualizada adquirida ao longo dos tempos e assumir a dimensão do coletivo. Pretendemos, assim, descobrir em que medida o orientador (educador) está suficientemente preparado para a orientação e interação na perspectiva do fazer coletivo. Para melhor focar esse objeto, definimos como universo a ser investigado, duas cooperativas atendidas pelo Núcleo/Incubadora UNITRABALHO da UEM. Foram objeto da pesquisa de campo 100% dos cooperados e 60% dos integrantes da equipe da incubadora.

A busca por autonomia e inclusão econômica implica que o trabalhador cooperado adquira a compreensão e vivencie os princípios fundamentais do cooperativismo, de organização e de autogestão. Este é o caminho para a consolidação da democracia no interior do empreendimento cooperativista. Trata-se de um processo de educação⁴ que o orienta a abandonar a perspectiva de produção individualizada adquirida anteriormente e internalizar a dimensão do trabalho coletivo e da autogestão.

Adotando-se novas estratégias, pensando em novas soluções, objetiva-se criar uma nova realidade. Nesse processo educativo do trabalhador, que é

⁴ Segundo a Lei de Diretrizes da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), o termo educação tem um sentido amplo: “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (LDB, Art. 1º).

orientado e acompanhado por uma equipe multidisciplinar de orientadores (educadores), ocorre uma construção e uma recriação de conhecimentos, que leva os cooperados a terem um domínio do que seja o trabalho coletivo, a adquirir conhecimentos organizacionais (financeiro, contábil, etc.), comerciais, tecnológicos e práticos, de maneira a poderem caminhar por si e resolver os entraves do seu cotidiano.

Não se trata apenas de uma educação diferenciada, mas principalmente de conduzir a uma mudança de mentalidade quanto ao trabalho individualizado para o qual o trabalhador sempre foi preparado, levando-o a assumir uma perspectiva crítica e o compromisso da autogestão coletiva. É uma tarefa que tem o sentido de valorizar o saber acumulado dos trabalhadores e acrescentar conhecimentos básicos para a autogestão de seu empreendimento.

Como podem, porém, os orientadores, sem criar dependência e de forma bidirecional e participativa, levar o grupo de trabalhadores a desenvolver um sentido de convergência e solidariedade que lhes permita permanecer unidos mesmo diante das adversidades e, além disso, colaborar para o seu crescimento, com técnicas, idéias e propostas de solução para problemas que invariavelmente surgem? Ou seja, o saber acadêmico/científico entra em interação com o saber popular sem criar dependência?

Como veremos, não existem soluções prontas, mas cabe aos agentes orientadores (educadores) a mediação interativa nesse processo de transformação. Será que eles estão em condições reais de proporcionar essa interação? A vivência cotidiana de trabalho e educação do orientador (educador) na universidade permite, no processo de incubação, ensinar o trabalho cooperativo e lidar com o ato de avançar e de recuar que tais práticas coletivas impõem?

A cultura capitalista gerou uma sociedade individualista, cética quanto ao trabalho cooperativo e coletivo, tornando difícil trabalhar com a idéia de socialização do conhecimento. Foram séculos de favorecimento do individual sobre o coletivo e de desconfiança no outro. Vivemos num mundo competitivo, em

que o saber, sob a forma de poder, impede que as informações sejam serenamente coletivizadas.

Nesse sentido, o esforço conjunto, tanto dos trabalhadores quanto da própria equipe de orientadores, é imenso e deve ser constante para reverter o quadro que impregnou a consciência dos indivíduos de forma a transformar o outro em rival, nunca em aliado. É preciso, como diz Rech (1999), resgatar esta capacidade de interação e buscar formas de fazer funcionar os mecanismos que efetivamente levem à compreensão das relações humanas e a uma síntese das inevitáveis contradições vinculadas ao comportamento pessoal, à subjetividade e às diferenças existentes entre as pessoas que participam dessas iniciativas coletivas. Em outras palavras, é necessário encontrar uma forma de administrar as diferenças, não renegando suas aspirações individuais, mas realizando seus desejos de forma conjunta, em cooperação.

Portanto, as trocas de experiências tanto poderão contribuir para a resolução de alguns entraves do cotidiano dos trabalhadores cooperados como servirão de motivação para os agentes orientadores e pesquisadores elaborarem, a partir de conhecimentos teóricos, uma prática diferenciada. Trata-se de unir “saber científico” a “saber popular” numa tentativa de mudança da prática cotidiana.

Objetivos

O objetivo principal da pesquisa é analisar a relação educativa dos orientadores (educadores) com os trabalhadores cooperados (educandos), tendo em vista as experiências realizadas pela assessoria técnica e o acompanhamento sistemático do processo de incubação por técnicos, professores e acadêmicos universitários, de diversas áreas do conhecimento. A proposta é observar: a) as dificuldades e os limites intrínsecos da relação orientadores-trabalhadores cooperados na consecução do processo de incubação dos empreendimentos econômicos solidários; b) a criatividade e a complexidade da interação do trabalho

coletivo nessa prática de incubação, bem como os pontos de tensão e conflito que ocorrem no processo de educação e construção de conhecimentos.

Uma vez que o processo educativo voltado para os empreendimentos solidários esbarra nos obstáculos dos próprios mecanismos sociais secularmente construídos pela forma de produção capitalista, pensamos que grande parte das dificuldades enfrentadas nesse tipo de atividade pode ser tributada a esses mecanismos. Porém, uma grande parte delas pode ser tributada à própria relação educacional entre as partes envolvidas. Dependendo da atuação dessas partes, pode-se construir, ou não, uma relação educacional dinâmica, compromissada, típica da práxis conceituada neste trabalho, a qual, se bem conduzida, pode funcionar como uma espécie de neutralização desses obstáculos e resultar em uma experiência inovadora.

Trata-se, portanto, de investigar na pesquisa de campo e bibliográfica, as seguintes questões:

a) a relação entre agentes orientadores (educadores) e trabalhadores cooperados (educandos) na prática educativa do processo de incubação dos empreendimentos econômicos solidários contribui para a alteração do conhecimento teórico-prático dos orientadores e para a mudança de mentalidade dos trabalhadores, levando-os a adquirir conhecimentos sobre o trabalho coletivo, a autogestão, a solidariedade e sobre princípios organizacionais e comerciais no interior dos empreendimentos cooperativos?

b) embora as suas práticas cotidianas na universidade ainda sejam muito distantes desse tipo de ação, os agentes orientadores (educadores) encontram-se preparados para o saber-fazer coletivo no processo educativo de formação de um sujeito cooperativo e solidário?

c) os trabalhadores cooperados (educandos) adquirem autonomia em relação aos orientadores (educadores) no processo educativo na prática de incubação dos empreendimentos econômicos solidários?

d) a vida social do trabalhador apresenta ou não mudanças, depois de ele se tornar cooperado?

Procedimentos metodológicos

Tendo em vista o objeto e os objetivos da pesquisa, definimos o universo a ser investigado: duas cooperativas atendidas pelo Núcleo/Incubadora UNITRABALHO na UEM e uma parte da equipe da mesma Incubadora, que representa 60% dela. Os levantamentos de dados secundários foram feitos junto à própria Incubadora e na sede nacional da UNITRABALHO, incluindo o Banco de Dados nela existente. Também utilizamos dados da Pesquisa do Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (SIES) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), além de fontes bibliográficas.

A pesquisa aplicada foi um estudo de caso, cuja abordagem quantitativa e qualitativa envolveu a Incubadora e as duas cooperativas a ela vinculadas. O critério de escolha dessas duas cooperativas está ligado ao fato de que elas foram as primeiras a serem atendidas pela Incubadora, ou seja, são as mais antigas.

Os questionários foram estruturados de forma a identificar o grau de apreensão pelos trabalhadores cooperados (educandos), dos conteúdos ministrados e das práticas realizadas durante o período de incubação das cooperativas. Com o mesmo fim, foram também realizadas entrevistas com dirigentes de cada cooperativa, no caso, um presidente e um vice-presidente. Na Incubadora, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os orientadores (educadores), para identificar seu ponto de vista a respeito das dificuldades e do aproveitamento, tanto as suas, na condição de orientadores, como as dos cooperados (educandos).

O projeto da pesquisa foi submetido ao Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (COPEP), na Universidade Estadual de Maringá, e recebeu parecer favorável.

A pesquisa de campo, iniciada em novembro de 2003 e concluída em março de 2004, foi realizada com o universo de cooperados de cada uma das cooperativas. Na estruturação do questionário, contamos com a ajuda de duas professoras, uma pedagoga e outra estatística, ambas da Incubadora. O questionário foi devidamente testado antes da aplicação definitiva junto a quatro cooperados, sofrendo alguma remodelação. Em seguida, foram aplicados pessoalmente, com a ajuda de três acadêmicos que compõem a equipe da Incubadora. A orientação e o treinamento prévios dos acadêmicos também foram feitos com a ajuda das professoras mencionadas.

O questionário, composto por questões abertas e fechadas, tinha a finalidade de levantar, de forma qualitativa e quantitativa, o perfil sócio-econômico desses trabalhadores e detectar seus níveis de apreensão e desenvolvimento dos conteúdos relacionados a cooperativismo, autogestão e prática do trabalho coletivo. As entrevistas e a aplicação dos questionários foram feitas sempre nas próprias cooperativas, no horário de trabalho dos cooperados, individualmente e precedida de bate-papo informal, de maneira a não gerar nenhum tipo de constrangimento, e aproveitando os intervalos de descanso para não prejudicar o trabalho nas cooperativas.

Com os agentes orientadores (educadores), a pesquisa foi realizada durante os meses de novembro e dezembro de 2004. As entrevistas, com roteiro pré-estruturado, foram realizadas pessoalmente e de forma a identificar as dificuldades no processo de incubação, em especial na prática educativa, bem como os limites do referencial teórico a respeito do trabalho coletivo e da autogestão, visto serem estes, uma dimensão extremamente complexa do processo educativo. Com a permissão dos entrevistados, elas foram gravadas.

Os entrevistados são da equipe de orientadores que compõem o Núcleo/Incubadora UNITRABALHO na universidade. Os critérios utilizados para selecionar os entrevistados foram: primeiro, que pertencessem à equipe

multidisciplinar da incubadora; segundo, que representassem as categorias que realizam o trabalho de incubação na prática, ou seja, que a amostra fosse composta pelo menos por um professor, um técnico e um acadêmico; terceiro, que todos tivessem acompanhado os dois empreendimentos desde o início do processo de incubação.

Considerando que, nesse processo, a representatividade e responsabilidade maiores pesam sobre o professor, optamos por dois professores, dois técnicos (um deles é integrante dos trabalhos de incubação, mas do quadro funcional da prefeitura) e um acadêmico. São eles:

- 1) a primeira professora, que denominei como “E”, tinha 45 anos, era professora doutora na UEM; sua área de formação e atuação era Administração de Empresas; estava no Núcleo/Incubadora fazendo incubação desde 1999⁵;
- 2) a segunda, denominada como “C”, tem 45 anos, é professora doutora na UEM; sua área de formação e atuação é Sociologia; está no Núcleo/Incubadora desde 1998 e desenvolve trabalhos de incubação desde 1999;
- 3) a primeira técnica, identificada como “MC”, tem 40 anos, é advogada de profissão e exerce a função de técnico em assuntos educacionais na UEM; trabalha no Núcleo/Incubadora desde 1998 e com incubação desde 1999;
- 4) a segunda técnica, identificada na pesquisa por “R”, tem 33 anos, é socióloga de profissão; exercia, na Prefeitura Municipal de Maringá, o cargo de confiança na função de assessora desde fevereiro de 2001 e estava no projeto de Inclusão social e formação de cooperativas – Convênio UEM/PMM desde o início;

⁵ A referida professora faleceu após o meu Exame de Qualificação em dezembro de 2005.

- 5) a acadêmica, denominada na pesquisa por “MA”, tem 49 anos, é psicóloga de profissão e tem vínculo institucional com a Incubadora como acadêmica da pós-graduação, nível de mestrado; há dois anos está atuando no Núcleo/Incubadora, diretamente com os grupos atendidos.

A pesquisa documental abrangeu: trabalho de natureza bibliográfica, inclusive na internet, sobre a temática economia solidária, cooperativismo popular, educação, incubação de empreendimentos econômicos solidários e outros que se fizeram necessários; busca de dados e informações constantes nos Relatórios de Atividades e documentos oficiais do Núcleo/Incubadora da UNITRABALHO/UEM, da UNITRABALHO sede nacional, São Paulo, do SIES/MTE, no Banco de Dados gerados pelo Projeto “Incubadores 2001” (UNITRABALHO/ICCO) e Banco de Dados da rede UNITRABALHO; dados e informações divulgados pelas agências de pesquisas oficiais, além de informações resultantes de experiências concretas nessa área temática.

Definição operacional da pesquisa

Foram considerados os seguintes aspectos para operacionalizar as pesquisas:

- a) Processo de incubação - considerado como processo de construção de conhecimentos por meio da ação educativa interativa/dialógica desenvolvida entre os orientadores (educadores) e os trabalhadores cooperados (educandos) no processo de constituição e funcionamento do seu empreendimento, ou seja, incubação da cooperativa, em que se dá o relacionamento entre saber popular e os conhecimentos teóricos ou saberes acadêmicos/científicos.

- b) Concepção de educação - educação ou processo educativo que acontece fora dos contextos propriamente escolares⁶.
- c) Agente orientador (educador) - integrante da equipe do Núcleo/Incubadora da UNITRABALHO na UEM, composta por professores, técnicos e acadêmicos que interagem no processo de incubação com os cooperados.
- d) Trabalhador cooperado (educando) - trabalhador pertencente à cooperativa.
- e) Local da pesquisa - o “estudo de caso” ocorreu na Incubadora da UEM e em duas cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos localizadas na Região Metropolitana de Maringá no Estado do Paraná:
- 1) Cooperativa Maringá de Materiais Recicláveis e Prestação de Serviços (Coopermaringá), com 4 anos e 5 meses de incubação em referência a 8/2005.
 - 2) Cooperativa de Reciclagem de Maringá (Cocarema), com 3 anos e dois meses de incubação em referência a 8/2005.
- f) Universo da pesquisa - constituído por 24 cooperados da Coopermaringá, 16 cooperados da Cocarema, 2 professoras, 2 técnicas e uma acadêmica da equipe da Incubadora.
- g) Instrumental de investigação
- No caso dos trabalhadores cooperados:
- aplicação de questionário estruturado (anexo 2) e entrevista aberta (no caso dos dirigentes) aplicados aos cooperados no próprio local de trabalho, a cooperativa. A pesquisa foi feita com a participação da pesquisadora e ajuda de três acadêmicos que compõem a equipe de orientadores da Incubadora.

⁶ Já definida em nota anterior.

No caso dos orientadores:

- entrevista com roteiro pré-estruturado (anexo 3), aplicada pela pesquisadora.

Capítulo I

BREVE HISTÓRICO E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

1.1. Conceito

A economia solidária é um conceito utilizado amplamente no Brasil e em muitos outros países. Os outros nomes e significados variados com que vem sendo praticada têm em comum a idéia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza a sociedade capitalista. O termo refere-se aos empreendimentos urbanos ou rurais, organizados com base na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão. Estas organizações de produtores, consumidores e de créditos diferenciam-se por estimular e praticar a solidariedade entre seus membros, bem como por optar pela autogestão de seus empreendimentos. A autogestão, entendida como aquela em que o trabalhador detém a posse dos meios de produção e o poder de decisão, organização e controle do processo produtivo, é operada com base na paridade de direitos e de decisão sobre o destino do excedente produzido.

A cooperativa é a forma clássica de empreendimento econômico solidário, à qual se aplicam as regras da autogestão. Os empreendimentos envolvem predominantemente trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, desempregados ou em vias de desemprego, trabalhadores do mercado informal, subempregados e empobrecidos. A economia solidária vem se transformando em um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda.

1. 2. Antecedentes

A economia solidária, tal como é praticada no século XXI, tem como antecedente principal o cooperativismo operário que surgiu em reação à Revolução Industrial durante o século XIX. Entre os pensadores da época, que estruturaram a filosofia que fundamenta o cooperativismo em todo o mundo, destacam-se: Robert Owen (1771-1858), Willian King (1786-1865), Charles Fourier (1772-1837), Philippe Buchez (1796-1865) e Louis Blanc (1812-1882). Apresentando-se como uma forma de resistência à sociedade daquele momento, esta filosofia instituiu uma outra maneira de processar a economia, o qual teve como base o trabalho e a distribuição equitativa do excedente adquirido e não a acumulação individual do dinheiro a partir da exploração do trabalho do outro.

O cooperativismo preocupou-se com o aprimoramento do ser humano nas suas dimensões econômicas, sociais e culturais. O sistema de cooperação econômica⁷ apareceu historicamente junto com o capitalismo, mas, com base na filosofia já mencionada, construiu-se a idéia de um sistema coletivo mais adequado, participativo, democrático e mais justo para atender às necessidades e aos interesses específicos dos trabalhadores.

Portanto, o cooperativismo funcionou como um sistema e as cooperativas como unidade econômica e espaço de convívio e transformações. Desde então, a cooperação praticada nos empreendimentos coletivos norteia-se pelos princípios originários do cooperativismo, que são: adesão livre e voluntária, controle democrático pelos sócios, participação econômica dos sócios, autonomia e independência, educação, treinamento e informação, cooperação entre cooperativas e preocupação com a comunidade. Isto pressupõe interesse em construir novas atitudes, transformar práticas e vislumbrar a transformação de relações de trabalho e sociais.

A origem das cooperativas remonta a 1760 na Inglaterra, quando os trabalhadores fundaram moinhos de cereais em base cooperativa. Em 1769

⁷ Referimo-nos aqui ao processo que Marx (1980, p. 374) chama de cooperação, ou seja, “a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos”.

apareceu a cooperativa de consumo dos tecelões de Fenwick e, em 1795, a Oldham Co-operative Supply Company. Na França, em 1823, já existiam 160 associações que dariam origem às futuras cooperativas operárias de produção.

Entretanto, a primeira cooperativa moderna foi a de consumo, criada na Inglaterra em 1844 pelos 28 tecelões em Rochdale-Manchester como uma forma de defesa econômica dos trabalhadores no contexto do capitalismo concorrencial. Esta primeira cooperativa fundou a doutrina cooperativista, cujos fundamentos, vigentes ainda hoje, eram pautados nos princípios morais e de conduta já sistematizados pela filosofia. Foram eles que orientaram a estrutura e as regras gerais de seu funcionamento, registradas no Estatuto da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale.

De forma quase simultânea, surgiram também outros dois ramos de cooperação: o de crédito na Alemanha e o de produção na França. As primeiras cooperativas de trabalho surgiram na França e foi ali que elas apresentaram maior grau de desenvolvimento. Mais tarde elas apareceram na Itália e na Inglaterra (CULTI, 2000).

As cooperativas continuaram se desenvolvendo em número crescente de países, mas, ao longo do tempo, a autogestão foi deixada de lado, não só pelo próprio êxito econômico do cooperativismo, que ao crescer dificultava a democracia participativa, mas também pelo próprio desinteresse dos seus membros, uma vez que, a partir dos anos 1870, “a situação da classe trabalhadora começou a mudar: os salários reais aumentavam nas fases de alta do ciclo de conjuntura, o direito à organização sindical e à greve começou a ser reconhecido e as primeiras bases do estado de bem-estar foram aprovadas” (SINGER, *apud* CATTANI, 2003, p.121). Dessa maneira, as transformações sociais, como diz Singer (2003, p.122), “reconciliaram o proletariado com sua situação de assalariados”, fazendo com que a maioria dos trabalhadores perdesse o entusiasmo pela autogestão e mais: “o emprego assalariado do operário passou a ser condição social invejável”, bem como condição de cidadania e “objeto de desejo da grande massa dos excluídos”. Assim, o cooperativismo se transformou em modalidade de empresa participativa, na qual, cada vez mais, a participação

efetiva dos sócios tornava-se formal e esvaziada do sentido e da prática da autogestão.

A “reconciliação” da classe trabalhadora com o assalariamento percorreu um longo caminho, fortaleceu-se depois da Segunda Guerra Mundial, com a redução da taxa de desemprego durante a chamada “Era de Ouro” do capitalismo, mas retrocedeu novamente na primeira metade dos anos 1980 com as políticas iniciadas por Thatcher (Inglaterra) e Reagan (EUA). Esta nova forma da política, denominada mais tarde de neoliberalismo, provocou, de forma abrangente, a redução do estado de bem-estar, da renda, dos salários e, principalmente, do nível de emprego, precarizando as relações de trabalho.

Seguem na mesma direção as alterações que se sucedem na organização da base produtiva e administrativa empresarial, passando pela conhecida Administração científica (*taylorismo* e *fordismo* - que separou trabalho manual e intelectual) até a implementação do método japonês de gestão participativa chamado *toyotismo* ou organização flexível. Esta forma de gestão difundiu-se rapidamente pelo mundo, concomitantemente com a revolução microeletrônica e das comunicações, substituindo gradativamente o trabalho degradante e, em sua maioria, desqualificado, rotineiro e repetitivo do sistema anterior por uma forma em que o operário, apesar de aparentemente ter mais autonomia em relação à chefia, precisa ser polivalente e alcançar as metas fixadas pela alta administração.

É nesse novo contexto, em que a restauração do quase pleno emprego e dos direitos sociais é um horizonte que não se consegue mais enxergar, que vemos ressurgir a economia solidária nas suas variadas formas.

1.3. Cenário Brasileiro

O Brasil, país que nasce e se desenvolve segundo as tendências do sistema colonial por pelo menos três séculos, recebendo as influências das economias mais desenvolvidas, sempre teve uma boa parte da população excluída do sistema de produção: esses trabalhadores excedentes representavam

oferta de mão-de-obra barata. Apesar dos movimentos reivindicatórios, nos quais repercutiam os movimentos internacionais dos trabalhadores, o Brasil nunca alcançou o nível e o estado de bem-estar social das economias mais avançadas.

Assim, neste país de economia originariamente agroexportadora, cujos pobres sempre foram deixados à própria sorte ou acolhidos nas *work house*, nos termos de uma política assistencialista, o cooperativismo surgiu na última década do século XIX como uma promoção das elites econômicas e políticas. Não foi, portanto, um movimento originado na classe trabalhadora, a exemplo das economias européias, mas imposto de cima, por meio da importação de formas cooperativas externas, as quais foram adequadas aos interesses das elites políticas e econômicas, em especial, a agrária. Esse modelo cooperativo, mesmo tendo importado os princípios de Rochdale, efetivou-se em favor de uma minoria possuidora de capital. Não se tratava de um movimento social de conquista dos trabalhadores ou de construção de uma fórmula associativa, mas de uma política de controle social e de intervenção estatal (RIOS, 1989).

As cooperativas de consumo foram organizadas, em sua maioria, por patrões, e as agrícolas, pelo Ministério da Agricultura, com o objetivo de fomentar a produção. Outras foram constituídas por fazendeiros e usineiros ricos para facilitar a sua própria produção.

As primeiras cooperativas foram fundadas por volta de 1887, como a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, em Campinas (SP), e a Sociedade Econômica Cooperativa dos Funcionários Públicos de Minas Gerais. Em 1902, surgiram no Rio Grande do Sul as primeiras caixas rurais.

Até 1930 o cooperativismo no Brasil caminhou muito lentamente. A crise econômica mundial estimulou a emergência de cooperativas, especialmente as agrícolas no sul do país, e levou o governo a se interessar pelo cooperativismo e a considerá-lo como instrumento de política agrícola. Foi a partir de 1932, com a implantação do Decreto nº 22.239, do governo Getúlio Vargas, que se regulamentou a organização e o funcionamento das cooperativas, verificando-se um surto relativamente apreciável do cooperativismo brasileiro. A partir de 1945, o governo passou a oferecer vários incentivos materiais e fiscais às cooperativas e,

em 1951, foi criado o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), extinto no governo Collor. A partir de 1966, o cooperativismo perdeu muitos incentivos fiscais e liberdades já conquistadas, o que levou ao fechamento de muitas cooperativas (SCHNEIDER,1982).

Apesar das dificuldades encontradas, o sistema cooperativo brasileiro apresentou-se como setor forte e relevante à época do governo Médici, cujo Decreto-Lei 5.764 de dezembro de 1971 vem regulando o funcionamento das cooperativas até hoje. Ele criou também a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), órgão nacional de representação das cooperativas de todos os ramos existentes no Brasil.

A crise pela qual passou o *fordismo*, provocada pelos limites técnicos e pelo descontentamento dos trabalhadores com as condições de produção, encontrou solução nas novas tecnologias automatizadas, denominadas como *neofordismo*, *toyotismo* ou organização flexível. No Brasil, a utilização da nova base técnica foi uma forma encontrada pelo capital para conseguir superar a crise em que se viu a produção no final da década de 60 e início dos anos 70. Nesta nova fase, não só a velocidade do ritmo do trabalho foi ampliada, como também cresceu a substituição da força de trabalho pela automação microeletrônica. O novo sistema de produção flexível também facilitou a identificação das funções de cada empresa nos territórios geográficos, cujas vantagens comparativas seriam superiores, e impulsionou o processo de globalização econômica, ou seja, intensificou a internacionalização da vida econômica, social, cultural e política. Entretanto, este processo de internacionalização da economia é tão desigual quanto o próprio desenvolvimento capitalista.

Após a crise do *fordismo*, a mudança na base técnica, ocorrida primeiramente nas economias mais desenvolvidas, provocou o rompimento da relação entre capital e trabalho estabelecida no pós-guerra com base na estabilidade do emprego, proteção social e aumento real do salário, o que significou, como mencionado anteriormente, uma quebra da “reconciliação” entre proletariado e assalariamento. Após esta ruptura, segundo Marques (1989), uma

nova relação entre capital e trabalho foi estabelecida, segundo as novas condições produtivas.

Esta relação caracteriza-se pela exclusão do mercado de trabalho de um segmento importante da força de trabalho, pela transformação de parte da força de trabalho empregada em trabalhadores precários e pela introdução de uma proteção social que garanta apenas níveis mínimos de benefícios (MARQUES, 1989, p. 86).

Desde então, a precariedade nas relações de trabalho vem se manifestando, como no resto do mundo, na diminuição dos contratos de trabalho por tempo indeterminado, no surgimento e crescimento dos contratos de curto prazo ou inexistência de contratos, na adoção do trabalho em tempo parcial ou prazo determinado e na intensificação do trabalho, seja dos que se mantêm empregados ou daqueles que ficam no mercado informal de trabalho. Como conseqüência do desemprego crescente, é visível a massa dos socialmente excluídos em todo o mundo, mas, obviamente, em proporções diferentes nos países desenvolvidos e nos subdesenvolvidos, ou seja, essa massa é maior nos segundos.

Bauman (2002, p.170-8) faz uma leitura sociológica muito reveladora desse processo. Segundo ele, parece (grifo nosso) haver um “desatamento entre capital e trabalho”, mas os trabalhadores são dominados de uma maneira nova, a flexibilidade é o slogan do dia e a vida de trabalho está saturada de incertezas. As incertezas são de um tipo inteiramente novo: não se pode repeli-las ou lutar unindo forças, discutindo, etc., tendo em vista que os sindicatos perderam espaço e forças para fazer a defesa solidária da classe trabalhadora e política, como fizeram na época da “modernidade sólida”. Na “modernidade líquida”⁸, os trabalhadores de rotina (linha de montagem) são os mais dispensáveis e, por isso, não se comprometem com o trabalho, com a empresa e com os colegas de trabalho. É uma reação natural, dado que, com a flexibilização, esperam a demissão a qualquer hora. Para os chamados trabalhadores do topo da pirâmide o espaço tem pouca ou nenhuma importância: eles são voláteis e estão sempre em movimento em diferentes espaços e tempos.

⁸ Sobre “modernidade sólida” e “modernidade líquida”, verificar especialmente capítulos 3 e 4 de BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Estes trabalhadores tomam a precariedade como valor e a instabilidade como imperativo; usam nova linguagem para as ações, como a cultura de redes na engenharia e influências para se referir a controle, liderança e gerência. Tudo isso, segundo o autor, não implica divórcio entre capital e trabalho, mas enfraquecimento dos laços. Ocorre nesta esfera o mesmo que no casamento: este se transformou em “viver juntos”, o que inclui a “suposição de transitoriedade da coabitação e da possibilidade de que a associação pode ser rompida a qualquer momento e por qualquer razão, uma vez desaparecida a necessidade ou desejo”; no geral, o desengajamento é unilateral (BAUMAN,2002, p.171). Ele diz ainda que o comportamento das pessoas modificou-se: a confiança em si mesmo, nos outros e nas instituições, que na sociedade capitalista moderna foi a característica mais importante, desapareceu. Nenhuma pessoa racional pensa no longo prazo ou espera passar toda a vida ou parte dela numa mesma empresa. As organizações estão sendo freqüentemente desmontadas, reduzidas e reengenheirizadas e, deste modo, projeções para o futuro raramente ocorrerão, pois não se tem o “pé firme no presente” como disse BAUMAN citando BOURDIEU (2002, p.151).

Portanto, o que vemos neste cenário são novos movimentos sociais em várias áreas, os quais pretendem beneficiar a sociedade civil e as gerações futuras. Tiveram grande repercussão nos anos 1970/80 os movimentos de ampliação da cidadania e dos regimes democráticos, surgindo diversas organizações não-governamentais (ONGs) que absorvem trabalho voluntário e assalariado. Em meio a esse movimento, nasceu o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)⁹.

⁹ O IBASE foi criado em 1981. Sua missão é a construção da democracia, combatendo desigualdades e estimulando a participação cidadã. Entre os temas e campos de atuação que julga prioritários estão o Fórum Social Mundial, alternativas democráticas à globalização, participação da sociedade civil no espaço público, monitoramento de políticas públicas, democratização das cidades, segurança alimentar, economia solidária e responsabilidade social e ética nas organizações. O público para o qual suas ações estão direcionadas é composto por movimentos sociais populares; organizações comunitárias; agricultores(as) familiares e trabalhadores sem terra; lideranças, grupos e entidades de cidadania ativa; escolas, estudantes e professores(as) da rede pública de ensino fundamental e médio; rádios comunitárias e experiências em comunicação alternativa; formadores(as) de opinião nos meios de comunicação de massa; parlamentares e assessores(as); gestores(as) de políticas públicas.

No caso específico da geração de trabalho e renda, os trabalhadores buscaram se organizar em associações, cooperativas, clubes de troca ou redes não monetárias, empreendimentos autogeridos e familiares.

Multiplicaram-se as iniciativas de geração de trabalho e renda com base na forma solidária e associativa, chamando a atenção de setores da sociedade civil, do poder público e entidades de classe, as quais vão criando organizações que se colocam como apoiadoras ou agregadoras dessas iniciativas. No nível do Governo Federal atual, é notório o estímulo à criação de empreendimentos de caráter cooperativo.

Podemos enumerar várias organizações agregadoras e apoiadoras das atividades econômicas coletivas que se engajam ou nascem em maior medida a partir dos anos 1980-90. Algumas surgem por meio de órgãos ligados à igreja, como a rede da Igreja Católica de atuação social brasileira (Cáritas)¹⁰ e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)¹¹. Outras organizações, como a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias (ANTEAG)¹², o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST)¹³, a Agencia de Desenvolvimento Solidário (ADS)¹⁴, a Confederação dos

¹⁰ A CÁRITAS é uma rede internacional da Igreja Católica de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. Organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi criada em novembro de 1956. Atua junto à população excluída, muitas vezes em parceria com outras instituições e movimentos sociais.

¹¹ A Fase foi fundada em 1961. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Com mais de 40 anos de atuação, é reconhecida como uma instituição sempre presente na trajetória das lutas da sociedade brasileira e enraizada nos principais movimentos sociais e políticos.

¹² A ANTEAG é um órgão de representação das empresas de autogestão, criada em 1994 e destinada à produção e à difusão de conhecimento e informação sobre processos gerenciais em um contexto multidisciplinar a serviço dos interesses dos trabalhadores em empresas autogeridas. O trabalho da ANTEAG objetiva viabilizar projetos de autogestão. Se os trabalhadores estão dispostos a assumir o controle coletivo da empresa, ela desenvolve o projeto. A decisão é dos trabalhadores e a execução do projeto se dá em parceria com ela. Nos últimos dez anos, a ANTEAG esteve presente em 640 empresas em situação de falência ou pré-falimentar em diversas regiões do País.

¹³ O MST surgiu formalmente, em 1984, como organização de trabalhadores rurais, expulsos da terra ou sob ameaça de perdê-las em razão da expansão da mecanização e da grande agricultura empresarial e pecuária e também das expropriações decorrentes da construção da hidroelétrica de Itaipu, nos limites do Brasil com o Paraguai. Os trabalhadores organizam-se em cooperativas para produzir e comercializar.

¹⁴ A ADS foi formada em dezembro de 1999, com representação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos (DIEESE) e UNITRABALHO, com a missão de promover a constituição, fortalecimento e articulação de empreendimentos autogestionários,

Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)¹⁵, o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS)¹⁶, a Federação das Cooperativas de Trabalho (FETRABALHO)¹⁷, aparecem diferenciando-se por Estados da Federação.

Em 2001, formou-se o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)¹⁸ no seio do Fórum Social Mundial (FSM), para ser um interlocutor junto ao Governo Federal e outras instâncias. No ano de 2003, a economia solidária ganhou destaque com a criação, em nível federal, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), cujo objetivo foi formular e articular políticas de fomento à economia solidária, o que denota terem havido múltiplas práticas desenvolvidas nas últimas décadas. Em 2004, também foi criada a União e Solidariedade das

buscando a geração de trabalho e renda, através da organização econômica, social e política dos trabalhadores, inserindo-os num processo de desenvolvimento sustentável e solidário.

¹⁵ A CONTAG é uma entidade sindical camponesa que representa os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados, permanentes ou temporários; dos agricultores familiares, proprietários ou não, dos sem-terra e, ainda, daqueles que trabalham em atividades extrativistas. Foi criada em 22 de dezembro de 1963, na cidade do Rio de Janeiro. Na época existiam 14 Federações e 475 Sindicatos de Trabalhadores Rurais. O reconhecimento oficial da CONTAG ocorreu no dia 31 de janeiro de 1964, por meio do Decreto Presidencial nº 53.517. Representa 15 milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais, organizados em 25 Federações Estaduais e 3.630 Sindicatos, que compõem o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR).

¹⁶ O PACS foi criado em 1986, dedicado ao Desenvolvimento Solidário que trabalha com pesquisa socioeconômica e educação e tem sede no Rio de Janeiro. A proposta do PACS é colocar o trabalho e a criatividade de sua equipe a serviço dos movimentos sociais, das entidades eclesiais, dos governos populares, dos grupos de produção associada (cooperativas, empresas autogestionárias, associações, grupos informais e escolas de trabalhadores), das escolas públicas e de outras organizações de desenvolvimento solidário na tentativa de pensar a economia de forma diferente e dar um outro rumo ao nosso sistema sócio-econômico.

¹⁷ A FETRABALHO surgiu em alguns Estados, como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais, até 1997.

¹⁸ O FBES foi criado em 2001 para articular e mediar a participação nacional e das redes internacionais da Economia Solidária no I Fórum Social Mundial (FSM). O Grupo de Trabalho Brasileiro de ES (GT Brasileiro) constituiu-se por organizações e redes de uma diversidade de práticas e segmentos da economia popular solidária: campo, cidade, práticas diminutas, práticas complexas, igreja, bases populares, bases sindicais, universidades, movimentos sociais populares, práticas governamentais, práticas de apoio ao crédito, práticas de redes de informação, vínculos às bases nacionais, vínculos às redes internacionais. As 12 Entidades e Redes Nacionais de Fomento que em momentos e níveis diferentes participam do GT Brasileiro são: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Auto-Gestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/Concrab); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED).

Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária do Brasil (UNISOL)¹⁹ para representar os empreendimentos da economia solidária. Foi mais um salto que fez aumentar sua visibilidade e propiciou a articulação e o conseqüente fortalecimento dos empreendimentos da economia solidária.

O envolvimento das universidades tem sido importante na construção e apoio às iniciativas da economia solidária e, em razão de sua capacidade de pesquisa e extensão, na elaboração teórica e na execução de atividades práticas nas Incubadoras universitárias, com envolvimento de professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos. As Incubadoras são espaços de aprendizado e também de observação e reflexão sobre essa economia solidária que ressurge. Podemos citar, nessa área, as ITCPs e a rede UNITRABALHO²⁰.

Estas instituições todas surgem porque há uma demanda crescente de trabalhadores, induzida ou não por políticas públicas, que buscam formar, pela via do coletivo, Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), os quais estão se multiplicando em todo o País. Por outro lado, à medida que se tornam espaços de troca de experiências em autogestão e autodeterminação na consolidação desses empreendimentos, elas desempenham um papel importante: ajudam a consolidar estratégias para conectar empreendimentos solidários de produção, serviços, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares que possibilitam um movimento de realimentação e crescimento conjunto auto-sustentável. Algumas, como as Incubadoras universitárias e agências financiadoras, como a Fundação Banco do Brasil (FBB), estão empenhadas e orientam os EES sobre a necessidade de se integrarem aos planos locais e regionais de desenvolvimento e se inserirem em mais cadeias e arranjos produtivos locais para o seu fortalecimento e crescimento.

¹⁹ A UNISOL Brasil, criada no final de 2004, é constituída e dirigida pelos sócios-trabalhadores das cooperativas e empreendimentos filiados e tem por finalidade organizar, representar e articular em nível nacional as cooperativas, associações e outros empreendimentos autogestionários da economia solidária, resgatando e provendo a intercooperação, a igualdade social e econômica, a dignidade humana e o desenvolvimento sustentável.

²⁰ As ITCPs foram criadas em importantes universidades públicas, hoje em torno de 16 incubadoras. Também a UNITRABALHO, criada em 1996, assiste empreendimentos de trabalhadores através dos Núcleos/Incubadoras locais distribuídos em 36 universidades em todo o país. A Rede UNITRABALHO, como um todo, interliga atualmente 90 universidades e instituições de ensino superior, que se agrupam em sete regionais e seus respectivos Núcleos locais multidisciplinares.

Alguns resultados concretos já estão aparecendo. Exemplo disso são os projetos que, apoiados pela FBB com outros parceiros, se desenvolvem nas cadeias produtivas da apicultura, cajucultura, fruticultura tropical, mandiocultura, recicláveis e outras, bem como no desenvolvimento local, como o Projeto Berimbau, entre outros. Essas iniciativas denotam que a economia solidária tem e demonstra potencial para atingir um estágio mais avançado na sua forma organizacional e tecnológica²¹.

As instituições apoiadoras e agregadoras também desempenham um importante trabalho de educação e qualificação dos trabalhadores por meio do processo de incubação dos empreendimentos e dos cursos e seminários voltados para a autogestão, solidariedade, trabalho coletivo, entre outros temas. Desta forma, orientam as ações, tanto no nível individual como no coletivo e social.

Portanto, a economia solidária e as Instituições apoiadoras buscam maneiras de gerar trabalho e renda de forma coletiva e solidária sem, no entanto, estar fora do sistema econômico capitalista.

Apesar da representatividade que a economia solidária vem adquirindo, especialmente na última década, não se tem ainda no Brasil uma estatística ou um recenseamento sistemático e abrangente acabado em nível nacional, que possibilite dimensioná-la, demonstrando a totalidade e a variedade de tipos de empreendimentos solidários existentes, bem como seus beneficiários.

Um levantamento amplo e inédito da economia solidária no Brasil foi realizado pela UNITRABALHO, no período de 1999-2003, em nove Estados brasileiros (SP, MG, DF, RS, CE, SC, PE e PA), cujos resultados foram publicados integralmente em 2004²². Houve um outro levantamento, realizado em 2001/2002 e finalizado em junho de 2002, oriundo do Projeto “Incubadores 2001”, que

²¹ Para conhecimento de experiências nesse aspecto, ver os sites: www.fundacaobancodobrasil.org.br, www.cidadania-e.com.br, www.unitrabalho.org.br, www.desenvolvimentolocal.org.br.

²² Essa primeira pesquisa de base nacional sobre o tema buscou fazer uma reconstrução histórica da economia solidária nos Estados pesquisados, bem como a descrição do perfil dos empreendimentos e as condições de formação e de crescimento. O conceito utilizado como parâmetro de referência para identificar os empreendimentos girou em torno de oito princípios que estariam internalizados na compreensão e na prática das experiências associativas: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social. Os resultados da pesquisa deram origem ao livro: GAIGER, Luiz Inácio. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

envolveu a rede de ITCPs e UNITRABALHO e foi financiado pela Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO). Seu objetivo principal foi o de sistematizar metodologia de incubação em 23 incubadoras/núcleos no país.

Um mapeamento da economia solidária no Brasil, o SIES, foi organizado no MTE pela SENAES, com apoio do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e já dispõe de alguns resultados. O sistema levanta informações dos EES e das entidades de apoio, assessoria e fomento.

As informações parciais da primeira e segunda fase²³ indicam 13.455 empreendimentos cadastrados. Destes, 6.055 no nordeste, 3.229 no sul, 1.480 no norte, 1.615 no sudeste e 1.076 no centro-oeste do país; ou seja, quase a metade (45,0%) deles localiza-se no nordeste, em segundo lugar está o sul (24,0%) e em terceiro e quarto, o sudeste (12,0%) e o norte (11,0%). Os dados também indicam que mais da metade dos empreendimentos (55,0%) está organizada na forma de associações, 27,0% são grupos informais, 14% cooperativas e 4,0% distribuídos entre empresas autogestionárias, redes/centrais e outras formas. A atividade econômica predominante desses empreendimentos, segundo os registros, é a agricultura (39,0%), em seguida a produção (indústria, artesanato, confecção e outras (27,0%), o setor de prestação de serviços (11,0%) e, com menor representatividade (abaixo de 10%), as atividades de comercialização/troca, extrativismo, crédito/fundo rotativo, consumo e outras. Nesse mapeamento já foi identificado, também, um total de 869 entidades de apoio que atuam na economia solidária em todo o país.

Existe também implantado e ainda sendo alimentado por meio das Incubadoras que compõem a rede UNITRABALHO um Sistema de Banco de Dados²⁴, com informações das Incubadoras, dos empreendimentos e dos beneficiários dos EES acompanhados por elas. As informações parciais mostram

²³ Informações colhidas em novembro/2005, disponíveis nessa data no site: www.sies.tem.gov.br, foram trabalhadas e agregadas pela pesquisadora. As informações sofrem alterações constantemente, uma vez que o site ainda está sendo alimentado. Em abril/2006 foi lançado pelo MTE/Senaes o "Atlas da Economia Solidária no Brasil" e nele se observa que as distribuições permaneceram equivalentes.

²⁴ A busca das informações no Sistema Banco de Dados e sua sistematização são da pesquisadora.

que existiam, em novembro de 2005, 167 EES acompanhados pelas Incubadoras, com 10.411 beneficiários dos empreendimentos.

Segundo esse levantamento, os empreendimentos e seus associados estão distribuídos, predominantemente, em 6 (seis) ramos de atividades econômicas. O que tem maior participação é o setor de produção (indústria de confecção, de polpa de frutas, doces, medicamentos fitoterápicos entre outras), representando 23% do total dos empreendimentos. Em segundo lugar, estão os setores agrícola-agropecuário-agroindustrial e de prestação de serviços, com 21,0% e 20,0% respectivamente. O terceiro e o quarto segmentos econômicos são os de artesanato com 14,0% e o de extrativismo (pesca, silvicultura, mineração e outros) com 12,0%. Por último, o de resíduos sólidos com 9,5% do total dos empreendimentos. Os empreendimentos estão organizados principalmente em cooperativas, com algumas centrais de comercialização (cooperativas de 2º grau), associações, grupos informais de produção e empresas autogestionárias. Os dados indicam também que os rendimentos mensais, tanto de homens quanto de mulheres, giram em torno de 1,5 salário mínimo.

O perfil dos beneficiários, considerando apenas uma amostragem de 30%, compõe-se de 50,7% de homens, 98,2% têm documentos pessoais, 35,6% não têm escolaridade ou têm pouca (72,4%), incluindo os com ensino fundamental incompleto, 81,2% não estão estudando e 80,5% possuem experiência em outra ocupação.

Um dado relevante da representatividade das cooperativas é apresentado pelo Sistema estatístico da OCB. Considerando a Legislação cooperativista, as da economia solidária podiam se filiar à OCB. Só em 2004 foi criada a UNISOL como sistema cooperativo que organiza as cooperativas de economia solidária. No rol das cooperativas filiadas à OCB, constam as cooperativas de trabalho, podendo-se observar o processo de crescimento dessas cooperativas na década de 90²⁵. Considerando-se todos os ramos²⁶, em 1990, os registros indicaram a existência

²⁵ Dados obtidos do Núcleo de Banco de Dados da OCB – dezembro/2003, pelo site: www.ocb.org.br

²⁶ Ramos considerados pela OCB em dezembro/2003: Agropecuário, Consumo, Infraestrutura, Educacional, Trabalho, Habitacional, Crédito, Saúde, Mineral, Produção, Turismo e Lazer, Especial e Transporte de Cargas e Passageiros.

de 3.440 cooperativas e, em 12/2003, 7.355. Dentre os 13 ramos de cooperativas existentes a partir de 1996, as cooperativas de trabalho cresceram mais que outros ramos e, depois de 1998, superaram, deixando em segundo, terceiro e quarto lugar, respectivamente, as cooperativas agropecuárias, de créditos e de saúde. De todos os ramos, apenas as de trabalho apresentaram crescimento significativo durante a década, continuando até 2003.

Em síntese, depreende-se que as cooperativas de trabalho estão crescendo e ganhando espaço e importância no sistema cooperativista. Está em fase final de discussão no Brasil, por meio de um Grupo de Trabalho-GT/Marco Jurídico, uma proposta de regulamentação específica para as cooperativas de trabalho, dentro do FBES com apoio da SENAES/MTE, uma vez que, em razão de sua especificidade, os EES demandam uma legislação mais adequada à sua realidade, inclusive tributária.

1.4. Perspectivas da economia solidária

A economia solidária vem despertando interesse crescente e motivando diferentes interpretações graças ao seu crescimento e à multiplicação de experiências. O debate ocorre no cenário nacional e internacional entre os teóricos e atores sociais interessados no tema, especialmente os intelectuais ligados as universidades, que vivenciam as ações de acompanhamento e assessoria aos empreendimentos e trazem o olhar e a capacidade crítica de análise e organização que faltam às diversas instituições e entidades de apoio e fomento à economia solidária.

Na América Latina, o debate, para a maioria dos autores²⁷, está ligado ao contexto da crise econômica e conseqüente exclusão social, uma vez que as formas de economia popular surgem no contexto do desemprego, da

²⁷ Entre os autores, podemos citar: Luiz Razeto (Chile), José Luiz Coraggio (Argentina), Aníbal Quijano (Peru), Orlando Nuñez Soto (Nicaragua). Uma síntese da discussão de cada um pode ser vista no texto: Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária, de Gabriela Cavalcanti Cunha, publicado no livro de SOUZA, André Ricardo de e DAKUZAKU, Regina Yoneko (Orgs.). **Uma Outra Economia é Possível: Paul Singer e a Economia Solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.

informalidade, da precarização, entre outras condições que caracterizam o mundo do trabalho nos países latino-americanos.

Singer (2000), em seus escritos ao longo do tempo, nos indica que a economia solidária não é nova. Suas formas clássicas formadas por unidades produtivas autogestionárias datam do século passado e o fenômeno ressurgiu no contexto de crise, desemprego e exclusão social que caracteriza a realidade brasileira desde a década de 1980:

A economia solidária ressurge, de forma esparsa na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990 (SINGER, 2000, p. 25).

Ele afirma também que a economia solidária não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanhou como uma sombra em toda a sua evolução: “o modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadoria. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos” (SINGER, 2000, p.7-28).

As abordagens desenvolvidas por Gaiger (2004), ao analisar os resultados da pesquisa que realizou em nove Estados brasileiros, como já foi citado, chamam a atenção para a diversidade de caminhos e soluções que estão expressos na economia solidária e para as opções teórico-conceituais “ligeiramente diferentes” adotadas pelos pesquisadores. Porém, em suas constatações históricas sobre a economia solidária e as marcas que ela deixou ou pode vir a deixar no desenvolvimento atual e futuro da sociedade brasileira, o autor deduz que a existência de empreendimentos econômicos solidários nada tem de corriqueiro, trivial, e tampouco é um reflexo previsível diante da crise do mercado de trabalho.

Segundo ele, a pesquisa indica que a adoção de formatos cooperativos não necessariamente está relacionada à pretensão de provocar reviravoltas no padrão de vida dos indivíduos, de realizar alguma ambição política ou de contestar o modelo de sociedade. Mesmo sem essa intencionalidade, eles podem responder a necessidades de proteção dos indivíduos em face do rolo compressor dos grandes poderes econômicos.

As circunstâncias isoladas ou conjugadas que levam ao surgimento dos empreendimentos revelam a existência de setores, organizações ou lideranças populares com experiência em práticas associativas, comunitárias ou de classe. Essas experiências favorecem a implementação de práticas econômicas associativas compatíveis com a economia popular. A presença de entidades e grupos de mediação (apoiadores, assessores, etc.) aptos a canalizar as demandas dos trabalhadores para alternativas associativas e autogestionárias também favorece a formação dos empreendimentos. Os efeitos concretos da redução do emprego na vida dos trabalhadores e a formação de um cenário político que reconhece a relevância das demandas sociais, oriundas de longo caminho já percorrido, que coloca a economia solidária para o debate da sociedade, são também fatores facilitadores.

Ainda segundo Gaiger (op.cit, p.379), na formação de sujeitos populares ativos e organizados, misturam-se necessidades e vontades, (grifo nosso) “conhecem-se poucos atalhos... e muitos desvios”, mas observa-se também a escolha consciente do solidarismo. Quando reafirmado diante de outras opções, este “passa a ser o principal motor do empreendimento, a razão mesma pela qual não sucumbe às dificuldades de permanecer autogestionário e cooperativo”, ou, visto de outro modo, os trabalhadores “não se rendem às comodidades de retornar às formas de vida econômica antes praticadas, nas quais os laços solidários ficam mitigados ou dissolvidos”.

Logo, de seu ponto de vista,

Torna-se questionável e no limite contraproducente a insistência em explicar a economia solidária a partir dos movimentos do capital e em buscar neles os fatores preponderantes, senão suficientes, dos movimentos do trabalho. Um melhor caminho seria focalizar as análises na história dos trabalhadores, no seu passado de experiências, de organização, de liderança, nas suas expectativas e no seu senso prático (GAIGER, 2004, p. 379).

Ele considera conveniente, portanto, distinguir, de modo geral e em cada situação particular, os diferentes fatores que intervêm, que favorecem o surgimento dos empreendimentos econômicos solidários.

De um lado, aponta “*forças negativas*” – mudanças objetivas que diminuem ou até mesmo anulam as opções de vida econômica habituais dos trabalhadores, às quais podem somar-se ainda razões subjetivas, que os levam a rejeitar as soluções habituais e somente suportá-las na falta de outras. De outro lado, menciona “*forças positivas*” que favorecem a adesão dos trabalhadores às propostas associativas, em razão das vantagens materiais que apresentam ou porque formam e sedimentam convicções subjetivas, fortalecendo o futuro dos empreendimentos diante de adversidades, expandindo seu efeito irradiador e multiplicador. A presença do agente externo (apoiadores, assessorias, etc.) é apenas uma variável a mais, uma vez que anteriormente já deve ter entrado em cena um conjunto de situações que diminuem a possibilidade de caminhos convencionais ou os tornam menos preferíveis; ou ainda que, ao longo do tempo, levam os trabalhadores a formar a convicção de buscar alternativas.

O autor afirma que a pesquisa possibilitou conhecimentos concretos para que se evitem generalizações, uma vez que indica diferenças quanto “às origens, aos protagonistas, aos objetivos e ao conteúdo social das experiências de economia solidária” (2004). Ele afirma que existem na economia solidária

(...) iniciativas que representam a introdução de novas relações sociais de produção, virtualmente anticapitalistas; há iniciativas que expressam a ressurgência de práticas de economia popular, com elementos de reciprocidade e solidariedade, como tais não capitalistas; há por certo também iniciativas que se limitam a paliativos, a soluções de resistência diante das forças negativas de não integração, exercidas pelos movimentos do capital (GAIGER, 2004, p. 398).

Afirma também que:

Em certos casos e em grau variável, os empreendimentos econômicos solidários provam a viabilidade de uma outra lógica social de produção e de outra relação à materialidade, já não encerrada em si mesma, mas integrada a outros domínios e a outras interações da vida cotidiana dos trabalhadores, dando-lhes outros sentidos. É da rotina que os empreendimentos penem para desenvolver novas formas de gestão e de participação, enquanto atendem aos quesitos de rentabilidade e de competitividade exigidos pelo mercado. No entanto, (...) tais fatos não retiram as evidências de que uma síntese entre aquelas duas ordens de exigência é possível. Associação e cooperação funcionam como esteio da eficiência produtiva da empresa solidária, de sorte que os princípios

solidários e os requisitos para a produção de benefícios materiais e não materiais podem conjugar-se e reforçar-se mutuamente” (GAIGER, 2004, p.399-400).

Por fim, o coordenador da pesquisa conclui que algumas perspectivas parecem estar fora de cogitação. Entre elas, “a que aposta na replicação progressiva e contínua dos empreendimentos solidários, a ponto de algum dia predominarem e em seguida dominarem globalmente a economia” (GAIGER, 2004, p.400) uma vez que as iniciativas decorrem de um conjunto de circunstâncias específicas, não generalizáveis para a sociedade. Da mesma maneira, “fica sem chão o imaginário de uma conversão geral das práticas econômicas para os princípios solidários” (GAIGER, 2004, loc.cit.) embora estes venham adquirindo força por serem uma real alternativa diante das crises e contradições do capitalismo. Essas perspectivas estão fora de cogitação não apenas em razão de suas fragilidades, mas porque a idéia de uma sociedade futura como uma nova totalidade, homogênea e dotada de um único princípio organizador carece de argumentos consistentes, ao menos no limiar histórico em que vale a pena formular hipóteses. Tampouco há sentido em defender o crescimento da economia solidária em ilhas ou guetos protegidos, nos quais estariam salvaguardados os seus princípios, até que a maturação de suas práticas viabilizasse sua abertura ao mundo externo.

O que ele considera possível de se vislumbrar “é a adoção de um novo sistema de regulação, que garanta aquela coexistência conflitual em condições mínimas de equilíbrio, fato a ser conquistado por uma deliberação política da sociedade, uma escolha entre caminhos possíveis” (GAIGER, 2004, p. 401).

Buscando um pouco o debate internacional, nos reportamos a Laville (2001), o qual, em uma mesa redonda na França sobre a economia solidária e seus caminhos futuros, afirmava que, até aquela data, a chamada lei do mercado era relativa. Como comprovação dessa afirmativa, referia-se à expressão já adquirida pelas práticas de economia solidária ou social, seja pela via do comércio eqüitativo ou mais justo, seja pelas redes de autoprodução e de trocas e serviços

de proximidade. Demonstrava, com números, a dimensão²⁸ desse movimento na França, na União Européia e outros países que fizeram parte de um estudo de Johns Hopkins.

Já faz algum tempo, numerosos cidadãos exprimem, de fato, a vontade de promover uma 'economia humana'. Como reação ao discurso dominante que pretende nos fazer acreditar que a economia obedece a leis eternas – sobretudo a famosa 'lei do mercado' - sobre as quais não teríamos nenhum controle, as iniciativas da economia solidária visam, através de uma atitude ativa, que cidadãos se reapropriem de uma parte das atividades de produção, de divisão e de troca (LAVILLE, 2001, p.1).

Pela composição atual das bases produtivas, relacionais e de auxílio e isenções ou subvenções dadas às empresas, o mercado hoje é plural. Há, portanto, uma promoção de “economia humana” que combina “estado-mercado-sociedade”.

Ele chama a atenção para o fato de que muitas iniciativas podem ser uma reação contra a “mercantilização” e o “unidimensionamento” que invadem a vida cotidiana das pessoas, a qual, durante muito tempo, foi organizada no âmbito da

²⁸ Com relação ao comércio, destaca que “60.000 voluntários estão implicados em 15 países europeus e 4.000 empregos foram criados em 3500 lojas do mundo, e a taxa média de crescimento é de 20% por ano”. Na França, em 1998, as redes de trocas recíprocas de saberes, já tinham de 20.000 a 25.000 membros, dos quais 60% eram mulheres. Essa prática que concorre “para aumentar a autonomia, a qualificação, a construção simbólica do ego na esfera particular e para facilitar a integração, a qualificação social e a civilidade na esfera pública (...) estimula as aptidões dos seus participantes”. Com base em dados fornecidos em particular pela Banque de France et la Commission de controle des assurances, diz que a “economia social emprega na França aproximadamente 1.800 milhão de pessoas, ou seja, mais ou menos 7% da população ativa (74.400 nas sociedades mutualistas de seguro saúde e aposentadoria, 1.230.000 nas associações e 343.670 nas cooperativas) e representa aproximadamente 6% do PIB”. Acrescenta que essa não é uma especificidade francesa, visto que “mais de 30% da população européia são membros de uma organização ou de uma empresa que dependem da economia social. Em 1990, a União Européia contava com 1.267.968 estruturas (1.150.446 associações, 103.738 cooperativas e 13.784 mutualistas) representando 5.255.000 empregos”. Menciona o estudo de Johns Hopkins que, referindo-se a oito países (Alemanha, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido, Suécia e Hungria), “pôs em evidência o fato de que as organizações sem fins lucrativos ali empregavam em 1990, 12 milhões de pessoas em equivalente tempo integral, isto é, aproximadamente, em média, 3,4% do emprego total. Tal proporção não parece dever diminuir a curto prazo, quando sabemos que no decorrer dos anos 80, na Alemanha, nos Estados Unidos e na França, 13% dos empregos criados o foram por associações. Por outro lado, no conjunto dos oito países lembrados, o orçamento total das associações eleva-se a 3 bilhões de francos, ou seja, em termos de despesas correntes, 3,5% do PIB” (ARCHAMBAULT, E. **Lê Secteur sans but lucratif: une perspective internationale**. Revue des Études Coopératives, Mutualistes, Associatives, nº 261(59), 3º trimestre de 1996, p.36-47 *apud* LAVILLE, 2001). Ainda segundo o autor, “os bancos-cooperativas, com seus 36 milhões de associados e seus 91 milhões de clientes, detém de fato, 17% do mercado bancário europeu (21% na Alemanha, 37% na França, 34,6% na Finlândia (...)), enquanto as cooperativas e as mutualistas de seguro deteriam quase 30% do mercado da Europa do Oeste” (**Le Monde Économie**, 28 de setembro de 1999 *apud* LAVILLE, 2001). Alega que para além desses números, “as especificidades das associações e das empresas da economia social residem em critérios de gestão nitidamente distintos dos adotados pelo setor privado tradicional. De fato, o objetivo dessas empresas não é o de obter as margens mais elevadas possíveis, mas de satisfazer pelo menor custo e da melhor maneira possível seus conveniados ou seus associados”.

família e do Estado. Agora, a vida passa a ser explorada por grupos privados, entre os quais figuram especialmente a prestação de serviços às pessoas, no campo da educação, da saúde, da ação social e do meio ambiente: o “mercado tende assim a invadir a intimidade das pessoas”.

Preocupado com os reducionismos que impedem uma reflexão sobre as mudanças em curso nas sociedades pela via da economia solidária, Laville (op.cit, p.10-15) chama a atenção para as idéias preconcebidas que foram criadas em torno dela, as quais vamos chamar de mitos. Das cinco idéias preconcebidas que ele discute, vamos nos apropriar de quatro para fazer nossos comentários com o olhar no Brasil, visto que elas também ocorrem na sociedade brasileira.

A primeira delas é que “a economia solidária seria um setor à parte”. As concepções que focalizam a dimensão econômica (inspiração neoclássica) e, por isso, não abordam a gênese dessas organizações, consideram-na residual ou de terceira categoria. Outras, que se sistematizam fora da ótica da economicidade identificam-na como um setor de atividades de ajuda mútua, conviviais e voluntárias, alheias à circulação do dinheiro, seccionam, assim, o setor mercante e o convival, numa forma similar a um aprisionamento comunitário. Portanto, as duas idéias colocam as iniciativas ou a economia solidária como setor de fronteiras estanques e, por isso, jogam um véu que camufla a realidade concreta.

De fato, algumas atividades de ajuda mútua e conviviais não são mediadas pelo mercado e não têm fluxo monetário, atendendo às necessidades das pessoas, mas outras atividades e empreendimentos de economia solidária estão entranhados no mercado capitalista. Queiramos ou não, há uma ligação dessa economia com o mercado, visto que, nele, em medidas variáveis, mesmo priorizando as trocas e/ou comércio entre os empreendimentos solidários, estes buscam subsídios, informações, formação e insumos para produzir, vender ou trocar seus serviços e produtos ou bens materiais e imateriais. A economia solidária não é e nem deve ser um gueto que, para crescer, deva ser protegido, colocado à parte do mercado capitalista, para depois se relacionar com ele. Essa é uma idéia equivocada, que não a fortalece; ao contrário, fragiliza-a e restringe ações que podem impulsionar seu crescimento e desenvolvimento tecnológico.

Ela deve manter sua ética e sua forma de conviver, produzir e distribuir as sobras no interior de seus empreendimentos e, externamente, deve se colocar no mercado, salvaguardando sua autonomia.

A segunda idéia é de que a “economia solidária seria uma economia caritativa de reparação”, cuja única vocação seria a caridade. Aqui há um entendimento filantrópico que confunde caridade com solidariedade. O “conceito de solidariedade é indissociável da democracia moderna. Ele constitui, desde sua emergência, um paradigma alternativo do individualismo contratualista, remetendo ao mesmo tempo a um convívio social e a uma dívida social entre cidadãos” (LAVILLE, op.cit, p.12). O que vemos, na realidade dos empreendimentos brasileiros, desde sua constituição até seu funcionamento, é que eles nada têm de caridade. Trata-se, sim, de uma relação contratual de trabalho entre pessoas, muitas vezes não formalizadas, mas, quando formalizadas, são previstas em seus estatutos e regimentos e se pautam por princípios solidários. Portanto, nada têm de caridade ou filantropia, são relações pautadas no trabalho coletivo e na solidariedade com fim de gerar renda.

A terceira é de que a “economia solidária seria uma sub-economia reservada aos excluídos”. Essa idéia deriva das precedentes, principalmente da primeira, que considera a economia solidária como um setor “à parte”, que abriga os “inempregáveis”, visto que os “empregáveis”, quando a conjuntura melhora e, com ela, a situação de emprego, encontram novamente um trabalho. Essa idéia resulta da confusão que se faz entre iniciativas de inserção e tratamento social do desemprego. “Não são os promotores da economia solidária que são responsáveis por esse desvio de seus projetos, mas sim as políticas públicas que desejaram instrumentalizá-los no quadro de medidas de tratamento do desemprego” (LAVILLE, 2001, loc.cit.).

De fato, não se pode generalizar. A realidade já nos indica que nos empreendimentos solidários existem trabalhadores que se manifestam contra a idéia de retornar ao emprego formal; outros nunca foram empregados assalariados e, sim, autônomos por escolha, seja ou não do mercado informal de

trabalho; existem ainda aqueles que retornariam ao emprego formal, caso tivessem essa possibilidade.

Pensamos que esta concepção de economia solidária estigmatiza seus componentes e em nada os ajuda. Além disso, subestima as pessoas quanto à sua capacidade de escolher, decidir e de exercer sua própria liberdade. Ao se alimentar essa idéia, dificulta-se que as pessoas renovem sua auto-estima e se vejam como capazes de construir algo próprio, considerando-se fadadas a permanecer pobres ou na miséria e nada lhes resta tentar.

Para, na sociedade, a idéia de que os trabalhadores que formam seus empreendimentos solidários, com ajuda ou não de políticas públicas, não são capazes de se tornarem empreendedores. As razões nunca são bem explicitadas, mas supõe-se que sejam muito mais derivadas de preconceito do que de conhecimento concreto das condições de existência desses trabalhadores. Sabemos que as dificuldades são imensas; existe uma série de barreiras que precisam ser rompidas e superadas, com maior ou menor facilidade e que demandam um tempo que é próprio de cada indivíduo e de cada grupo, como veremos nos dados da pesquisa (capítulo V), especialmente os relativos a escolaridade.

Por que a economia solidária seria de e para pobres, desempregados e excluídos? Não necessariamente. A realidade nos mostra que, no Brasil, ela é composta predominantemente por essa população, mas isso não pode ser um castigo que a faça assim permanecer; ela pode e deve construir seus próprios caminhos, aprenderem a andar com suas próprias pernas para melhorar, sair dessa condição ou até mesmo para não sucumbir. Vive-se numa sociedade democrática onde os empreendimentos econômicos solidários abrem a possibilidade de construção de condições mais justas de produção e distribuição dos ganhos e, conseqüentemente, de melhor condição de vida.

Hoje são representativas as ações dos apoiadores, sejam eles oriundos de política pública, de outros organismos e instituições de fomento, como as universidades. Constituindo uma assessoria técnica e científica nos mais diversos campos do saber, eles fornecem a esses empreendimentos uma visão mais

universal, favorecem uma análise conjuntural e estrutural que lhes propicia uma abrangência maior. O apoio pode ser de ordem financeira ou de formação profissional e educacional. As incubadoras universitárias, por integrarem as questões de ordem pedagógica, política e técnica aos empreendimentos, dão-lhes a possibilidade de construir soluções inovadoras, integradas e viáveis para o conjunto da economia solidária.

Pensamos que a economia solidária não deve ser estigmatizada por isso: não é esse o único tipo de empreendimento que recebe apoio de mediadores, educadores, especialistas, analistas e pesquisadores, entre outros, para poder se constituir e desenvolver. As empresas privadas também gozam de infra-estrutura e subsídios financeiros oferecidos pelo Estado, seja por meio da isenção ou redução de alíquotas de impostos e/ou tarifas, no âmbito de programas nacionais, estaduais e municipais, seja por meio de créditos subsidiados, seja por meio de serviços de assessoria e suporte científico e tecnológico de especialistas na formação e desenvolvimento de empreendimentos tanto do setor urbano como rural.

A última idéia que aqui comentamos é a de que “a economia solidária estaria condenada a se dissolver na economia privada ou pública”. É freqüente a afirmação de que a economia solidária só pode ser pioneira em setores da atividade econômica em que não há ainda interesse da grande empresa porque sua rentabilidade ainda não é atraente. Desta perspectiva, “a economia solidária não poderia ter outra função senão temporária, na precariedade da experimentação e na penúria da exploração” (LAVILLE, 2001, loc.cit.). Há também os que pensam “simetricamente, uma ótica estatal que liga o futuro da economia solidária à sua integração num serviço público ampliado” (LAVILLE, 2001, loc.cit.).

Pensamos que também este pensamento estigmatiza e leva a concluir, de forma apressada, que qualquer organização cujo fim seja gerar trabalho e renda inexoravelmente vai se modelar às formas de mercado ou do estado. Esta preocupação está centrada apenas na ótica quantitativa financeira. Embora seja provável que isso aconteça em alguma medida, o contrário também pode ocorrer.

Não há porque ter preconceitos e ser contra a inserção e a interação dos empreendimentos solidários com o mercado capitalista, mas isso não quer dizer necessariamente que sejam subsumidos nesse mercado. A convivência entre as duas formas certamente suscita conflitos, mas, afinal, os conflitos são próprios da democracia. Por isso, é preciso evitar o fechamento dessas iniciativas em guetos protegidos. Como já vem observando, há um direcionamento, imbuído, inclusive, nas próprias políticas públicas de apoio, para aumentar a inserção desses empreendimentos em elos de cadeias produtivas, em planos de desenvolvimento local e regional ou outras opções.

Esses empreendimentos, ao se integrarem, mantêm sua forma organizativa original e contribuem para fomentar seu próprio desenvolvimento e fortalecimento, tanto para as pessoas que dele dependem, no aspecto do trabalho coletivo, social e da viabilidade econômica, como para o desenvolvimento mais geral, em nível macro-econômico. As chances são consideráveis, quando se levam em conta os vários apoiadores e o fomento financeiro e de formação. A prática da autogestão tem um potencial educativo importante por si só, que extrapola o âmbito do empreendimento, chegando às relações familiares e sociais. Sabemos que esses empreendedores mobilizam-se por um misto de necessidades e vontades, como apontou a pesquisa organizada por Gaiger (2004) já citada; portanto, é forte a preocupação com a consolidação de seus empreendimentos ou alternativas.

Por outro lado, se há chances de êxito nessa economia, ela gradativamente poderá se distanciar da possibilidade de ser incorporada às políticas de Estado, especialmente neste momento em que predomina a visão neoliberal de Estado mínimo. Nesse sentido, o lugar que deve ser ocupado pela economia solidária no campo das políticas públicas não deve ser o de um apêndice à mercê da própria política mais ampla, e sim o de um movimento coletivo, cuja prioridade é o próprio coletivo e não o indivíduo, por meio de políticas individuais compensatórias. Um coletivo forte possibilita enfrentar e construir alternativas mais sólidas para lidar com mais autonomia frente à grande força do neoliberalismo, o qual consideramos uma tendência que não tem volta.

Além disso, se é o mercado que exclui e gera o excedente de pessoas empobrecidas, seria necessário devolver-lhe essa responsabilidade e buscar ali alternativas viáveis; por isso, a idéia da convivência pactuada com autonomia também para a economia solidária. Vivemos numa sociedade democrática, na qual os interesses de todos, para serem garantidos, passam por regras de convivência, sem distinções, fazendo-se assim a justiça social. Lembramos o que já disse Martins (2002, p.11): “a sociedade que exclui é a mesma sociedade que inclui e integra, que cria formas também desumanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégios e não de direitos”.

Trata-se de pensar com base na própria realidade, para transformá-la. A economia solidária tal como existe e atua, por si só, já faz a crítica ao sistema capitalista. Segundo Coraggio (2004), ao falar sobre a construção de uma economia do trabalho:

Es posible construir una economía centrada en el despliegue y desarrollo de las capacidades del trabajo humano em sociedad – desde lo local y lo global, mediante las iniciativas del Estado y de la sociedad – incorporando el conocimiento como fuerza productiva indisoluble del trabajo y de la reproducción ampliada de la vida de todos. Esa afirmación teórico-práctica de la centralidad del trabajo marca – como derecho en sí y como condición material, junto con el respeto a los equilibrios ecológicos, para definir y ejercer todos los demás derechos humanos – un programa estratégico que puede orientar acciones y generar situaciones de aprendizaje en base a la práctica y la reflexión a diversas escalas. Ese sector de la economía deberá coexistir gestionando necesidades y conflictos internos, a la vez que compitiendo – política, económica, tecnológica y culturalmente – con el sector de economía organizado como empresas capitalistas, y disputando el sentido de la economía del Estado, generadora de bienes públicos indispensables para el desarrollo de las sociedades (CORAGGIO, 2004, p. 347).

Portanto, “todas essas idéias preconcebidas têm como ponto comum o fato de caricaturar as práticas da economia solidária a partir de quadros não concebidos nem por ela, nem para elas” (LAVILLE, op.cit, p.13) . Esses clichês mais atrapalham que ajudam no entendimento da gênese e futuro da economia solidária, evidenciando o fato de que essa economia não é compreensível sem uma reflexão de conjunto sobre as relações entre a economia e a sociedade e, nela, o conhecimento e a educação, como um processo permanente de

mudanças. O campo da economia solidária é de aprendizado, tanto para os que a apóiam como para os que a compõem e nela desenvolvem suas atividades.

Capítulo II

REDE UNITRABALHO E O PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA²⁹

A UNITRABALHO é uma rede interuniversitária de caráter nacional que agrega, atualmente, 90 universidades e instituições de ensino superior em todo o Brasil. Constitui-se, juridicamente, como fundação de direito privado e sem fins lucrativos. Foi criada, em 1996, com o objetivo de contribuir para o resgate da dívida social que as universidades brasileiras têm para com os trabalhadores. Sua missão se concretiza por meio de parcerias em projetos de estudos, pesquisas e extensão, integrando as universidades e os trabalhadores para o desenvolvimento de projetos que subsidiem suas lutas por melhores condições de vida e trabalho. Para isso, para qualificar a organização e a ação social, busca a síntese do saber produzido na academia com o saber dos trabalhadores.

A UNITRABALHO articula as Universidades que a compõem por meio das Incubadoras de empreendimentos econômicos solidários e núcleos de estudos, pesquisas e extensão sobre o trabalho. As Incubadoras e Núcleos multidisciplinares encontram-se distribuídos em sete regionais: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Minas Gerais, Rio de Janeiro/Espírito Santo, São Paulo e Sul.

As instituições de ensino superior a ela agregadas e as organizações sociais que atuam em áreas relacionadas com o mundo do trabalho têm um papel social a cumprir: o de buscar soluções para os problemas reais das comunidades nas quais estão inseridas e, num plano mais amplo, para os problemas nacionais. Considera-se também que somente instituições universitárias sólidas e que absorvam as questões do mundo do trabalho no seu 'pensar' e 'fazer' acadêmicos

²⁹ As informações foram extraídas de documentos oficiais da UNITRABALHO Nacional.

podem colaborar com mais propriedade, consistência e efetividade para a solução dos problemas sociais do nosso país.

Esta contribuição da UNITRABALHO para que as instituições universitárias cumpram seu papel está revestida de uma ética que a permeia desde o seu nascimento. A rede desenvolve parcerias com todas as organizações dos trabalhadores, desde que as mesmas tenham idoneidade moral e representatividade social de fato, não levando em consideração as diferenças político-ideológicas existentes entre elas. A UNITRABALHO respeita a autonomia de pensamento destas instituições e, com elas, desenvolve projetos que beneficiem os trabalhadores.

A UNITRABALHO possui atualmente alguns programas de âmbito nacional que são concebidos para articular projetos que materializem a sua missão no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão: Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável; Emprego e Relações do Trabalho; Trabalho e Educação; Saúde do Trabalhador.

Estão inseridos no primeiro programa as Incubadoras e Núcleos, cujas ações estão direcionadas ao suporte, inserção e crescimento da economia solidária e de seus empreendimentos, objetivando a inclusão produtiva e social.

As Incubadoras que compõem o Programa Nacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável constituem uma tecnologia social cada vez mais utilizada no âmbito das ações de geração de trabalho e renda e são espaços nos quais se desenvolvem pesquisas teóricas e empíricas sobre economia solidária e atividades de extensão e incubação. Seu objetivo é atender trabalhadores que pretendem organizar seus próprios empreendimentos: cooperativas, associações ou empresas autogestionárias, no setor urbano ou rural.

A rede UNITRABALHO, no âmbito da economia solidária, também funciona fazendo *Incubação de Incubadoras* promovendo a criação e a consolidação de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários nas Universidades agregadas, envolvendo professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos de diversas áreas do conhecimento, bem como Programas internos existentes nas Universidades com atividades sociais e tecnológicas afins.

Com base na metodologia própria do Programa Nacional de Economia Solidária, as Incubadoras universitárias da rede propõem-se a organizar, formar/orientar, acompanhar/assessorar e qualificar técnica e administrativamente as pessoas interessadas em empreendimentos econômicos solidários. Por meio de processo educativo, elas orientam a organização do trabalho, em seus aspectos jurídicos, contábeis, gerenciais e outros aportes necessários. As Incubadoras da rede atuam em estreita articulação e parceria com poderes públicos e iniciativas privadas nas localidades onde as ações são desenvolvidas, formando comitês, conselhos gestores com esses parceiros, de forma a atender aos empreendimentos incubados ou em processo de incubação.

A rede mantém intercâmbio, parcerias e convênios de cooperação com Instituições e órgãos públicos e privados em âmbito nacional e internacional com o objetivo de absorver e repassar experiências, tecnologias, informações e financiamentos por meio do Programa Nacional de Economia Solidária. Desta forma, pode produzir novos conhecimentos e tecnologias adequadas às demandas dos empreendimentos e criar mecanismos permanentes de intercâmbio entre esses empreendimentos, as incubadoras e universidades, bem como os demais parceiros interessados em colaborar para o fortalecimento desse processo. Essa ação demonstra a forma como a rede procura se relacionar com o poder público e privado, estabelecendo relações institucionais de parceria para potencializar o esforço e a capacidade de gerar impacto junto à população.

Para subsidiar a articulação e a integração entre os empreendimentos, incentivar redes de cooperação e cadeias produtivas, ela mantém um Sistema de Banco de Dados, onde se encontram informações sobre as Incubadoras, os empreendimentos e os cooperados. Este sistema, assim como a forma institucionalizada da rede nas universidades, permite que as ações desenvolvidas nos núcleos locais sejam disseminadas em âmbito nacional, subsidiando e intercambiando os trabalhos de pesquisa, ensino e extensão.

2.1. Núcleo/Incubadora UNITRABALHO na UEM

O Núcleo/Incubadora da UNITRABALHO na UEM está constituído internamente como Programa Multidisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho e os Movimentos Sociais. Foi fundado em 1998 e tem realizado, ao longo dos anos, trabalhos e projetos de pesquisa, ensino e extensão. As atividades de incubação desenvolvem-se em seu interior desde 2000. Seu corpo de participantes³⁰ é composto por 5 (cinco) professores que se dedicam em tempo parcial, 1 (uma) técnica e 5 (cinco) acadêmicos, de áreas de conhecimentos diversas: administração de empresas, economia, psicologia, direito, ciências contábeis, ciências sociais e educação. A função dessa equipe é produzir e difundir conhecimentos, apoiar iniciativas locais e regionais na concretização das políticas de geração de trabalho e renda, assessorar e fazer a incubação de empreendimentos econômicos solidários, bem como atuar no esclarecimento e na defesa dos direitos e da cidadania do trabalhador.

2.2. Processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários do Núcleo/Incubadora UNITRABALHO na UEM

A equipe do Núcleo/Incubadora trabalha com a concepção de que o processo de incubação é também um processo educativo, visto que envolve aprendizagem continuada, tanto de quem orienta (educador) como de quem é orientado (educando). Nesse processo, o propósito não é apenas despejar, depositar no outro ou no grupo atendido aquilo que é do domínio do educador; tampouco deixar o educando reduzido ao universo do conhecimento de que já é portador, sem contribuir para que ele agregue novos conhecimentos. Entende-se o processo educativo como uma construção que ocorre “no fazer” cotidiano, numa interação entre conhecimentos teóricos e práticos, com os erros e acertos, avanços e recuos, próprios do processo interativo.

³⁰ Em novembro/2005, contava-se com 10 (dez) acadêmicos.

As interações se fazem necessárias porque, para gerir um empreendimento de forma cooperativa, tanto a equipe de orientadores como os trabalhadores atendidos necessitam compreender e vivenciar os princípios fundamentais do cooperativismo/associativismo e de autogestão e consolidar a democracia no interior do empreendimento. Trata-se de um processo de educação que os orienta para produzir de forma autogestionária, abandonando a perspectiva individualizada já adquirida, internalizando a dimensão do trabalho coletivo. Faz-se necessário adotar novas estratégias, pensar em novas soluções, objetivando criar ou recriar uma nova realidade.

Entende-se que a organização de um empreendimento econômico solidário, como a de qualquer outro, depende de um bom planejamento: deve-se saber para onde ir. Os autogestores/administradores precisam ser pessoas que desejam empreender, realizar, executar, adquirir e desenvolver conhecimentos e habilidades para gerir o empreendimento de forma eficiente para que ele seja economicamente viável e competitivo no mercado. Os trabalhadores autogestores/administradores dos empreendimentos devem ter liberdade para escolher e decidir os caminhos, optar entre os indicados pelos orientadores. Estes, por sua vez, devem praticar uma relação interativa entre o conhecimento acadêmico/científico da universidade e o conhecimento trazido pelos trabalhadores.

É uma tarefa que tem o sentido de valorizar o saber acumulado das pessoas e do grupo, acrescentar conhecimentos básicos de trabalho cooperativo e técnicas específicas de produção e de gestão administrativa. Trata-se de unir “saber científico” a “saber popular”, numa tentativa de transformação da prática cotidiana inter-relacionando as atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Portanto, *Incubação* é entendida como um processo prático educativo de organização e acompanhamento sistêmico a grupos de pessoas interessadas na formação de empreendimentos econômicos solidários, tendo em vista a necessidade de dar suporte técnico a esses empreendimentos.

2.2.1. Organização do trabalho da Incubadora

O Núcleo/Incubadora, para dar suporte e orientar suas atividades, tem a seguinte organização:

- a) Planejamento de suas atividades;
- b) Discussão e seleção das demandas pelo seu coletivo;
- c) Termo de cooperação técnico-científico com os empreendimentos;
- d) Capacitação permanente dos orientadores/educadores (professores, técnicos e acadêmicos) das diferentes áreas de atuação³¹, por meio de Grupos de Estudos programados, nos quais se abordam temas relativos às transformações no mundo do trabalho, geração de trabalho e renda, cooperativismo/associativismo de produção, trabalho e crédito, cadeias produtivas, avanço tecnológico, desenvolvimento sustentável, redes de comércio, parcerias, processo de incubação, autogestão, planos de negócios, entre outros;
- e) Orientação no processo de incubação, cujo procedimento metodológico congrega o acompanhamento ou assessoramento de práticas para a geração de trabalho e renda e para a melhoria das relações interpessoais, além de debates esclarecedores sobre a relação capital-trabalho, trabalho cooperativo e de desenvolvimento da cidadania, com o fim de promover a adoção da autogestão com inserção eficiente e ativa do empreendimento no mercado;
- f) O método pedagógico consiste em um processo de construção interativo/dialógico entre os membros da equipe orientadora, entre a equipe orientadora e os trabalhadores, entre os trabalhadores de um determinado grupo atendido e entre os trabalhadores de distintos grupos atendidos. Seu objetivo é promover a:

³¹ As áreas priorizadas são: pedagogia, psicologia, sociologia, economia, administração de empresas, ciências contábeis e direito. Além destas, à medida que fazem necessárias e de acordo com o setor e ramo de atividades e conhecimentos específicos do empreendimento, outras áreas são buscadas.

- 1) união e troca de saberes acadêmicos e de saberes populares;
- 2) compreensão do funcionamento do conjunto do empreendimento (visão de totalidade integrada);
- 3) estímulo à formação da identidade de grupo, da adoção da democracia interna e de sua autonomia frente aos orientadores (educadores).

2.2.2. Processo de incubação dos empreendimentos

As fases não seguem necessariamente a ordem apresentada, mas podem ocorrer de forma simultânea, dependendo da dinâmica organizacional interna dos grupos de trabalhadores beneficiários.

Fases:

- Primeiros contatos com a comunidade interessada;
- Levantamento/mapeamento da trajetória ocupacional e pessoal dos interessados, bem como os objetivos e motivos de cada interessado para a formação do empreendimento;
- Formação do grupo beneficiário;
- Discussão sobre o cooperativismo e associativismo e suas modalidades em relação à empresa privada;
- Avaliação de alternativas e decisão sobre a atividade-fim do empreendimento, tais como: pesquisa de mercado, concorrentes, pré-projeto econômico-financeiro;
- Avaliação sobre as possibilidades de parceria;
- Avaliação das possibilidades de inserção em cadeia produtiva assim como em Planos/Políticas de desenvolvimento local ou regional e elaboração de Planos de Negócios;
- Capacitação técnica;
- Capacitação administrativa;

- Elaboração do estatuto e regimento Interno do empreendimento;
- Legalização do empreendimento;
- Acompanhamento sistemático ou assessoria pontual para inserção e manutenção do empreendimento no mercado e conquista da autonomia;
- Avaliação do grau de autonomia do grupo;
- Final do processo de incubação.

Depreende-se, assim, que a incubação tem por base a atividade prática, que vai construindo e reconstruindo conhecimentos por meio de processo educativo que agrega saberes teóricos, técnicos/científicos e saberes populares por meio da interação entre os orientadores (educadores) e trabalhadores cooperados (educandos) e também entre os educandos e entre os membros da equipe de orientadores, dirigido para o trabalho coletivo e para a autogestão.

Portanto, a UNITRABALHO, como uma rede interuniversitária que atua como interlocutora dos trabalhadores por meio de seus Núcleos/Incubadoras e, assim, possibilita que a universidade veja e se aproxime do mundo e da realidade que nos rodeia, vem abrindo caminhos para interiorizar elementos novos à sua forma acadêmica de ser. O conhecimento que se adquire na universidade, em geral, tende a formar os sujeitos à distância da realidade. Sua forma conceitual de trabalho pode agir de forma a distanciar ou separar os sujeitos da realidade concreta. Tornamo-nos, na universidade, como disse Freire (1987, p.131), excelentes especialistas, participamos de um jogo intelectual, que ele chama de “um balé de conceitos”, no qual nossa linguagem corre o risco de perder o contato com o concreto, distanciando-nos dos sujeitos, cuja linguagem, ao contrário, é absolutamente ligada ao concreto. Esta é uma contribuição importante da UNITRABALHO, pois, ao atuar de forma orgânica por dentro das universidades, possibilita modificar concretamente a prática universitária. Isso acontece especialmente quando atua no processo prático de incubação de empreendimentos econômicos solidários, uma vez que este se baseia na interação entre o conhecimento teórico e o prático para chegar a uma compreensão rigorosa da realidade. Considerando a extensão da rede já

mencionada, pensamos que os efeitos são significativos. Além disso, a atuação da rede tem aberto um vasto campo de desenvolvimento de pesquisas nas universidades, cujo resultado são as teses, dissertações e monografias sobre o mundo do trabalho, possibilitando a criação e a transferência da tecnologia produzida aos trabalhadores, seu público alvo. Os estudos abrem também a possibilidade de contribuir para as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social.

Capítulo III

HUMANIDADE, CONHECIMENTO E PRÁXIS

A relação do ser humano com o mundo se dá por intermédio da ação. Não uma ação qualquer, mas aquela que altera o mundo: uma ação transformadora, modificadora. Mais ainda, uma ação transformadora consciente, que é capaz de agir intencionalmente em busca de mudança que favoreça o mundo. Trata-se de uma ação humana a que chamamos de trabalho ou práxis. Essa ação é consequência de um agir intencional, cuja finalidade é a alteração da realidade, moldando-a às nossas necessidades. Essa ação pressupõe trabalho que é, portanto, o instrumento da intervenção e de apropriação do mundo pelo homem. Da relação do homem com o mundo, da nossa intervenção na realidade e vice-versa, por meio do trabalho, resultam produtos que podemos chamar de idéias (produtos ideais) e *coisas* (produtos materiais). Nessa relação, constrói-se a cultura e o conhecimento. A cultura, como o conjunto dos resultados da ação do homem sobre o mundo pela via do trabalho, constrói-se com as coisas que fazemos graças a nossas idéias e das idéias que tivemos graças às coisas que fazemos. Nenhuma idéia é gestada isoladamente de nossa ação com o mundo material; tampouco as coisas originam-se independentemente de nossa capacidade de pensá-las antes, ou seja, as coisas estão impregnadas de idealidade e as idéias de materialidade. O conhecimento, imprescindível para a nossa existência, por se constituir em entendimento, averiguação e interpretação da realidade, é o que nos guia para nela intervir. Ao seu lado, coloca-se a *Educação*, em suas múltiplas formas, como veículo que o transporta para ser produzido e reproduzido.

Entretanto, o mundo por nós construído e os valores (como um dos produtos da cultura) que criamos nesse processo produzem um enquadramento de nossa existência individual e coletiva que nos possibilita ajustar nossos atos e

pensamentos, situando-os em uma visão de mundo ou compreensão da realidade que dê forma aos nossos conhecimentos e nossos entendimentos. É com base nos conhecimentos, que, de certa forma, antecedem nossas ações e, portanto, são nossos conceitos prévios, que guiamos nossa existência. Porém, os valores, conhecimentos e preconceitos mudam, porque o ser humano é passível de mudança, assim como a vida é processo e processo é mudança. Além disso, os valores e conhecimentos são moldados pela sociedade e pelo seu tempo histórico, assim como nossas referências não são iguais para todos e em todo tempo, ou seja, são relativos, não podem ser examinados em si mesmos, de forma isolada, uma vez que o ser humano não está apartado da vida social.

Nas formações sociais da história da humanidade, nunca se observou uma composição igualitária entre os vários grupos que nelas se constituíram, seja quanto à propriedade dos bens materiais e aos ideais necessários à reprodução da existência, seja quanto à capacidade de ascendência e controle de uns sobre os outros. Dessa maneira, uma vez que estão relacionados ao âmbito do poder e de quem o possui, os valores e conhecimentos produzidos em sociedade não são neutros. Por imposição ou convencimento, a maior parte dos valores e conhecimentos oriundos daqueles que detêm o poder é seguida e acatada como se tivesse extensão globalizante e sempre verdadeira.

Nós, seres humanos, dependemos em grande medida de processos educativos para nossa sobrevivência e, desse prisma, a educação é instrumento de base, tanto aquela do “vivendo e aprendendo” como aquela organizada em locais determinados e com instrumentos e processos pedagógicos específicos, que, por sua vez, por estarem imersos no tecido social, também não são neutros.

Em síntese, estamos adotando a concepção de que os conhecimentos são produzidos neste mundo pelos próprios seres humanos e que a relação de conhecimento é uma relação entre sujeito e objeto, que se dá no tempo humano e histórico, e também de que a relação com o mundo não é individual e imutável, mas coletiva, social, ou seja, conhecimento é uma construção histórica, social e cultural (CORTELLA, 2003).

3.1. Práxis e Conhecimento

Para abordar o processo de construção do conhecimento por meio da práxis, tomamos a discussão apresentada por Vázquez (1968), em **Filosofia da Práxis**. Segundo o autor, Karl Marx discorre sobre práxis e conhecimento quando expõe as “Teses sobre Feuerbach”. Ao falar sobre a práxis como fundamento do conhecimento (Tese I), ele estaria se contrapondo ao idealismo e ao materialismo tradicional (o de *Feurbach*), uma vez que para ele o conhecimento é o conhecimento de um mundo criado pelo homem, dentro da história e da sociedade. A prática é fundamento e limite do conhecimento e do objeto humanizado que, como produto da ação, é objeto do conhecimento. Em princípio, ele não negaria

(...) a existência de uma realidade absolutamente independente do homem, exterior a ele, ou seja, uma realidade em si. O que nega é que o conhecimento seja mera contemplação à margem da prática. O conhecimento só existe na prática, e é o conhecimento de objetos nela integrados, de uma realidade que já perdeu, ou está em vias de perder, sua existência imediata, para ser uma realidade mediada pelo homem (VÁSQUEZ, 1968, p.154-5).

Na Tese II, Marx estaria avançando na discussão sobre o papel da prática no conhecimento, como uma forma de lhe agregar o critério de verdade. Segundo Vázquez (1968):

Se a práxis é fundamento do conhecimento; isto é, se o homem só conhece um mundo que é objeto ou produto de sua atividade, e se, além disso, só o conhece porque atua praticamente, e graças a sua atividade real, transformadora, isso significa (...) que a verdade de um pensamento não pode fundamentar-se se não sair da própria esfera do pensamento. Para mostrar sua verdade, tem que sair de si mesmo, plasmar-se, adquirir corpo na própria realidade, sob a forma de atividade prática (VÁSQUEZ, 1968, p. 155).

Segundo a interpretação que o referido autor faz de Marx, na prática é que se provaria e se demonstraria a verdade, ou seja, a verdade não existiria em si, apenas na esfera do pensamento, mas sim na ação prática. Entretanto, ela não falaria por si mesma, os fatos práticos careceriam de análise, interpretação, pois não revelariam seu sentido em uma observação direta e imediata. Nesse sentido,

só se descobriria a verdade numa relação teórica com a prática, o que se entende melhor com a Tese III.

Há limitações de aplicabilidade na concepção de que a prática seria o critério absoluto de verdade, pois todo fato prático carece de análise, interpretação, ou, melhor dizendo, a compreensão da prática implica uma atuação revolucionária prático-crítica. Na Tese III, esta é ressaltada como práxis que transforma a sociedade (o homem e as circunstâncias), em oposição à transformação que a reduz a um trabalho de educação de uma parte da sociedade sobre a outra, pelo caminho meramente pedagógico. Esta atividade só seria reconhecida para uma parte da sociedade (os filósofos), os educadores apenas exerceriam influência sobre os educandos abstraindo-se do processo de educação.

Segundo Marx, a doutrina materialista da transformação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias fazem os homens mudarem e que o educador, por sua vez, precisa ser educado. “(...) A coincidência da modificação das circunstâncias com a atividade humana, ou alteração de si próprio só pode ser apreendida e compreendida racionalmente como práxis revolucionária” (MARX, 1996, p.126).

Segundo Vázquez (1968), ao fazer essa crítica Marx estaria afirmando que:

- a) não só os homens são produto das circunstâncias, como estas são igualmente produtos seus. Reivindica-se assim o condicionamento do meio pelo homem, e com isso seu papel ativo em relação ao meio. (...)
- b) os educadores também devem ser educados. Repele-se assim a concepção característica de uma sociedade dividida em duas partes: em educadores e educandos, com a particularidade de que os primeiros se abstraem do processo de educação. (...) Desse modo, a tarefa de transformar a humanidade – concebida como educação da espécie humana – fica mais nas mãos de educadores que, por sua vez, não se transformam em si mesmos, e cuja missão é transformar os demais (...) os demais seres humanos não passam de uma matéria passiva que eles devem modelar.(...)
- c) as circunstâncias que modificam o homem são, ao mesmo tempo, modificadas por ele; o educador que educa tem que ser ao mesmo tempo educado. É o homem, sem qualquer dúvida, que faz as circunstâncias mudarem e que se muda a si mesmo.

Através deste fundamento humano comum, coincidem a transformação das circunstâncias e a transformação do próprio homem (VÁZQUEZ, 1968, p. 159-160).

Segundo o autor, quando Marx afirma que os educadores também devem ser educados, ele está repelindo o princípio de que o desenvolvimento da humanidade seja privilégio de uma parte da sociedade, para a qual não interessa a transformação histórica, e de que a relação educacional seja uma divisão entre homens ativos e passivos, ou seja, ele não está aceitando o dualismo de educadores e educandos. A negação desse dualismo implica a idéia de uma práxis contínua, na qual se transforma tanto o objeto como o sujeito, num processo de autotransformação sem fim, em que não existem educadores que não devam ser educados. A práxis das duas teses anteriores converte-se, assim, numa categoria sociológica e fixa as condições de uma verdadeira transformação social: transformação das circunstâncias e do próprio homem.

Assim, o homem age conhecendo e, ao mesmo tempo, se conhece agindo. Podemos dizer que a atividade prática é real, objetiva ou material. Sem a ação objetiva sobre uma realidade, seja natural ou humana, não se pode falar propriamente de práxis como atividade material consciente e objetivante.

Há diversas formas de práxis. Em alguns casos, tem-se por objeto o homem e, em outros, uma matéria não propriamente humana, que pode ser natural ou artificial. Entre as formas fundamentais de práxis temos a atividade prática produtiva transformadora que o homem estabelece socialmente com seu trabalho, criando um mundo de objetos úteis que satisfazem determinadas necessidades e que Marx chama de *relação de produção*. Segundo VÁZQUEZ (1968):

A práxis produtiva é assim a práxis fundamental porque nela o homem não só produz um mundo humano ou humanizado, no sentido de um mundo de objetos que satisfazem necessidades humanas e que só podem ser produzidos na medida em que se plasmam nele finalidades ou projetos humanos, como também no sentido de que na práxis produtiva o homem se produz, forma ou transforma a si mesmo (VÁZQUEZ, 1968, p. 197-198).

Há uma forma de práxis na qual o homem é sujeito e objeto, ou seja, em que o homem atua sobre si mesmo. Pode ser chamada de práxis social, na

medida em que toma por objeto não um indivíduo isolado, mas um grupo, uma ou mais classes sociais ou mesmo uma sociedade inteira e cuja ação é destinada a mudar as relações econômicas, políticas e sociais. Essa forma de práxis é justamente a atividade política que está vinculada a certo tipo de organização real de seus membros, na qual os objetivos correspondem aos interesses das classes sociais.

Em suma, uma vez que, em face da sua própria natureza e da que lhe é exterior, o homem existe e se afirma com sua atividade prática transformadora, a práxis política e a produtiva constituem duas dimensões essenciais de seu ser prático. Estas, juntamente, com outras formas específicas de práxis, “nada mais são que formas concretas, particulares, de uma práxis total humana, graças à qual o homem como ser social e consciente humaniza os objetos e se humaniza a si próprio” (VÁZQUEZ, op. cit., p. 202).

Retomando a questão teórica, ainda segundo o autor, a atividade teórica por si só não é práxis, ou seja, enquanto a teoria permanece em seu estado puramente teórico não passando à práxis, isto é, não se realizando, não se plasmando, não produzindo nenhuma mudança real, não pode ser considerada transformadora. Ela precisa se transformar em atuação prática, precisa sair de si mesma, ser arrancada de seu estado meramente teórico e, com base em mediações adequadas, buscar realização. “Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais, efetivas” (VÁZQUEZ, op. cit. p. 204).

A teoria e a prática são duas formas de comportamento do homem em face da realidade e se desenvolvem em estreita unidade ao longo da história humana. Por conseguinte, a práxis é, na verdade, atividade teórico-prática, ou seja, tem um lado ideal, teórico, e um, material, prático, os quais só podem ser separados um do outro por um processo de abstração.

A atividade prática desenvolvida por um indivíduo é simultaneamente subjetiva e objetiva, dependente e independente de sua consciência, ideal e material, e tudo isso em unidade

indissolúvel (...) O objetivo (produto) é o resultado real de um processo que tem seu ponto de partida no resultado ideal (finalidade) (VÁZQUEZ, 1968, p. 242).

Porém, ainda que a finalidade (consciência) presida o processo, há sempre inadequações que precisam ser ajustadas. Ou seja, segundo o autor, a “consciência não pode limitar-se a traçar um objetivo ou modelo ideal imutável”; é preciso um dinamismo de consciência, a qual tem que se manter ativa ao longo do processo para não só perseguir o objetivo original, como também modificá-lo tendo em vista sua realização. Desta forma, na atividade prática, ocorre tanto a sujeição do lado material como a do ideal; ela requer um constante vai-e-vem de um plano a outro, uma vez que, no processo, aprofunda-se a distância entre o resultado prefigurado e o real. Portanto, as modificações impostas às finalidades que ocorrem no processo de passagem do subjetivo para o objetivo ou do ideal para o real só demonstram, na própria ação, a unidade entre o teórico e o prático. Portanto, a realização é guiada por uma consciência que se orienta pela própria realização de seus objetivos.

Deste modo, por carregar certa imprevisibilidade e indeterminação do processo e do resultado, a práxis é também criadora. Há uma certa gestação interna, subjetiva, da teoria e de sua realização efetiva. As modificações decorrem da própria resistência da matéria humana, social ou não humana, visto que, na atividade prática, antes da sua construção, nem sempre se pode conhecer previamente o produto acabado. Entretanto, o fato de a práxis ir se fazendo na própria realização não significa que seja exterior ao próprio processo prático ou que esteja escrita em algum lugar, mas que tem caráter único e que não se repete. Entretanto, carrega traços fundamentais que a distinguem, especialmente quanto a objetivos, essência e desenvolvimento. Traços estes que se manifestam por meio da singularidade imposta pelas circunstâncias históricas. “Trata-se de um desenvolvimento que nunca está escrito de antemão e que só se cumpre com a intervenção de fatores subjetivos. (...) e imprevisibilidade que não exclui, por sua vez, certa previsão ou antecipação ideal do desenvolvimento da práxis revolucionária” (VÁZQUEZ, op. cit., p.254).

A práxis também é intencional, na medida em que um indivíduo, ou um conjunto deles, atua coletivamente de acordo com um projeto ou objetivo comum, de cuja elaboração e realização participam conjugando causas e objetivos diversos. Embora falando do coletivo, temos sempre presente a individualidade impregnada da essência social que é inerente ao indivíduo como síntese das relações sociais.

Nessa práxis individual ou coletiva, a atividade obedece a um objetivo previamente traçado; seu resultado é portanto, uma objetivação do sujeito prático – individual ou coletivo – e, em virtude de tudo isso, há certa adequação entre seus objetivos ou intenções e os resultados de sua ação (VÁZQUEZ, 1968, p. 318).

Trata-se de uma esfera prática que implica “intervenção da consciência como processo de realização de uma intenção determinada no decurso do qual o subjetivo se objetiva, a intenção se realiza e o objetivo se subjetiviza”: ou seja, o realizado corresponde, em maior ou menor grau e de acordo com as vicissitudes do processo prático, a certa intenção original (VÁZQUEZ, op. cit., p.318).

Toda práxis corresponde a certos interesses, independentemente de se ter ou não consciência deles. Na práxis coletiva é preciso que os indivíduos tenham consciência de classe, pois é esta consciência que os leva a traçar objetivos comuns e a desenvolver uma prática coletiva consciente. Entretanto, esta práxis vai encontrar os limites próprios da estrutura da sociedade capitalista, como a propriedade privada sobre os meios de produção. Os interesses são antagônicos.

3.2. Conhecimento e processo de incubação

O conhecimento adquirido no processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários implica um conjunto complexo de atividades de caráter técnico e social orientado por objetivos, o que faz desta prática uma atividade conscientemente buscada e orientada a um fim.

A forma pedagógica característica do processo educativo na incubação é a que parte do percebido para o não percebido, do imediato para o mediato. Em si mesma, essa prática pedagógica transforma os conteúdos e altera a conduta.

Além disso, por envolver trabalhadores, especialmente excluídos do mercado formal de trabalho ou desempregados e em vias de desemprego, o processo educativo na prática de incubação implica a existência de uma determinada classe social, historicamente explorada, subalterna e marginalizada no processo produtivo e social. Em virtude disso, imprime-se um conteúdo político ao processo educativo, ou seja, a prática de incubação, sobre ser pedagógica, é também uma prática política.

A prática de incubação (processo real), na qual se dá o processo educativo, é o objeto do relacionamento entre saber popular, trazido pelo trabalhador/educando (sujeito), e o acadêmico/científico, trazido pelos educadores (sujeito). Por outro lado, o processo prático de incubação, mais que uma troca de saberes, é entendido como um processo de produção de conhecimento, no qual o saber popular e os conceitos teóricos ou conhecimentos acadêmicos/científicos do educador são utilizados como matéria prima por ambos, educador-educando, de maneira a transformar o saber popular e o científico em saberes aplicáveis ou mais adequados à natureza do empreendimento e do trabalhador cooperativo.

O processo prático de incubação é muito mais um conjunto de objetivos que se detalham em passos e instrumentos, de certa forma, experimentados e produzidos *na e pela prática*, do que propriamente uma metodologia de incubação.

Em síntese, é inerente à nossa conceituação de processo prático de incubação a existência de dois saberes, distintos, mas não opostos: o saber popular e o saber acadêmico/científico, que são trabalhados por meio de uma prática pedagógica participativa/dialógica, na qual se procura respeitar os limites e o tempo de aprendizagem do educando. Nesta prática:

- a) o saber acadêmico/científico, ao entrar em relação com o saber popular, deve com ele interagir, de forma a construir ou recriar um conhecimento possível;
- b) a forma de interação entre os dois saberes deve ser bidirecional e participativa, ou seja, deve ser entendida como um construir em conjunto;

- c) o processo educativo deve se dar como processo de produção, no qual o saber popular se transforma com os instrumentos do saber acadêmico/científico predeterminado e são respeitados o limite e o tempo do educando para absorver e elaborar os conteúdos no processo de produção de conhecimento, uma vez que este se constrói com erros e acertos, avanços e recuos;
- d) o caráter político dessa ação educativa (pedagógica) deve levar os educadores a assumi-la como compromisso de aprendizagem, para si e para os trabalhadores (educandos), cujo conteúdo é a nova organização de trabalho e condição de vida, que não se limita aos aspectos técnicos do saber, mas corresponde também a uma concepção totalizadora da sociedade concreta em que a prática se realiza;
- e) a prática pedagógica implica não somente o conhecimento e a construção ou reconstrução de ambos os saberes, mas também a mudança de comportamento dos sujeitos do processo (educandos e educadores).

Capítulo IV

TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO DAS COOPERATIVAS

4.1. Trabalho no lixão³²

No lixão³³ a céu aberto, localizado na zona sul do município de Maringá, aproximadamente a 10 quilômetros do centro da cidade, numa área de 9 alqueires, trabalhavam, em 2001, 100 famílias (aproximadamente 300 pessoas). O lixão já contaminava o lençol de águas e apresentava-se com grandes montanhas de lixo, para onde os catadores removiam o material novo que chegava todos os dias, o que as fazia crescer ainda mais.

O trabalho era extremamente perigoso, uma vez que as pessoas, correndo risco de atropelamento, precisavam se desviar com rapidez da máquina de compactação. Tivemos notícias de acidentes com os catadores, os quais perderam membros do corpo ali no trabalho. O lixo hospitalar era depositado sem nenhuma separação dos demais. O ar era impregnado do mau cheiro, com urubus voando e baixando no local. Mulheres, homens e algumas crianças, todos camuflados de lixo, fumaça, moscas e sol. Uma cena quase dantesca. Os alimentos encontrados geralmente eram consumidos ali mesmo.

As pessoas organizavam-se para catar os materiais em pequenos grupos, geralmente grupos familiares, com crianças, inclusive. Em barracas improvisadas no próprio lixão, com lona e papelão, as “cabaninhas”, passavam a noite,

³² As informações fornecidas nesse item foram obtidas no mês de outubro/2005, junto a dois servidores da Prefeitura Municipal de Maringá, sendo um deles vinculado à Secretaria de Assistência Social e outro, à Secretaria de Meio Ambiente. Os dois servidores acompanharam os trabalhos relatados por meio de suas secretarias.

³³ O termo lixão foi aqui utilizado com o mesmo significado percebido pelo senso comum como sendo o lugar de depósito de “tudo o que não presta e se joga fora”. Refere-se a uma superfície, geralmente de grande tamanho, impregnado de “sujidade, sujeira ou imundície”. Ou seja, trata-se de um lugar aonde se deposita muito lixo, uma lixeira grande (FERREIRA, Aurélio B. de H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 396).

protegiam-se da chuva e do sol e, nos momentos de descanso, comiam e cuidavam do material apanhado.

O material ficava acumulado ali até o final do dia, quando era vendido aos atravessadores. Os catadores que não precisavam do dinheiro no final do dia acumulavam o material nesses locais durante uma semana, mas eram obrigados a dormir nas “cabaninhas”, sem se ausentar do lixão, para impedir que seus materiais, separados, fossem roubados. Alguns moravam ali todo o tempo, em geral os bêbados e usuários de droga.

A maioria das barracas tinha uma fogueira ao lado, que servia de fogão para preparo dos alimentos. Boa parte dessa alimentação tinha origem nos produtos vencidos ou cujas embalagens estavam amassadas e que os supermercados descartavam sem nenhuma responsabilidade, gerando verdadeiras batalhas entre as pessoas que ali trabalhavam. Os mais *empoderados* ficavam com os produtos melhores e com maior quantidade. Muitas crianças que residiam no entorno conheciam os horários de descarga e não era raro vê-las na entrada do lixão aguardando os caminhões.

Os compradores/atravessadores, por possuírem veículos de transporte, como caminhões, peruas velhas e balanças, compravam dos catadores e catadoras, a preço irrisório, os materiais que vendiam aos donos de depósitos. Estes eram os principais desestimuladores da organização dos catadores e não foi difícil imaginar o motivo. Alguns chegavam a fazer ameaças aos que manifestavam desejo de sair do local para trabalhar de forma autogestionária.

Os compradores/atravessadores levavam as suas balanças no local para fazer o peso dos materiais e estabeleciam o preço. Os catadores estavam habituados à disputa pelos materiais e cada indivíduo era um concorrente em potencial.

Para proteger seus materiais e se proteger das brigas que aconteciam por disputa também de espaço, alguns catadores trabalhavam com armas ou com “porretes” e facas na cintura. Muitas vezes saíam baleados ou esfaqueados do lixão. Algumas pessoas, porque há 15 ou 20 anos estavam nesse trabalho e local e eram antigos dali, sentiam-se donos ou com direitos e criavam regras de

convivência para as pessoas que lá chegavam para fazer a catação. No geral, eram pessoas mais velhas que intimidavam os mais jovens e mulheres. Com freqüência, para mantê-los sob seu poder, davam aos novatos agrados, como aguardente, cigarro, drogas etc. Agiam como atravessadores dentro do lixão: as demais pessoas, mesmo depois da fase de chegada, passavam a catar e entregar o material para eles comercializarem com os atravessadores. Ou seja, os outros trabalhadores não comercializavam o material e, portanto, não tinham idéia do preço e quantidade que tinham produzido, recebendo o que os mais antigos lhes pagavam.

Quando os compradores chegavam no lixão, os catadores os disputavam entre si para lhes vender seus produtos: eles próprios facilitavam, assim, que fossem explorados no preço. No geral, cada comprador/atravessador que se dirigia ao lixão tinha interesse em um produto específico (lata, plástico, papel, etc.).

4.2. Mobilização para saída dos catadores do lixão

Em janeiro de 2001, o novo governo municipal eleito, pertencente ao Partido dos Trabalhadores, tomou posse. Ao assumir a Prefeitura, o Secretário de Meio Ambiente tomou conhecimento de uma ação do Ministério Público para desativar o lixão, por ser insalubre e estar afetando o lençol de águas na região, cujo prazo de execução, que já estava por vencer, era de 30 dias. Passado esse prazo, a multa para a Prefeitura seria de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por dia. Ele encontrou também estudos encaminhados para se fazer um aterro sanitário.

Em face desse quadro, tomou algumas providências concretas, entre as quais a de viabilizar o aterro e fechar o lixão e solicitou um prazo maior ao Ministério Público para que esse encaminhamento fosse realizado. No entanto, para fechar o lixão, era preciso retirar de lá as pessoas que viviam daquele trabalho, nas condições já descritas anteriormente.

Formou-se uma equipe de servidores (técnicos) da Prefeitura para dar início ao trabalho de aproximação com esses trabalhadores no seu próprio local de trabalho, o lixão. Foi nessa fase que a Universidade Estadual de Maringá-UEM, por meio do Núcleo/Incubadora da UNITRABALHO na UEM, recebeu o convite para trabalhar em conjunto e pensar com os trabalhadores uma forma de trabalho alternativa, fora do lixão. Durante dois meses, as visitas, conversas e reuniões foram feitas no local do lixão; posteriormente, depois de ganhar um pouco mais a confiança dos trabalhadores, estes foram trazidos para reuniões e conversas em salas de aula na UEM. Nas reuniões ocorridas dentro do lixão, havia a participação dos atravessadores/compradores, que tentavam obstruir os trabalhos e, por vezes, problematizavam contra a saída dos trabalhadores do local, embora alguns manifestassem a intenção de se tornarem membros do empreendimento a ser criado. A maior parte deles posicionava-se sempre contra a prefeitura e a UEM, tentando dissuadir os catadores quanto às opções e sugestões que eram levadas até eles.

Após os primeiros contatos com os catadores e a realização de um cadastramento prévio, verificou-se que as pessoas, em sua maior parte, eram oriundas dos municípios menores vizinhos; por isso, foi necessário que os técnicos da Prefeitura de Maringá envolvidos na ação estabelecessem contatos com técnicos de seus respectivos municípios, a fim de buscar uma atuação intermunicipal. Com dificuldades no início, os municípios assumiram algumas ações, como o transporte dos trabalhadores por um tempo limitado, até se estruturarem melhor. Apenas no caso da terceira cooperativa formada (Usina de Reciclagem) é que este apoio se estende até os dias de hoje. Além disso, os técnicos dos outros municípios também estiveram no lixão por ocasião de uma decisão judicial que determinava a retirada de todas as crianças e adolescentes do local, encaminhando-os para instituições nos municípios de origem.

Aproximadamente seis meses depois do início da ação de mobilização de saída do lixão, em novembro de 2001, estava organizado o primeiro grupo: 54 pessoas propuseram-se a sair do lixão e abrir a sua cooperativa. Um barracão foi cedido em regime de comodato pela prefeitura, mas, como precisava de reparos,

estes foram realizados pelo próprio grupo (construção de cozinha, banheiros e outras melhorias). Muitos dos membros tinham experiência em construção, pois já haviam trabalhado como pedreiros antes de ficarem desempregados. Nesse período as pessoas ficaram sem renda, uma vez que, tendo aderido ao projeto, estavam proibidas de voltar ao lixão por parte dos membros que ficaram. No contexto grupal eram considerados “traidores”.

Nesse grupo, uma daquelas pessoas que tinham influência sobre outras e que funcionavam como atravessadoras foi eleita a primeira Presidente da primeira Cooperativa. Em pouco tempo foi destituída desse cargo pelos próprios associados e abandonou a cooperativa. Um outro catador, trazendo com ele pessoas sob sua influência e domínio, fez parte do terceiro e último grupo a deixar o lixão, mas só conseguiu ser eleito para coordenador de serviço dentro da terceira cooperativa formada. Por decisão dos cooperados, depois de seis meses em que, com apoio só do seu grupo, ele tentou usar a mesma prática do lixão, esse senhor, juntamente com os outros que agiam sob seu comando (5 pessoas), saíram da cooperativa e retornou ao aterro sanitário, local do antigo lixão.

O Centro de Referência da Família da Prefeitura de Maringá respaldou o primeiro grupo que deixou o lixão, fornecendo cotas de alimentos às famílias, vales transporte (uma vez que as pessoas moravam na região metropolitana e a cooperativa situava-se em Maringá) e documentação a fim de possibilitar o registro da cooperativa e pagamento de algumas contas de água e luz. As crianças foram incluídas no “Programa de Erradicação do Trabalho Infantil” (PETI) e no Programa de Jornada Ampliada”, que funcionavam nos Centros Integrados de Atividades Culturais e Artísticas e Lar Escola da Criança. Foram fornecidos também alimentos para o preparo do almoço coletivo na cooperativa durante o período mais crítico.

Como a maioria das pessoas estava doente, foi providenciada uma avaliação médica para posterior encaminhamento. A sede da cooperativa ficava próxima à Secretaria de Meio Ambiente. Esta secretaria dispunha de um médico que, duas vezes por semana atendia aos funcionários. Ele concordou em atender às pessoas que estavam formando a cooperativa e encaminhá-las para a rede de

saúde. A maioria era da região metropolitana e não conseguiria atendimento rápido nos seus municípios.

No final do ano de 2003 já não tinha nenhum trabalhador no lixão e a área foi fechada. Dos trabalhadores do lixão, organizaram-se em três cooperativas aproximadamente 180 pessoas.

Entre a formação da primeira cooperativa (novembro/2001) e a da terceira (março/2003) transcorreu aproximadamente 1 ano e meio. Em dezembro de 2003, foi organizado o I Encontro Intermunicipal de Catadores de Materiais Recicláveis de Maringá, Sarandi e Paiçandu, do qual participaram, além dos cooperados, tanto os catadores de rua quanto os do lixão. Um dos objetivos nesse momento era despertar nos catadores, em especial os de rua, a necessidade da organização. Este evento teve a participação de mais de 120 pessoas. Os catadores que, durante 5, 10 ou 20 anos estiveram no lixão e os de rua nunca haviam tido um espaço para discutir ou pensar soluções conjuntas para os problemas que lhes eram comuns.

Na mesma região onde funcionou o lixão, a prefeitura foi construindo o aterro sanitário controlado, estruturando-o minimamente para depositar o lixo hospitalar em valas separadas e remover o material de um lugar para outro por meio de tratores. Este aterro funciona hoje com controle de entrada, mas, mesmo assim, nele existem em torno de 100 pessoas, algumas do antigo lixão.

4.3. Coleta Seletiva

A coleta seletiva realizada antes do governo municipal empossado em 2001 e da formação das cooperativas era algo muito insignificante. Era feita de maneira geral, por toda a cidade, mas de forma aleatória. Um caminhão velho, cedido pelo corpo de bombeiros à Prefeitura, passava em alguns locais fazendo a coleta junto às donas de casa, que guardavam o material e, ao entregar o lixo separado, elas recebiam em troca *tickets* de leite. Havia rumores na cidade de que essa distribuição de *tickets* atendia a outros interesses, beneficiando uns em detrimento

de outros. Portanto, não existia controle e clareza sobre esse programa do governo local. O material que esse caminhão recolhia era depositado nas instalações de uma antiga usina de materiais recicláveis, localizada no perímetro da cidade. Lá, alguns trabalhadores servidores da prefeitura faziam uma separação mínima do material, o qual era acumulado para depois ir a leilão. Como o volume era muito pequeno, o tempo em depósito era sempre grande. O resultado financeiro do leilão era revertido para a prefeitura. A avaliação foi de que esse processo não tinha o mínimo de controle e organização.

Em 2001, a nova administração da Secretaria de Meio Ambiente (SEUMA) extinguiu de imediato essa forma de coleta e distribuição seletiva do lixo, mas contou, por um bom tempo, com muita resistência dos servidores da prefeitura envolvidos nesse programa. Estes servidores sutilmente continuaram colaborando de forma insatisfatória para viabilizar o novo sistema que estava sendo implementado.

No novo sistema definiam-se áreas prioritárias para a coleta seletiva, de maneira a se obter mais volume e materiais melhores para reciclagem, mas não se dispunha nem de caminhões suficientes para executar o trabalho nem de apoio e resposta da população. Foi preparado mais um caminhão velho para esse fim, que entrou em funcionamento um pouco depois, e, na seqüência, um ônibus, também velho, foi adaptado para o trabalho da coleta.

Os trabalhadores do primeiro grupo a deixar o lixão receberam a promessa da prefeitura de que o material da coleta seletiva a ser iniciada de forma organizada seria destinado ao empreendimento que decidissem formar. Entretanto, era necessário contar com a ajuda deles no processo de sensibilização da população daquelas áreas delimitadas para a coleta seletiva. Por meio da soma de esforços entre a equipe da Incubadora da UEM, da prefeitura e dos próprios trabalhadores, o processo de organização da primeira cooperativa foi realizado concomitantemente com o trabalho de sensibilização da população para a coleta seletiva.

Nessa fase, a prefeitura confeccionou panfletos, os quais foram distribuídos por esse grupo de catadores, acadêmicos e servidores da prefeitura, em locais,

como escolas, residências e estabelecimentos comerciais. Programaram-se também palestras nas escolas, associações de bairros, de moradores e outras. Essa campanha teve a colaboração de outras Secretarias municipais, como a da educação e a da saúde.

A sensibilização da população alvo foi mostrando resultados positivos, aumentando o volume da coleta seletiva. À medida que os outros dois veículos foram adaptados para esse fim, ocorreu o crescimento da coleta. A chegada dos coletores era anunciada por alto falante no próprio caminhão, que recolhia o material. O material coletado era entregue nas cooperativas que faziam a triagem, classificação e prensagem dos resíduos.

Mas esse crescimento esbarrava na indisponibilidade de caminhões mais novos, porque sendo velhos entravam sempre na oficina para reparos, ficando, no geral, apenas os dois caminhões que coletavam com os servidores da prefeitura.

Insatisfeitos com a quantidade de material coletado e com as dificuldades apresentadas pela prefeitura, os trabalhadores propuseram-se a fazer eles mesmos a coleta com esses caminhões. A prefeitura dispôs os caminhões e os motoristas, servidores públicos, para dirigir; os trabalhadores faziam o trabalho da coleta e, à medida que foram sendo formadas novas cooperativas, o material coletado passou a ser distribuído entre elas.

Ainda hoje³⁴, a comunidade separa os resíduos no domicílio/estabelecimentos e a prefeitura faz a coleta seletiva de porta em porta com os trabalhadores de 3 cooperativas. Das 9 (nove) cooperativas, uma das quais é de 2º grau (Central de Comercialização), que compõem o complexo do lixo intermunicipal (6 em Maringá, 1 em Paissandu e 1 em Sarandi), 4 (quatro) das de Maringá recebem material da coleta seletiva e 2 (duas) são de catadores de rua. A coleta seletiva está implantada em 102 bairros localizados nas proximidades da região central da cidade. No centro, a coleta é feita predominantemente por uma das cooperativas de catadores de rua. Existem ainda 4 (quatro) pontos de entrega voluntária que dispõem de coletores especiais para o lixo separado: um no centro e os demais nas regiões de maior densidade populacional.

³⁴ Situação encontrada em novembro/2005.

Os coletores que atuam no caminhão recolhem o material que está sendo depositado na calçada em dias da semana já estabelecidos. O material coletado é entregue nas cooperativas que fazem a triagem, classificação e prensagem dos resíduos. Tanto a SEUMA como os cooperados fazem divulgação e sensibilização dos moradores dos bairros para a coleta seletiva por meio de rádio, jornais, faixas, panfletos e visitas a associações de bairro e escolas. Os cooperados fazem mais o trabalho de sensibilização de porta em porta. Há indicações fornecidas pelo Secretário da SEUMA de que, neste ano de 2006, com o objetivo de aumentar e generalizar a coleta seletiva, o Prefeito está estudando uma forma de incentivo com desconto de tributos/impostos municipais no caso das empresas e de IPTU para os domicílios e residências.

Esse novo Prefeito municipal é oriundo de outro partido político, ideologicamente contrário ao anterior. Até agora ele não mudou o sistema que havia sido implantado e propôs-se a cumprir o que ficou estabelecido nas Leis municipais criadas pelo governo anterior no que se refere à ajuda às cooperativas. A Lei que normatizava a ajuda destinada aos pagamentos dos aluguéis dos barracões das cooperativas, por ser com tempo determinado, restringe-a hoje a alguns aluguéis de barracões onde estão instaladas as cooperativas mais novas. Segundo ele, estas devem ganhar autonomia, dispensar a ajuda pública, a qual precisa ser canalizada também para outros grupos que dela necessitam. Além disso, informa que está analisando propostas de implantação de uma nova tecnologia no aterro sanitário.

De início, ele tentou algumas ingerências na organização do complexo cooperativo e nas próprias cooperativas, mas encontrou resistência dos cooperados. O Secretário da antiga SEUMA, hoje Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura, continua defendendo a diminuição do número e o agrupamento delas. Os cooperados sempre se mostraram sabedores do que queriam, apresentando suas defesas em reuniões e conversas. Mostram-se sempre muito atentos a todos os movimentos e propostas da Prefeitura, em especial aos esforços que ela vem dispensando para mudar o funcionamento do aterro sanitário, que poderá vir a mudar ou extinguir a coleta seletiva. Dialogam com os orientadores do Núcleo/

Incubadora, solicitam opiniões sempre que precisam e a Incubadora continua acompanhando e orientando nas suas necessidades, em especial na organização da Central de Comercialização e nas cooperativas mais recentes, as dos catadores de rua.

4.4. Processo de formação das cooperativas

4.4.1. Coopermaringá³⁵

A Coopermaringá nasceu na zona 07 do Município de Maringá-Pr e hoje está localizada na Rodovia BR 317, 1003, Pavilhão A – Jardim Industrial. Tem por objetivo a coleta e seleção de materiais recicláveis e também prestação de serviços. Ainda está funcionando em instalações cedidas em comodato pela SEUMA do município de Maringá.

A participação do Núcleo/Incubadora UNITRABALHO da UEM no processo de criação da cooperativa teve, como ponto de partida, uma reunião, com a SEUMA, ocorrida no primeiro semestre de 2001 que foi a responsável pelo “Projeto de Saneamento do lixão”. A proposta da SEUMA, por meio de correspondência oficial, era de que o Núcleo/Incubadora da UEM participasse na organização da saída das pessoas que viviam do lixo extraído no lixão a céu aberto de Maringá. Esse foi um compromisso social que a Prefeitura assumiu. Do Núcleo/Incubadora da UEM, alguns componentes passou a integrar uma equipe formada por representantes da própria SEUMA, da Fundação de Desenvolvimento

³⁵ As informações referentes ao período que vai até final 2002 foram extraídas das seguintes fontes: Instrumento de levantamento de dados e informações das práticas de incubação, apresentado para o “Projeto Incubadoras 2001”, desenvolvido pela Rede UNITRABALHO e Rede de ITCPs, em nível nacional, financiado pela Organização Intereclesiástica para a Cooperação e Desenvolvimento (ICCO), entidade holandesa no campo da sociedade civil; dos Relatórios do Projeto de Extensão – “Formação e Assessoria de Cooperativas de Trabalho e Empreendimentos Associativos Populares”, período de 7/2001 – 12/2002, do “Projeto Resgate da Cidadania: Uma proposta de organização coletiva da população que sobrevive da venda dos produtos recicláveis em Maringá”, período de 3/2002 – 4/2004 e do Projeto de Extensão “Incubagem de Cooperativas de Trabalho e Produção e Empreendimentos Econômicos Solidários”, período de 6/2003 - 5/2004, bem como de anotações preliminares ainda não incorporadas ao Relatório do mesmo Projeto para o período de 6/2004-5/2005.

e Social e Cidadania de Maringá (FUNDESC), do Jovens Unidos por um Ideal (JOCUN) - entidade religiosa - e do Programa de Intercâmbio de Estudantes (IAESEC). A equipe tinha por finalidade preparar e assessorar os trabalhadores do lixão para se organizarem coletivamente num empreendimento gerador de renda e assim se reintegrarem à comunidade de uma forma mais digna como trabalhadores e trabalhadoras.

Logo no começo dos trabalhos, como a atividade abrangia vários órgãos, dentre eles a Universidade/UNITRABALHO, surgiu a necessidade de se elaborar um projeto que norteasse as atividades conjuntas, o qual foi posto em tramitação na Prefeitura Municipal de Maringá nos meses de abril a julho de 2001.

No cronograma de execução, procurou-se contemplar o processo de incubação do Núcleo/Incubadora UNITRABALHO da UEM, adequando-o à realidade daqueles trabalhadores, que, dentre outras características, apresentavam baixíssimo nível de escolarização, o que dificultaria o processo de organização em torno da idéia de uma associação ou cooperativa. Algumas atividades já realizadas ou em andamento durante a elaboração do projeto foram contempladas e outras foram previstas. Já tinham sido realizadas pelo menos cinco reuniões no lixão com o objetivo de sensibilizar os trabalhadores para abandonar o local e buscar outra alternativa de trabalho, em razão da necessidade de fechamento e saneamento do lixão a céu aberto por força de uma Ação Judicial do Ministério Público, amparada em Lei.

Uma das atividades executadas foi o Encontro com os catadores do lixão, realizado na UEM em maio de 2001. O evento contou com a presença de cerca de 60 catadores e teve apoio da SEUMA. Outro evento do qual o grupo participou foi o Fórum Municipal de Meio Ambiente ocorrido no mês de junho do mesmo ano. Antes da realização desse Fórum, no mês de abril, já havia sido feita uma pesquisa para diagnosticar, com base na aplicação de um questionário estruturado junto à população em questão, sua origem e situação sócio-econômica. Os resultados foram apresentados e discutidos no Fórum juntamente com a discussão das políticas de inserção social. Em sua organização, o evento

contou com a presença de uma comissão dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis.

As reuniões da equipe de organização e apoio (UNITRABALHO, SEUMA, JOCUN e IAESSEC) com os catadores do lixão aconteciam semanalmente e nelas eram definidos os conteúdos das discussões que aconteceriam na reunião semanal seguinte. Tais reuniões aconteceram de abril a agosto/2001. No meio do processo, o JOCUN e o IAESSEC se retiraram; a UNITRABALHO permaneceu como responsável pela organização e incubação dos trabalhadores interessados em fazer parte de um empreendimento e a SEUMA oferecia profissionais da área da assistência social e suporte técnico.

Entre os meses de julho e agosto, foi oferecido o curso de extensão preparatório e introdutório sobre Cooperativismo e Associativismo, organizado sob a forma de módulos em linguagem simples e acessível aos trabalhadores, ministrado por componentes do Núcleo/Incubadora UNITRABALHO, em salas de aula na UEM. Paralelamente, em local disponibilizado pela Prefeitura para que os trabalhadores catadores se reunissem, foram promovidas palestras, discussões e oficinas com profissionais colaboradores das áreas de saúde, meio ambiente e psicologia.

Houve grande aproveitamento e participação (cerca de 95% freqüentaram o curso). No entanto, apesar da linguagem simplificada, algumas dificuldades surgiram, especialmente por causa do alto índice de analfabetos existente no grupo de trabalhadores. Percebeu-se uma dificuldade de entendimento de muitas questões, revelada pelas discussões em grupos. A desagregação foi outro fator preocupante, uma vez que, apesar da utilização de técnicas de socialização, ainda não havia se instalado um grau suficiente de confiança e solidariedade no grupo dos trabalhadores.

Como o prazo para que os trabalhadores catadores abandonassem o local do lixão, que era dezembro/2001, promoveram-se entre setembro e novembro de 2001, as reuniões preparatórias para a formação de uma cooperativa ou associação. A decisão dos trabalhadores foi pela formação de uma cooperativa. O Estatuto da cooperativa em formação foi construído com base em discussões

junto com a equipe de apoio da Prefeitura e do Núcleo/Incubadora com esses trabalhadores, com o acompanhamento de uma advogada, membro da UNITRABALHO da UEM.

Nos meses de julho e agosto/2001, parte dos trabalhadores catadores do lixo já tinha abandonado a catação para trabalhar na reforma e preparação das instalações do salão cedido em comodato pela Prefeitura municipal de Maringá para sediar a cooperativa. A prefeitura cedeu também algumas máquinas, como prensa e equipamento para pesagem, mesas para separação, uniforme, material de escritório reciclado, entre outros. Após a reforma do salão, os futuros cooperados começaram a trabalhar coletivamente no novo local.

Em novembro de 2001, após a discussão, construção e aprovação do Estatuto, com 32 cooperados, foi fundada a Cooperativa Maringá de Materiais Recicláveis e Prestação de Serviços (Coopermaringá). Nesse momento foram eleitos também o Presidente e os Conselhos. O Estatuto foi registrado na junta Comercial e, em seguida, foi providenciado o CNPJ, além de outras documentações que deveriam tramitar junto à prefeitura e órgãos sanitários.

A FUNDESC, ligada à Prefeitura de Maringá, assumiu o compromisso junto aos trabalhadores de proporcionar aos cooperados uma cesta básica e vale transporte, por um período de, no máximo, um ano, ou seja, por um prazo que lhes permitiria estruturarem melhor seu empreendimento. A SEUMA assumiu o compromisso de carregar o material de coleta seletiva com caminhões da prefeitura e entregá-lo na cooperativa, sem custo para a cooperativa. Assim, ela se organizou para fazer a separação, classificação e comercialização dos materiais reciclados.

O trabalho inicial de sensibilização e conscientização junto aos moradores da cidade para a coleta seletiva de lixo começou a ser feito pelos cooperados, com o auxílio da Secretaria do Meio Ambiente e com a orientação, também, dos acadêmicos da Consultoria Júnior do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da UEM, que se dispuseram a atuar sob a supervisão da equipe do Núcleo/Incubadora UNITRABALHO. Os cooperados disponibilizaram um dia na semana para as reuniões, orientações e treinamento com a equipe da

UNITRABALHO e com esta Consultoria. O Regimento Interno da Coopermaringá foi sendo construído pelos cooperados, com o apoio da equipe, da advogada ligada à UNITRABALHO e da assistente social da FUNDESC, que também era formada em Direito.

A equipe do Núcleo/Incubadora UNITRABALHO orientou e acompanhou o grupo de associados na solução de dúvidas e resolução de problemas internos, tanto de ordem pessoal como organizacional. Uma socióloga da SEUMA e uma psicóloga de um programa de atendimento ligado ao Movimento de Mulheres no município de Maringá trabalharam a questão de relacionamento junto aos cooperados, por meio de dinâmicas de grupo.

Antes mesmo da atuação da Consultoria Junior da UEM, a SEUMA tinha disponibilizado um contador, que voluntariamente acompanhou a cooperativa nas questões práticas tributárias. O objetivo de inserir os acadêmicos da Consultoria Junior no trabalho da equipe foi o de ajudar a oferecer o suporte técnico necessário aos cooperados no tocante à gestão e organização da cooperativa, sob a orientação de professores ligados ao Núcleo/Incubadora UNITRABALHO. Os acadêmicos da Consultoria Junior orientaram a organização e a utilização dos livros de registros e controles administrativos e contábeis, mas enfrentaram grande dificuldade para que os cooperados entendessem a real importância de sua utilização. Em face da necessidade repassada pelos cooperados nas reuniões, a equipe do Núcleo/Incubadora UNITRABALHO, por meio de sua coordenação, responsabilizou-se por otimizar alguns formulários básicos para preenchimento diário e semanal da pesagem do material, entrada e saída de produtos (material reciclável), despesas, etc. Os formulários foram sendo utilizados pelos cooperados em caráter experimental e, mais tarde, passaram a ser utilizados sistematicamente.

Além da possibilidade de inserção dos cooperados em cursos voltados para administração, digitação, serviços e técnicas de secretaria, foram realizados cursos paralelos de saúde, comida alternativa, entre outros. Alguns cooperados freqüentaram programas oficiais de alfabetização de adultos, com o objetivo de concluir a educação formal básica.

Na medida do possível foram sendo discutidas e estudadas possibilidades de superação dos problemas de relacionamento interno (marcantes) e também de aumento de rendimento por meio de mudanças na organização interna do trabalho na cooperativa. Em face do descontentamento de alguns quanto aos valores que estavam recebendo, comparativamente menores do que os obtidos anteriormente no lixão, os cooperados chegaram à conclusão de que eles próprios também deveriam coletar o material reciclável. Na cooperativa eles passaram a dividir o resultado líquido das vendas dos materiais reciclados em partes iguais para cada cooperado. Foi conseguido, mediante patrocínio de empresários locais, 10 carrinhos para coleta de materiais recicláveis na cidade, além da reforma de um pequeno caminhão de propriedade de dois cooperados, o qual passou a ser utilizado nas atividades da cooperativa. Mesmo assim, a maior parte do lixo oriundo de coleta seletiva que chegava à cooperativa para separação era transportada por caminhões da Prefeitura Municipal de Maringá.

No início de março de 2002, o Secretário da SEUMA da Prefeitura de Maringá voltou a se reunir com a coordenação do Núcleo/Incubadora UNITRABALHO para definir os próximos passos. Nessa reunião, decidiu-se pela elaboração de um projeto para dar continuidade à atuação da equipe do Núcleo/Incubadora UNITRABALHO no processo de incubação da Coopermaringá e que contemplasse também a necessidade de atuar junto aos catadores de rua que estavam se organizando, aos remanescentes do lixão e também aos da Coopercicla (cooperativa de reciclagem organizada pela igreja que pertencia a uma região específica da cidade - Zona 7). Ou seja, decidiu-se pela continuidade da incubação da Coopermaringá e pela organização em cooperativa ou associação dos outros trabalhadores, catadores remanescentes do lixão. Esse novo projeto, no qual se previa o estabelecimento de convênio com a Prefeitura Municipal e a Universidade Estadual de Maringá, foi posto em tramitação a partir do mês de abril de 2002, com uma proposta de cronograma de execução com duração de 2 (dois) anos.

A cooperativa continuou sendo incubada e, no dia-a-dia do acompanhamento aos cooperados, foram reforçados os princípios cooperativistas,

bem como as questões relativas à administração da autogestão, nos aspectos contábeis, financeiros, comerciais, entre outros. Os alunos da Consultoria Junior, orientados pela equipe de professores do Núcleo/Incubadora UNITRABALHO, continuaram realizando semanalmente o trabalho de orientação e acompanhamento. As reuniões com todos os cooperados e orientadores, das quais participavam também assessoras da SEUMA, com a finalidade de discutir e orientar a solução de problemas técnicos, questões de relacionamento pessoal, conflitos dentro do grupo, propostas de atuação da cooperativa, dificuldades de compreensão do viver cooperativo, continuaram sendo realizadas semanalmente, às quartas-feiras, nas dependências da própria cooperativa. Em julho de 2002, um grupo de cooperados participou do II Encontro Nacional de Educação Social realizado em Maringá, tendo sido convidados a relatar, por meio de uma oficina, suas experiências vividas antes e depois da formação da cooperativa.

Durante os meses de outubro e novembro de 2002, uma vez que já tinha vencido o prazo da primeira gestão, a equipe de orientadores do Núcleo/Incubadora UNITRABALHO e da SEUMA acompanhou e orientou os cooperados quanto aos procedimentos regulares de todo o processo de eleições da nova diretoria da Coopermaringá. As eleições ocorreram em novembro de 2002, vencendo uma chapa única. Durante essa primeira gestão, houve um razoável movimento de rotatividade de associados: entre os que saíram e os outros que entraram, permaneceu um número de 28 cooperados.

Dando continuidade às atividades de acompanhamento, de novembro de 2002 a fevereiro de 2003, foram realizadas reuniões periódicas com os integrantes da Coopermaringá. O acompanhamento se deu por meio de duas equipes: a primeira (Equipe I), formada por três professoras, uma técnica em assuntos educacionais e advogada e uma acadêmica de Administração; a segunda (Equipe II), formada por quatro acadêmicos dos cursos de Administração e Economia e um contador pertencentes à Júnior Consultoria, assessorados pelas professoras que coordenam os trabalhos e um contador da SEUMA.

Nas reuniões quinzenais do Núcleo/Incubadora UNITRABALHO (reuniões internas com todos os membros das equipes I e II) relatavam-se os resultados das

atividades das equipes responsáveis pela administração, contabilidade e relações humanas, discutiam-se formas de integração do trabalho das equipes, além dos encaminhamentos necessários à continuidade dos trabalhos e possíveis soluções para os problemas e conflitos internos do grupo.

Com os cooperados da Coopermaringá foram trabalhadas as questões de respeito ao próximo, trabalho em grupo (dificuldades, desafios e resultados), solidariedade, relacionamento intergrupo, responsabilidade, regimento interno, experiências externas, participação na comunidade, sempre retornando aos princípios e valores básicos do cooperativismo que servem de sustentação para qualquer empreendimento Cooperativo.

Procurou-se desenvolver, ao longo das reuniões e conversas individuais com os cooperados, o sentido de grupo e classe para que os mesmos, identificando-se com seus pares, pudessem criar vínculos, sem esquecer de desenvolver o potencial empreendedor que colaboraria para o sucesso do empreendimento em nível econômico.

A equipe responsável pela organização administrativa interna da Coopermaringá reuniu-se periodicamente (reuniões quinzenais), para repassar informações contábeis, administrativas e planilhas para a Diretoria da Cooperativa. As planilhas foram entregues mensalmente à Secretária do Núcleo/Incubadora UNITRABALHO, que efetuava a digitação para posterior assinatura dos membros da Diretoria da Cooperativa. Uma das vias era encaminhada para os responsáveis na cooperativa, que elaboravam o balancete mensal.

No decorrer dos trabalhos surgiu a possibilidade de se agregar os acadêmicos de vários Programa Especial de Treinamento (PET) da UEM. Em suas várias áreas, os componentes desse Programa tinham condições de oferecer aos cooperados uma melhor estrutura de apoio, especialmente no que se refere aos procedimentos para agregar mais valor ao produto a ser vendido e oferecer orientação em áreas de carência. Os acadêmicos elaboraram projetos nas áreas de química, engenharia química e agronomia para serem aplicados na cooperativa no decorrer do ano de 2003.

Durante o período, foram feitos vários contatos com a prefeitura – (setor de cadastro de profissões) para registrar os cooperados como trabalhadores autônomos. Tanto os acadêmicos envolvidos quanto a técnica procuraram conversar com o Diretor desse setor, em dias alternados, para sensibilizá-lo para a necessidade de cadastro. No entanto, ele alegou desconhecer a atividade de “catador” ou “selecionador de lixo” e afirmou que não poderia criar uma nova modalidade de ofício. A equipe decidiu esperar a chegada do novo cadastro de profissões, aprovado pelo Ministério do Trabalho, uma vez que o mesmo contemplava tal modalidade de serviço.

Foram feitos contatos também com as professoras responsáveis pelo Programa de Alfabetização, Ensino Fundamental e Médio de Adultos da UEM, que se dispuseram a visitar a cooperativa. Após discussões e sensibilização do grupo, viabilizou-se a matrícula de todos os membros associados no referido curso, tendo em vista que, assim, eles poderiam retornar aos estudos básicos.

Também foi discutida com o grupo a necessidade de qualificação dos associados para outras atividades afins, uma vez que isto poderia favorecer a expansão das atividades da cooperativa. Em razão disso, construiu-se uma lista com as aptidões dos associados, com os ramos em que gostariam de se qualificar, tendo em vista providenciar o oferecimento de cursos nas áreas escolhidas.

As acadêmicas envolvidas no projeto empenharam-se em conseguir um curso gratuito de Práticas de Secretaria junto ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), para que tanto a Secretária quanto a Tesoureira da cooperativa pudessem atender melhor às necessidades do trabalho. Após a troca de correspondência oficial em nome da cooperativa, o curso foi conseguido e ambas o freqüentaram.

Dois acadêmicos acompanharam a coleta seletiva durante uma semana, para traçar o percurso, verificar os procedimentos, detectar possíveis falhas e levantar subsídios que permitissem pensar soluções conjuntas nas reuniões quinzenais das equipes .

Além de dar continuidade ao processo de incubação, colaborando para a superação das dificuldades, desafios e resultados do trabalho em grupo e fortalecendo a discussão sobre respeito ao próximo, solidariedade, relacionamento intergrupo, participação na comunidade, responsabilidade de cada um no processo, foram feitas reuniões também para discutir a necessidade de pagamento de impostos, pagamento individual ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e outros encargos sociais da cooperativa. A base teórica da discussão sempre foi a dos princípios e valores do cooperativismo, que servem de sustentação para qualquer empreendimento cooperativo.

Duas dificuldades ainda persistiam no final do ano de 2003 na cooperativa: a aceitação da necessidade de os trabalhadores pagarem o INSS e a criação dos fundos obrigatórios. Os cooperados alegavam que os custos eram altos, mesmo que seus ganhos efetivos tivessem crescido gradativamente. Em reunião realizada no mês de dezembro de 2003, ficou acertado que em 2004 isso seria regularizado. Além de outras dificuldades, essa contribuição esbarrava na dificuldade de documentação, visto que a Coopermaringá ainda não tinha pedido a inscrição estadual porque eram necessárias algumas adequações nas instalações físicas, exigidas pelos laudos da saúde e corpo de bombeiros, e que seriam providenciadas pela prefeitura.

O Núcleo/Incubadora UNITRABALHO conseguiu uma vaga gratuita e custeou outra para um curso de Confecção de artesanato para duas cooperadas da Coopermaringá. Os PET também custearam a vaga de uma “petiana” que agiria como multiplicadora junto com as cooperadas que realizaram o curso. O intuito foi o de capacitar os membros da cooperativa de reciclagem para alternativas de trabalho com o material separado e, assim, agregar valor ao produto. Os PET não tiveram muito êxito. A fabricação de detergentes, prevista pelo PET de Química, mostrou-se inviável, pois o produto não atingiu qualidade.

Foram realizadas reuniões com os cooperados para incentivá-los a encaminhar trabalhos e projetos, visando buscar recursos junto a fundos. A equipe II trabalhou junto aos cooperados a elaboração de um Plano de Negócios da

cooperativa, cuja viabilidade foi estudada nos demonstrativos de rendimentos e despesas, entre outros analisados.

Por essa época, foi formado um Conselho Gestor do Lixo, do qual a cooperativa participa. Compõem o Conselho: um membro de cada cooperativa formada ou em formação dos municípios de Maringá, Sarandi e Paissandu e um representante de cada uma das secretarias municipais envolvidas nos trabalhos, do Núcleo/Incubadora UNITRABALHO, da ADS/CUT e do Sebrae. As cooperativas de Maringá repassam experiência e ajudam nas discussões de formação de outras nos municípios vizinhos. Com a instalação do Fórum Intermunicipal de Lixo e Cidadania, chamado pelo Conselho Gestor, ocorrido em março de 2004, esperava-se que houvesse um envolvimento maior de todos os setores (públicos e privados) para a discussão de novas políticas públicas para o município.

Com relação à qualificação, no período compreendido nos meses de março de 2003 a maio de 2004, foram realizadas várias oficinas com temas de interesse dos cooperados, além de um curso de Gestão de Empreendimentos Solidários, com base nos dados construídos e analisados no Plano de Negócios. Nos meses de janeiro a abril de 2004, foi finalizada a elaboração do Plano de Negócios da Coopermaringá, o qual, em junho de 2004, em solenidade foi oficialmente divulgado para os cooperados.

Para fazer avançar a cooperativa, de acordo com o Plano de Negócios e com as discussões do Conselho Gestor, foi pensada a possibilidade de venda conjunta com outras cooperativas e da criação de uma Central de Comercialização. O objetivo dessa proposta era buscar soluções conjuntas para agregar valor ao produto e, assim, livrar os cooperados do maior número possível de atravessadores, levando-os a construir tanto sua autonomia financeira quanto o crescimento da cooperativa.

O trabalho de acompanhamento aos cooperados teve continuidade. As orientações e discussões focavam a necessidade de se formar, junto com outras duas cooperativas já instaladas e registradas, a Central de Comercialização (cooperativa de 2º grau), para evitar as vendas aos atravessadores e

proporcionar maior retorno aos cooperados. Em razão disso, o Núcleo/Incubadora UNITRABALHO elaborou um projeto juntamente com a Coopermaringá, com o objetivo de obter recursos, destinados diretamente a ela, para a compra de uma unidade industrial de transformação do PET, a qual permitiria agregar mais valor ao produto vendido, dinamizando a criação da Central. Em outubro de 2004, o projeto: Consolidação do Complexo do Lixo Reciclável em Maringá e Região, no âmbito do Programa “Trabalho e Cidadania” da Fundação Banco do Brasil (FBB), foi contemplado com recursos da Fundação, de forma que a cooperativa pôde obter, além do equipamento industrial, um caminhão e alguns computadores para as cooperativas que comporiam a Central de Comercialização.

A instalação do referido equipamento passou por algumas dificuldades, uma vez que a prefeitura municipal não podia dispor de recursos antes do fim do período eleitoral. Por outro lado, os cooperados estavam apreensivos quanto ao resultado da eleição para Prefeito e perguntavam-se como o poder público, se fosse trocado, iria olhar para esse tipo de empreendimento, visto que o aluguel do barracão onde funciona a Coopermaringá deveria ser subsidiado pela prefeitura municipal, com amparo em Lei Municipal nº 6.164 de 9/1/2003, até o final de 2005.

Um Curso de Informática Básica, em linguagem simples e acessível aos cooperados, foi realizado de fevereiro a junho de 2005, pela equipe do Núcleo/Incubadora UNITRABALHO, com o objetivo de melhorar a capacitação dos cooperados e facilitar o trabalho de autogestão de seus empreendimentos. O curso contou com a participação de dois representantes da administração da Coopermaringá e atendeu a uma necessidade dos cooperados. Com os recursos financeiros do projeto da FBB, foram adquiridos equipamentos de informática (computador e impressora) e fez-se necessário, portanto, qualificar algumas pessoas da cooperativa para sua utilização. Além disso, o objetivo também era fortalecer a Central, visto que havia a previsão de instalação de um programa de gestão para informatizar o movimento e os registros de cada cooperativa isolada e, assim, alimentar o software de comercialização que iria integrar as cooperativas filiadas à Central de comercialização.

Os acadêmicos dos cursos de informática, engenharia de produção, administração e contábeis, responsáveis pela implantação, na cooperativa, do software adquirido com recursos da FBB, receberam treinamento para atuar junto às mesmas desde o final do mês de junho de 2005.

Os cooperados também participaram de 2 (dois) cursos de liderança preparados pela equipe do Núcleo/Incubadora. Um, ministrado a todos os cooperados, chamado: Liderança e Equipe no Cooperativismo, e outro, ministrado aos administradores (presidentes, secretários e conselheiros) da cooperativa, chamado: Desenvolvendo Lideranças.

O Núcleo/Incubadora UNITRABALHO, até o momento da finalização da pesquisa, continuou a sua sistemática de visitas de acompanhamento, reuniões semanais, oficinas, além do suporte técnico nas áreas contábil, administrativa, jurídica e financeira e de relações humanas no trabalho.

4.4.2. Cocarema³⁶

A Cocarema nasceu um ano após a Coopermaringá, no Conjunto Borba Gato, rua Sinclair Sambati do Município de Maringá-Pr, e hoje está localizada na Rodovia BR 317, nº 1003, Pavilhão B – Jardim Industrial. Tem por objetivo coleta e seleção de materiais recicláveis e também prestação de serviços. Ainda está funcionando em instalações cedidas em comodato pela SEUMA do município de Maringá.

A participação do Núcleo/Incubadora UNITRABALHO no processo de criação e de implementação dessa cooperativa é conseqüência do trabalho

³⁶ Informações extraídas do Relatório do Projeto "Resgate da Cidadania: Uma proposta de organização coletiva da população que sobrevive da venda dos produtos recicláveis em Maringá", período de 3/2002 a 4/2004 e do Relatório do Projeto de Extensão "Incubagem de Cooperativas de Trabalho e Produção e Empreendimentos Econômicos Solidários", período de 6/2003 – 5/2004, bem como de anotações preliminares para o Relatório do mesmo Projeto para o período de 6/2004-5/2005.

anterior, quando os trabalhadores que estavam no lixão foram sensibilizados a abandonar o local e formaram a Coopermaringá.

Composto inicialmente por 17 trabalhadores, o grupo da Cocarema foi o segundo a sair do lixão para criar a sua própria cooperativa. Alegando que os cooperados da Coopermaringá (a primeira cooperativa formada) trabalhavam pouco, ao passo que eles, ao contrário, queriam obter um rendimento maior e entendendo que as demais pessoas do grupo compartilhavam desse desejo e tinham essa pré-disposição, eles tomaram a decisão de formar uma nova cooperativa. Isso aconteceu em meados de junho de 2002 e, em outubro do mesmo ano, eles já estavam alojados num espaço físico (pequeno barracão) alugado pela Prefeitura Municipal de Maringá, para começar a trabalhar propriamente como uma cooperativa. Esse grupo, que ficou com 15 pessoas, começou com forte liderança de um dos trabalhadores que estimulou todos a se firmarem na decisão de formar uma cooperativa própria.

Tanto os componentes do Núcleo/Incubadora UNITRABALHO como os técnicos da SEUMA, com experiência anterior na retirada das pessoas do lixão e na sua organização como cooperados, puderam continuar o trabalho de orientação na organização e na constituição dessa nova cooperativa, agora de uma forma mais organizada e sistematizada. Esse trabalho foi favorecido então pela disponibilidade do próprio grupo.

Aproveitando a experiência adquirida com a formação e acompanhamento do primeiro grupo de cooperados, os orientadores/educadores da Incubadora procuraram definir, com esses catadores, as etapas de crescimento do novo projeto coletivo de trabalho. Os encaminhamentos foram semelhantes, especialmente no que diz respeito ao apreço pelo conhecimento individual e pela autonomia do grupo. A carga de conhecimento anteriormente adquirido servia de base para esse empreendimento coletivo, visto que a população era a mesma em termos de tipo e origem de atividade. Entretanto, sabe-se que cada grupo carrega especificidades, que, no decorrer dos trabalhos, seriam observadas e tratadas adequadamente.

O primeiro passo foi reforçar os princípios do trabalho coletivo; para tanto, um curso de extensão sobre Cooperativismo e Associativismo foi realizado na UEM no período de junho a agosto de 2002. Das 23 pessoas que começaram o curso, 17 concluíram.

No mês de outubro de 2002, membros do Núcleo/Incubadora UNITRABALHO e alguns representantes da Cocarema participaram, junto com membros da Coopermaringá, de reuniões preparatórias para o Encontro de Catadores, que foi realizado em dezembro desse mesmo ano, em Maringá.

As reuniões periódicas com os trabalhadores iniciaram-se em novembro de 2002, com atrasos, em razão de dificuldades no acerto de calendário entre a equipe de acompanhamento e os trabalhadores. Semanalmente, em dias combinados com eles, uma equipe composta por dois acadêmicos da Consultoria Júnior da UEM, monitorados por um professor, orientavam o controle interno e a organização dos documentos necessários ao funcionamento da cooperativa (livro caixa, planilhas de custo, de vendas, controle de horas trabalhadas, entre outros). Na medida do possível, os técnicos da SEUMA iam viabilizando os equipamentos, os quais, a título de doação, eram conseguidos junto à comunidade e a empresários locais (carrinhos p/ coleta, prensa, equipamentos de proteção, entre outros).

No final do mês de outubro de 2002, por meio de um Convênio entre a UEM e a Prefeitura Municipal de Maringá, foi firmado um Contrato de Prestação de Serviços, que visava, dentre outras coisas, garantir a incubação e o acompanhamento à Coopermaringá e à Cocarema, além da assistência aos remanescentes do lixão interessados em se organizar em associação/cooperativa.

Assim, a partir do mês de novembro de 2002 e durante o ano de 2003, foram realizadas reuniões semanais com os integrantes da Cocarema, nome que eles escolheram para a cooperativa logo nas primeiras reuniões do grupo, depois de estabelecidos no local de funcionamento. O acompanhamento do Núcleo/Incubadora UNITRABALHO se deu por meio das mesmas equipes que atenderam a Coopermaringá, sempre assessoradas pelas professoras que coordenavam os trabalhos, por um contador da “Consultoria Júnior” da UEM e um

contador da SEUMA. A FUNDESC de Maringá também disponibilizou um técnico para ajudar nos trabalhos, visto que, por decisão interna da Prefeitura, as ações em torno das cooperativas passaram para essa fundação, que mais tarde se transformaria numa secretaria da prefeitura.

Nas reuniões quinzenais, internas, do Núcleo/Incubadora UNITRABALHO com todos os membros das equipes e, em alguns momentos, com os técnicos da SEUMA e FUNDESC, discutiam-se questões referentes às duas cooperativas, especialmente os controles internos e os procedimentos contábeis, as ações direcionadas para as relações humanas, as formas de integração dos trabalhos entre as equipes, bem como os encaminhamentos para a continuidade dos trabalhos e possíveis soluções para os problemas e conflitos internos.

Com base na experiência anterior, para prevenir problemas de ordem interna e de organização dos trabalhos e tarefas dentro da Cocarema, logo se começou a discutir com os cooperados a confecção do Regimento Interno, seguido da montagem do Estatuto, além do aprofundamento das questões voltadas para o cooperativismo. Desse trabalho participaram também a socióloga da SEUMA e a representante da FUNDESC.

A discussão para a formatação do Estatuto estendeu-se por vários meses durante o ano de 2003, em concomitância com as reuniões e oficinas realizadas na própria cooperativa, nas quais, segundo os princípios e valores básicos do cooperativismo, continuava-se a trabalhar as questões de respeito ao próximo, trabalho em grupo (dificuldades, desafios e resultados), solidariedade, relacionamento intergrupo, responsabilidade, participação na comunidade, pagamento de impostos, necessidade de pagamento individual do INSS e outros encargos sociais da cooperativa.

Procurou-se desenvolver, ao longo das reuniões e conversas individuais com os cooperados, o sentido de grupo e classe, para que os mesmos se identificassem melhor com seus pares e com eles pudessem criar vínculos, sem se esquecerem de desenvolver o potencial empreendedor necessário ao sucesso do empreendimento em nível econômico.

Duas cooperadas da Cocarema também participaram do Curso Confeção de Artesanato, para o qual a equipe da Incubadora tinha conseguido uma vaga gratuita e custeado outra. Como já foi afirmado, o intuito era capacitar os membros da cooperativa de reciclagem para alternativas de trabalho com o material separado pela própria cooperativa de forma a agregar valor ao produto.

Os alunos do PET de Química estenderam a esses cooperados a discussão sobre a possibilidade de fabricação de detergentes para aproveitamento de embalagens separadas pela cooperativa. O mesmo foi feito com as reuniões destinadas a preparar e encaminhar projetos para conseguir recursos para a cooperativa.

Os integrantes da cooperativa participaram, em novembro de 2003, do Encontro Estadual de Economia Solidária e I Encontro Estadual de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis, nos quais o presidente da Cocarema teve uma atuação de destaque, participando da organização e dos debates.

Foi prevista a oferta de cursos aos cooperados interessados em aprender digitação, serviços e técnicas de secretaria. Várias oficinas e palestras foram realizadas com os cooperados no decorrer desse período, levadas por profissionais da UEM, abordando temas como: saúde, higiene, alcoolismo e questões de gênero.

Os cooperados foram inseridos no Programa de alfabetização de adultos, junto com o Programa PET Educação da UEM, já citado, para retornarem e concluírem a educação formal básica, mas poucos deles se propuseram a fazê-lo, mesmo que as aulas ocorressem num espaço improvisado nas instalações da própria cooperativa. As aulas começaram a ser oferecidas duas vezes na semana, mas, depois, a pedido dos cooperados, passaram a ser realizadas uma vez por semana. Eles alegavam que as aulas tomavam tempo de trabalho, e, ao mesmo tempo, não queriam freqüentá-las em outros horários.

Reproduziu-se com a Cocarema a mesma dificuldade para registrar seus membros como trabalhadores autônomos e esperou-se que, com a chegada do novo cadastro de profissões, aprovado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o problema fosse solucionado.

Quanto à necessidade de qualificação dos associados para outras atividades afins, de forma a tentar expandir a área de atuação da cooperativa, especialmente na prestação de serviços, o trabalho de construir uma lista das aptidões dos associados e do que gostariam de aprender, para se providenciar os cursos, não prosperou. Foi discutida a possibilidade de inserir a Cocarema num programa da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá (Cocamar), denominado “Cocamar Ecológica”; para isso, foi decidido que os associados, juntamente com um dos membros da equipe fariam contatos para verificar como era o sistema. Essa idéia foi abandonada antes mesmo da Cocarema conhecer melhor o funcionamento do programa.

Outro ponto de discussão com os cooperados no ano de 2003 foi a possibilidade de os associados conseguirem um patrocinador para a confecção de saquinhos plásticos, cuja entrega nos domicílios juntamente com os folhetos explicativos ajudaria na sensibilização e no relacionamento da população com os membros da cooperativa. Discutiu-se também a possibilidade de se obterem mais carrinhos para que o pessoal pudesse sair às ruas para coletar material, além daquele oriundo da coleta seletiva realizada pela prefeitura.

Tal como ocorreu na Coopermaringá, duas dificuldades persistiam ainda ao final do ano de 2003: a aceitação por parte dos trabalhadores da necessidade de se vincularem ao INSS e a criação dos fundos obrigatórios. Os motivos alegados também eram: custos altos e necessidade de se legalizar a cooperativa.

Em meados de 2004, com recursos poupados pelos cooperados na própria cooperativa, eles adquiriram um veículo usado (Kombi, marca Volkswagem), o que lhes foi possibilitaria aumentar, com mais facilidade, o volume de material coletado nas ruas, e assim, elevar seus rendimentos.

No Fórum Intermunicipal de Lixo e Cidadania, cuja instalação ocorreu em março de 2004 por iniciativa do Conselho Gestor do Lixo, a Cocarema também participou com um representante.

Entre os meses de abril e maio de 2004, a fim de dar continuidade à qualificação desses trabalhadores, foi realizado o curso Gestão de Empreendimentos Solidários. Esse curso foi estruturado com base nas

informações e dados reais da Cocarema que já tinham sido construídos e analisados durante os meses de janeiro a abril de 2004 com o objetivo de montar um Plano de Negócios também para essa cooperativa. O curso, do qual todos os cooperados participaram, foi realizado na universidade, aos sábados, durante o dia todo.

Em junho de 2004, o Plano de Negócios da Cocarema também foi finalizado e, numa solenidade oficial com a presença de todos os cooperados, representantes da Prefeitura e do Núcleo/Incubadora, foi divulgado como um instrumento a ser implementado. Como na outra cooperativa, esse Plano tinha a finalidade de fazer crescer a Cocarema, criar condições para que ela pudesse vender seus produtos conjuntamente com outras cooperativas e participar em uma Central de Comercialização. Assim, seria possível agregar valor ao produto, livrar os cooperados do maior número possível de atravessadores, encaminhando sua autonomia financeira e seu crescimento enquanto cooperativa.

A partir de então, o acompanhamento aos cooperados teve continuidade e as orientações e discussões foram na direção de formar, junto com outras duas cooperativas já instaladas e registradas, a Central de Comercialização (cooperativa de 2º grau) para evitar as vendas aos atravessadores e proporcionar maior retorno aos cooperados.

Como a Central ainda não estava formalmente constituída e a Coopermaringá era a única que estava registrada, o Núcleo/Incubadora UNITRABALHO, juntamente com essa cooperativa, elaborou um Projeto, cujos recursos, se obtidos, seriam destinados para a compra de uma unidade industrial de transformação do plástico PET, para, com isso, agregar mais valor ao produto coletado e possibilitar a criação da Central, beneficiando indiretamente os outros cooperados. Em outubro de 2004, o projeto já citado foi contemplado com recursos da Fundação Banco do Brasil e, além do equipamento industrial, foram obtidos um caminhão e computadores para as cooperativas que comporiam a Central de Comercialização, inclusive a Cocarema.

Os cooperados da Cocarema também se mostravam apreensivos quanto aos resultados da eleição municipal naquele ano, principalmente quanto à forma

como o novo poder público olharia o empreendimento, uma vez que a instalação da Central e o aluguel do barracão onde funciona a cooperativa deveriam continuar sendo subsidiados pela prefeitura municipal, com amparo em Lei Municipal nº 6.164 de 9/1/2003, até março de 2006.

O Curso de Informática Básica, em linguagem simples e acessível, também foi oferecido aos cooperados da Cocarema, pela equipe do Núcleo/Incubadora UNITRABALHO, entre fevereiro a junho de 2005, em razão das novas condições estruturais das cooperativas. Com a aquisição dos equipamentos de informática (computador e impressora), conforme recursos financeiros aprovados pela Fundação Banco do Brasil, era necessário qualificar algumas pessoas da cooperativa para a utilização dos mesmos. Além disso, com a implantação da Central, previa-se a instalação de um programa de gestão, informatizando o movimento e os registros de cada cooperativa isolada para alimentar o software de comercialização que iria integrar as cooperativas à Central de comercialização.

Em suma, com a diferença fundamental de que já havia uma experiência anterior, os procedimentos realizados junto com os cooperados da Cocarema foram semelhantes aos já mencionados no caso da Coopermaringá: eles participaram dos mesmos cursos, receberam visitas de acompanhamento, participaram de reuniões semanais, oficinas de trabalho, dentre outras tantas atividades já mencionadas.

Capítulo V

PERFIL, ORIGEM E CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES COOPERADOS

Esta parte é dedicada a expor os resultados da análise das respostas obtidas na pesquisa realizada nas duas cooperativas com respeito a alguns indicadores do perfil dos trabalhadores cooperados, considerando a sua origem, seu domicílio e as condições habitacionais. Focaliza-se a localização do domicílio, a condição ou não de posse, as características do imóvel habitado pelos cooperados e as condições sócio-econômicas da família³⁷.

5.1. Perfil dos trabalhadores cooperados

Os cooperados da Coopermaringá são proporcionalmente mais mulheres (54,2%) que homens (45,8%). Embora predominantemente brancos (58,3%), observa-se uma proporção significativa dos que se declararam pardos (33,3%). Com relação à situação civil, se considerarmos os que se declaram casados (54,2%) e os amasiados (12,5%), a maioria (66,7%) mantém uma situação de casamento. Já com relação à faixa etária, as respostas revelam uma proporção maior de pessoas mais velhas, visto que 58,4% têm idade entre 45 e 50 anos, alguns mais do que isso, e 25% declaram ter de 30 a 44 anos. Apenas 16,6% estão entre 18 a 24 anos.

A escolaridade pode ser considerada baixa, pois 20,8% dos cooperados não têm nenhuma escolaridade; apenas um declara saber ler e escrever sem

³⁷ As informações utilizadas neste item foram extraídas da pesquisa de campo, cujas tabelas encontram-se nos anexos.

nunca ter ido à escola. A metade dos trabalhadores cooperados freqüentou o ensino fundamental da 1ª a 4ª série, mas 50% deles não concluíram. Dos que continuaram estudando, apenas 12,5% concluíram o segundo grau.

Os cooperados da Cocarema também são proporcionalmente mais mulheres (56,3%) que homens (43,8%). São predominantemente brancos e pardos, numa proporção de 43,8%, respectivamente. Com relação à situação civil, se considerarmos os que se declaram casados (43,8%) e os amasiados (31,3%), a maioria (75,1%) mantém uma situação de casamento.

Com relação à faixa etária, predominam pessoas mais jovens, com a seguinte distribuição: de 20 a 30 anos (31,3%); de mais de 30 a 40 anos (31,3%). Apenas 37,5% declaram ter idade entre 45 e mais de 50 anos.

A escolaridade pode ser considerada baixa: 18,8% dos cooperados não têm nenhuma escolaridade, apenas um declarou ler e escrever sem nunca ter ido à escola; mais da metade dos trabalhadores cooperados fizeram da 1ª a 4ª séries, mas 31,3% destes não concluíram. Dos que continuaram estudando, apenas uma pessoa concluiu o segundo grau.

5.2. Origem e moradia atual dos trabalhadores

Dos 24 cooperados da Coopermaringá, mais da metade deles (58,4%) reside hoje fora do município de Maringá, especificamente em dois municípios vizinhos, tidos como “dormitórios” por acolher um grande número de pessoas que trabalham em Maringá. Assim, 41,7% residem no município de Paiçandu, 16,7% são do município de Sarandi e os demais 41,7% têm hoje domicílio no município de Maringá.

Como domicílio anterior, predomina a região urbana: 4,2% deles sempre moraram na cidade de Maringá e 50,0% são oriundos da zona urbana de outros municípios. Entretanto, não deixa de ser significativa a quantidade desses trabalhadores que vieram da zona rural (45,8%).

Dos 16 cooperados da Cocarema, a maioria quase absoluta (93,8%) reside hoje fora do município de Maringá, oriunda de um dos municípios vizinhos, tidos como “dormitórios” por acolher as pessoas que trabalham, predominantemente, na cidade de Maringá: Paiçandu. Apenas um deles tem hoje domicílio no município de Maringá.

O domicílio anterior desses trabalhadores é predominantemente rural: 68,8% contra 31,3% que vieram da zona urbana. Este fato pode ser resultado do movimento migratório dos moradores rurais, no Paraná, que foi intenso no período de 1970-80 e teve continuidade em razão do avanço da mecanização na agricultura.

5.3. Condição de habitação

Tanto a situação de posse, ou de não posse, como a característica dos imóveis habitados pelos cooperados e suas famílias podem ser bons indicadores de sua situação sócio-econômica. A habitação, embora decorrente do próprio nível de renda, é um dos indicadores do nível de vida, ou seja, a qualidade da moradia expressa as condições de bem-estar de um determinado segmento populacional.

No caso da Coopermaringá, os cooperados e seus familiares, na grande maioria, residem em casa própria (54,2%) e em construção de alvenaria (58,3%). Os demais moram em casas alugadas (41,7%) ou cedidas/emprestadas (4,2%), construídas em madeira, predominantemente de quatro cômodos (41,7%). Mesmo quando são de alvenaria, as condições de piso e cobertura desqualificam estas moradias, pois em torno de 50% delas têm pisos em cimento (50,0%) e coberturas de eternit (54,2%). A cerâmica e a telha de barro foram os materiais mais representativos, depois dos já indicados. Aliadas a isso, as condições de infra-estrutura também deixam a desejar: 100% das moradias são atendidas com energia elétrica, ao passo que só 66,7% delas têm serviço de esgoto e pouco mais da metade das residências (54,2%) estão localizadas em ruas com asfalto. O

serviço de telefonia é representativo: 79,2% dos trabalhadores cooperados declaram possuir telefones.

No caso da Cocarema, a metade dos cooperados, com seus familiares, reside em casa própria, cuja maioria absoluta é de alvenaria (93,8%). A outra metade mora em casas alugadas (25,0%) ou cedidas/emprestadas (25,0%), construídas também em alvenaria. Em termos de espaço, ficam entre dois extremos, uma vez que quase metade delas (43,8%) possui 5 e 6 cômodos e 37,5% têm 2 ou três cômodos. Apesar de serem de alvenaria, as condições de piso e cobertura também desqualificam estas moradias, pois 43,8% delas possuem pisos em cimento e 62,5%, coberturas de *eternit*. A cerâmica e a telha foram os materiais mais representativos, depois dos já indicados. As condições de infra-estrutura são bem razoáveis: 100% possuem energia elétrica e 100%, água encanada; 75,0% são atendidas com serviços de esgoto e 75% estão localizadas em ruas com asfalto. O serviço de telefonia atende metade dos trabalhadores cooperados, pois 50% deles afirmam possuir telefones.

5.4. Condição sócio-econômica das famílias

O baixo poder econômico das famílias fica evidente uma vez que sua organização interna procura garantir as condições de sobrevivência e bem-estar de seus membros. Ela depende da inserção de cada membro familiar no processo produtivo e da sua conseqüente contribuição para a formação da renda familiar.

O tamanho das famílias dos trabalhadores cooperados da Coopermaringá é bem distribuído. Se considerarmos a média, são 3,3 pessoas por família. Entretanto, 43,5% têm de 1 a 2 filhos, 30,4% têm de 3 a 4 e 26,0% têm de 5 a 7 filhos.

Na maioria de seus domicílios (41,6%) residem de quatro a cinco pessoas, em 29,1% deles, residem de 6 a 8 membros, 29,1% coincidentemente é a proporção dos que têm de 1 a 3 pessoas na casa. Na média são 4,42 pessoas por residência.

Mais da metade destas famílias (54,2%) tem pessoas desempregadas. Destas, a maioria (77%) tem de 1 a 2 pessoas sem emprego na casa; nas demais esse número chega a ser de 3 a 4.

Quanto ao nível de renda familiar, os trabalhadores cooperados classificam-se nas menores faixas de renda, visto que 62,5% têm renda de 1 a 3 salários mínimos. Destes, é maior a proporção (37,5%) das que ficam na faixa de 1 a 2 salários.

Estas informações são coerentes com as respostas dadas pelos entrevistados, quando questionados se o que ganham na cooperativa é suficiente para suas necessidades. 79,2% deles dizem não ser suficiente, pelos seguintes motivos: é pouco (20,8%); são muitos gastos além dos domiciliares básicos (20,8%), só dá para pagar as contas domiciliares básicas (12,5%) e não sobra ou sobra pouco (12,5%).

O aspecto financeiro é determinante para a sobrevivência desses trabalhadores. Por isso, para entender melhor sua opção pelas atividades no lixão a céu aberto, perguntamos se eles sempre tinham trabalhado ali e porque tinham se dedicado ao trabalho de catação de materiais recicláveis naquele local. Apenas quatro trabalhadores disseram sempre trabalhar ali, ao passo que os demais relataram experiência anterior em outros trabalhos. As atividades mais mencionadas foram de doméstica ou diarista (22,2%), executadas pelas mulheres, outros declararam ter trabalhado na roça (19,4%) e como operários (a) de indústria (16,7%). Quanto aos motivos da opção, o maior índice recaiu sobre o fato de estarem desempregados ou sem trabalho (56,7%); 10,0% deles alegaram que catar no lixão rendia mais que em outros serviços e 6,7% dedicaram-se a esse trabalho por não terem profissão. Estes dados corroboram outras informações sobre as motivações que levam as pessoas a se engajar em empreendimentos de economia solidária; ou seja, este tipo de trabalho apresenta-se como uma alternativa significativa dos sem trabalho ou excluídos do mercado de trabalho formal para garantir condições mais dignas de sobrevivência.

No caso da Cocarema, utilizando-se o critério do número de filhos, observa-se que o tamanho das famílias é, em média, pequeno: 2,6 pessoas por família. Em

termos percentuais, 43,8% têm de 1 a 2 filhos; 31,3%, de 3 a 4; e 12,6%, de 5 a 6 filhos.

O mesmo não ocorre quando se considera o número de pessoas que residem nos domicílios. Neste caso, a proporção é: em 50,1% vivem de quatro a cinco pessoas; em 31,3%, de 2 a 3 pessoas e em 18,8%, de 6 a 7 membros. Na média, são 4,4 pessoas por residência.

Metade destas famílias têm pessoas desempregadas. Deste total, a maioria das casas (31,3%) tem de 1 a 2 pessoas sem emprego e em 18,8%, 3 pessoas.

É grande o número de trabalhadores que vive com baixas faixas de renda: 62,6% deles têm renda familiar de 1 a 3 salários mínimos. Entretanto, 56,3% destes ficam na faixa de 2 a 3 salários. Estes dados também são coerentes com as respostas dadas pelos entrevistados, quando questionados se o que ganham na cooperativa é suficiente para suas necessidades. Mais da metade deles (56,3%) diz que a renda não é suficiente, alegando razões, como: é pouco e não dá para pagar as contas (25,0%); muitos gastos, além dos domiciliares básicos (31,3%); só dá para pagar as contas domiciliares básicas (18,8%); apenas satisfaz as necessidades (12,5%).

Procuramos verificar, também no caso da Cocarema, as razões que teriam levado esses trabalhadores a atuar no lixão a céu aberto e lhes perguntamos se tinham trabalhado sempre ali e porque se dispuseram ao trabalho de catação de materiais recicláveis naquele local. Apenas um trabalhador disse sempre trabalhar ali; os demais contam que atuaram anteriormente em outras ocupações. Entre estas, o maior índice de respostas incidiu sobre a profissão de doméstica ou diarista (31,8%), no caso de mulheres; outros declararam ter trabalhado como serventes de pedreiro ou pedreiros (22,7%), outros como mecânicos, na roça, balconistas ou vendedores, etc. Quanto aos motivos da opção, 47,1% responderam que se achavam desempregados ou sem trabalho; 11,8% declararam que o faziam a convite de parentes ou colegas que já trabalhavam no lixão, o que nos leva a pressupor que estavam sem trabalho.

Em síntese, podemos concluir que os cooperados dos dois empreendimentos possuem um perfil muito similar. Predominam, nas duas

cooperativas, as mulheres, a baixa escolaridade, a residência em outros municípios, a baixa renda familiar (todos alegam que o que ganham na cooperativa é pouco frente às suas despesas). Tanto em uma como em outra, a maioria absoluta dos trabalhadores já teve outros trabalhos ou profissões urbanas e rurais e, segundo a metade deles, aproximadamente, a opção pelo trabalho como catadores de lixo tem origem no fato de se encontrarem desempregados.

Os cooperados da Coopermaringá são predominantemente oriundos de zona urbana, de faixas etárias mais velhas, apresentam família mais numerosa, a qual reside em casa própria, de alvenaria, ao passo que os da Cocarema são de origem rural, de faixas etárias mais jovens, com família menos numerosa. A proporção de residência própria em alvenaria é menor, embora as casas sejam maiores e apresentem infra-estrutura melhor. Há mais membros desempregados na Coopermaringá que na Cocarema. Esses dados nos levam a inferir que a maioria dos cooperados da Coopermaringá tem posse de casa própria e família mais numerosa porque são de faixas etárias mais velhas.

Capítulo VI

O OLHAR DO TRABALHADOR SOBRE AS NOVAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DE APRENDIZAGEM NAS COOPERATIVAS

Pretendemos, nesta parte, analisar as respostas dos trabalhadores das duas cooperativas e as entrevistas realizadas com um dirigente de cada uma delas. O objetivo é extrair indicadores de como eles vêem o trabalho na cooperativa em relação ao trabalho anterior no lixão; do que aprenderam na prática, do que foi ensinado sobre cooperativismo, bem como de sua avaliação sobre os educadores. Na Cocarema, a maioria (63%) dos trabalhadores é cooperada há mais de um ano; os da Coopermaringá (95,8%) são cooperados há mais de 2 anos³⁸.

6.1. O Trabalho na Cooperativa em relação ao trabalho no lixão

6.1.1. Coopermaringá

As perguntas foram sistematizadas com a expectativa de apreender a visão que os trabalhadores têm da nova situação: como vivenciam a mudança resultante da sensibilização e da incubação da cooperativa, quando deixaram de ser trabalhadores isolados, catadores do lixão, onde trabalhavam de forma individualizada, para se tornarem trabalhadores coletivos.

³⁸ As informações analisadas a seguir são extraídas da pesquisa de campo que originou as tabelas que se encontram nos anexos. Cabe ressaltar que até final de 2005, os trabalhadores cooperados se encontravam nessa condição há mais de quatro e três anos.

Perguntamos aos cooperados se eles identificavam, na cooperativa, pontos positivos ou negativos em relação ao trabalho anterior no lixão. A maioria (71,5%) de respostas identifica como pontos positivos questões relativas às condições de trabalho e à estrutura física: enfatizam as vantagens de se trabalhar em local mais limpo e com melhores condições de higiene e de trabalho propriamente, e não expostos ao sol, chuva, frio, como era antes. Transcrevemos a seguir algumas respostas³⁹:

A cooperativa é muito importante na minha vida, não tomo sol, é menos cansativo, lá a gente mexia com todo o material, porcaria, coisa podre. A saúde é melhor.

Trabalha na sombra, serviço limpo, não tem a chuva, é feio o negócio lá!

Aqui é mais limpo, mais sossegado, come, bebe, descansa na hora certa.

Lá era meio ruim de trabalhá por causa do tempo, sol, chuva, aqui é melhor pela estrutura.

Fica também evidente, de acordo com uma proporção de aproximadamente 18% das respostas, que eles passaram a ser vistos como cidadãos mais valorizados e que assimilaram questões importantes e próprias do trabalho em cooperativa, como: serem vistos como seres humanos, serem reconhecidos, terem mais dignidade, serem donos da cooperativa, trabalharem em equipe e organizadamente, se relacionarem melhor no trabalho.

Melhorou bastante, aqui sou mais reconhecida. Não trabalho no sol, chuva, é mais limpo, aqui sou visto.

O serviço aqui é mais limpo, mais humano.

Aqui é 10, aqui cada um é dono.

Diminui a sujera, trabaio organizado.

É mais limpo, mais seguro, sem acidente, a convivência com colega é divertido.

³⁹ As transcrições das respostas dos entrevistados estão apresentadas em itálico para diferenciar das citações da literatura de apoio. Cabe ressaltar que foi respeitada a forma de expressão oral dos respondentes.

Quanto aos pontos negativos, os cooperados focaram, em maior proporção (44,4%), o fato de o ganho ter diminuído e de a cooperativa ter muitas despesas e poucos recursos (7,4%), além da escassez de material para separar (7,4%). As respostas de 29,6% dos cooperados não indicam nenhum aspecto negativo no trabalho na cooperativa em comparação com o anterior, desenvolvido no lixão, a não ser uma insatisfação com as relações no ambiente de trabalho. Eis algumas respostas:

O material é poco e diminui a retirada.

Falta mais recurso para a cooperativa.

No lixão nós ganhava mais que aqui.

Aqui é bom de um jeito, mais não ganha como lá, aqui o ganho é menor.

Aumenta mais as retirada, tem muita despesa na cooperativa.

Nesse inquérito, ao passo que a metade dos cooperados afirma não ter nenhuma dificuldade, a outra metade identifica algumas delas, entre as quais são mais freqüentes: a falta de leitura, de saber escrever e fazer contas, bem como de aproveitar os cursos que foram oferecidos (11,5%); limitações físicas e/ou problemas de saúde (11,5%); falta de material para a realização do trabalho (7,7%). A seguir, transcrevemos algumas respostas:

Não tenho dificuldades.

Dificuldade de entendimento em algum curso ou reunião sobre a cooperativa.

Com o trabalho não, mas com o cargo de secretária tenho alguma dificuldade porque eu sei pouco a leitura.

A dificuldade de ler, escrever e fazer conta, atrapaia com dinheiro.

Não poço pega peso, dói os rim.

Quanto á questão da convivência no trabalho, as respostas nos fazem pensar que os cooperados estão mais satisfeitos que insatisfeitos com a sua nova realidade de trabalho. 66,7% delas indicam convivência boa e muito boa. Em 18,5% das respostas é evidente a assimilação de princípios próprios do

cooperativismo: 3,7% respondem que a convivência é de solidariedade, 7,4%, que trabalham unidos e 7,4%, que há respeito entre eles. Vejamos alguns exemplos:

Gente boa, amigo.

Uma maravilha, adoro todos eles, são a minha família. Lá no lixão era cada um por si.

Boa convivência, antes ninguém me respeitava, agora todos me respeita, era maltratado e aqui não.

Sou solidária, ajudo os outro quando precisa. Pra mim ta bom, tem que entender um ao outro.

Além da boa convivência, os trabalhadores demonstram que gostam do que fazem hoje, embora uma parcela deles (29,2%) declare que na cooperativa trabalham muito e outros, em igual proporção, se mostrem indiferentes. 41,7% acham que não trabalham muito. Entre as razões de sua satisfação com o trabalho que fazem, constam desde um certo conformismo com o trabalho, uma vez que 25,0% afirmam que estão acostumados ao trabalho e 14,3%, que precisam trabalhar e/ou estão ganhando e trabalhando, até uma simples reafirmação de que gostam do trabalho que fazem. A seguir, alguns exemplos:

Estou ganhando e preciso trabalha.

Porque é o serviço da gente, já tô acostumado.

Sei que é um trabaio, é um suor que deus abençoa a gente.

Porque a necessidade obriga, aí tem que gosta não é?

Apenas duas respostas apontaram a predileção por outro trabalho:

Queria mexer com química.

Queria trabalhá em outro serviço – metalúrgico, mecânico de moto, tornero mecânico...

Novamente, embora em menor proporção (18%), as respostas evidenciam a assimilação dos princípios do trabalho cooperativo: 3,6% apontam que o trabalho coletivo é melhor, 3,6% considera como positiva a inexistência de patrão,

3,6%, a diversidade e 7,1% que o trabalho é melhor e mais valorizado. Abaixo, algumas respostas:

Trabalho coletivo é melhor.

Tenho mais valor trabalhando, no lixão a gente era tratado como bicho.

Porque tenho oportunidade de fazer várias coisa ao mesmo tempo.

Adoro trabalhá na cooperativa, acho que não tem outro serviço pra gente porque é difícil.

Sinto importante, valorizada, sabe?

A tendência de assimilação dos princípios do cooperativismo fica ainda mais evidente nas respostas sobre a forma de trabalho que eles consideram melhor, se a individual ou a coletiva. 83,3% afirmam preferir o trabalho coletivo, demonstrando, nas explicações da resposta, que, de fato, na prática, apreenderam o sentido do trabalho compartilhado: um ajuda o outro (24,1%), que junto é melhor (24,1%), que gostam de trabalhar com outras pessoas (10,3%), e que é como uma família (3,4%). Eis como alguns se justificam ao afirmar que o trabalho em cooperação é melhor:

Porque se tivé mais cabeça pra resolvê o problema, mais pessoa pensa melhor.

Porque um dá força pro outro, um dá as idéia, então é melhor.

Uma andorinha só não fais verão. Tem mais força junto. Lá, cada um pra si. Aqui nós somo associado, dono!

Porque é uma família.

Aqui, tudo certinho. Lá era cada um por si. Aqui, um ajuda o otro.

Nas justificativas das respostas, alguns reiteram o que já foi indicado anteriormente sobre o bom relacionamento humano: dizem sentir-se melhores e mais respeitados (3,4%), valorizam os benefícios da amizade, do convívio e das interações sociais (13,8%). Segundo alguns deles:

Me sinto melhor, mais respeitado.

Porque gosto de trabalhar com outras pessoas, tem união.

Assim, trabalhar junto é muito bom, a gente não tá sozinho.

Porque o serviço desenvolve mais. Sozinho a gente fica sem pessoa pra conversar e lógico, mais cansativo o trabalho!

Porque a gente conversa. Sozinho não tem com quem falar, demora passar o tempo.

A assimilação dos princípios cooperativos e a visão positiva que eles demonstram ter sobre o resultado desse tipo de trabalho têm sido fundamentais para o êxito desse empreendimento econômico baseado na autogestão coletiva.

6.1.2. Cocarema

Na Cocarema, o procedimento de coleta dos dados foi o mesmo; foram as mesmas também as perguntas direcionadas para apreender a maneira como os catadores do lixão vivenciam o processo de sensibilização e de incubação da cooperativa, no qual deixam o trabalho isolado, individualizado, para se tornarem trabalhadores coletivos.

Em face das perguntas sobre pontos positivos ou negativos em relação ao trabalho anterior no lixão, pouco mais da metade (51,6%) identificaram como pontos positivos questões relativas às condições de trabalho e à estrutura física. Ou seja, a maioria destaca o fato de não trabalhar mais exposta ao sol, à chuva, e ao frio, bem como de trabalhar em local mais limpo e com melhores condições de higiene no trabalho.

Aqui estamos praticamente no paraíso, vivia com gente perigosa, sol, chuva...

Lugar mais limpo, sem risco de pegar doença, trabalho na sombra.

Aqui eu tô vendo futuro mais perto. No trabalho, acho diferente, além da sujeira e sofrimento no lixão, aqui não tem. Nosso meio de transporte é melhor, era bicicleta no barro.

Tomando-se por base aproximadamente 34,0% das respostas, podemos afirmar que eles assimilaram questões importantes e próprias do trabalho em cooperativa e valorizam: serem donos da cooperativa, o trabalho em equipe, organizado, o melhor relacionamento no trabalho e a aprendizagem propriamente. Outros (12%) também apresentam como pontos positivos: maior renda, maior segurança, melhor meio de transporte e a possibilidade de não trabalhar mais no lixão.

Organização, e ter controle sobre o próprio negócio.

Maior renda, condição de trabalho melhor.

Trabalho organizado, tem horário pra começar e além disso se aprende. Aprende muita coisa aqui.

É ser seu próprio patrão. A qualidade da vida melhorou.

Quero ver aqui crescer, aprender. Mudou muito, não trabalho no sol, tem horário definido, com horário de almoço e café. Trabalho mais unido.

Uma proporção significativa (76,5%) dos cooperados respondeu que não há nenhum aspecto negativo no trabalho na cooperativa em relação ao desenvolvido no lixão. Por outro lado, os que entenderam haver alguns pontos negativos (17,7%) focaram a adaptação das pessoas, a falta de solidariedade e a pouca organização. A seguir, exemplos dos dois tipos de respostas:

Nenhum ponto negativo com todo meu serviço, meus companheiro de trabalho.

Adaptação das pessoa na forma de trabalho cooperativo. Não tem solidariedade.

Falta mais organização.

Para a maioria (81,3%), não há dificuldade na realização do trabalho na cooperativa. Já 12,5% deles apontaram não saber fazer as contas, conforme os seguintes exemplos:

Às vezes na hora de fazer conta. Só com ajuda das pessoa da UEM.

A dificuldade é com as conta, fazê as conta.

As respostas relativas á questão da convivência no trabalho levam-nos a pensar, também no caso da Cocarema, que os cooperados estão mais satisfeitos que insatisfeitos com a sua nova realidade de trabalho. A este respeito, foi maior o número de indicações de satisfação apontadas por eles: 55,6% das respostas foram de convivência boa a muito boa. No caso desta cooperativa, em 11,2% das respostas, apresentam-se também evidências de assimilação de princípios próprios do cooperativismo: alguns respondem que trabalham unidos (5,6%) e outros, que há respeito (5,6%) entre eles. Entretanto duas pessoas (11,1%) acham a convivência boa, mas apontam para atitudes mais individualistas.

Melhor possível. Tem alguma 'rusguinha' mais passa. Digo que temo que ser sempre unido pra ir pra frente.

Boa, mas cada um na sua.

Ótima, me sinto muito responsável com os problema da cooperativa e pessoais também.

Ótima. A gente troca idéia, cede idéia pros outros e aceita idéia dos otros.

Além da boa convivência, 93,8% demonstraram que gostam do que fazem hoje, embora um cooperado declare que, na cooperativa, trabalha muito. Entre as razões da preferência pelo trabalho cooperado, apreendemos um certo conformismo: estão acostumados ao trabalho e se sentem bem (10,0%), que precisam trabalhar (5,0%) e 15,0% reafirmam simplesmente que gostam do trabalho que fazem. Apenas uma resposta indicou o desejo de se dedicar a outro tipo de trabalho, como segue:

Todo mundo trabalha, a gente tem que dar valor ao serviço que ta fazendo.

Bom trabalhar porque me sinto bem.

Porque tudo que faço, eu faço com amor, então eu gosto do que eu faço.

Porque ajuda na minha sobrevivência.

Porque se tivesse outro melhor, iria trabalhar.

Novamente, os cooperados indicam a assimilação do trabalho cooperativo; além de indicarem que existe uma maior liberdade e que o trabalho é melhor e mais valorizado (25,0%), eles afirmam que o trabalho coletivo, incluindo a inexistência de patrão, é melhor. Segundo alguns:

Não tem quem manda, doméstica tem sempre um patrão que humilha, que explora.

Desde o começo, quando começamos praticá aula na UEM de cooperativa, começamos entender e faço meu trabalho com maior carinho.

É diferente de tudo que já fiz. Não tem patrão que cobra produção. Tem mais responsabilidade porque sabe que é nós mesmo que temo que fazer.

Porque é melhor, tem liberdade de trabalha.

Todos trabalha igual, não tem diferença.

Porque aprendi muita coisa, sou mais valorizado.

O que figurou nas respostas anteriores apenas como indicação fica mais evidente quando a maioria (87,5%) respondeu que, ao trabalho executado por um só trabalhador, preferia o coletivo, como na cooperativa. Ao explicar suas preferências, eles demonstraram que apreenderam, na prática, os princípios do trabalho compartilhado: um ajuda o outro (29,4%); junto é melhor (47,1%); são donos do empreendimento e têm estabilidade (5,9%).

Já tinha um pouco de experiência em coletivo, de quando tive preso, coordenei os trabalho que a gente fazia de artesanato e outros dentro da prisão. Então,na cooperativa aprendi como administrar, conheci administração. Ficou a minha cara.

No individual é difícil, no coletivo 'a união faiz a força', um ajuda o outro, ser solidário um com o outro.

Aqui, porque sou dono, apesar de não ter salário fixo, sei que não vou mandado embora a qualquer hora.

Porque trabalha em conjunto consegue mais coisa do que sozinho.

Porque eu sei que tô trabalhando pra mim, eu faço esforço no que é meu, agora uns trabalha mais que o outro e recebe a mesma coisa.

Outras colocações reiteram o que já foi indicado em respostas anteriores sobre o bom relacionamento humano, como: benefícios de amizade, convívio e interações sociais (5,9%).

Porque a gente, tano no coletivo, é sempre unido, é bem melhor.

Porque sim, a gente ta acostumado, já conhece as pessoa, lá éra cada um por si. Aqui cada um faz sua parte certinho.

Trabalho mais animada.

A 'união faz a força' e o serviço rende mais.

O fato de esses trabalhadores assimilarem estas questões, que são próprias, necessárias e muito importantes para o êxito do empreendimento econômico baseado na autogestão coletiva, é fundamental para a consolidação da cooperativa.

6.2. Aprendizagem e expectativas sobre as cooperativas e conseqüências para a vida social dos cooperados

6.2.1. Coopermaringá

Procuramos, nesta parte, analisar o resultado das perguntas realizadas com a intenção direta de identificar o que foi apreendido ou absorvido dos conteúdos teóricos ensinados nos cursos e oficinas, com posterior acompanhamento e complementação na prática do trabalho e na vivência cotidiana.

As respostas sobre o que tinham aprendido a respeito de cooperativismo foram muito satisfatórias. Na maioria delas (78%) identificaram-se conteúdos relacionados aos princípios fundamentais do cooperativismo, como: participação nas decisões, democracia, trabalho em grupo, união, posse coletiva, igualdade, coleguismo e solidariedade, respeito, cooperação, sabedoria ou conhecimento. Alguns assim se expressaram:

Respeitá todo mundo. É uma irmandade, todo mundo se ajuda, um ensina o outro. No lixão tinha que dormi no monte de lixo para não rouba.

Aprendi a reciclar, a gente coopera com os outro, trabalha no coletivo, todos participa das decisão, mais coleguismo...

União, respeito, adquiri sabedoria.

Na cooperativa tem igualdade, união e tem cooperação com o outro.

Aprendi participá de reunião e decidi tudo no coletivo.

Tudo, trabalha igual, a divisão da sobra é igual. As decisão, tem as reunião pra decidir, lá a maioria ganha, não tem patrão.

É um grupo de pessoa que trabalha junto com um objetivo só, que cresça. Não tem patrão, os lucro dividido em parte igual e as decisão tamém é tomada junto.

Um trabalhador não qualificou sua resposta: apenas afirmou ter aprendido tudo o que foi ensinado. Outros (20,0%) apresentaram respostas que denotam algum tipo de dificuldade de aprendizagem ou não responderam propriamente à pergunta. Outros ainda disseram que aprenderam pouco, que aprenderam na hora e logo esqueceram ou simplesmente que aprenderam a reciclar material, como observamos nas transcrições a seguir:

Aprendo na hora, depois esqueço.

Aprendi muito pouco, não consegui grava muito. Sobre a parte da tesoreria aprendi muito, porque antes não sabia mexer com isso, e hoje faço pagamento das pessoa.

Não sei, bem pouco aprendi.

Classificar os material, separá o bom do ruim.

Na tentativa de levá-los a reforçar as respostas dadas, de forma a observar se, na prática do trabalho, eles constroem um ambiente de troca de experiências e se participam ativamente no processo de convivência do grupo, ou seja, se, no trabalho, praticam internamente os princípios da democracia, perguntamos se costumam externar suas opiniões sobre as questões do dia-a-dia do trabalho com os outros cooperados. A maioria (70,8%) apresentou respostas afirmativas, uns

dizendo que isso é importante e outros que costumam falar quando é necessário. Seguem algumas respostas:

Sempre que precisa dou opinião.

Não tenho medo de falá, sempre dou opinião e me pedem opinião. Outros acha que gosto de andar muito na frente.

Eu gosto de dar minhas idéia.

Se for necessário, sim.

Entretanto, apesar dos indícios de que muitos praticam relações democráticas, o comportamento não é hegemônico: em uma parcela significativa (29,2%) das respostas, eles afirmam que não costumam dar opiniões sobre o cotidiano de trabalho na cooperativa. Alguns exemplos:

Não, os amigo que vem da opinião pra mim.

Não, faço meu trabalho quieto e não dou.

Não costumo dar opinião, fico mais quieta ouvindo, eu sou quietinha.

Não, quase não dô opinião.

A participação ativa no dia-a-dia e na tomada de decisões é afirmada nas respostas: a maioria (83,3%) declara participar das reuniões e assembléias da cooperativa. O resultado é: clara consciência da importância da participação ativa para se tomar decisões (48,4%); decisão de participar das reuniões para aprender mais (16,1%) - esse dado é importante, uma vez que essa demonstração de interesse por mais conhecimento pode resultar em uma participação efetiva nas discussões; desejo de se informar sobre o andamento dos trabalhos e sobre as decisões tomadas pelos demais dentro da cooperativa (19,4%).

Porque a reunião é importante para o dia-a-dia. Ninguém toma decisão sozinho.

É uma obrigação que a gente tem que tê com a nossa cooperativa.

Acho que dá opinião é melhor, aprendê tamém.

Importante, aprende mais.

Alguma coisa que tem que modifica...

Acho importante ficá informada de tudo.

Acho que é importante pra sabê como vão as coisa.

Além de averiguar como eles procedem no cotidiano do trabalho, consideramos que também é importante verificar os reflexos que este tipo de organização do trabalho e da produção provoca nessas pessoas que se dispuseram a abandonar a prática individual do trabalho, encararam o desconhecido e optaram por uma forma de organização completamente diferente da anterior. Esta nova forma de organização, cuja prioridade era continuar garantindo uma fonte de renda com a esperança, apenas, de melhores condições de vida, depende deles mesmos, da disposição de cada um para formar o coletivo, buscar objetivos comuns.

Suas respostas sobre como sentiam a si mesmos, como cooperados, demonstram que eles superaram o sentimento anterior de marginalização, de baixa auto-estima: 51,8% dizem sentir-se bem; 48,2%, que são mais valorizados, reconhecidos, realizados, que estão mais seguros, mais sossegados e felizes, que se orgulham de ser cooperados.

Mais valorizada, mais útil. Sou minha própria patroa.

Eu me sinto mais importante. Até meus filho não chama mais como os 'filho da Maria do lixo'.

Me sinto bem.

Me sinto bem, sou feliz aqui, gosto do que faço.

Tenho orgulho de falá que trabalho na cooperativa.

Orgulhoso de ser cooperado, dá onde eu vim ta bom demais!

Aqui to mais seguro, sei que não vai acabá tão cedo.

Me sinto bem, me sinto mais segura, mais sossegada e o serviço é mais limpo.

Suas respostas demonstram que eles apostam no futuro dessa opção. O que 70,6% esperam da organização do trabalho coletivo é que a cooperativa de autogestão cresça, desenvolva-se, vá para frente e melhore mais. Como autogestores, há os que já visualizam e explicitam quanto ainda precisam caminhar: ampliar ou fazer outras atividades para agregar valor aos produtos e melhorar os produtos que vendem hoje. Vejamos algumas respostas:

Espero que cresça, que vai pra frente, depende de nós mesmo.

Gostaria que a cooperativa fosse pra frente, que suba, não fique só na separação.

Espero que melhore mais. Que ela cresça e fique uma empresa grande, que passe a fazer outras atividade.

Espero que ela melhore, pra melhorá a vida de todo mundo.

Para a maioria dos trabalhadores, a vida social sofreu mudanças: 52,3% demonstram satisfação com sua nova condição como pessoa, uma vez que afirmam que hoje são mais reconhecidos, ganharam mais valor e respeito, sua auto-estima melhorou, têm amizade, estabelecem relações sociais, têm saúde e qualidade de vida. 4,8% falam de melhorias na vida familiar, tanto materiais como emocionais. Outros (23,8%) apontam mudança nas suas relações de trabalho na cooperativa, especificando estabilidade, segurança, ambiente de trabalho, trabalho mais sossegado, organizado e com horários estabelecidos. Há também os que não qualificaram suas respostas, afirmando simplesmente que mudou bastante (11,9%) ou que não mudou quase nada (7,1%). Segundo alguns:

Mudou bastante. Sinto uma pessoa mais conhecida. Antes me chamavam de lixeira, hoje não!

Trabalho mais sossegado, mais tranqüilo, sou mais valorizado, me respeitam mais. Vou labutá pra melhora mais.

Mudô muito. A aparência mudô. Tinha vergonha de falá que trabalhava no lixão. Tenho orgulho de falá que trabalho aqui.

Mudô tudo, completamente. Mudô pra melhor, as amizade das pessoa na sociedade. Ninguém ligava pra gente. Agora tem foto no jornal. No lixão eu bebia porque vivia sozinho, sou separado, ninguém ligava pra mim. Hoje não, deixei de beber na cooperativa!

Eu me sinto mais importante, as pessoa reconhecem a gente, perguntam da cooperativa. Nos tempo do lixão, as pessoa tratava a gente mal.

Agora tem um ambiente de trabalho que antes não existia.

A saúde melhorou bastante, não tomo mais chuva.

Tem mais amizade, aprendi trabalhá em conjunto.

6.2.2. Cocarema

Os resultados dos questionários aplicados para os cooperados da Cocarema para averiguar como eles apreenderam os conteúdos teóricos ministrados nos cursos e oficinas, com posterior acompanhamento e complementação na prática do trabalho e na vivência cotidiana, foram semelhantes aos da outra cooperativa.

Quando foram indagados se tinham aprendido alguma coisa sobre cooperativismo, as respostas foram muito satisfatórias. A maioria deles (84%) identificou conteúdos relacionados aos princípios fundamentais do cooperativismo, como: participação nas decisões, democracia, trabalho em grupo, união, igualdade, coleguismo e solidariedade, respeito pelos demais, cooperação, sabedoria ou conhecimento.

O trabalho em grupo, a organização das pessoa num objetivo só. Acredito que a solidariedade e a equidade são importante e deve estar presente na cooperativa.

Que cooperativismo é uma organização coletiva onde as pessoa trabalha solidária, decide pela maioria.

Aprendi ser uma pessoa solidária. Eu acho que temo que acompanhar a igualdade e solidariedade que nem dois irmão, que funcione junto.

Todos tem que cooperar em todo sentido. Todos tem que dar uma mão amiga.

União do grupo é mais importante.

Os demais, representando 16,0%, ou apresentaram respostas que denotam algum tipo de dificuldade para aprender ou não responderam propriamente à

pergunta, pois disseram que aprenderam pouco ou aprenderam na hora e logo esqueceram, ou simplesmente que aprenderam a reciclar material e que a reciclagem ajuda o meio-ambiente.

Que o serviço é bom pro meio ambiente.

Aprendi a separar, coletar.

Aprendi pôco no curso de cooperativismo.

Da mesma forma que na outra cooperativa, procuramos aprofundar as respostas, para verificar se elas correspondiam, na prática do trabalho na cooperativa, à construção de um ambiente de troca de experiências e à participação ativa na convivência entre eles e, portanto, se correspondiam ao estabelecimento de uma democracia interna no trabalho. Assim, perguntamos se costumam explicitar suas opiniões sobre as questões do dia-a-dia do trabalho para os outros cooperados. A maioria (93,7%) apresentou respostas afirmativas, das quais 12,5% são de que costumam falar mais nas reuniões. Entretanto, apesar da tendência a uma relação democrática, ela não alcança todos, pois a resposta de um dos cooperados foi de que não costuma falar suas opiniões sobre o cotidiano de trabalho na cooperativa.

Sim, na conversa do dia-a-dia sobre várias coisa da cooperativa e do trabalho.

Sim, nas reunião.

Costumo falar quase toda reunião, fazemo reunião e participo de todas reunião, até do conselho gestor.

A participação ativa no cotidiano do trabalho e na tomada de decisões fica também evidente quando a maioria absoluta (100,0%) afirma participar das reuniões e assembléias da cooperativa. A maioria apresenta motivos que revelam uma clara consciência da importância dessa participação (59,0%). Os demais responderam que participam das reuniões para aprender mais (13,6%), o que não deixa de ser importante, como já dissemos anteriormente, pois isso demonstra também que o interesse por mais conhecimento implica a possibilidade de participar nas discussões. Outros ainda responderam que querem apenas ficar

informados do andamento e das decisões tomadas pelos demais (22,7%) e um deles respondeu que é porque gosta.

Porque todos deve participar das decisão.

Porque é importante, é obrigação pra ta atento do giro da cooperativa.

Acho importante pra aprende.

Porque tudo que é decidido também é a nossa responsabilidade.

Porque gosto, participo sempre e tenho cargo.

Porque cada um dá sua opinião, tem que participa.

Na seqüência, procuramos atingir o objetivo de perceber os reflexos que este tipo de organização do trabalho e da produção provocam nesses trabalhadores dispostos a ultrapassar o que já conheciam concretamente, a abandonar sua prática individual do trabalho para encarar o desconhecido em todos os aspectos, algo novo, que estava se colocando como outra opção de organização.

Esta parte da pesquisa é extremamente importante porque a decisão de cada um foi fundamental para formar esse empreendimento coletivo, cuja finalidade era continuar garantindo uma fonte de renda com a esperança, apenas, de melhorar as condições de vida.

As respostas dadas à pergunta sobre como eles se sentiam como cooperados demonstram uma mudança radical em sua forma de vida. A metade destes trabalhadores, antes marginalizados, sem quase nenhuma auto-estima, declaram sentir-se bem; 20,0% afirmam gostar de ser cooperados; outros sentem-se valorizados, reconhecidos, importantes, realizados e orgulhosos de serem cooperados (20,0%); outros ainda, mais seguros, mais sossegados e felizes (10,0%). Vejamos abaixo algumas respostas:

Me sinto tranqüilo, me sinto como cooperado e quero que todos se sintam igual.

Tenho orgulho de trabalhá aqui, pelas amizade também.

Me sinto valorizada.

Sinto como parte, dona da cooperativa.

Legal, não quero sair daqui, me sinto importante. No lixão tudo era negativo.

Sinto bem, realizada.

As respostas revelam que esses trabalhadores apostam no futuro de sua opção, ou seja, a da organização do trabalho coletivo em cooperativa de autogestão. 83,3% esperam que ela cresça, se desenvolva, vá para a frente e melhore mais. Há os que, como autogestores, revelam ter consciência de algumas ações que ainda precisam ser realizadas para que o empreendimento cresça: ampliar ou fazer outras atividades para agregar valor aos produtos e melhorar as condições, inclusive de capacitação e formação.

Espero que ela cresça mais, que nós estamos lutando, crescendo ela e nós.

Melhoria, agregamento de valor e não fica só na separação, a Central. Porque tá difícil.

Espero o mio.

Eu quero crescer, nós não podemos ficar esperando pela Prefeitura, daqui um tempo compra um caminhão...

Crescimento com a Central, que a cooperativa cresça.

Alcançar a capacitação e formação e melhora a qualidade da vida.

Que a cooperativa cresça muito, que todos trabalhe em futuro melhor.

Cresça mais, vá pra frente, que consiga agregar valor.

Pelas respostas, é evidente que a vida social da maioria dos trabalhadores mudou. 45,0% demonstram satisfação com sua nova condição de vida como pessoa, pois afirmam que hoje são mais reconhecidos, que ganharam mais valor, respeito, que sua auto-estima melhorou, que passaram a ter mais amizade, relações sociais, saúde e qualidade de vida. Para outros (20,0%), o destaque da mudança é o rendimento e suas relações de trabalho, o fato de agora terem trabalho e ambiente de trabalho. Há também os que não qualificaram suas

respostas, simplesmente apontando que mudou bastante (10,0%), e os que acham que não mudou nada (15,0%).

Depois da cooperativa a minha vida mudou porque comecei ser vista como pessoa, porque a gente, quando trabalhava no lixão, não era considerado, agora pelo governo, universidade, é conhecido por todo esses órgão.

Mudou bastante, vejo com as pessoa que chega. Chega o filho, meninos da escola e falam, perguntam da cooperativa.

Mudou muito. Não escrevia quase nada, cresci como pessoa...

Eu consegui me solta, eu era muito tímida.

Sou muito calmo. Depois que entrei na cooperativa e as aula, aprendi a ter mais paciência. Até minha convivência em casa é outra.

A qualidade de vida. Vivia queimado do sol, melhorou a saúde.

Mudou bastante pra melhor, porque antes tava desempregado.

Aumentou a renda.

Amizade com o pessoal.

Não mudou nada.

6.3. O olhar dos cooperados sobre os educadores

6.3.1. Coopermaringá

Para detectar a avaliação que os trabalhadores cooperados fazem do trabalho realizado pelos educadores, perguntamos se eles achavam que as pessoas da universidade sabiam ensinar ou orientar. Com exceção de uma resposta, todos afirmaram que sim, qualificando positivamente suas respostas. Obtivemos, no geral, indicações positivas. Algumas não continham muitos comentários, como orientou ou ensinou bem (26,8%), outras eram mais explicativas e indicavam uma postura de proximidade dos educadores (26,8%). Neste caso, eles afirmavam que os educadores os acompanhavam, ajudavam a

resolver problemas, davam apoio, força, passavam idéias positivas, ensinavam-os a viver e a melhorar o convívio e a união. Transcrevemos alguns exemplos:

Porque toda veis que vêm aqui, eles falam, ensina, explica pra gente, sempre procura ajudar.

Idéias positivas.

Por causa, sabe passar as informação, orienta sobre as norma da cooperativa. Eles ensina umas coisa boa, a mexer nos papel, eles são claro.

Assim é melhor, porque ensina a gente a vivê, as coisas que ninguém sabe.

Porque até pelo convívio melhorô. Com o pessoal unido aqui. Porque no começo era uma turma de índio.

Em outras respostas (9,7%) eles se referem à postura pedagógica dos educadores, pois afirmam que estes tinham vontade, que se esforçavam e tinham paciência para ensinar. Há os que responderam que os orientadores sabem ensinar porque são mais estudados (12,2%); uma resposta indica que eles também são importantes para o aprendizado do educador. Em três delas ficou evidenciada como a presença do educador foi importante para eles, que sem eles (educadores) seria difícil. Segundo alguns:

Porque orienta bem, tão junto acompanhando.

São mais estudado. Porque ajuda a gente resolvê problema, dão uma força.

Porque eles têm estudo, a gente que é analfabeto, não sabe, ajuda muito.

Sem voeis seria difícil. Consegue explicar bem, a gente entende bem.

Se esforçam bastante, mas nós não esforçamo.

Tem muita paciência e entende mais. Assim ta ótimo. As vezes fico pensando no assunto tratado, mais não como foi ensinado.

Tem conhecimento pra passá. Somo importante pro conhecimento deles.

Outros (9,8%) dizem não ter dificuldades de entendimento, mas 4,8% declaram não entender ou entender parcialmente o que foi ensinado, apontando como causas a pouca leitura ou a dificuldade de aprendizagem, conforme segue:

Sempre entendi tudo.

Sempre ouve, mais alguma coisa não entende, porque tenho pôca leitura, fica difícil.

Muita coisa eles fala, a gente entende, mais tem coisa que não entra na cabeça da gente.

6.3.2. Cocarema

As mesmas perguntas foram feitas aos cooperados da Cocarema. A maioria absoluta respondeu que sim, qualificando positivamente suas respostas. Obtivemos no geral, indicações positivas, que foram apresentadas sem muitos comentários, como orientou ou ensinou bem (36,0%).

Acho que a UEM ajudou muito. É muito importante pra formação.

Porque sabe ensiná, tratá bem.

Em outras respostas (28,0%), o destaque foi para a postura pedagógica do educador, uma vez que afirmam que os mesmos têm vontade e paciência para ensinar e dão oportunidades para perguntas. Conforme segue:

Explica direito, com calma.

São pacientes, têm vontade de ensinar a gente.

Quando a gente tem dúvida, deixa a gente perguntá. Esclarece a gente, bastante. Ter paciência para ensinar duas, três veis, e o pessoal tem.

Pelos ensinamento, fala certinho, super-bem. A Júnior precisa ensina fazer as tabela e gráfico no computador.

Outros deram destaque ao fato de os orientadores saberem ensinar porque são mais estudados e têm mais experiência e outros, ainda, apontaram a postura de proximidade dos educadores. Segundo alguns deles:

Porque já são professor...

Porque acho que o pessoal da UEM sabe mais de cooperativa que eu.

Eu adoro quando o pessoal vem aqui. As moça da aula também. Eu quero crescer, não quero volta pra trais. Eles sabem orientá.

Duas respostas incidiram sobre a importância, para eles, da presença do educador; nestas elas afirmam que sem eles (educadores) seria difícil.

Acho que sem o pessoal da UEM, as coisa fica difícil pra fazer.

Ensinam coisa que nós não sabia.

6.4. O olhar dos trabalhadores dirigentes das cooperativas

Nesta parte, analisamos o resultado das entrevistas realizadas com os trabalhadores que dirigiam cada uma das cooperativas. O presidente da Coopermaringá e o vice-presidente da Cocarema puderam falar livremente de suas vidas, seus anseios, suas satisfações. Foi mais uma conversa, sem limite de tempo, nem perguntas específicas. Depois de algumas visitas às cooperativas, procuramos abordá-los quando estivessem mais disponíveis para uma conversa que pudesse ser informal e sem tempo para terminar. Entrevistamos cada um em dias diferentes e pedimos apenas que falassem sobre si mesmos, avaliando a situação anterior e posterior à formação das cooperativas.

Por isso, a organização que damos ao item corresponde aos temas que eles próprios abordaram no processo da entrevista, a qual, no meu entender, reflete o que eles são hoje: trabalhadores com preocupações próprias de cooperados e dirigentes de seus empreendimentos. O vice-presidente da

Cooperativa Cocarema é designado por *A* e o presidente da Cooperativa Coopermaringá, por *M*.

6.4.1. Condições de trabalho: o antes e o depois na cooperativa

Os presidentes *M* e *A* falam das experiências de trabalho anteriores ao momento em que começaram a participar na cooperativa. Eles contam que foram pedreiros e que trabalharam para empresas e de forma autônoma antes de irem para o lixão.

Depois de ter saído do emprego e ter deixado de atuar como autônomo em razão da escassez de serviço, *M* foi para o lixão por influência de um parente próximo. Lá ficou por seis anos, quando foi formada a cooperativa que ele hoje dirige.

Eu sou pedreiro. Daí eu sai da firma que eu trabalhava. Eu nunca fui mandado embora de uma firma até hoje, graças a Deus. Ai eu comecei a trabalhar por conta. Ai começou a ficar fraco, fraco, ai eu tenho um cunhado, pouco conhecido, que levava o povo pra trabalhar no lixão. Ai eu falei 'eu vou falar com ele', daí ele falou 'olha Manuel eu vou pro lixão também'. Daí eu falei 'ah, vamos'. Ele levava o povo pro lixão, porque ele tinha um caminhão, ele tinha uma balança grande. Era ele, a mulher dele e um sobrinho que trabalhava. E foi através dele que começou aquela vida. (...) Lá eu trabalhei na base de uns 6 anos, mais ou menos. Ou mais. A gente faz uma base assim (...).

Fala do perigo que era trabalhar no lixão e que a cooperativa foi uma opção para se livrar desse tipo de trabalho. Conta que ela começou com a participação de 58 pessoas, mas destacou também a rotatividade motivada pelos baixos valores iniciais de ganhos. Segundo ele, 30% das pessoas, aproximadamente, por terem algum “vício”, saíam, mas acabavam voltando ao grupo por se sentirem protegidos ali. Fica claro em seu depoimento que o ganho financeiro é mais importante que a própria segurança para esses trabalhadores, visto que, como não dispõem de outras fontes ou possibilidades de renda, trabalham hoje para o sustento de amanhã. Entretanto, também querem sentir-se seguros.

Ai eu comecei lá no lixão e ai veio a lei pra fechar o lixão, que não podia mais, porque inclusive, ali é o ultimo caso, mesmo, porque ali é muito perigoso, né, todo mundo sabe. (...) Então, fui tentar ver a lei, com o secretário, os cara dele lá, pra que fizesse a cooperativa. Ai, o nosso grupo se reunio e ficou. Fizemo, fizemo, aí a prefeitura arrumou um barracão pra nós ai embaixo, perto do Osvaldo Cruz, ai nós entremo com 58 pessoas. Ai comecemos a trabalhar e os outros ninguém quis, os outros fico tudo de fora, ninguém quis.(...) Ai sai um pra lá, outro pra cá, porque tá ganhando pouco, por isso, por aquilo, porque a maioria, a maioria não, uns 30% tem de vício. Então no meio da turma se achava meio seguro né? Ai voltava pra lá de novo e nós continuemos até hoje (M).

Já A ia trabalhar no lixão esporadicamente, quando não tinha serviço como pedreiro.

Eu trabalhava de pedreiro, né? Eu trabalhei no lixão poucos dias. Porque quando eu ficava parado que eu ia pra lá, né? Mas eu construía casa, tudo, muro, eu sei fazê. Mexo bastante coisa com esta parte de pedreiro, né? Mas só como estava muito fraco a parte de pedreiro, ai eu resolvi entra na cooperativa, né? (...)

Tão importante como o ganho e o valor monetário é a sua periodicidade. A revela que sua opção pela cooperativa relacionou-se à possibilidade de obter um rendimento certo ou contínuo com o qual pudesse contar para sua sobrevivência, tornando-a mais tranqüila e de forma a, inclusive, planejar seus gastos. Ele prefere permanecer nesse trabalho mesmo que seu rendimento seja inferior a outros que poderia obter.

Servente de pedreiro não era garantido, né? Um dia tem, outro dia não tem, né? Trabalhava uma semana, ficava uma semana parado, ficava quinze dias parado, depois pegava um servicinho. Dava dinheiro. Só que às vez ficava parado muito tempo. E aqui é mais pouco e mais garantido, né? Só que é bom, né? Já cheguei a tirar R\$802.00 aqui. Pra todo mundo, já saiu R\$802.00. Era tempo quando o PET tava R\$1.25, o papel tava alto, tudo. Ai, agora, com esta queda de todos materiais, estamos tirando na faixa de R\$300.00, R\$350.00, nessa faixa (A).

Os presidentes descrevem um pouco a realidade do lixão, o aspecto desordenado da coleta e do descarregamento do lixo, e destacam a violência resultante de um sistema de coleta em que imperava a força individual. Percebemos que eles desmistificam o que se ouve comumente a respeito da comparação entre as diferentes formas de organização de trabalhadores que lidam com produtos recicláveis, ou seja, que no lixão se ganha mais do que nas

cooperativas. Se alguns ganham mais lá, são os que detêm força física ou ganham seu espaço e, conseqüentemente, ganho pela intimidação e ameaça de morte. Essas pessoas, além de obter maiores ganhos para si, impõem-se como “chefes” e dominam o local fazendo dos outros trabalhadores seus subordinados. Trata-se, portanto, de uma organização de trabalho imposta por alguns em detrimento da maioria, a qual, por não dispor de outra alternativa para obtenção imediata de renda, submete-se a esse tipo de trabalho de extrema precariedade e exploração.

(...) no lixão, as pessoas quando o caminhão despejava, assim e a gente ia catar, aquela pessoa que tinha mais força vinha e empurrava. E eu vo fala a verdade, eu não ganhava bem no lixão não. Se alguém ganha lá...Porque eu não ganhava não. Tem muita gente lá que trabalha dia e noite. (...) ali não tinha uma segurança. A segurança dali era um cara pegar uma faquinha de serra e socar na gente. Isso era a segurança dali. E é! Naquela brincadeira tem bastante que foi, dava duas ou três morte no trabalho ali. Tem gente ali que matou dois três. Que é chefe agora no lixão. Estão ali, tem muita gente ruim naquele lixão, ali. E tinha bastante gente com nós, mas saiu, graças a Deus. E melhorou, melhorou a cooperativa (M).

(...) E ali [lixão] é também, é de hospital, é lixo, é cachorro morto, é vários gases que sobe dali. É mistura, não sabe nem o que vira lá em cima. É um monte de gases, nossa! É muito. Nossa! Vira uma poluição da bexiga aquilo ali. Às vezes a gente olha ta até aquela coisa, aquele tudo nublado assim, só lá só (A).

Só por essa parte dos relatos percebe-se que não é difícil apreender a preferência que eles têm pelo trabalho atual em relação aos anteriores, mas, adiante, eles evidenciam as razões dessa preferência.

M refere-se à democracia interna no trabalho compartilhado, à liberdade de dialogar, à possibilidade de dividir responsabilidades e encontrar melhores formas de executar tarefas. Ao fazê-lo, revela que os cooperados apreenderam e estão pondo em prática princípios básicos do cooperativismo, embora referidos por metáforas, procedimento muito comum na linguagem popular quando se quer explicar algo ou se fazer entender melhor. Revela também que embora busquem melhorar a venda de seus produtos no mercado e que gostariam de estar mais satisfeitos com o valor de suas retiradas, eles gostam do trabalho e de como são tratados pela comunidade.

Eu fui jogar lixo duas vezes lá [lixão], mas pra trabalhar eu acho que nunca mais. (...) E eu estou muito contente na cooperativa (...) Se estivesse dando mais pra gente era bom, porque, você vê, R\$ 350.00, R\$ 400.00 está sendo pouco, mas tá bom. Em termos de trabalho eu estou achando bom. (...) todo mundo colabora... 'Vamos fazer tal coisa que é melhor' eles vão. (...) O conjunto sempre é melhor né? Sozinho nunca que dá certo. (...) Onde tem bastante gente muda uma idéia, quando tem que fazer um serviço, nem vai dar certo, daí alguém fala 'vamos fazer assim, será que assim não fica melhor, vamos fazer assim' e dá certo. (...) Mais gente tentando. Já não tem o ditado que "uma andorinha só não faz verão"? Que tem que ter bastante? se um tem uma idéia, o outro tem outra e se ajunta pra fazer um serviço, às vezes a pessoa tá fazendo um serviço que não vai dar certo, daí a gente fala "ah, assim fica melhor" e melhora. (...) É. Assim, vamos supor, tem um material aí, nós estamos vendo um material aí por um preço mais barato e vem bastante gente, daí vem um e pergunta 'escuta, a gente não está vendendo isso muito barato aqui não? Vamos procurar onde paga mais?', quer dizer, que se eu to sozinho eu to vendendo barato, daí chega outro dando conselho, vamos lá procurar ganhar mais, daí este daqui paga mais. Daí é por isso que eu falo, nós trabalhamos em conjunto e isso é muito bom, sozinho nunca dá certo, nem o homem nem a mulher pode viver sozinho. O trabalho coletivo sempre é melhor (M).

E eu posso sair. Não vou falar pra você que eu não posso sair, porque, vamos supor, que chega uma hora que Deus abençoa e que Deus dê um jeito pra eu aposentar, eu saio e mando ponhá outro no meu lugar. Que nunca ganhou nada, trabalha no meu lugar. Eu não vou, caso eu chegue a aposentar ficar ponha isso, ponha aquilo. Eu arrumo uma pessoa pra por aqui, pra ficar no meu lugar. Porque pra mim eu agradeço muito, foi uma coisa boa na minha vida, né? (M)

Nessa fala de M fica evidente a força do trabalho cooperativo, da segurança que essa organização dá ao trabalhador individual, inclusive para enfrentar a concorrência inerente ao mercado dos produtos ali coletados. Ele revela que essa força é que mantém os trabalhadores na cooperativa, mesmo quando vislumbram maiores possibilidades de ganho. É o que fica claro também na fala de A:

Ah! Eu já até arrumei pra ganhar mais do que aqui. Eu já até arrumei serviço que ganha mais. Já me quiseram, já me chamaram, já me falaram porque que eu não estava lá fazendo concurso pra eu entrar de motorista e tudo. Me chamaram já, falaram que o salário era bom e tudo, mas eu acredito que esta cooperativa vai levantar e muito ainda. Eu acredito que se nós conseguirmos fazer as máquinas funcionar [processar PET] nosso salário vai chegar a uns R\$800.00 ou até R\$1.000.00. Eu acredito. Eu estou acreditando na cooperativa. Eu quero que vai pra frente. (...) Então eu me esforço, né? To tentando. Mas eu tenho a esperança de melhorar muito ainda(A).

Pelas suas falas, pode-se apreender que estão orgulhosos de serem dirigentes de suas cooperativas, que percebem que o trabalho que eles fazem tem o reconhecimento da comunidade. É o que A ressalta no trecho transcrito a seguir:

A gente sai na rua, tem gente que elogia muito a gente. Acha bonito muito o trabalho da gente. Quando eu falei pra você que eu gosto de fazer este serviço, né, e tem gente que acha muito bonito, elogia a gente. Fala, assim, na nossa cara 'vocês estão fazendo uma coisa muito bonita, viu?' (...) Admira ver as mulheres correr atrás do ônibus, fico muito admirado. Então parabéns pra mulheres. (...) O povo aplaude, oferece café pra gente nas casas. Vai no bar e o outro, 'Toma uma Tubaina aqui que ta muito calor, toma?', 'não, não, nós tamo correndo, nós tamo com pressa!', 'não, mas toma um copo cada um e tudo! Os próprio donos de buteco oferece Tubaina gelada pra gente, chama pra almoçar em casa. As pessoas das casas dão café, querem que você come pão, mas não dá tempo. É muito bonito! Eu gosto muito, viu? (A)

A revela também a capacidade gerencial que adquiriu, a clareza do que é um empreendimento cooperativo, quando menciona que, por enquanto, a cooperativa não tem condições financeiras de crescer, mas não por falta de pessoas interessadas no empreendimento.

O pessoal às vezes vê a gente e pede serviço também. (...) Eles até pedem pra entrar aqui. Os vizinhos tudo pede: 'Arruma uma vaga pra mim lá?'(...) Já veio gente aqui com currículo pra dá pra nós pegar. (...) Aqui não é pra emprego não eu disse. (...) Vem gente direto pedir serviço. Se a gente colocar tanta gente aqui já era pra ter umas mil pessoa. Vem muita gente pedir serviço aqui, mas agora eu não posso porque agora com este ganho fica colocando gente não tem como (A).

Observamos que não é só o resultado financeiro que conta para esses trabalhadores; outros fatores têm importância e são, muitas vezes, determinantes em suas tomadas de decisão. Suas falas parecem indicar que são trabalhadores que prezam pelo respeito de serem cidadãos que têm capacidade, direito e liberdade para decidir sobre seu meio de trabalho e renda.

Quando, no trecho a seguir, o presidente M fala sobre a possibilidade de voltar aos trabalhos anteriores, evidencia que não há vantagem financeira e que sabe identificar onde ficava boa parte do resultado do seu esforço de trabalho, tanto no emprego como no trabalho autônomo. Identifica a base dessa relação. Destaca a diferença entre esse tipo de trabalho e o que faz na cooperativa e

externa seu sentimento em relação à autoridade na situação de empregado. Em sua fala fica evidente também sua apreensão da natureza do trabalho cooperativo, especialmente quanto à dispensa de qualquer ingerência externa nessa organização. Ou seja, fica evidente que ele procede de acordo com a orientação dada ao processo de incubação das cooperativas, que ele está convencido de que o caminho é o da autogestão.

(...) Olha... eu não vou dizer que eu não voltaria a trabalhar [autônomo]. Mas pelo dinheiro que eu ganhava lá e pelo dinheiro que eu ganho aqui, eu fico aqui. (...) Porque você pega um serviço, na minha profissão, que você ganha, vamos supor, R\$ 700 ou R\$ 800 "contos", na hora que você vai levá e vai acertá com os homens da propriedade, não te sobra nem R\$ 300 "conto". (...) Desconta um monte. É que nem quando a gente trabalha em firma: fazia a conta e sabia que fiz tanta hora extra do mês que vai dar tanto, quando vai receber, desconta de uma coisa, desconta da outra e não sobra nada (M).

Tem diferença. Porque aqui eu trabalho nos dia que nós organiza, assim, eu não fico tomando força de ninguém, eu estou trabalhando pra mim, então eu procuro trabalhar certo, trabalhar, ajudar o máximo que eu posso. Porque não tem ninguém pra fica dizendo 'não, não é assim. Faz isso aqui!'. E na firma é. Se eu to fazendo um serviço, a pessoa chega ali e fala 'guarda isso aí' e às vezes é coisa que pode até estragar, inclusive em obra é assim. Às vezes você está com uma massa na parede e daí você diz 'não, mas eu não posso largar isso daqui porque se largar vai estragar', daí eles falam 'não, joga depois um chapisco aí e faz' e daí acaba saindo um serviço mal feito por causa de um mestre de obras que não entende das coisas(M).

Na fala de A manifesta-se sua consciência sobre a importância da sua atividade para o meio ambiente. Vê-se, portanto, sua transformação em um novo sujeito ou, no mínimo, em alguém que, nesse processo, mudou sua forma de pensar como trabalhador e cidadão.

(...) se eu não gostasse [cooperativa], também deste ambiente, eu não estava aqui mais. Eu não tava aqui. Eu tô ganhando pouco, tudo, mas eu tô aqui porque eu gosto disso daqui, eu gosto de tá separando o material, saber que isso aqui não está indo pro lixo pra tá no céu aberto, pra encher d'água, pra ficar criando mosquito tudo. Eu gosto deste serviço, porque é um serviço que está instruindo o mundo, né? E, não agora, mas mais pra frente, quando este negócio crescer mais ainda, eu tenho certeza que nós vamos ter um ar mais puro pra nós, pro nossos filhos, tudo. Eu creio que vai ser muito bom, eu creio que é um serviço muito bonito. Eu gosto deste serviço,

eu gosto. Quando eu saio na rua que eu começo a catar o material assim eu fico muito contente porque eu sei que este material não vai pro lixo. Eu fico contente, contente mesmo. Nossa! Dá uma alegria quando eu pego um negócio que não vai pro lixão, que vem pra cá.(...) Nossa! Porque eu sei que, eu sei que nós tá ajudando com a natureza (A).

O resultado do processo de aprendizagem fica evidente quando relatam a evolução pela qual passaram até o momento da entrevista. O caminho que percorreram foi de muito conflito entre eles, com sofrimento até mesmo para os orientadores da incubadora da universidade.

Mas você não lembra quando nós começamos? Parecia um...Um povo todo rude, um povo todo, era uma falta de consideração um com o outro, né? Mas graças a Deus olha, como nós travessemos aquele tempo e hoje nós estamos bem melhor. (...) era meio desconfortável por que a gente não sabia, a gente não se respeitava nem a gente mesmo. Achava que a gente era melhor que um outro. O outro a gente ia falar alguma coisa daí ele falava 'ah! Mas eu também sou dono! Eu também sou dono'. A Selma [Ex-presidente], coitada, quantas vezes ela até chorou, a gente falava as coisas, a pessoa não respeitava... (...) Pra ser respeitado tem que respeitar, né? (...) Porque se eu não respeito um amigo de serviço, e da outra vez que eu falar ele não vai me respeitar. Então, o respeito no trabalho é muito bom. Saber respeitar, vamos supor, uma pessoa teve um infarto e todos nós, os cooperados como igual na cooperativa, mas tem que ter a pessoa pra orientar, tem que ter um orientador que vai fazer o que tem que fazer. (...) Um orientador. Porque ter o serviço sem ter o orientador, alguma coisa dá errado. Então tem que ter uma pessoa pra orientar pra mexer numa coisa, pra mexer com outra. (...) Quando não tá dando certo de um jeito tem que tentar do outro, não está dando do outro, tem que tentar do outro. E através de conversar, vai pra frente. (...) Não sou melhor que ninguém não, mas quanto eu vi que muitas vezes a Maria Clara [técnica da incubadora] até chorava. O pessoal vinha pra atormentá a gente e a pessoa tava lá falando, explicando, e um outro ficava falando e conversando. Eu ficava com vergonha, já falei isso pra ela. Mas graças a Deus foi melhorando, melhorando. (...) hoje tá bom. Só que uma coisinha falta, né? Porque a gente nunca é perfeito, né? (M)

Eles mostram que estão aprendendo e chegando a um equilíbrio, que estão aprendendo a se respeitar, destacando, inclusive, a necessidade de liderança no grupo. Observamos novamente que um dos entrevistados gosta de metaforizar para explicar a necessidade de todos trabalharem sob o mesmo diapasão. Esse é, de fato, um processo de reconstrução de conhecimentos que não se dá por

acabado, pois estamos sempre num processo de aprendizagem com resultados visíveis.

E muita vez a gente fala. Gente, a gente como um grupo, trabalhamos tudo junto, a gente tem que se unir, deixa de palavrão, deixa de briga, pra nós poder melhorar, porque onde a briga não entra a bonança, só entra a miséria. Eu falei, vamos parar com isso pra nós poder melhorar. Porque você vê a gente levando as coisas tudo certinho, as coisas vem e vem de acordo com o nosso trabalho e o nosso proceder, porque a nossa vida depende do nosso proceder. (...) Vamos fazer uma comparação. Tem um rio de água limpinha, coloca uma firma que joga e suja tudo. Um riuzinho de água que sai de uma firma suja tudo aquele monte de água. Então é que nem a cooperativa, um monte de gente trabalhando, uma pessoa que não sabe você vê, começa com baianada, com xinga com tudo, atrapalha todo mundo. Então é como eu falei. Tem que parar, tem que para porque...Ai começou a melhorar. Porque um começou a dar um chocalhão na turma e eu falei vamos parar porque senão não tinha jeito, daí arrumou. (...) as vezes precisa um pouco de pulso, né? A gente vai aprendendo. (...) Inclusive, aqui dentro é assim, a gente, quando a gente vê que tá errado, a gente chega e fala: é assim, é assim, é assim e não erra mais. Então, às vezes é assim, a gente tem que ir falando assim. Saber como levar o povo, saber consertar. (...) E aqui tinha muito violência. E era este o problema, que a gente foi arrumando, arrumando, arrumando(M).

A explicita que a dificuldade na administração da cooperativa não reside tanto no processo burocrático, mas na resistência dos indivíduos para aderirem aos princípios do cooperativismo e na relação com os atravessadores. No entanto, ele afirma que o trabalho de reeducação dos próprios cooperados está dando resultados.

Não é difícil. [administrar a Cooperativa] O duro é você passar isso pras pessoas. Tem pessoas que não entende, né? Eles querem fazer do jeito deles tudo. Mas nós estamos conseguindo, já. No começo foi mais difícil, mas nós estamos conseguindo já. O pessoal já está mais concordando com as coisas da gente, com o que a gente fala, tudo. Tá melhor agora. (...).

[integração no trabalho] No começo foi mais difícil, agora tá mais fácil assim. (...) A parte da organização de documentos, esta coisa toda não é nenhuma dificuldade mais. (...).

[mercado] Nós estamos aprendendo ainda, mas já estamos bem avançado já, porque a gente vendia pros atravessador ai, vendi pra muita gente ai, né? Agora não. A gente já está vendendo pras fabrica entregando os plásticos embalados, tudo. A gente tem dificuldade com os papel só que ainda nós não achamos um comprador bom, né? Lá pra Londrina diz que tem, Londrina, Curitiba diz que tem, só que daí depende de um caminhão grande também, né? (...) nós já estamos conhecendo o material, o que é PA, o que é PA de cloreto, o que é PP, o que é PAD, tudo já estamos

descobrimo o que é, pra depois quando nós já tivermos com a máquina funcionando, nós já saber colocar este material dentro da máquina também. E esses compradores que nós estamos comprando, nós estamos segurando eles também. De vez de eles venderem pra outro comprador eles estão vendendo pra nós. Então quando a nossa máquina tiver pronta aí este material vai todo pra nossa máquina (A).

Os entrevistados também fizeram referências à pouca formação escolar destes trabalhadores, à resistência inicial deles mesmos para a formação e orientação e à grande ajuda dos educadores da Incubadora e do governo Municipal. Vê-se aqui o educador em seu papel diretivo. Ou seja, aos poucos ele conseguiu romper as resistências para a mudança, mostrando aos trabalhadores os caminhos que poderiam seguir, se quisessem. Assim, a cada passo que foi dado na construção dos seus empreendimentos, eles foram adquirindo confiança e acreditando na sua própria capacidade criativa.

Então, e outra coisa que foi muito bom pra nós, ter saído do lixão, que tanta gente de honestidade que tem ajudado nós. Não precisava nem ta aqui, ta ajudando nós. E a uns tempo atrás a gente achava ruim 'mas de novo?' Não é verdade? Muita gente achava ruim! (...) Você, a Maria Clara, a Roseane, e outros que a gente nem sabe o nome, ajuda muito a gente. Eu falo, falo mesmo, no lixão quem ajudava a gente? Ninguém. E as pessoas vêm, vem aqui pra conversar com a gente, fazer com que a gente aprenda e sabe pra que a gente ganhe um pouquinho mais. E de primeiro a gente não era, não aceitava assim. (...) De primeiro tinha que estar lá ensinando o que fazer. Pouca gente está um pouco melhor porque a gente não é, não é, se tiver na nossa cooperativa uma meia duzia que tem leitura, o resto é burro que nem eu. (...) Porque eu não estudei. Eu posso falar que eu não estudei. (...) Eu escrevo! Leio um pouco, mas é naquela base de fraquinho. Então, eu trabalhava na roça e trabalhava na roça desde que me conheço por gente. Eu fui um ano pra escola, mas eu não estudei que a professora que dava aula pra mim, pra mim e pros outros moleques, ela era casadinha nova e ela tava grávida, coitada. Ela chegava, passava alguma coisa no quadro ali, ficava e dali a pouco começava a dormi debruçava e começava dormir. Eu tava com doze ano. Hoje eu lembro e eu tenho dó. E o povo, os pais fez abaixo-assinado e tirou ela. Quase um ano que eu estava na escola e não sabia o 'O'. Pra não fala que eu não estudei. Ai colocaram outra professora boa, mas não era pra nós não. Daí não havia jeito de ficar um ano no lugar, outro ano em outro, outro ano em outro. E, assim, eu não estudei (M).

Ah! Pra mim, eles sempre ajudaram [Incubadora/educadores], assim, sempre estão ajudando nos projetos em tudo, assim, sempre tão ajudando assim. Não tem nada que achar não, se pudesse ajudar mais era melhor, mas não dependem só deles, né? Eles fazem os pedidos deles, faz os projetos, tudo, mas não é assim tão

de repente. Eu acho que demoram um pouco, mas tão conseguindo sim. Tão conseguindo sim (A).

Fica evidente, portanto, nesses relatos sobre o processo de transformação dos dirigentes, sobre sua percepção do trabalho cooperado, do papel do dirigente na autogestão e do papel do educador, que o processo educativo na atividade prática vem alcançando seus objetivos.

6.4.2. Perspectivas para o futuro

Os dirigentes entrevistados visualizam perspectivas melhores para o futuro das cooperativas, desde que se efetive o funcionamento da Central de comercialização já instituída, uma vez que esta vai possibilitar que os cooperados se desvinculem dos compradores que determinam preço e que ainda estão controlando a compra no mercado local dos materiais recicláveis. Esta é uma dificuldade comum nos pequenos empreendimentos que precisam se fortalecer no conjunto para se colocarem com mais autonomia no mercado.

Tamo amarrado [compradores]. O sentido disso ai será a Central. A Central será a força disso ai, desse povo que paga o preço que querem. (...) Então, a gente espera da Central isso ai porque com a Central a gente não vai vender pros comprador que, nós vai vender pra São Paulo. Pra isso nós, tem que ter material pra poder fazer massacre, vamos supor, aqueles comprador que compra nosso aqui, manda pra São Paulo, mas eles mandam de carreta cheio e a Central vai ter que fazer isso, vai ter que ter isso, material pra ter carga pra mandar pra São Paulo. (...). Você vê, a Central funcionando, os próprios comprador daqui vai procurar a Central e ai esses carroceiros, eles vai ter que vender pra Central mais melhor do que pra outro? (...) Então ai, se Deus quiser, funcionando melhor a Central, eu acho que vai dar um avanço muito bom. (...) Se não faltar material. É só com o aluguel e com o caminhão puxando o material, vai cresce (M).

Com esta perspectiva de futuro, eles não parecem temer o afastamento do Poder público municipal, que até há pouco tempo vinha oferecendo apoio a essas cooperativas, uma vez que foram as primeiras a ser constituídas. Ou seja, na perspectiva de fortalecimento e autonomia está implícita a possibilidade de caminharem independentemente da troca de governo e assim, de enfrentarem a

nova administração municipal e sentirem-se fortes. Eles lamentam essa troca, mas parece que isso é secundário ou não é determinante para o futuro de seus empreendimentos. A autonomia e a autogestão são o objetivo do processo de incubação.

É. Se a gente tivesse condução [caminhão de coleta], nem isso não precisava da prefeitura, porque já tinha, né? Coletava. (...) Eu não vô falá que esse prefeito é ruim e aquele é bom. Tem que falá do que tá, o outro já foi e ele ajudou muito a gente... Não, não dá pra reclamar. E alguma coisinha sempre tem que fazer, mas não dá nada não porque também ele não é caranguejo, né? Que não vai pra trás, tem que ir pra frente. Tem que fazer alguma coisa. (...) [pagar o aluguel a partir de janeiro] Conseguir a gente consegue, eu só quero ver o que vai sobrá, né? Mas vamos ver o que a gente vai fazer...A gente se vira (M).

O prefeito [novo] nunca veio aqui! O outro prefeito que nós tinha ele vinha tudo e conversava com a gente. Este nem sabe que nós existe aqui. (...) Engraçado que nós tamo gerando trabalho né? Pra muita gente, né? Tem muita gente que trabalha aqui nas cooperativa, tudo e eles não dão uma força em nada! Eles deviam ver, o prefeito ver o que a gente ta fazendo, gerando trabalho pra muitas pessoas. Eles querem saber não, eles querem saber de destruir, acabar. Isso que eles querem fazer, porque só pode, não é possível ! (A)

6.4.3. Autogestão

Como dirigentes de suas cooperativas, empenhando-se em gerenciar de forma a compartilhar responsabilidades para fazê-las crescer, os presidentes já adquiriram uma forma de pensar que não é mais passiva, mas ativa e que os leva a projetar o futuro com os pés no chão, com base no que concretamente já construíram. Nós conseguimos perceber essa nova predisposição quando eles falam das máquinas e da Central de comercialização.

Com seu estilo metafórico *M* fala da Central, descreve como ela deve funcionar, que papel deve desempenhar, exemplifica as vantagens da venda em conjunto, ou seja, demonstra entender que, ao possibilitar a agregação de valor ao material coletado na cooperativa, ela pode levar a uma melhoria dos negócios a serem realizados por elas. Já *A* descreve as vantagens da máquina na agregação desses valores.

Porque ai nós precisa de uma Central como uma mãe, que acolhe os filhos. Porque as cooperativas vai ser os filhos que vai acolhendo na Central. A cooperativa separa e leva pra central. (...) Igual o China [presidente da Central] tá fazendo. Ele tá comprando o material que nós estamos separando. Estamos separando e vendendo. (...) Na central tem que melhorar muita coisa pra ser bom pra gente, tem que ser bom porque é uma coisa que vai vender lá fora, né? Não vai vender aqui. Vai ser separado o material, vai, vai moer ele, granular e vai vender por unidade granulado. Vamos supor...A quantidade que dá meio caminhão daquele ali, granulado vai dar uns dois metros quadrados. Mingua o peso, dá mais volume, dá mais dinheiro, mais fácil de trabalhar, tudo isso melhora. (...) Porque, vamos supor, se eu tenho um quilo de PET e nós vamos vender a R\$0.50, que seja R\$0.80, na Central vai ser R\$ 2.00, R\$ 3.00 por ai. Porque ai já ta todo o processo feito. A pessoa que comprar não vai ter processo nenhum pra fazer, já ta no jeito. Já vai ser vendida pra fazer novamente PET, fazer roupa, porque faz até roupa, né? (M)

O que a gente pensa muito é nessas máquina, porque esta é nossa única saída pra agregar valor. Tanto a PET, como a outra unidade que está vindo também, né? A de garrafinha que vai ser instalada em Sarandí, né? Eu creio que estas duas máquinas funcionando, nós vai gerar mais trabalho e eu creio que o nosso ganho vai aumentar também. (...) Máquina, mais um caminhão ou dois, um caminhão maior pra transportar as coisas. Fazer a própria coleta com um ônibus nosso, né? nós estamos lutando pra ver se a gente consegue comprar um ônibus pra cada cooperativa. (...) Sem depender de prefeitura, sem depender de volta a ter patrão. Nós vamo tocando nossa cooperativa. Porque se uma pessoa é dona de uma firma e ela consegue, porque que a gente não consegue se nós somo um monte? (A)

Eles entendem também que, para o bom funcionamento da Central e para ter material suficiente e alimentar a máquina que vai transformar os plásticos PET, é preciso melhorar a coleta seletiva e até negociar com os catadores de rua que trabalham de forma independente. Esta é uma forma de pensar que não deixa de ser planejada, pois tem um objetivo explícito: o bom funcionamento do equipamento e de seu empreendimento para que ele seja viável e exitoso. Essa é uma postura desejável para quem dirige um empreendimento, seja ou não coletivo. Eis como *M* relata sua forma de gerenciar:

Melhorar a coleta, porque você vê, a cooperativa põe o maquinário pra trabalhar, daqui a pouco acaba o material, fica tudo parado, quantos dias vai pra trazer outro tanto e tornar a trabalhar de novo. A não ser que quando começar a trabalhar ai puxa os catadores tudo pra central. (...) Então, é isso que eu to falando. Se tivesse material pra fazer pelo menos uns dois turno, nossa! Nós não ia ganha R\$ 1.000.00, nós ia ganhá muito mais. Porque nosso maquinário trabalhando dia e noite, imagina?...Vixe Maria! E material tem. Se o

material vier todo pra cooperativa e a cooperativa mandá pra central. Material tem, é que não vem. Tem a base de...vamos falar é uma base de 90% não vem pra cooperativa, 10% vem (M).

O entrevistado *M* está pensando como um empreendedor que sabe, conhece o estágio em que se encontra seu negócio, mas, ao mesmo tempo, está preocupado, planeja estratégias que levem a resultados melhores.

E eu já falei, se a gente pudesse, se a gente tivesse mais forte, que anunciasse na rádio igual as lojas faiz, aí a pessoa ligava a televisão e tava falando, tava anunciando, daí as pessoa vai... (..) É, vai lembrando, vai cutucando. E é que nem por um anuncio na televisão que fica a tarde inteira, a tarde toda até pra ficar atento, daí a pessoa fala "Opa!" Vo me preparar!". Assim, vai ajudar na reciclagem. A pessoa fala 'o pessoal que ta lá pede isso. Então eu vou separar, vou fazer a minha parte que eles faiz a parte deles' (M).

O entrevistado *A* explica um pouco como trabalha na cooperativa e destaca sua preocupação com a transparência nas suas atividades em face dos cooperados sob sua gestão. Observamos que ele entendeu e está pondo em prática um princípio importante na administração de empreendimentos, em especial os de natureza coletiva, cooperativa. A transparência nos atos administrativos é considerada por ele como um procedimento de gestão importante para cultivar a confiança dos demais.

Nós não faz nada escondido, porque a gente ta na frente do serviço, depois qualquer coisa que sair fala que nós tava fazendo alguma coisa errada. Então a gente tenta fazer tudo bem feito pra que saia tudo bem feito. Então a gente faz tudo marcadinho pra sair bem feito. Passo as notas pra ele [secretário], aí ele confere tudo. (...) Todas as nota que precisá é tirado tudo. É dividido pras cooperativas que pego o material. E nunca que eu abasteci sem tirar uma nota, tudo com nota. (...) Sempre eu levo uma pessoa. E procuro também assim não ficar levando só uma pessoa, só um parente meu, só uma pessoa só, sempre eu vou trocando, revezando pras pessoas conhecer também, é assim que a gente faz. É assim que nós tamo fazendo e tá dando certo sim (A).

Os dois falam sobre o movimento do mercado. Perceberam com o tempo que a cooperativa está funcionando, que existem oscilações de preços no mercado, relacionadas à existência e ao tipo de materiais, e em que épocas do ano elas acontecem. Embora não tenha clareza sobre os motivos, o entrevistado *M* identificou esse movimento do mercado.

É todo ano. Só teve ano passado que bem nesta época melhorô. Porque ano passado vinha gente aqui pedir o material porque tava faltando lá na fábrica, na fábrica tava faltando. Agora você vê, esse ano por causa do dólar tá aí. Já não é mais por causa das fábrica, é por causa do dólar. (...) Eu não sei o que eles arrumam, porque chega neste tempo começa a cair. (...) De todos os materiais, alumínio valia até R\$ 4.00 agora está R\$ 2.50. (...) De 6 meses pra cá caiu. (...) Veio caindo, caindo. A latinha caiu assim de soco, de repente caiu. A PET também caiu porque a gente vendia até R\$1.25 e eu não sei agora quanto é que vai pagar, se é R\$0.50 ou é R\$0.70. Tava R\$0.70 até outro dia, agora eu não sei se vai pagar R\$0.70 ou só R\$0.50. Caiu tudo, papelão nós vendia a 30, 28, 30 agora tamo vendendo a 25, o papel liquido que nós vendia a 17 agora tá 5 (M).

O presidente A, por sua vez, centrando-se no momento em que as cooperativas criaram e começaram a operar parte da venda dos materiais pela Central das cooperativas, afirma acreditar que tenha havido uma organização dos compradores dos materiais das cooperativas para controlar o preço. Ou seja, à medida que as cooperativas se organizam coletivamente na Central de Comercialização para oferecer seus produtos, e tentar obter melhores preços de venda, provocam também a organização dos compradores para enfrentar a união das cooperativas e, assim, poderem permanecer no mercado com maior poder de negociação, evitando a alta dos preços. Há, portanto, um movimento de organização que gera organização. Desta forma, pensamos que as cooperativas, por meio de seus dirigentes, vão tomando conhecimento das leis do mercado, cujo enfrentamento só é possível com base numa maior organização dos cooperados, os quais passam a produzir preferencialmente em cadeia produtiva e com consciência do processo. Isto implica nova discussão, reorganização e definição de estratégias.

Na organização da Central começou a cair [preço] isso daí. Porque dali pra cá começou abaixar tudo o preço. Começou abaixar, abaixar, abaixar. Eu tenho certeza que foi por nós se organizar, eu não marquei não, mas nós não sabia que ia acontecer também, quando nós começamos a nos organizar eles [compradores/atravessadores] começaram a se organizar também. Foi isso, tenho certeza que foi isso, porque eles ficaram com raiva de nós porque nós vendia muito material pra eles. Já que nós estamos organizando eles também estão se organizando. Foi isso que está acontecendo. (...) não tem diferença. Você liga em três lugar. Você liga no primeiro é 40, você liga no outro é 40 e no outro é 40. Então nós vende pra quem já tá vendendo e que tá pagando

direitinho. (...) Agora a gente tem que sentar pra conversar, porque eles ficaram com raiva da gente e foram marcando reunião e se organizando também. Porque se nós não tivesse se organizado, eles também não estavam se organizando (A).

Assim, tendo consciência do movimento que provoca a queda nos preços, eles contam suas experiências quando se sentam à mesa com os compradores e negociam suas mercadorias, tendo em vista a cooperação entre as cooperativas como uma forma de aumentar o volume de material e conseguir melhores condições de venda. Isso significa que eles perderam a inibição, superaram o medo da incapacidade e adquiriram a coragem de acreditar em si mesmos como seres capazes e não mais trabalhadores passivos que sabem apenas receber ordens e executá-las. Significa que eles estão fazendo o movimento da construção da autonomia para o coletivo, fortalecendo o intercooperativismo.

Eu que negocio mais os preços, né? Outro dia o China [Presidente da Central] mandou eu ir lá pra Cianorte, eu chamei ele pra ir e ele falou 'não, não vou não, vai você sozinho'. Ai pra eu não ir sozinho, né? Ele pediu pra chamar o Nilson da Usina [outra cooperativa], eu chamei o Nilson, chamei o Fábio da Coopermaringá, nós fomos em três pra Cianorte. Marquei uma reunião, liguei pro cara lá e fui pedir um aumento pra ele do prazo. Ai foi nós três, sentamos lá na mesa lá pra conversar com ele, tudo, seu José atendeu lá muito bem, que é o dono da firma, ai ele falou pra mim assim: 'Olha se vocês trouxerem acima de 1000 kg, eu vou chegar a este preço aqui, a R\$ 0.90 a colorida, a R\$ 1.45 a branca e a R\$ 0.60 a PP, a lona cristal a R\$1.00 e a lona colorida a R\$ 0.60. Esse preço acima de 1000 kg. Se você trouxer acima de 5000 kg de cada material desse, se você puder juntar em um mês, um mês e meio, acima de 5000 kg nós pode conversar de novo. Eu pago mais ainda.' Só que agora, outro trabalho que nós estamos fazendo é fazer as cooperativas se ajuntar pra separar e tem que vender também, né? Pra gente atingir aqueles 5000 de PA pra ele chegar de R\$1.45, creio que pra R\$1.70, R\$ 1.80 por aí (A).

(...) nós foi numa reunião agora ali no Sarandí, né? Perto daquele fórum lá. Então nesta reunião lá fico certo de, o China conversou lá com outros municípios Apucarana, Campo Mourão, estas bandas aqui tudinho, em outros municípios. Esses outros vai estar entrando em contato com nós pra vender estes materiais com nós (A).

Nós tamo indo atrás e vendendo nós mesmo pra quem usa. Inclusive no Pascoeto [fábrica de vinhos] ali, muita gente vem de fora aqui assim, compra um vasilhame como caco e que não era caco, nós descobrimos depois. Nós fomos lá no Pascoeto e eles falaram 'Não isso aqui é tanto' a gente chegô a vendê aquele garrafão a R\$ 0.30, lá é R\$ 0.75, por que nós não pode levar lá?

(...)Olha só como nós era explorado! Ah! Fomo atrás de mais preço, tudo, né? Ai nós fomo descobrindo. Ai quando a pessoa chega aqui hoje, e começa a dá o preço, hoje não é mais eles que dá os preços, é nós que dá o preço. (...) Hoje mesmo chegou um rapaz, e queria dessa cor aqui e disse que pra detergente e precisava de galãozinho assim. Falei ta bom, mas você precisa de muito? 'Preciso de muito. Preciso de uns 100. Cada 15 dia eu preciso de uns 100 mais ou menos. Se você arrumar desse jeitinho, com tampa e tudo eu pago R\$ 0.15'. Eu falei não, pra nós não dá. Porque nós tem a R\$ 0.25, nós tem. Se você quiser a mesmo preço nós vende pra você, senão nós passa pro outro lá, porque a R\$ 0.25 nós tem. 'Ah! Então ta bom então, a R\$ 0.25'. Deu trabalho, mas eu consegui (A).

Esse não é um exercício fácil para quem não teve uma orientação ou uma formação sólida sobre o mundo dos negócios. Sabemos que a facilidade com que muitos dirigem seus empreendimentos está mais relacionada à intuição do que à formação técnica específica. De todo modo, esses trabalhadores, cuja orientação e formação foi mínima, estão, no processo prático educativo, descobrindo, aprendendo com o seu próprio caminhar e de forma bastante positiva.

Com o tempo de aprendizagem que esses trabalhadores já tiveram, com a orientação dos educadores e a execução do próprio trabalho, ou seja, de prática, com base nos erros, acertos, na curiosidade e na vontade para descobrir novos caminhos e formas para melhorar seus empreendimentos, essas cooperativas se tornaram referência para muitos municípios e estão repassando seus conhecimentos aos que as procuram.

Muita gente vem aqui pra aprender como se separa o material que eles não sabem ainda. (...) Nós já estamos ensinando outras cooperativas. Compartilhando com a cooperativa e ensinando como separa o material, como separa a lona, os plástico. Nós vai direto, nós vai. Nós comecemos ensinando as outras cooperativa daqui. E nós estamos ensinando os municípios de fora agora que vão ligar pra nós agora, eu creio que esta semana vão ligar ainda, pra vir aqui e pra ficar um dia com nós aqui. Pessoal de Umuarama, quer vir pra ficar um dia com nós aqui. Pra aprender como separa, porque lá eles estão vendendo tudo junto ainda. (...) o China já tem o nome de onze municípios já, onze! E desses onze município todos vai vir aqui pra aprender como é que se faz o material. Eles queriam que nós fosse lá, mas lá não dá pra nós ir em todos os lugar. Então nós preferiu, eles vão vir aqui e ficar um dia com nós aqui. Eles vão ligar, todos os onze municípios vão ligar, pra passar um dia com nós aqui. É pra nós ensinar, com a maior alegria nós ensina (A).

Concluindo, o paralelo que fizemos foi importante para perceber de onde vieram e em que condições trabalhavam os cooperados *M* e *A*; como eles estão hoje, como se colocam e se vêem como pessoas e como pensam sobre os seus empreendimentos, as cooperativas, que eles dirigem como presidente e vice-presidente. Já parece distante a forma de pensar subordinada e passiva de quem foi um dia empregado e profissional autônomo. Hoje, eles vislumbram saídas diferentes das de então; percebem que é possível construir coletivamente. Pensamos que houve mudança na forma de se comportar e de pensar, o que os fez hoje outros trabalhadores, com outros perfis, mais independentes e ativos. Trabalhadores cidadãos. Isso demonstra que eles estão se transformando em outros sujeitos, que abriram seus horizontes e se encontram mais situados no sistema em que estão inseridos.

Em relação aos demais depoentes, os cooperados dos dois empreendimentos possuem um perfil muito similar. A maioria absoluta desses trabalhadores tem baixa escolaridade e já desempenhou outros trabalhos ou profissões urbanas e rurais; 50% deles, aproximadamente, acabaram trabalhando como catadores de lixo porque estavam desempregados.

Os cooperados da Coopermaringá são predominantemente de faixas etárias mais velhas, ao contrário dos da Cocarema, que são de faixas etárias mais jovens.

O fato de a Cocarema ser composta por uma maioria de mais jovens pode explicar porque eles se manifestam de forma mais otimista, porque indicaram poucos aspectos negativos sobre o trabalho nas cooperativas, bem como porque não apontaram ter muito trabalho na cooperativa. Os mais jovens são mais animados e sempre vêem a vida, e o mundo de forma geral, com mais otimismo e mais expectativa em relação ao futuro. Os mais velhos já são menos sonhadores e têm os pés mais no chão. Por isso, talvez, busquem resultados mais imediatos e melhores tanto no trabalho como na cooperativa. Isso também pode ser uma explicação para o fato de que eles se revelam menos tolerantes e mais difíceis de se adaptar ao trabalho coletivo.

Com relação à organização e ao dia-a-dia do trabalho nas duas cooperativas, os cooperados mostram, em sua maioria, preferir o trabalho coletivo ao individual. Eles participam das decisões e reuniões, colocam em prática as ações necessárias e próprias de empreendimentos caracterizados pela autogestão dos trabalhadores, respeitam os princípios democráticos e solidários que norteiam esse tipo de negócio. Na comparação entre os dois empreendimentos, observamos que essa prática é predominante; entretanto, na Cocarema, os percentuais de respostas que acentuam esses aspectos são maiores. Pensamos que, para entender essa freqüência de respostas, podemos olhar na mesma direção apontada anteriormente, ou seja, os mais jovens, no geral, são mais adaptativos, mais ativos e têm mais expectativas com relação ao futuro.

Nas duas cooperativas, os trabalhadores demonstraram satisfação com o trabalho; foi possível detectar, nas respostas, que eles assimilaram bem os aspectos relativos ao cooperativismo, o que denota, nos dois casos, que o processo prático educativo está sendo eficaz e eficiente ou, no mínimo, mostrando resultados positivos quanto ao que se propôs no início: formar um empreendimento cooperativo.

Portanto, a prática de incubação para a formação desses empreendimentos, além de interagir para capacitá-los para a autogestão de seus empreendimentos, também contribui para que esses trabalhadores tenham mais qualidade de vida, sintam-se como cidadãos que são valorizados e têm visibilidade na sociedade, que tenham alguma esperança de uma vida menos penosa e insegura quanto ao trabalho e geração de renda, que acreditem nos seus próprios potenciais. Suas respostas revelam o êxito do trabalho auto-educativo; eles demonstram estar bem, orgulhosos como cooperados, sentindo-se valorizados como trabalhadores e vistos como cidadãos; afirmam, mesmo, que estão felizes com as melhorias na vida pessoal e social. Demonstram acreditar e apostar na cooperativa e no seu futuro como empreendimento e fonte de trabalho e de renda.

A avaliação dos educadores pelas duas cooperativas foi positiva. Os educandos demonstraram-se satisfeitos com a presença dos docentes e técnicos da Universidade no mundo do trabalho deles, bem como com a forma como estes se relacionaram com os trabalhadores. Destacaram aspectos positivos da postura pedagógica dos educadores: sabem ensinar bem, têm paciência, atenção, respeito e mantêm proximidade com eles. Há indicativos nas respostas de que a relação entre educandos e educadores não é impositiva; mais do que isso, que os educadores, apesar de saberem mais, também aprendem com eles, o que vai ser comprovado nas entrevistas concedidas pelos educadores.

Capítulo VII

O OLHAR DO EDUCADOR SOBRE O PROCESSO DE INCUBAÇÃO

7.1. Processo educativo na prática de incubação como processo criativo

A prática de incubação dos empreendimentos econômicos solidários é um processo pedagógico que implica sempre uma atitude criativa por parte de todos os envolvidos. Esta atitude é inerente ao seu próprio meio de operar, cujos caminhos, embora com um roteiro mínimo, são construídos com avanços, recuos e muita imprevisibilidade, experimentação e indeterminação quanto aos próprios resultados.

Esse tipo de incubação se faz por meio de uma ação educativa, cujo êxito depende de uma certa gestação interna, subjetiva, do conhecimento teórico, o qual deve se refletir incondicionalmente em sua realização efetiva. No caso da Coopermaringá e da Cocarema, o conhecimento teórico sobre o trabalho e os princípios cooperativos é levado pelos educadores aos trabalhadores, os quais, os apreendem, vivenciam, incorporam seus próprios conhecimentos e os realizam na prática do trabalho cooperado e solidário. Desta forma, ocorrem modificações na própria objetivação da teoria e dos conceitos, uma vez que esta objetivação depende da dificuldade ou facilidade dos trabalhadores (educandos) e dos próprios educadores quanto ao conhecimento do produto acabado, antes da sua construção na atividade prática. Ou seja, não existe possibilidade de prever totalmente o caminho, este é construído no próprio processo, realiza-se com base em erros e acertos, avanços e recuos, e, por isso, adquire um caráter único, que não se repete. Embora previsto teórica e idealmente, sua realização é

imprevisível, uma vez que está sujeita à intervenção de fatores subjetivos. O conhecimento é gerado por meio da vivência, ou seja, as ações interativas entre educadores e educandos, entre os próprios educadores e entre os próprios educandos são fundamentais para a aquisição de novos saberes.

É o que podemos observar em algumas entrevistas realizadas com os orientadores (educadores) da Incubadora. *MC*, por exemplo, identifica a necessidade das adaptações, fala do movimento de vai-e-vem durante o desenvolvimento das atividades de incubação e destaca a criatividade inerente ao processo, a qual imprime um diferencial em cada grupo em incubação. Eis como ela se posiciona em relação ao trabalho com a Coopermaringá:

(...) na relação com a Coopermaringá, como foi o primeiro grupo, nós precisamos fazer várias adaptações no processo de incubação, isso fez com que nós tivéssemos que estar toda hora modificando o trabalho.

Ela explicita também a resistência desses cooperados para avançar no processo:

(...) o grupo da Coopermaringá tem muito, é muito fechado parece que sempre está puxando pra traz em vez de ir pra frente, parece que sempre há um avanço e um retrocesso, quer dizer, às vezes dá a impressão de que eles não saem do lugar. Mas às vezes você nota, 'não eles já estão evoluindo (...).

Outra entrevistada, *MA*, dá mais evidência ao trabalho de construção do conhecimento por meio da observação da realidade concreta. Ela argumenta que os trabalhadores vão assimilando teoria e atividade prática e que o educador precisa estar atento a esse processo:

Com a prática. Então é por isso que muitas vezes não adianta ir com muita teoria e a gente, assim, é uma coisa que você vai perguntar e eu já vi é 'o que a gente muda?' e eu mudei em função disso. Eu acho que eles estão fazendo através da prática, eles vão entendendo a essência e que eu não percebia que era assim. Então não adianta ir com muita teoria, dinâmica e tem que ir percebendo deles como é que é, e tentando ver por qual caminho e é através da observação que a gente vai propondo, pois não adianta ir com receita pronta, não adianta.

Quando ela fala sobre as dificuldades dos educadores com os educandos, reflete sobre a necessidade de o educador acompanhar o processo de apreensão do educando, tendo em vista sua própria condição social, e relata suas próprias experiências nessa direção:

Eu acho que a gente deveria passar mais a prática, mais com atividades, com dinâmicas de acordo com a prática e o momento que eles estão vivendo. No trabalho que nós estamos desenvolvendo lá dos Planos de Negócios a gente tentou construir dentro da realidade: 'olha, está acontecendo isto? Então foi vocês que fizeram, como é que vocês fazem'. Então partiu deles, fomos colhendo deles, e isto acabou sendo um instrumento pedagógico, os Planos de Negócios. Era pra falar com eles para eles entender o que eles estavam dizendo. Nós estávamos ensinando na prática e eu acho que nós teríamos que fazer mais instrumentos desses para que a gente consiga que eles entendam o prático e o teórico a partir da prática. Mas ainda, falar que eles entendem o que é o processo de cooperação, então até porque temos que levar em conta que vivemos num sistema capitalista e é muito difícil entender o que é um sistema de cooperação.

Os itens a seguir são dedicados a discutir os diferentes aspectos do processo criativo que caracteriza o procedimento pedagógico da prática de incubação. Vamos analisar as entrevistas, destacando o que os educadores falam sobre a interação entre conhecimento teórico e a prática; entre o saber acadêmico e saber popular, bem como sobre a necessidade de, neste processo, se estabelecer uma relação dialógica na qual o educador também aprende e se educa.

7.1.1. Conhecimento teórico-prático

As entrevistas mostram claramente que, na prática de incubação dos empreendimentos econômicos solidários, tanto os conceitos teóricos e os princípios do cooperativismo como sua objetivação, sua concretização, passam por um processo de adaptação e modificação. Ou seja, com base nas entrevistas, podemos afirmar que o processo de incubação dos empreendimentos é uma ação educativa de construção e reconstrução do conhecimento, cuja base é o

conhecimento teórico pensado, o qual, todavia, vai sendo modificado no próprio processo.

Esta afirmação não contém a idéia de um rompimento com os conceitos teóricos que embasam as atividades práticas, mas, sim, que as entrevistas demonstram que, na opinião dos educadores, eles são adaptados e podem, conseqüentemente, ser revistos após o processo de aplicação na prática. Por exemplo, MC, ao ser indagada sobre as condições em que se dá a operacionalização do trabalho coletivo cooperativo e da autogestão prevista nos princípios cooperativistas, afirma que, embora a teoria chegue a ser “estranha”, torna-se conhecida na prática. Por sua vez, a “prática é cheia de criatividade”.

Eu acho que tudo é mais ou menos diferente. Tudo o que está na teoria é um pouco diferente na prática. Na teoria é tudo muito bonito, tudo muito esquematizado, não têm falhas. Na prática não, você tem que conviver com as falhas né? Às vezes tem uma relação muito boa na parte democrática, tomar as decisões, mas chega na hora de, por exemplo, um outro princípio, o princípio da adesão voluntária, tem mais dificuldades de estar entendendo o que é isso, de estar entendendo a responsabilidade que tem que ter diante dos compromissos que são assumidos. Até porque existe o processo democrático que determina se vai ou não assumir aquilo, mas muitos acabam esquecendo-se disso e colocando muito em cima da responsabilidade daquelas pessoas que estão mais na diretoria, então eu acredito que a prática é um pouco diferente da teoria. É bastante diferente da teoria e tem que ser contornada, mas é engraçado, porque a teoria às vezes é meio estranha e a prática é cheia de criatividade, então se você não consegue fazer de um jeito faz de outra forma que daí dá certo.

Na verdade, segundo ela, a prática é o teste da teoria e a criatividade é necessária para revê-la, é maior do que ela:

E é realmente na prática que você vai descobrindo isso. Não existe uma teoria que esteja comprovadamente só aquela, a gente nota que sempre quando existe uma teoria ela é feita realmente de uma discussão anterior, tudo, mas sempre está sendo revista. (...) Não que elas não sejam como deveriam ser (...). É a teoria que às vezes é tão complexa que a gente acaba pensando que ela vai dar conta de tudo e é como eu falei, a criatividade é maior que a teoria.

Neste ponto, podemos afirmar que, para proceder às adaptações na ação é preciso, portanto, que os educadores e educandos lancem mão da criatividade.

Nesse sentido, o processo educativo na prática de incubação mostra que precisa ser criativo e que carrega certa imprevisibilidade para se alcançar os resultados desejados.

Ao falar sobre a mudança na sua maneira de ver e entender a relação entre o conhecimento teórico e a prática depois da experiência no processo de incubação, a entrevistada reafirma a necessidade de rever e adaptar os conceitos teóricos por meio do diálogo com os educandos. Isso faz parte de um processo, cujos resultados não podem ser determinados de forma precisa; mais do que isso, eles podem ser completamente diferentes dos previstos inicialmente pela teoria, mesmo porque esta pode ser transformada por imposição da prática. Por essa razão, ela destaca que houve mudança na sua própria forma de ver a aplicabilidade da teoria.

Mudou. Mudou principalmente porque na minha área de advocacia as pessoas tendem em valorizar demais a teoria. Então você estuda tudo como é a lei, como deve ser e como não deve ser, e daí você fica pensando se é assim mesmo. Daí você chega na prática, principalmente quando trabalha em cooperativa você vê que não, que você sempre tem que estar mais ou menos refazendo aquilo junto com os cooperados, transformando, é claro que você pega a teoria, parte de alguma coisa, mas vai chegar às vezes em outros lugares, às vezes um pouco diferente do que na teoria estava falando. É uma coisa assim que você vai aprendendo que as coisas não são realmente como deveriam ser.

Por isso pensamos a incubação das cooperativas como um processo educativo, no qual, por meio da vivência e da troca entre educadores e educandos, se reconstrói o conhecimento. O ato de conhecer ocorre num só tempo, criando e recriando. Na resposta de R à pergunta sobre a concretização ou não dos conceitos teóricos na prática da incubação, ficou claro que não houve rompimento com os mesmos, mas sim uma adaptação provocada pela prática. Depois de um novo estudo, de uma reavaliação, voltou-se à ação. Na sua opinião, nem tudo se concretiza, algumas coisas se modificam:

Eu acho que não tudo, né? Mas eu acho que ela nesse nosso caso está se concretizando na prática, a teoria sim, mas algumas coisas modifica, né? Eu acho que já faz parte, é dialético isto, você vai pronto, com a teoria prontinha tudo preparado, o plano ali certinho e chega lá você tem que mudar, talvez não uma mudança brusca,

romper com aquela teoria ali, mas é você ir se adaptando, você ir moldando, eu acho que essa que é a relação correta, até eles compreenderem qual é o caminho teórico que a gente quer chegar também, né? A gente precisa passar isso pra eles, a gente não pode também ir totalmente no senso-comum, 'Ah isso daqui vai dar certo e tal', depois quando fala que é uma troca é que a gente tem também um certo conhecimento pra passar, só que tem que ir colocando isso pra eles aos poucos e pra isso às vezes você precisa mudar, eu acredito que romper com alguma teoria que até hoje a gente defende dentro deste projeto de cooperativismo e autogestão, eu acho que não rompemos ainda não, acho que nem vamos romper, a gente tem avançado muito. Então eu acho que dá pra fazer esta conciliação assim, só que tem que ter muita paciência e às vezes ter que voltar, estudar de novo, reavaliar tudo.

De fato, a prática da incubação da cooperativa tem-se demonstrado como um campo criativo, no qual não apenas se modificou a própria ação concreta iniciada, como também ocorreu uma quebra de expectativa quanto á orientação teórico-conceitual.

É o que observamos no depoimento de *MA* e *MC* a respeito do tempo de incubação dos empreendimentos. A experiência de *MA* a leva a afirmar que esse tempo é maior do que o considerado como suficiente no início do processo:

Eu acho que essencialmente pode ter não alterado, mas na prática alterou. O que eu percebo hoje é que não é possível fazer isso rápido, antes eu tinha mais ilusão, hoje eu percebo que não. (...) Agora, que a autogestão é difícil de ser implantada é. Eu acho que dez anos é um bom tempo para implantar, não vem falar que com quatro anos, dois anos implanta porque...

MC também afirma que a expectativa não pode ser de resultados de curto prazo:

Eu não sei como fazer, quer dizer, existem alguns avanços, a gente nota, muitos já estão assimilando, só que este processo parece ser bastante lento, não é um processo muito rápido. Se você imaginar que ele dura um ano você vai se decepcionar porque é todo uma mudança, de vista que exige muita conversa, muito diálogo, muitas reuniões, discussões e indo aos pouquinhos, mas a gente nota que eles já estão assimilando estes conceitos.

Nos depoimentos de *E* e *C*, reafirma-se a necessidade de se readequar os conceitos teóricos, adaptando-os aos caminhos indicados pela prática. Para *C*, a ação prática fez com que se desse um passo à frente na teoria. Além disso,

referindo-se à discussão sobre a inclusão social, ela é bastante contundente e afirma que, nas universidades, o conhecimento vem sendo construído separadamente da realidade concreta. Ou seja, parte-se de um campo teórico ou conceitual como um mundo ideal de forma que os educandos conseguem apenas interiorizar o que é ensinado conceitualmente. Confirma aqui as palavras de Freire (1987) quanto “a dança dos conceitos, o balé conceitual”. O desconhecimento do concreto torna a teoria e os conceitos ultrapassados. A vida real é dinâmica e se modifica em um tempo mais rápido que o conhecimento teórico. Ainda segundo o autor “os conceitos deveriam estar associados a uma realidade concreta, mas não estão” (1987, p.176). Na perspectiva da entrevistada:

A gente vai com a teoria e consegue transformar esta teoria em ação?. Ou dar um passo adiante na teoria. Eles têm uma praticidade que é importante pra gente e daí eu estava pensando, nestas perguntas seguintes eu acabei pensando meio que tudo junto, que a gente tem um conhecimento que é muito separado da realidade, o conhecimento dentro da universidade é muito separado e sabe, quando você pensa em exclusão é exclusão no abstrato, é a exclusão do africano, é a exclusão, sei lá, da tribo Zulu, é o favelado de São Paulo, enfim a gente consegue interiorizar, mas não consegue saber o significado disso, no concreto. Eu acho que pouquíssimas pessoas na universidade sabem disso. Então, a gente vê mesmo em teóricos na minha área, principalmente na minha área, e até na filosofia, estava pensando em alguns aí, algumas estrelas, eles falam, mas é um discurso no vazio, a gente não consegue; e às vezes, quando eles estão produzindo, aquilo que eles estão produzindo já não serve porque esta prática toda já se alterou, já mudou.

Observamos que os trabalhadores (educandos) têm uma vida e uma linguagem muito direta. O que falam reflete o concreto de sua existência. É diferente de quando falamos conceitualmente na academia: as palavras saem leves, mesmo quando nos referimos à exclusão social. Sabemos o que é essa realidade por meio da descrição e da compreensão conceitual. O processo de incubação dos empreendimentos nos leva, como integrantes da universidade, a ver de perto e a interagir com o concreto, o real. Ao fazer isso, aproximamo-nos do mundo ou da realidade concreta dos trabalhadores atendidos, e a discutimos com eles, com base no seu concreto, nos seus próprios níveis de percepção.

Assim, todos (educadores e educandos) atingimos um nível de compreensão e expressão da realidade mais rigoroso.

A entrevistada C, quando fala das dificuldades que a universidade enfrenta para encontrar mecanismos para diminuir a exclusão social, faz uma crítica ao meio acadêmico por não fazer concretamente a associação entre teoria e prática, por não incentivar a formação de espaços que possibilitem essa interação e por serem poucos os que dão apoio ao processo de incubação de empreendimentos de trabalhadores. Além disso, chama a atenção para a complexidade e para os limites desse trabalho, em face da magnitude que a exclusão social já adquiriu. Sabemos que, além dessa dimensão, é preciso considerar os conflitos, os traumas que se desenvolvem nos espaços da exclusão, entre outros fatores, que vão além do aspecto financeiro. Desse modo, não é fácil sensibilizar os profissionais na universidade para enfrentar essa tarefa e para se envolverem com o processo de incubação, cujo objetivo é conseguir uma maior inclusão:

(...) A gente não consegue incluir todo mundo e nem uma porcentagem. E também eu acho que não estamos preparados. Não estamos assim, a universidade que poderia apoiar mais não está preparada, é só você ver a dificuldade que nós temos em conseguir pessoas que venham trabalhar com a gente, né?

(...) Que a teoria não casa com a prática no fim, eu acho que nós usamos muito facilmente aquelas palavras: "sujeito de direito", "resgatar cidadania". Mas como resgata isso no concreto? Porque na verdade eu estou pensando que as pessoas que estão excluídas, você tem um longo caminho até que você consiga que ela seja incluída novamente. São muitas as barreiras e nem sempre será só o financeiro que vai resultar. Adianta injetar um monte de dinheiro? Não, porque a pessoa tem diversas barreiras, tem que superar traumas adquiridos ao longo da vida. Então, isso é um trabalho muito difícil....

Também reafirmando a importância da prática, E levanta um aspecto muito importante e muito discutido dentro das universidades: a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Segundo ela, extensão não é apenas campo de divulgação do conhecimento adquirido nas universidades, mas, na atividade prática da extensão

no processo educativo de incubação, também se desenvolve e se alimenta a pesquisa.

Concordamos com suas reflexões, uma vez que de nosso ponto de vista, a pesquisa, impulsionada pelo processo de incubação, remete os universitários para contatos com gente comum e pode reverter a passividade dos que se envolvem na atividade. Eles assumem responsabilidades desconhecidas antes e desconhecidas também do currículo. Vêem, de perto, a realidade concreta como um problema de pesquisa e não ficam só na preleção sobre a realidade. Fundamentam sua formação acadêmica na realidade, de forma que as abstrações conceituais fazem parte de uma situação de ensino contextualizada. A pesquisa, nesse processo, se faz em oposição aos métodos passivos e silenciadores da transferência de conhecimento e partilha da “iluminação” da realidade.

Assim, no caso das cooperativas, há um processo educativo de construção de conhecimento que vai se fazendo, como num experimento, no vai-e-vem da atividade educativa: leva-se conhecimento teórico para ser aplicado e, assim, interagir na prática cotidiana do trabalho de criação e desenvolvimento dos empreendimentos econômicos, organizados de forma coletiva e autogestionária, e, nesse processo, o próprio conhecimento teórico se modifica e se enriquece.

À pergunta quanto a mudanças em sua maneira de ver e entender a relação entre conceitos teóricos e a prática depois da atuação no processo de incubação, *E* respondeu que essa experiência reforçou sua concepção de que ensino, pesquisa e extensão são indissociáveis, que a prática revela isso:

Mudou. Até reforçou uma coisa que eu já tinha em mente e isso veio reforçar, que daí é uma coisa que a gente tem na universidade, esta coisa de pesquisa, ensino e extensão, esse tripé, então veio reforçar esta idéia que eu sempre vi isto teoricamente como indissociáveis e eu percebo agora na prática que eles são mesmo indissociáveis porque quando você está trabalhando com as exigências, o ensino e a pesquisa, desde que seja trabalho com as exigências da realidade eles podem e devem ser incorporados no dia-a-dia, no fazer da extensão e é isso que a gente não está tendo dentro da universidade. Então isso daí mudou, que dizer, eu fiquei feliz porque eu percebi que não estava sozinha ali com a coisa, ficava só pensando porque isso, porque aquilo. Porque acaba a gente fazendo, dentro da universidade, isso separadamente. É uma forma ali, uma coisa é estar lá pequena dentro da sala de aula, outra coisa é estar com a gente desenvolvendo lá, desenvolvendo pesquisa, e a

outra coisa é a extensão que fica como campo, eu não vejo a extensão só como campo de divulgação, mas eu considero produzir também e se fosse só campo de divulgação do conhecimento, que conhecimento é esse que você está divulgando? É um conhecimento que é produzido a partir da pesquisa.(...) Então isso daí é muito legal, isso que aconteceu. Foi bem uma mudança, que é aquilo que eu te falei, veio reportar esta coisa da teoria-prática. Claro que tem a coisa da teoria, práxis, né? De interagir, não como uma camisa de força e etc.

Por outro lado, ao falar sobre a equipe de orientadores, MC também ressalta o aspecto da pesquisa na extensão, quando afirma que:

(...) este trabalho, a incubação, eu vejo ele como um trabalho que envolve muita pesquisa, mas é eminentemente de extensão (...)

A entrevistada E concorda com a asserção de que a teoria nasce de uma observação empírica, ou seja, da própria práxis. Esta lhe dá um formato, o qual, por sua vez, vai sendo sempre testado na prática e que, podendo ou não sofrer alterações, volta para um processo de re-elaboração teórica. Assim, ela complementa sua resposta:

Exato, e o que é que nós fazemos, equipe enquanto núcleo e equipe dos associados, os membros componentes da Coopermaringá e da Coocarema? Nós estamos fazendo isso porque nós temos o quê? Não existe uma metodologia, “Ah qual é a metodologia que você usa lá na incubação?”(...) está sendo construído, isso volta, a gente reúne, reflete e quando cai lá no grupo, alguma coisa ali já muda porque um associado falou assim “olha não fiz assim porque assim não ia dar certo”, enfim, isso volta, é um vai-e-vem, idas e vindas. Então é, formando mesmo é um tripé realmente, porque nós temos todo um.... Aprendizagem disso e essa coisa da extensão enquanto campo em que não teoriza, eu não concordo com isso. Teoriza-se sim e produz conhecimentos e alimenta a pesquisa, claro que cada um aí tem a sua particularidade, mas o que você leva pra sala de aula, o que você divulga é fruto de um trabalho que você está pesquisando, está procurando, está buscando.

Em síntese, as entrevistas com os educadores, no que diz respeito à relação entre conhecimento teórico e prática, confirma a idéia, já muito discutida, de que a tendência na universidade é formar os sujeitos com base num processo de distanciamento da realidade. Os conceitos, por serem abstratos, implicam que os sujeitos se distanciem da realidade concreta à qual, supostamente, se referem.

Tornamo-nos, lembrando novamente Freire (1987, p.131), “excelentes especialistas, num jogo intelectual muito interessante – o jogo dos conceitos! É um balé de conceitos”. Portanto, em nossa linguagem corremos o risco de perder o contato com o concreto, de nos distanciar das pessoas, cuja linguagem, ao contrário, é absolutamente ligada ao concreto. Ou seja, os intelectuais, em primeiro lugar, fundamentam-se, definem os conceitos, ao passo que as pessoas que não têm ligação com o mundo acadêmico descrevem diretamente a realidade, o concreto, sem a mediação da abstração conceitual.

Por isso, o processo prático de incubação estabelece uma ponte entre essas duas formas de conhecimento e seu êxito depende da interação entre o conhecimento teórico e o prático; este caminho de compreensão rigorosa da realidade é imprescindível para a formação dos empreendimentos dos trabalhadores associados.

É, portanto, esse caminho, sempre em construção, que define a metodologia ou o procedimento didático e técnico, que, como vimos, tem que ser flexível e adaptável. As modificações vão ocorrendo na objetivação dos conceitos teóricos e na apreensão dos mesmos na prática, o que dificulta, especialmente, prever o resultado antes e até mesmo durante a ação concreta da incubação. A criatividade é, assim, inerente ao processo educativo na prática de incubação; os caminhos encontrados muitas vezes são singulares, não se repetem. Portanto, os conhecimentos são produzidos por meio da vivência, das ações interativas entre educadores e educandos, bem como entre os educadores no interior da equipe. Esse processo de produção do conhecimento tem efeito multiplicador nas atividades de ensino e pesquisa na universidade e nos grupos de educandos. Em certo sentido, os acadêmicos que participam desse processo de conhecimento morrem um pouco, mas renascem muito, em especial os graduandos, uma vez que a mudança é mais fácil nos jovens que nos seus professores porque estes estão há mais tempo condicionados pela vida em sociedade, apesar de nela nos fazermos e refazermos.

7.1.2. Interação entre saber acadêmico e saber popular

No aspecto da interação entre o conhecimento acadêmico, mais teórico e conceitual, e o conhecimento popular, mais prático, as entrevistas demonstram que há troca e interação entre os agentes dos dois saberes. O saber dos trabalhadores, adquirido ou acumulado na experiência de vida e de trabalho, é importante e pode alterar a prática acadêmica dos educadores na sua tarefa de transmitir os conhecimentos teóricos acumulados na academia.

Nas duas cooperativas escolhidas como objeto de pesquisa, formadas por trabalhadores oriundos do lixão municipal e que hoje são trabalhadores cooperados para a separação e o comércio de materiais reciclados, os integrantes, em razão de sua própria origem, trouxeram a experiência de trabalhos anteriores à cooperativa, atividades muito pouco qualificadas e sem organização de tipo empresarial, como já demonstrado anteriormente.

Portanto, o conhecimento de que eram portadores, e que estamos chamando de popular e mais prático, não se confunde com o que se considera necessário à autogestão dos empreendimentos cooperativos. Ele reflete as suas vivências e práticas de catação no lixão e outras anteriores como atividades individuais: cada trabalhador declarou ter praticado mais de uma atividade, nenhuma delas relacionada ao trabalho com resíduos sólidos ou a conhecimento teórico.

No processo de incubação das cooperativas, os portadores desse conhecimento teórico são os acadêmicos: educadores (professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos) ligados à Universidade, local onde se produz e acumula esse tipo de conhecimento nas diferentes áreas. Esses educadores foram essenciais no processo de sensibilização coletiva dos trabalhadores, da criação, organização e autogestão administrativa, técnica e financeira de seus empreendimentos.

Porém, mesmo sendo portadores desse conhecimento teórico, os educadores não deixam de reconhecer o saber trazido pelos educandos,

declarando sua importância tanto para o processo de incubação como para a mudança de seu perfil de educadores.

A entrevista de MC destaca que o saber acumulado pelos trabalhadores ao longo de suas vidas desempenhou um papel fundamental no processo de incubação:

Eu acredito que eles trazem um saber acumulado, mesmo vivenciando outras experiências, mesmo nunca tendo freqüentado uma escola, então não tendo nenhuma teoria, às vezes eles têm mais, dentro deles eles tem mais aquela idéia de solidariedade, cooperativa. Não é uma idéia teórica, mas é uma idéia mais ou menos prática que às vezes a gente, se você for deixar elas de lado você perde muita coisa. E eu acredito que eles realmente têm esta capacidade e que esta teoria e a prática deles, enquanto trabalhadores, que foram durante toda a vida deles, trabalhando em outras funções, traz muitas coisas boas para o processo de incubação.

Na transcrição a seguir, fica clara a sua convicção de que o conhecimento popular pode alterar a prática acadêmica:

Pode, porque através dele, é como se fosse um relacionamento que vai sendo construído aos poucos. Um contribui de um lado, o outro contribui do outro, então você vai modificando a sua prática também com relação ao grupo. Vai modificando até nos próprios novos grupos. Você já começa a ver 'não, desse modo não vai dar certo.' Porque não vai dar certo? Porque nós já tivemos a experiência anterior e nós verificamos que esses grupos e grupos similares não vão aceitar desta forma, a gente tem que trabalhar de forma diferente para ter o mesmo resultado, mas tem que ser de forma diferente e a gente tem que também estar buscando neles algumas respostas que a gente pensava antes que nós que tínhamos que dar e na verdade é eles que nos trazem estas respostas.

Essa forma de interagir, que modifica a forma de os educadores transmitirem conhecimento, faz da educação um processo de construção mútua, cujos caminhos para se chegar aos resultados podem, ao mesmo tempo, ser únicos, singulares. Isto ocorre porque cada grupo de educandos é diferente dos demais e cada caminho é definido por suas especificidades. No caso de alguns grupos, eles podem ser reconstruídos, sem que isso represente um abandono dos objetivos pretendidos. Isto denota que a prática de incubação é um processo educativo que requer muita criatividade.

É nessa direção que *C* e *R* respondem à pergunta sobre a possibilidade de a universidade ou os educadores, ao levar os conhecimentos acadêmicos, estarem também aproveitando os conhecimentos dos trabalhadores, fazendo, portanto, um trabalho interativo, de troca entre os dois saberes. Segundo *R*, há uma integração, uma troca:

Ah, com certeza. Eu acho que existe neste processo, neste projeto que eu conheço de perto, existe esta integração sim, esta troca aí que eu acho que é essencial. A academia existe pra isso, está aqui o saber concentrado de alguma forma, o conhecimento teórico e a comunidade está ali, neste projeto estava ali, esperando, mas lá também estava cheio de conhecimento e eu acho que no dia-a-dia, no nosso cotidiano, nesta integração a gente percebe esta troca, né? Porque às vezes, você chega lá com uma coisa, por exemplo, uma dinâmica pra trabalhar e sai tanta coisa deles que a gente sai de lá pensando: 'poxa, ou com relação a alguma pessoa, Fulano não teve aquela reação que a gente esperava', daí a gente já começa a avaliar, 'este tem este perfil, aquele tem outro', todos nossos conhecimentos teóricos, mas eu sou meio suspeita com isso porque eu sempre achei que do outro lado no senso comum, lá na comunidade tem muita sabedoria que a gente precisa estar aprendendo e trocando com eles. Então, neste projeto eu acho que é perfeito.

O acompanhamento dos cooperados permite aos educadores conhecer melhor os seus educandos, sendo verdadeira também a recíproca, o que facilita a troca de saberes.

(...) eu acho que neste processo a gente pode falar assim com toda segurança: existe esta troca porque a gente está no dia-a-dia com eles, todos os parceiros, todas as pessoas que estão envolvidas, todos os professores que estão envolvidos no projeto está no dia-a-dia (...).

Os encaminhamentos no processo são muitas vezes alterados em razão do conhecimento que os cooperados possuem ou de suas preferências, que, de todo modo, precisam ser respeitadas. Como já discorremos antes, o processo de incubação se desenvolve respeitando o tempo e as potencialidades do educando.

(...) a gente percebe que a gente muda muita coisa, às vezes, por causa deles, 'não, não é assim, não é desta forma, porque a gente avaliou que é melhor...', inclusive eles vêm com esta imposição 'olha, nós avaliamos aqui que é melhor assim'. Então a gente vai sai do salto um pouquinho e pensa bem e diz não, então vamos contentar, vamos nesta direção, por exemplo, um dia de curso mesmo, nas cooperativas novas são bem exemplos pra isso. 'Nós achamos melhor tal dia, tal hora que vocês estão mais

descansados'. 'Não, mas a gente quer tal dia porque a gente não quer perder o dia de trabalho, a gente precisa trabalhar, a gente precisa produzir'. E no início, até eles terem uma noção de que é importante também, estar tentando, estudando fazendo estatuto junto, que não é perda de tempo isso, até eles entenderem isso a gente vai no saber deles, é assim que é melhor porque o Fulano vai participar, o Cicrano participa também melhor assim e tem dado certo; por exemplo, no Santa Felicidade, a gente foi que meio nesse horário deles e não tem uma reunião que falta uma pessoa, quando falta justifica, lá tem 26 cooperados, toda quarta-feira, 7 horas da noite a gente está lá e eles estão juntos participando, construindo estatutos, 7 horas da noite, com muita gente cansada, louca pra ir embora e eles lá com todo o gás porque eles não querem doar um período de trabalho. Então eu acho que é assim, eles falam assim 'a gente vai vir porque a gente participa melhor'. Então a gente achou que isso não seria produtivo, mas está sendo.

Os educandos ensinam os educadores a abordar e a conhecer melhor seus companheiros, uma vez que transmitem aos educadores o conhecimento que adquiriram na convivência entre eles mesmos.

(...) a gente vê no dia-a-dia outras coisas que acontece, que esta sabedoria deles, o conhecimento que eles tem com outro, olha, por exemplo, não vá conversar com o Fulano, com um cooperado, por exemplo, que tem algum problema de alcoolismo, não vá desta forma. Converse com outra pessoa mais próxima dele ou então não chegue falando desta forma porque ele não vai te ouvir, a gente já conhece, a gente já está vinte anos com ele no lixão. Então tem tudo isso que a gente tem que estar aprendendo com eles mesmo.

A entrevistada C, por sua vez, reafirma o que foi dito por R sobre a interação dos dois conhecimentos na prática da incubação:

Eu acho que sim, porque quando vamos pras cooperativas acabamos aprendendo e ao mesmo tempo em que a gente leva conhecimento específico de cada área, nós também conseguimos perceber a aplicabilidade daquele conhecimento. A gente vai com a teoria e consegue transformar esta teoria. Ou dar um passo adiante na teoria. Eles têm uma praticidade que é importante pra gente.

Neste processo de interação, de integração entre os saberes, há a necessidade de se “decodificar as palavras”, de torná-las mais acessíveis aos trabalhadores cooperados e, assim, possibilitar, em especial, a compreensão dos termos técnicos que envolvem a organização dos cooperados e a autogestão do seu empreendimento. A necessidade de traduzir os termos, e este é um dos

papéis dos membros da equipe de educadores na prática de incubação com os dois grupos em questão, torna-se ainda mais importante quando levamos em conta o grau de instrução desses trabalhadores. Como já vimos em outra parte do trabalho, a escolaridade muito baixa é uma dificuldade que vem sendo amenizada na ação concreta no dia-a-dia de trabalho. Disse *MA* em seu depoimento:

É, eu até às vezes eles me perguntam das palavras difíceis que nós levamos e eles perguntam o que quer dizer aquilo,(...) É, taxa de juros fixo, tinha uns outros termos lá que é das ciências sociais e da economia e eles perguntavam o que é isso? Ah, é capital de giro. E ele falava 'nós não temos capital de giro', daí eles ficaram meio assim e perguntaram: Mas o que é este negócio de capital de giro? Então são termos técnicos que eles estão absorvendo. E a gente tem falado muito pra eles sempre que aparece, a minha função dentro do grupo também é essa (...)

Observa-se, nesses depoimentos, o esforço do educador em traduzir os conceitos abstratos ou termos técnicos na linguagem dos educandos. Isto facilita que os trabalhadores absorvam os termos e aperfeiçoa a comunicação entre os envolvidos. Os trabalhadores são capazes de compreender a linguagem dos educadores desde que estes sejam capazes de traduzir os termos e conceitos para o concreto da linguagem popular, cujo procedimento característico é o das metáforas e estórias.

Não queremos com isso dizer que os trabalhadores educandos são incapazes de usar o tipo de linguagem conceitual; pelo contrário, percebe-se que estão abertos ao diálogo e que têm iniciativa para perguntar sobre o que não sabem e, com isso, absorver o que lhes é desconhecido até então. Apesar da dificuldade, eles têm essa abertura criativa. Como disse Freire (1994, p.80), não existe pensamento e linguagem sem realidade concreta e “a linguagem não apenas veicula saber, mas é saber. Ela é produção de saber”.

No entanto, observamos que também existem limites por parte dos educadores. Eles desconhecem muitos termos e comportamentos próprios dos trabalhadores, resultantes da sua história de vida e do seu cotidiano de trabalho. Portanto, para possibilitar de fato o entendimento mútuo, esses limites precisam ser rompidos. O depoimento de *MA* demonstra bem a importância da

decodificação dos termos, ao mesmo tempo em que aponta a dificuldade que têm os técnicos para superar esses limites.

(...) sempre que vai um técnico falar com eles, qualquer técnico, eu já falo antes pro técnico que eu vou parar ele cada vez que vier uma palavra que eu sei que eles não vão entender então daí eu vou decodificar a palavra e até que pelo menos estas pessoas estejam mais atentas, digamos assim, saiba o que é porque depois dessas dissemina dentro do grupo, pelo menos o grupo de liderança tem que estar sabendo, que tem facilidade de entender então depois os outros perguntarem 'mas eu não entendi o que é aquela palavra lá?' daí a pessoa dizer que 'eu entendi que é isso, e isso' e isso acontece. Então eu acho que é o saber popular né? Eu acho assim, que eu não tenho dificuldades com o saber popular porque eu também vim do meio popular, mas eu percebo que muito dos nossos técnicos não é, vão lá e não sabem o que eles estão falando, tem dificuldade. Eu acho que há integração, porque, por exemplo, o Gustavo não sabia um monte de coisa do que eles falavam e agora, o jeito de sentir eu acho que está é a maior dificuldade dos técnicos, é sentir o jeito de ser. Geralmente um técnico não percebe. O falar de um técnico de contabilidade é isso. É mais fácil que um técnico em psicologia perceba o que está acontecendo. E às vezes não é nem por causa de técnico é porque é popular mesmo. Então nós também conseguimos captar, eu acho que a gente consegue. Eu vejo as meninas da pedagogia, elas também trabalham muito bem.

A linguagem precisa ser simples, o que não significa caricaturar os educandos como simplórios. A questão deve ser tratada com seriedade, com profundidade, mas de forma simples ou suficientemente fácil, para que seja apreendida pelos trabalhadores educandos, cuja experiência intelectual é diferente da dos educadores. A linguagem simples ajuda o educando a captar o significado dos conceitos acadêmicos e o educador, ao traduzir sua linguagem, apreende o saber popular.

Além da tradução dos termos técnicos, outro caminho, que parece ainda mais fácil, está relacionado aos procedimentos financeiros e contábeis, uma vez que estes favorecem a aliança entre o conhecimento que se quer passar e os números, cálculos. Isto facilita um melhor entendimento desses procedimentos, o que pode, por sua vez, repercutir em outros aspectos da vida desses homens e mulheres. Conforme expõe a entrevistada MA:

(...) a ciências contábeis eu sempre achei que eram muitos valores e hoje eu vejo que não, eu vejo que é através da ciências contábeis

que é o jeito, o caminho mais fácil de educa-los. Eu acho até mais fácil que a psicologia, não sei se eu estou errada. (...) [por ser mais prático?] Isto, porque é mais prático e porque é mais número e fala da vivência, fala do comer e do beber, eu acho que é por isso.(...) [Por ser real, palpável?] Isto, real, palpável. Então esta concretude faz com que ajudem eles a entender a vida e o processo de cooperação que é tudo isso também.

Segundo a entrevistada E, os trabalhadores assimilam bem os conceitos porque são expressão do que eles praticam em sua vivência, embora não saibam nomeá-los, identificá-los teoricamente. Revelando a influência do método de Paulo Freire, ela demonstra que, na prática da incubação, o conhecimento do educador não pode ser depositado no educando como se este fosse um recipiente.

Porque às vezes você está tão imbuída naquele conhecimento 'mas isso vai ser ótimo, aquele grupo, pra cooperativa, fazer assim, assim, assado' e você vai e leva aquilo e quer já depositar aquelas informações ali. A gente é tentada para fazer isso, né? É objeto mesmo, né? Não considerado como sujeito então eu acho que isso também, a equipe tem essa preocupação, já conversou muito sobre isso de que eles têm um saber deles e nós aprendemos muito com eles. E eles aprendem também muito. Agora a gente tem que saber como levar isso pra eles, né? Porque não é você colocando lá uma transparência num retroprojeto. Então, mas tem dificuldades sim e nós temos que ficar atentos pra isso. Porque na verdade eles têm uma experiência de vida. Eles têm um conhecimento que não é o acadêmico. É um conhecimento, que talvez a gente possa chamar de senso-comum mesmo e isso sabendo ser conversado, dialogado a gente percebe que é muito fácil pra eles, assimilarem certos conceitos, mas eles conseguem porque são coisas que eles vivenciam na prática, muitas vezes eles não tem, eles não dão é os nomes aos bois, como nós conceituamos, como nós chamamos disso ou daquilo, mas eles sabem na prática o que é aquilo. Daí depois que eles dizem "isto então é isto", então eu acho que eles assimilam, mas é complexo, tem que ter uma metodologia muito peculiar que é construída com eles, não levamos nada, se a gente arrisca levar você sai de lá frustrada.

Na forma de produção coletiva e autogestionária dos próprios trabalhadores, incubada, construída com a presença dos educadores, esses dois agentes educativos, além de aprender mais sobre o que já sabiam, também aprendem um saber que não tinham. Esse é o resultado da interação entre o saber popular e científico, a qual é necessária e indispensável na formação dos empreendimentos dos trabalhadores, as cooperativas.

O saber popular não pode dispensar o saber científico, mas o inverso também é verdadeiro: o rigor científico não se contrapõe ao saber popular como se este fosse ingênuo. A capacidade crítica da academia não é superior nem inferior à sensibilidade popular. A leitura do real requer as duas. O que está colocado é que o educador precisa fazer ou construir **com** os trabalhadores associados (educandos), não **para** eles e jamais **sobre** eles. O desafio que se coloca é que ambos, educandos e educadores, ultrapassem o saber alcançado por meio de sua própria prática.

No processo, no caminho percorrido em busca de um objetivo comum, a convivência e o diálogo entre educadores e educandos geram saberes para as duas partes, uma vez que, numa interação produtiva, num processo educativo mútuo, nele se aproveitam os conhecimentos acumulados nas vivências sociais e de trabalho de cada uma delas.

Nas entrevistas, ficou claro que, para ocorrer a interação desses saberes particulares, é indispensável o diálogo. No entanto, ficou claro também que os atores desse diálogo carregam dificuldades específicas, que vão sendo identificadas ao longo do caminho e que precisam ser trabalhadas durante o próprio fazer.

Portanto, podemos dizer como Freire (1996), que há um processo que se desenvolve, mutuamente, de construção e reconstrução de conhecimentos, a saber:

Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de apreender (...) Por isso, somos os únicos em quem aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada (...) Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito (FREIRE, 1996, p.69).

7.1.3. Complexidade na interação – relação dialógica

A interação entre os saberes mencionados não é uma prática pedagógica fácil; requer muita paciência, humildade e criatividade, tanto do educador como do

educando. É uma prática difícil, mas que permite diminuir a distância entre o educador e as condições negativas de vida do educando, na medida em que, em face da mudança, ajuda-os a aprender não importa que saber, que conteúdo. É preciso saber abrir-se à realidade desses educandos, com os quais o educador vai partilhar a atividade pedagógica. Na concepção pedagógica de Freire, o “diálogo é uma relação horizontal. Nutre-se de amor, humildade, esperança, fé e confiança” (GADOTTI, 1989, p.66). Além disso, uma das virtudes do diálogo é o respeito para com os educandos, não apenas como indivíduos, mas também como expressão de uma prática social. Na prática do diálogo, “o educador não pode colocar-se na posição ingênua de quem se pretende detentor de todo saber, deve, antes, colocar-se na posição humilde de quem sabe que não sabe tudo” (Gadotti, op.cit, p.66-9), reconhecendo que o educando tem toda uma experiência de vida e por isso também é portador de um saber.

Em uma entrevista a Schor (1987), Freire, afirma que “não devemos entender o diálogo como uma tática que usamos para fazer dos alunos nossos amigos. Isto faria do diálogo uma técnica para a manipulação, em vez de iluminação. Ao contrário, o diálogo deve ser entendido como algo que faz parte da própria natureza histórica dos seres humanos” (SCHOR e FREIRE, 1987, p.122) . É uma espécie de postura necessária, porque os seres humanos se transformam cada vez mais em seres criticamente comunicativos. “O diálogo é o momento em que os humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e refazem (...). Através do diálogo, refletindo juntos sobre o que sabemos e não sabemos, podemos, a seguir, atuar criticamente para transformar a realidade”. Segundo ele, ainda, quando nos comunicamos no processo de conhecimento da realidade que transformamos o fazemos socialmente, “apesar de o processo de comunicação, de conhecimento, de mudança, ter uma dimensão individual. Mas o aspecto individual não é suficiente para explicar o processo. Conhecer é um evento social ainda que com dimensões individuais” (FREIRE e SCHOR,1987,op.cit., p.123).

Por isso, qualquer caminho que se baseie em uma linha impositiva por parte do educador não terá êxito. No entanto, com o diálogo, com uma atitude

horizontal entre os atores, as chances de êxito são bem maiores, em especial no caso do processo prático de incubação, onde, em razão da própria natureza da atividade, que é eminentemente coletiva, a reflexão em conjunto é fundamental. Nela é que se vai desvelando o que os sujeitos sabem e o que ainda precisam saber. Isso, por um lado.

Por outro lado, ainda segundo Freire, sem negar a autoridade que o educador tem e representa, sua presença, por sua experiência, deve ser mediadora. Trata-se de uma relação em que a liberdade do educando não é proibida de exercer-se, ao contrário, deve ser estimulada, até mesmo para “escutar as urgências e opções do educando”. Ao mesmo tempo, porém, deve-se incentivar que ele ultrapasse o imediatamente vivido, ou seja, suas situações limites (GADOTTI, 1989, p.67).

Freire (1987) considera o papel direto e informativo do conhecimento na relação educativa, mas alerta que ele não deve ser confundido com a verdade. Segundo ele, o educador “não pode deixar os estudantes entregues a si mesmos”, não pode cair no *laissez-faire* e tampouco ser autoritário. O educador tem que ser “radicalmente democrático, responsável e diretivo. Não diretivo dos estudantes, mas diretivo do processo no qual os estudantes estão comigo. Enquanto dirigente do processo, o professor libertador não está fazendo alguma coisa aos estudantes, mas com os estudantes” (FREIRE e SCHOR, op.cit, p.61).

Para Freire, “o educador é diferente do educando”, mas essa diferença não pode ser antagônica, ou seja, não pode se transformar em autoritarismo. Segundo ele, há “um fato incontestado de que a natureza do processo educativo sempre é diretiva, não importando se a educação é feita pela burguesia ou pela classe trabalhadora” (GADOTTI, 1989, p.73).

No processo de incubação, os educadores levam seus conhecimentos conceituais e técnicos para serem aplicados; no entanto, os educandos dispõem de liberdade para discuti-los com os educadores, para usá-los, adequá-los da melhor maneira ou como lhes convier. Evita-se, assim, que esses conhecimentos sejam confundidos com a verdade, até porque já existe um saber adquirido e muita criatividade por parte de quem executa o trabalho. Neste caso, o educador

não está renunciando ao que sabe, mas, por meio de uma relação dialógica cujo intuito é o de não se distanciar dos objetivos, está dispondo e dando oportunidade para que o educando tenha a iniciativa de usar, modificar ou não esse conhecimento.

Já que, no processo de incubação, o objetivo é a autogestão e esta exige iniciativa do educando para dirigir seu empreendimento, a ação indutiva do educador é necessária, mas não pode ser perpetuada. Segundo Freire (1987, p.187-188), de um lado, o educador precisa sempre ter clareza quanto ao que se quer criar para não se perder no espontaneísmo, o que pode levá-lo a perder de vista também os objetivos. Por outro lado, embora deva aceitar a natureza diretiva da educação, também não pode manipular o educando. Ele afirma ainda que, em qualquer tipo de educação, existe sempre um determinado momento que ele chama de “momento indutivo”. Trata-se do “momento em que o educador não pode esperar que os alunos tomem a iniciativa do próprio progresso no sentido de uma idéia ou de uma compreensão, e quando o professor deve fazê-lo” (op. cit, p.187). O educador deve fazer a indução de maneira que o educando desenvolva a própria iniciativa de fazer suas induções o quanto antes. Ou seja, deve evitar um comportamento autoritário e monopolizador ou manter a função indutiva sempre em suas mãos.

Em suma, o educador não pode “apenas sentar e esperar que os alunos articulem todo o conhecimento” (op.cit, p.188), uma vez que, numa relação educativa dialógica, ele não pode renunciar ao que sabe. “Ao contrário, tem que demonstrar sua competência aos alunos” (op.cit, p.126) porque “o diálogo se dá dentro de um programa e contexto. (...) Para alcançar os objetivos da transformação, o diálogo implica responsabilidade, direcionamento, determinação, disciplina, objetivos” (op.cit, p.127).

Segundo o resultado das entrevistas, esta relação dialógica entre os educadores e os educandos vem ocorrendo. Os entrevistados reconhecem que essa não é uma relação fácil e tranqüila: há dificuldades e é preciso ter atitude vigilante para não ser impositivo. Tarefa difícil essa !

As respostas das entrevistadas *MA* e *E* sobre como deveria ser a relação educativa no processo de incubação dos empreendimentos indicam que, apesar dos tropeços, o diálogo é o caminho necessário. Como vemos na fala de *MA*,

Eu acho que é de diálogo, porque imposição eles não absorvem, daí é a mesma coisa de falar sozinha e não tem como. Eu acho que a gente é obrigada, não tem como, porque se tem uma força daqui pra lá, tem uma força de lá para cá e a gente não consegue impor, nem fazendo tudo para ser horizontal mesmo, pra fazer um trabalho mais na linha não impositiva não é fácil. Então a gente vai, eu acho, porque todas as pessoas que trabalham comigo vai sempre com muita boa vontade na questão de fazer diálogo, ter diálogo.

A entrevistada *E* reitera essa afirmação de que o diálogo é fundamental e deve ser mesmo o caminho:

Ah, é fundamental, tudo tem que ser no diálogo. (...) Eu acho que estamos conseguindo, não na sua totalidade, mas a gente, isto está claro na equipe, que a gente tem isso como perspectiva. Então eu acho que é isso que é importante. Agora ali tem muitos tropeços no caminho e tudo que são as nossas dificuldades. Então a gente não consegue coesão única, essa homogeneização, mas eu acho que a gente, tendo isto como perspectiva, como eu falei, a gente está no caminho.

Ao falar sobre o conhecimento que os trabalhadores trazem e a facilidade ou não de eles apreenderem os conceitos teóricos, passando pelo diálogo, ela reafirma o que havia indicado anteriormente:

(...) Eles têm um conhecimento que não é o acadêmico. É um conhecimento, que talvez a gente possa chamar de senso-comum mesmo e isso sabendo ser conversado, dialogado a gente percebe que é muito fácil pra eles (...)

C destaca as dificuldades desta relação dialógica, mas também afirma que se aprende na interação com os colegas e com os cooperados:

Eu acho que nós estamos fatiando ainda, estamos aprendendo ainda e cada pesquisador se relaciona de uma forma, eu acho, e vou repetir isso várias vezes, eu acho que pouquíssimas pessoas conseguem trabalhar com este seguimento, as pessoas não sabem, vêm com discurso pronto, eu acho que na maioria das vezes a gente vai com o discurso pronto sim, aprende na interação, com os outros colegas e com os cooperados, (...)

De fato, pelos próprios limites dos educandos e dos educadores, essa não é uma interação que se realiza facilmente.

Da parte dos educandos, porque carregam uma história de vida na qual foram muito pouco ouvidos e ensinados. Por terem vivenciado essa forma de educação e de trabalho precarizado, informal, bem como a situação de pobreza, eles desconfiam de todo tipo de aproximação. Foi preciso um bom tempo para se ganhar a confiança desses trabalhadores e viabilizar o processo de incubação de seus empreendimentos. Isto fica claro nas entrevistas analisadas no capítulo específico, nas quais uma grande proporção deles declara que agora, como cooperados, são vistos como seres humanos, sentem-se reconhecidos, mais valorizados, mais respeitados, têm mais dignidade e que sua auto-estima e sua vida pessoal melhoraram.

Nessa interação, os educadores, por sua vez, também têm dificuldades que precisam ser superadas. Sua prática cotidiana, tanto nas atividades de ensino, pesquisa e extensão com o corpo discente como no trabalho em equipe com os docentes na universidade, é, em geral, muito mais impositiva que dialogal. No caso do trabalho com a equipe, a prática é muito mais individualizada que coletiva. Os técnicos, como relatado, têm maior dificuldade para transmitir os termos técnicos de forma mais acessível e para perceber as dificuldades do educando; os professores têm menos dificuldade nestes aspectos porque exercem cotidianamente a docência.

Vale a pena ressaltar que, das cinco educadoras, três tinham mencionado, no início de suas entrevistas, que não tinham dificuldades para orientar os trabalhadores cooperados no processo prático de incubação do empreendimento. Apesar dessa afirmação inicial, com exceção das entrevistadas *E* e *R*, as demais declararam em outros pontos da entrevista que enfrentaram dificuldades nesse trabalho de incubação. Assinalamos que *MA* e *C* justificaram, inclusive, não ter dificuldades por ter experiências anteriores de trabalho com pessoas da periferia, dos movimentos sociais e do meio popular.

Eis como *MC* menciona suas facilidades e dificuldades para orientar os trabalhadores:

Bem, em termos de dificuldades no trabalho com os grupos, eu não sinto grandes dificuldades.(...) É talvez a dificuldade inicial de não saber o que fazer em determinados momentos. A dificuldade maior eu acho essa, não saber o que fazer em alguns momentos quando a gente precisa retroceder naquele processo, quando você precisa avançar ou quando você precisa entender o momento certo de se afastar do grupo deixar que eles resolvam, tomem todas as suas decisões (...)

MA atribui o fato de não ter dificuldades as experiências anteriores com esse setor social.

Eu, pessoalmente, não tenho dificuldades de trabalhar com eles, de conversar, de trabalhar diretamente com eles, mesmo em grupo, com coletivo, com o pessoal que trabalha comigo eu não tenho dificuldade.(...) porque toda minha história de trabalho foi em função de trabalhar com pessoas desse nível, então neste trabalho assim eu não tenho dificuldades (...) Eu sou uma educadora nata (...)

C também tinha experiência com os movimentos sociais:

Bom, eu cheguei para trabalhar com estes seguimentos de cooperados não de uma forma crua, eu já, já, eu sempre atuei na periferia, desde a minha iniciação científica eu fiz com favelados em Campinas e eu tive este contato, tive minha tese do doutorado também com pessoas da periferia, dos movimentos sociais, então este acúmulo de trabalho com movimentos sociais me ajudou no contato com os cooperados (...)

Já E enumerou algumas dificuldades:

Tem algumas dificuldades. (...) Então é complicado, quer dizer, interagir entre os membros do núcleo e essa por sua vez interagir com a equipe externa, a equipe a ser incubada (...).Então quando a gente vai fazer isso, sempre tem dificuldades porque você, enfim, tem uma história de vida que às vezes passa por cima, em relação à equipe e isso a gente traz pra cá também.(...)

Por fim, R também afirmou que teve dificuldades no início do trabalho com as duas cooperativas:

Eu já tive algumas dificuldades, por exemplo, no início, que era aquela relação 'ah, no lixão', os próprios funcionários da prefeitura falava 'no lixão só tem bandidos e pessoas que andam armadas'. Eu estava acostumada a lidar com grupos e movimentos, eu trabalhei com o MST, mas tinha todo um preconceito em torno deles, né? Eu fui meio que com esta resistência 'será que eu vou conseguir me aproximar? Para eles confiarem em mim?' Porque primeiro eu

precisava desta confiança, desta relação de confiança. Então no início eu tive esta insegurança, (...)

Isto nos induz a afirmar que a experiência dos educadores com populações excluídas pode ser apenas um dado facilitador que não exclui a possibilidade de se encontrar dificuldades no processo de incubação das cooperativas. Estas só são descobertas na prática, pois este é um trabalho complexo que, de fato, ainda se está aprendendo a realizar.

A tendência dos educadores é serem impositivos, embora manifestem, de fato, vontade e empenho concreto para reaprender. Isso implica que eles devem estar sempre atentos e vigilantes quanto às suas próprias atitudes, além de se disporem permanentemente a fazer avaliação coletiva da equipe. Eles precisam se despir da memória acumulada desde os primeiros estudos até a universidade, quando, de maneira despercebida, mas poderosa, os conhecimentos foram pouco a pouco sedimentados. Assim, não se pode dizer que só o outro (cooperado) tem dificuldades e o educador não. Os educadores estão também num processo educativo e, por isso, é pertinente dizer que faz parte da incubação de cooperativas que eles também acabem aprendendo, se educando. É difícil, mas necessário.

Como disse Freire (1978, p.10), todo educador, ao se colocar na relação dialógica de aprendizagem, tem uma tarefa, que é “reconhecer o que conhece, na busca que o educando faz”; e, também, “toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina” (FREIRE, 1996, p.69). Acho oportuno lembrar que Beisiegel (1982, p.286-7), ao escrever sobre a “conscientização” do educador, chama a atenção para o fato de que a própria história de Paulo Freire pode ser o “testemunho da validade de suas idéias a propósito das relações entre o educador e o educando, no processo de mútua explicitação dos fundamentos da realidade social”.

7.1.4. Necessidade do educador se educar no processo de incubação

Em vários momentos das entrevistas, podemos pinçar as dificuldades dos educadores na interação com os educandos, pois eles admitem que estão num processo educativo mútuo, no qual algumas questões são encaminhadas e outras continuam em aberto ou sem respostas, como veremos. Retomando Freire mais uma vez, podemos dizer que, num processo educativo, o educador é “sujeito junto com o educando, com mais experiência e aprendendo na aprendizagem que o educando faz. É um processo constante e contínuo” (1978, p.10). Bem por isso, ele acrescenta, “implica a invenção, a reinvenção do educando, amplia a atividade do educando e portanto a humildade do educador”, que “precisa também dizer que não sabe, ter coragem de dizer, porque a partir do momento que ele diz que não sabe ele abre a possibilidade de saber” (1978, loc.cit.). Vemos que o processo prático de incubação tem levado os educadores entrevistados a ter essa postura humilde, admitindo seus limites e abrindo a possibilidade de aprender e reaprender.

As dificuldades encontradas pela entrevistada *MC* na prática da incubação levaram-na a estudar e adquirir conhecimentos para ter condições de continuar interagindo e também reaprendendo no próprio processo. Segundo ela:

As dificuldades que eu encontrei no começo eu já estou procurando superar através de estudos e outras. (...) como eu já disse, todos nós temos uma certa dificuldade em trabalhar a questão do cooperativismo, de cooperativa, de colaborar com o outro, do trabalho coletivo (...).

Acrescenta ainda que só o conhecimento teórico anterior não é suficiente, a realidade acaba exigindo cada vez mais pesquisa, uma renovação cada vez maior do saber:

(...) Eu até já tinha estudado anteriormente em outro curso sobre o cooperativismo, mas não tinha trabalhado isso. Então é claro que eu tive que aprender um pouco, estudar, ver algumas pesquisas, para poder entender e até para poder repassar algumas informações para os cooperados. E nas relações humanas, também nesta questão de estar falando em público, de estar vendo o outro e vendo que, se colocando na posição do outro para entender o porque que aquele processo está muito lento ou está muito rápido, na questão de relacionamento com outras pessoas também, com a equipe e

ganhando um pouco mais de responsabilidade e, mas também reconhecimento pelo trabalho e estar levando em outros lugares, mostrando o nosso trabalho em outros lugares e isso é muito interessante.

Ao falar sobre suas dificuldades para orientar os trabalhadores cooperados *E* destaca a questão da interação no trabalho em equipe, no qual, segundo ela, o seu aprendizado tem sido muito rico e positivo.

(...) Agora tem uma coisa muito rica, né? Que isso tudo traz uma coisa muito positiva que é o aprendizado. Eu acho que pra mim, pessoalmente, eu acho que é muito importante. É um desafio, é difícil, mas você está ali e vai aprendendo a ceder, a ouvir, a não se impor, enfim, esse é o aprendizado. Eu sempre tive dificuldades de trabalhar em equipe, por isso eu sempre me forço pra trabalhar em equipe, pra poder aprender, eu nunca fujo disso.

Por outro lado, há muito ainda que aprender, segundo *MA* e *E*. Ao falar de suas dificuldades, *MA* faz um questionamento muito importante, que envolve a relação complexa entre teoria e a prática, sobre o qual ainda há muito que aprender:

(...) Então, o que é a cooperação dentro do processo capitalista? Esta é a minha pergunta que eu ainda não achei a resposta.

Acrescenta ainda:

(...) Eu acho que é outra coisa que nós ainda temos que trabalhar muito. Entre nós mesmos e com eles: viver todo dia de risco.

E, por sua vez, também apresenta observações semelhantes quando discorre sobre a prática dos princípios cooperativistas por parte dos cooperados:

(...) Daí é que vem aquela coisa do mercado e daí saber balancear aí essa dimensão social e econômica, porque muitas vezes nesse trabalho, a gente às vezes até ingenuamente, você enfatiza muito a questão destes valores cooperativos, dos princípios também, que são decorrência desses valores e você em detrimento do mercado, acaba a gente não vendo que nós estamos no mercado e que ele é o sistema capitalista.

Enfim, outros pontos relacionados ao processo educativo do educador já estão explícitos em partes de alguns depoimentos já transcritos anteriormente,

motivo pelo qual nos dispensamos de citá-los novamente. No entanto, vale ressaltar que a prática de incubação dos empreendimentos econômicos solidários ensina a todos, em especial aos educadores, não só a interagir com o educando, mas também a trabalhar em equipe, realizar uma atividade coletiva multidisciplinar e, ao mesmo tempo, orientar os trabalhadores para o trabalho coletivo, compartilhado e solidário. Os trabalhadores (educandos) ensinam muita coisa aos educadores, mas sua maneira de ensinar é diferente, eles ensinam quase em silêncio, por meio de sua condição real e concreta. Eles vivenciam aquilo que os educadores estudam: os professores universitários são informalmente educados pelos trabalhadores.

Os educadores, com sua presença, não ficam apenas contemplando: interagem no processo, levam seus conhecimentos também. Atuam de forma diretiva e informativa, porque já tiveram contato teórico prévio com o objeto que está sendo conhecido, construído. No entanto, esse conhecimento circunscreve-se ao objeto e não significa que os educadores tenham esgotado todos os seus aspectos e dimensões. Ou seja, os educadores podem até conhecer melhor o objeto de estudo ou o que está sendo construído, no entanto, como vimos, ele reaprende no processo ao interagir com os educandos. “A capacidade do educador de conhecer o objeto refaz-se, a cada vez, através da própria capacidade de conhecer dos alunos, do desenvolvimento de sua compreensão crítica” (FREIRE, 1987, p.124).

Em suma, nós, seres humanos, no decorrer de nossa existência no mundo, dependemos em grande medida de processos educativos permanentes, e, como diz o autor referido (1996, p.53), “gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele”. Mais ainda, “a inconclusão que se reconhece a si mesma implica necessariamente a inserção do sujeito inacabado num permanente processo social de busca” (1996, loc.cit.).

Nessa parte do capítulo, pensamos ter demonstrado que o conhecimento é produzido, criado, pelos próprios seres humanos, ao longo da sua existência, num processo misto de busca, curiosidade, desafios e possibilidades. Essa relação de

construção e reconstrução por meio da práxis demonstra que a unidade entre o teórico e o prático realiza-se na própria ação.

7.2. Processo educativo na prática de incubação como ação coletiva

Como já afirmamos várias vezes, a ação educativa na prática de incubação não se esgota numa relação interpessoal ou individual que parte do educador para o educando. Pelo contrário, nessa atividade, os sujeitos dedicam-se coletivamente a compreender uma dada realidade e produzir um saber novo ou diferenciado sobre ela. O processo de incubação exige, por um lado, a constituição da equipe multidisciplinar de professores, técnicos e acadêmicos e, por outro, a organização coletiva dos trabalhadores interessados em formar um empreendimento (cooperativa/associação), que não é fim, mas meio para buscar e constituir a sua fonte de trabalho e renda e que se organiza na forma de autogestão coletiva, diferenciando-se da relação capital-trabalho tradicional.

Trata-se também de uma ação intencional, na medida em que os trabalhadores (educandos) atuam coletivamente de acordo com uma intenção, um projeto (formar um empreendimento) e um objetivo comum (proporcionar trabalho e renda). Na elaboração e realização desse projeto, eles conjugam causas e objetivos. Por outro lado, os educadores, também organizados numa equipe multidisciplinar, agem intencionalmente com os mesmos objetivos, utilizando seu conhecimento acadêmico/científico para este fim. Portanto, trata-se de uma inter-relação entre educadores e educandos, equipe de educadores entre si e grupo de educandos entre si. Embora a proposta seja coletiva, não se ignora a presença marcante da individualidade, impregnada de essência social, uma vez que todos somos síntese das relações sociais.

Nessa práxis coletiva, a atividade obedece a um objetivo previamente traçado. Portanto, embora possa vir a ocorrer adequação entre os objetivos ou intenções e os resultados da ação, estes são uma objetivação do sujeito prático coletivo. Trata-se de uma esfera prática na qual o realizado corresponde, em

maior ou menor grau, dependentemente das vicissitudes do processo prático, a certa intenção original.

Para identificar melhor as questões que envolvem a ação coletiva que permeia esse processo educativo, discutiremos a parte das entrevistas em que os educadores falam sobre a equipe multidisciplinar, as dificuldades e facilidades dos cooperados para assimilar e colocar em prática as orientações oferecidas no processo de incubação.

7.2.1. Equipe multidisciplinar

Na realização do processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários, por sua própria natureza, é necessário ter um olhar sobre todo o contexto, macro e micro, que os envolve. Por isso, para dar conta da complexidade que envolve cada uma das áreas de conhecimento que este tipo de ação orientadora requer, foi necessário montar uma equipe multidisciplinar de profissionais orientadores (professores, técnicos e acadêmicos), os quais estão sendo chamados de educadores. Ou seja, tendo sempre em vista a conseqüente melhoria de vida, a orientação para a viabilidade econômica dos empreendimentos solidários, no caso, as cooperativas, cuja característica é a autogestão e o trabalho cooperativo coletivo, envolve ações de organização operacional, técnica, administrativa, comercial, financeira, contábil e de recursos humanos. Os educadores compartilham com os educandos (cooperados) as atividades de formação e administração do seu empreendimento, cujo objetivo comum é lhes proporcionar trabalho e renda. Interagem, portanto, intencionalmente, com os mesmos fins e objetivos, utilizando ou transmitindo o conhecimento acadêmico das suas respectivas áreas.

Portanto, é preciso que exista uma interação, na equipe de orientadores (educadores), entre as diversas áreas de conhecimento para operacionalizar o trabalho de orientação prática. No caso da equipe analisada, cujos entrevistados representam uma parte dela, as respostas dos que abordaram este aspecto denotam a importância e as dificuldades desta integração na equipe.

As entrevistadas *MC* e *MA* relatam que, na prática de incubação, os educadores vão conhecendo um pouco de cada área e que isso é importante para que a orientação aos cooperados seja mais produtiva:

(...) você vai aprendendo um pouquinho da área do outro, porque quando a gente vai conversar com o grupo você tem que ter uma visão mais ou menos geral de tudo. Por exemplo, eu sou da área de direito. Eu tenho que conhecer um pouquinho da área contábil, porque senão eu vou chegar lá e não vou nem conseguir falar com eles sobre alguma coisa que tem no dia-a-dia daquele grupo e tem relação com a área contábil, administrativa. Se eu não conhecer, por exemplo, o objeto de trabalho dele, eu trabalho mais com cooperativas de reciclagem, se eu não conhecer um pouco sobre reciclagem de materiais, que já é uma área mais biológica, área de meio ambiente, eu também não vou conseguir repassar para ele o trabalho, repassar para eles algumas informações que eles teriam necessidade da universidade estar passando (MC).

(...) Aprender a lidar com os limites da minha ciência, a psicologia, que é só uma partezinha e que se não pegar outros instrumentos de outras áreas não dá para administrar este trabalho (MA).

Quando *MA* se referiu à relação entre o conhecimento teórico e prática, deixa clara a necessidade da interdisciplinaridade na equipe de orientadores:

(...) Hoje eu tenho clareza que eu só posso fazer uma 'partezinha' e se eu não conviver com este grupo interdisciplinar, este trabalho não é feito. Com certeza se alguém me convidasse para eu trabalhar em uma cooperativa, eu ficaria muito preocupada com isso, o que eu ia fazer? Agora, se tem outras áreas pra trabalhar junto tudo bem, porque sozinha não se trabalha, né?(...)

E responde que a multidisciplinaridade parece estar acontecendo na equipe da qual ela é integrante.

Eu acho que sim. Está acontecendo. Com cada membro eu acho individualmente, porque nas reuniões a gente percebe isso, as pessoas, eu estou falando agora da equipe do núcleo, então quando os professores falam, os alunos, os técnicos que estão ali, você observa que está havendo, que está se levando em consideração o conhecimento do outro também, sua especialização, isso vem sendo respeitado (...). Uma troca de saberes, eu acho que vem acontecendo sim.(...)

O fato de várias áreas de conhecimento estarem presentes na equipe multidisciplinar não significa, entretanto, que o processo de interação não ocorra sem dificuldades ou pontos de divergências. Vários foram os pontos levantados pelos pesquisados a esse respeito.

Para *E*, a dificuldade está na complexidade de interação, a qual implica uma relação no interior da equipe de educadores e, ao mesmo tempo, com o grupo que está sendo orientado na prática da incubação. Apesar da dificuldade, ela considera o desafio como positivo, porque seu resultado é o aprendizado de uma relação horizontal, não impositiva:

(...) eu acho que trabalho em equipe é difícil, em todas as situações, eu penso assim. Então, e nós, para nós é mais complicado porque nós temos uma equipe multidisciplinar no núcleo e esta equipe exige um tempo pra que ela interaja, para que seus membros interajam entre si. Para haver uma consertação entre esta equipe e depois neste trabalho de incubação o que a gente vai fazer? Esta equipe vai passar a interagir com uma outra equipe que nós até imaginamos que não passou por este processo de interação entre eles. Então a gente vai interagir com eles pressupondo que este mesmo processo de consertação as pessoas tenham feito lá dentro da equipe. Então é complicado, quer dizer, interagir entre os membros do núcleo e essa por sua vez interagir com a equipe externa, a equipe a ser incubada. Então quando a gente vai fazer isso, sempre tem dificuldades porque você, enfim, tem uma história de vida que às vezes passa por cima, em relação a equipe e isso a gente traz pra cá também. Agora tem uma coisa muito rica, né? Que isso tudo traz uma coisa muito positiva que é o aprendizado. Eu acho que pra mim pessoalmente eu acho que é muito importante. É um desafio, é difícil, mas você está ali e vai aprendendo a ceder, a ouvir, a não se impor, enfim, esse é o aprendizado. Eu sempre tive dificuldades de trabalhar em equipe, por isso eu sempre me forço pra trabalhar em equipe, pra poder, eu nunca fujo disso (E).

Elas consideram também as dificuldades para se formar e manter uma equipe. Os educadores, sejam docentes e/ou acadêmicos, disponibilizam pouco tempo para executar o trabalho propriamente. Também existem aqueles que começam a trabalhar e desistem. Para *MA*, não há como garantir que as pessoas entrem e se mantenham por tempo prolongado na equipe; crises ocorrem e levam a desmembramentos. Apesar delas, o trabalho continua e os que ficam se integram.

Há uma integração. (...) Mas isso não quer dizer que não tem divergência, tem divergência em que a gente questiona se o trabalho

que a gente está fazendo tem efeito, a gente entra em crise, mas a gente tem trabalhado. É assim, como eu estou dizendo, tem umas pessoas como as da pedagogia que foram algumas vezes, mas não se integrou, desistiu. Os da química também, mas isso não quer dizer que é toda turma, é uma pessoa ou outra que começou a ir e não foi mais, daí se desintegrou. Mas o que ficou se integra.

MC e C também mencionam a dificuldade quanto ao tempo de dedicação ao trabalho na equipe: os educadores precisam dedicar mais tempo a esse trabalho de incubação. Mencionam também a grande rotatividade de pessoas na equipe, em especial dos acadêmicos. Na opinião de MC, em face da própria condição de estudantes, os acadêmicos, quando se formam e saem da universidade, abandonam o trabalho na incubação. Além de docentes com mais tempo de dedicação, o ideal seria ter na equipe profissionais contratados exclusivamente para esse fim.

É que as pessoas precisam se disponibilizar um pouco mais, para atender às necessidades da incubação. (...) mas há falta de pessoal. (...) Tem até as pessoas, mas as pessoas não têm condições de se dedicar o quanto deveriam às tarefas, isso acaba sobrecarregando uma e deixando defasada algumas áreas e eu acredito que a gente possa estar melhorando isso. (...) E eu noto que, por exemplo, presença dos alunos é muito importante e como eles são flutuantes e não podemos segurar eles em todo período, eles ficam num período muito limitado de tempo, então você vai substituindo estes alunos, entra um sai outros e eles saem relativamente formados, mas só que eles não, você não tem como garantir que eles permaneçam mais tempo e nem pode exigir isso deles. E eu acredito que um quadro maior de técnicos e professores que são mais fixos, mais estáveis, não há uma rotatividade muito grande é ideal para que a incubação funcione, assim com todas as suas frentes e sem ter alguns momentos de carência (MC).

A entrevistada C fala também das dificuldades inerentes à participação dos acadêmicos como auxiliares no trabalho.

(...) eu fico um pouco cansada dessa coisa, a gente prepara o aluno, prepara o bolsista e um tempo depois ele deixa, então você tem pessoas que tem a extrema facilidade em lidar com esta população, que consegue falar a linguagem deles e interagir mesmo e outros não. Mas a gente não consegue, eu acho que a gente ainda está com dificuldades em ter esta equipe permanente.

R fala das dificuldades de se conseguir executar um trabalho coletivo em face da quantidade de parceiros, mas também valoriza o fato de que eles acabam interagindo, especialmente por meio de Conselho Gestor, à medida que apóiam e contribuem para a formação dos empreendimentos, como é o caso do setor público.

Consegue. Eu acho que tem várias dificuldades, primeiro que tem várias instituições envolvidas, né? Tem a universidade, as prefeituras, que não é só uma são três, outros parceiros e então cada um, a gente sabe que o objetivo é um só, mas cada um tem a sua forma de trabalhar e eu acho que estas dificuldades eu acho que gera até um grupo uniforme, um grupo homogêneo, né? Imagine cada um com uma profissão, com um pensamento, mas eu acho que a gente aprendeu, todos nós tanto que está o conselho de gestão que demonstra isso, né? Que a gente precisa, tanto que quando a gente tem uma dificuldade a gente fica louco pra chegar a hora da reunião do conselho de gestão pra diluir aquela dificuldade ou aumentar, ampliar as dúvidas ali, mas a gente acredita neste espaço coletivo e eu acho que tem isso, eu percebo isso, tanto da universidade como nossa, como dos outros parceiros, com certeza a gente aprendeu a valorizar este trabalho de equipe. (...) [fazer o coletivo] É. Não é tão fácil assim, no início a gente tinha muita divergência até cada um perceber o que cada um queria e colocar no papel de cada um, mas eu acho que mais no final ficou bem claro assim, né? Divergência sempre vai ter e é saudável também, com certeza.

Assim, apesar das dificuldades, há indicações de que está acontecendo um processo educativo com troca de saberes entre os membros da equipe de orientadores. Isso, por um lado.

Por outro lado, também é preciso que aconteça troca de saberes desta equipe com os grupos de cooperados, ou seja, aqueles que, de fato, compõem as cooperativas. Nas entrevistas com membros da equipe, existem indicações de que está acontecendo interação e educação nesse processo. Afinal, já disse Freire que “o sujeito pensante não pensa sozinho”.

No próximo item, vamos analisar, por meio do olhar desses educadores, quais as dificuldades, facilidades e pontos de conflitos para que os cooperados possam dispor dos conhecimentos levados pelos orientadores e se o trabalho está permitindo a assimilação desses conhecimentos. Especialmente, se os educadores estão atuando de modo a levar esses educandos a aplicar esses conhecimentos na prática do processo de incubação, seja na organização e na

administração das cooperativas, seja na condução de suas vidas, de forma a se constituírem em sujeitos da transformação.

7.2.2. Dificuldades e facilidades dos cooperados para assimilar as orientações no processo prático de incubação

O objetivo desta série de perguntas foi o de identificar, do ponto de vista dos educadores, a capacidade de apreensão, por parte dos trabalhadores cooperados (educandos), das orientações relativas aos valores e princípios básicos do cooperativismo, como trabalho coletivo, autogestão, democracia, solidariedade e aspectos organizacional, comercial e financeiro.

Algumas opiniões são de que nem todos os trabalhadores cooperados assimilam as orientações; outras indicam que eles têm dificuldades, mas assimilam. Nos dois casos, entre os argumentos apresentados pelos entrevistados para explicar as dificuldades, consta um complicador para o entendimento do trabalho coletivo: o individualismo.

Entre os argumentos daqueles que afirmam não haver aproveitamento do que estaria sendo ensinado, aparecem, em especial, dificuldades decorrentes da baixa escolaridade, problemas de origem familiar e o fato de uns ficarem mesmo na dependência de outros. Os que disseram que, apesar das dificuldades, eles acabam assimilando, levantam, de um lado, o individualismo e a lentidão para apresentar resultados mais concretos e, de outro, como um elemento facilitador do aprendizado, o fato de os cooperados trazerem conhecimento da própria vivência.

Segundo *MC*, os cooperados estão, aos poucos, assimilando os conceitos de gestão, porém a instrução formal é um elemento definidor da maior ou menor dificuldade para captar os princípios gerais do processo, da mesma forma que o individualismo é responsável pela lentidão na apreensão dos princípios do trabalho coletivo.

No processo em si de organização administrativa, eles estão caminhando. Eles estão aprendendo, eu acredito que eles estão conseguindo, aos poucos, assimilar alguns conceitos de gestão.

Agora no processo geral como um todo, tem muitas diferenças, parece que um assimila melhor do que os outros e você acaba trabalhando com aqueles que assimilam melhor e acaba acontecendo que alguns têm muitas dificuldades no entendimento, eu acredito que um pouco é pela falta de instrução formal, outro pouco é porque sempre estiveram fora deste processo, daí é meio complicado deles estarem assimilando e eu acho que todo processo de incubagem e principalmente no processo de cooperativismo nós temos que lutar com o tipo de uma tendência que as pessoas têm à quererem ser muito individualista. Então, o trabalho coletivo é muito difícil de ser assimilado, ser posto em prática (...) como eu já disse todos nós temos uma certa dificuldade em trabalhar a questão do cooperativismo, de cooperativa, de colaborar com o outro, do trabalho coletivo e eu acredito nesta mesma dificuldade, aliada a certa agravante, que estes grupos com os quais nós trabalhamos, tanto a Coocarema quanto a Cooperaringá que saíram do lixão. E quando eles trabalhavam no lixão, eles não tinham nenhum processo coletivo era o contrário, eles tinham que trabalhar um contra o outro e é muito difícil estar trabalhando um contra o outro e de repente estar começando a trabalhar com o outro. Então esta dificuldade de estar assimilando os princípios, dentro dos princípios cooperativistas existe todo um trabalho de democracia, de as pessoas estarem trabalhando coletivamente, de elas internalizarem valores de solidariedade, atividade e isso se torna um pouco difícil de estarem trabalhando esta questão. Eu não sei como fazer, quer dizer existe alguns avanços, a gente nota, muitos já estão assimilando só que este processo parece ser bastante lento, não é um processo muito rápido.

R, por sua vez, afirma que a escolaridade é um problema, mas que não pesa tanto. Uma vez que o empreendimento coletivo depende do empenho de cada um, o que mais pesa nos resultados é que nem todos têm facilidade para assimilar os princípios da nova organização, em razão da individualidade que carregam consigo, especialmente em decorrência das atividades anteriores. Segundo ela:

Eu acho que tem várias dificuldades em grau diferente, assim depende de cada um deles, por exemplo, os valores, o que é cooperativismo? O que a gente está tentando passar pra eles. É totalmente diferente do que eles vivenciaram, né? Eles estavam no lixão disputando uma latinha no tiro, no tapa e tinha todo esse processo de competição e hoje você coloca eles dentro de uma cooperativa para serem incubados dentro desta teoria do cooperativismo que é bem diferente da prática deles até então; então, é muito difícil deles assimilarem. Alguns assimilam, acham que tem que ser solidário mesmo outros não, eles acham que vão ficar só ali, continuam pensando só neles, como a gente é individualista culturalmente. Então, eu acho que a dificuldade maior é esta, mas há algumas dificuldades de entendimento por causa do grau de escolaridade, mas eu acho que aos poucos eles foram avançando isso aí, mas eu acho, no mais, é esta coisa mesmo que está enraizado na gente que é o individualismo.

Para *MA*, a maioria deles tem dificuldades, mas alguns poucos absorvem mais rápido. Segundo ela, isto pode ter relação com a estrutura familiar de cada um, embora este seja um assunto ainda a ser pesquisado.

A maioria tem dificuldades. Mas isso não quer dizer que não tem lá no meio dois ou três que absorvem rápido. A gente vê que as lideranças têm vários deles que têm algumas habilidades que desenvolvem rápido: o China, a Ana, a Telma, eu vejo eles, por exemplo, na Coopermaringá e Coocarema, como pessoas que compreendem o processo de como se dá isso, já tem isso introjetado, esta coisa de cooperativismo. Nas outras cooperativas eu vejo que alguns que chegam e são novos, logo captam qual é a mensagem. Mas isso a gente percebe que é só uma meia dúzia, não são muitos.(...) Sempre tem uma meia dúzia que compreende a essência. Isto, ainda não sei, acho que é uma pesquisa que deve ser feita, me parece que tem haver com os valores familiares. Então as pessoas que convivem dentro daquele clima familiar, onde o cooperativismo é praticado ali, porque a família tem mais aquela essência de família mesmo, de 'um por todos e todos por um'. Essas pessoas dá pra perceber que não apenas percebem a essência do que você está falando, está falando daquilo que ela já conhece. Agora quando a família, as pessoas vêm de famílias mais desestruturadas, desintegradas e que teve que lutar pela sobrevivência, na lei do mais forte mesmo, ele tem introjetado nele está questão da lei do mais forte que é como a do capitalismo, que a sobrevivência vem da lei do mais forte.

A entrevistada *C* também é de opinião de que nem todos assimilam e que uns são mais rápidos que outros para aprender, por isso ficam na dependência dos demais que compõem a cooperativa.

Depende de cooperado, é claro. Eles não são homogêneos, então a gente tem visto que alguns pegam muito rapidamente o que a gente está dizendo e até transformam de uma forma muito prática, né? Alguns outros não e ficam na dependência destes outros que se destacam, eu acho. (...) Então, fazendo uma leitura geral do empreendimento, eu acho que sim, eles conseguem, eles têm esta resistência desta coisa, nós estamos sempre apagando fogo, mas eles conseguem sim, eu acho que a maioria, eles introjetaram os princípios e conseguem tocar.

Para *E*, há dificuldades, mas eles trazem um conhecimento de vida que, por meio do diálogo e da relação que se constrói com eles, facilita o entendimento dos conceitos que estão sendo ensinados para serem operacionalizados na prática.

Tem dificuldades sim e nós temos que ficar atentos pra isso. Porque na verdade eles não têm, eles têm uma experiência de vida. Eles têm um conhecimento que não é o acadêmico. É um conhecimento, que talvez a gente possa chamar de senso-comum mesmo e isso sabendo ser conversado, dialogado a gente percebe que é muito fácil pra eles, assimilarem certos conceitos, mas eles conseguem porque são coisas que eles vivenciam na prática, muitas vezes, eles não tem, eles não dão é os nomes aos bois, como nós conceituamos, como nós chamamos disso ou daquilo, mas eles sabem na prática o que é aquilo. Daí depois que eles dizem “isto então é isto”, então eu acho que eles assimilam, mas é complexo, tem que ter uma metodologia muito peculiar que é construída com eles, não levamos nada, se a gente arrisca levar você sai de lá frustrada e isso pensando porque eles não têm conhecimento “ah isso vai ser muito difícil trabalhar com eles porque eles não aceitam”, não aceitam porque não estão entendendo, porque não estão compreendendo as coisas, porque a partir do momento que eles compreendem eles vão falar e fazer e o que interagir também.

Com base em todos esses depoimentos, podemos dizer que é possível a assimilação desses princípios de trabalho coletivo, mas isso só pode ser feito por meio da aproximação da linguagem conceitual com o concreto, cujo ponto de partida é o próprio nível de percepção da realidade do educando. Desta forma, ele pode ir além do concreto de sua linguagem para chegar à conceitualização. Quando necessário, “pouco a pouco, o professor tem que introduzir os alunos na linguagem acadêmica e teórica” (FREIRE, 1987, p.178).

A opinião de R sobre os instrumentos de organização administrativa da cooperativa, como plano de negócios, planilhas, livro-caixa, entre outros, é de que existem dificuldades, mas os cooperados que foram ensinados já assimilaram que este trabalho é importante e que depende deles. A determinação na luta pela construção e organização de seus empreendimentos pela via da autogestão coletiva lhes tem ensinado mais do que aprenderam com as suas experiências.

Eu não vou falar todos porque foi trabalhado com grupos específicos isso, mas eu acredito que sim, eles vão ter dificuldades porque não tinha nenhum contato com este tipo de coisa. No início eles vendiam e confiavam na palavra do atravessador e agora eles estão tendo que montar tudo isso. Então tem dificuldades, mas já assimilaram que este trabalho é deles e eles, por exemplo, não pedem ajuda pra gente. Pedem ajuda, por exemplo, assim na hora pagamento, na hora de pegar toda aquela papelada e fazer a contabilidade junto, no passar aquilo do papel, manuscrito para o computador. Daí eles percebem que esta facilidade é boa, mas na hora de fazer as contas, de saber o valor de cada produto, de colocar ali na planilha, inclusive de deixar afixada em algum lugar para todo mundo perceber. Eu

acredito que tem uns que confiam, já existe esta relação de confiança e eles pensam assim 'ah, eu não entendo, eu não sei ler, por exemplo, eu não vou conseguir acompanhar isso e eu confio que está tudo certo' e quando não confiam também eles abrem a boca, eles falam 'como é que foi vendido isso daí, saiu tanto papel e eu acho que o valor foi pouco' daí tem lá a planilha pra ele olhar e tal, e isto está bem claro pra eles.

Em síntese, podemos dizer que, apesar das dificuldades, está havendo um processo educativo na prática de incubação das cooperativas que, embora de forma embrionária, leva esses trabalhadores a exercerem a autogestão. Vale notar que o individualismo é um valor muito difícil de ser quebrado por todos nós, pelo fato de sermos, indistintamente, instigados a exercê-lo como meio de sobrevivência num sistema macro e micro-econômico que cada vez mais se pauta pela concorrência, pelos valores da empregabilidade e da capacidade individual em detrimento do coletivo. A experiência de vida que trazemos reflete esse sistema ou meio social em que vivemos e do qual não nos abstraímos. Assim, tanto os educandos como os educadores vivem cada um a sua realidade. Não há dúvidas de que as condições materiais em que e sob que vivemos condicionam a compreensão do nosso mundo, da nossa capacidade de aprender e de responder aos desafios.

O que nos distingue, como educadores, é que já tivemos a oportunidade de estudar, tivemos acesso a conhecimentos que nos permitiram, para além dos limites do senso comum, ver a realidade que nos cerca.

Por isso, quando os educadores, de forma adequada, transmitem o conhecimento que já adquiriram durante sua vida acadêmica, é possível que a compreensão por parte dos cooperados aconteça, porque eles o tornam algo vivido, não o mantêm como uma abstração.

Daí a importância de uma relação que, de fato, respeite o conhecimento desses trabalhadores e, começando por esse nível, construa, juntamente com eles, os novos valores, conceitos e instrumentos. Os educadores devem absorver os conhecimentos que os trabalhadores têm de sua própria realidade, transpondo-os, junto com os seus conhecimentos teóricos, para a gestão dos empreendimentos coletivos. Esses trabalhadores são capazes, como qualquer

pessoa; o que lhes faltou foi acesso ao conhecimento, seja em educação básica seja profissional.

Portanto, o saber resultante dessa forma de produzir coletiva e autogestionária, que está sendo gestada e vem crescendo em meio ao sistema tradicional de produção, pode ser entendido como o novo sendo gerado no corpo do velho. Um novo que vem tentando alargar cada vez mais os limites de sua possibilidade, uma vez que é muito difícil e é preciso muito tempo para desfazer o velho.

7.2.3. Dificuldades e facilidades dos cooperados para colocar em prática as orientações no processo de incubação

Uma organização autogestionária não aliena, não submete nem humilha os seus membros. Antes, baseia-se no princípio da igualdade de todos que a compõem e no da liberdade de cada um. Uma organização desta natureza não tem necessidade de interferência externa de quem quer que seja. Ela resulta da autonomia dos sujeitos e da liberdade constitutiva do ser do homem, que, por essência, não deve obedecer a ninguém. Cada um, determinando-se livremente por adesão ao que compreende ser o melhor para si mesmo, encontra outros sujeitos racionais que optam pela mesma direção e, assim, ajustam livremente a instituição de uma organização que exprime a vontade geral.

Na autogestão cooperativa, ao tomar posse dos meios de produção e ter o controle de sua organização (o que antes era reservado a outros), os sujeitos (cooperado) vão se modificando, se reconstruindo e sendo levados, com base nessa sua nova condição, a pensar diferente.

Eles se libertam da sensação de opressão e de ansiedade, gerada pelo desconhecimento e pela impotência diante do que poderia vir a acontecer, e aprendem a lidar com isso. Vivem agora uma nova ansiedade, mas sabem que esta pode ser amenizada e até mesmo controlada porque depende dos próprios sujeitos do coletivo, ou seja, não é externa, alheia, mas emerge do seu meio e

pode ser trabalhada pelos próprios sujeitos. Levam em conta que a tomada de consciência do que não sabem lhes dá condições de determinar sua ação.

O saber e a consciência de sua situação e do coletivo não vêm de fora, mas de cada um e do próprio coletivo. Ninguém será tratado como culpado por não saber fazer ou por não se interessar e ser eficiente. Os sujeitos entendem que estão num processo de descobrimentos de seus limites e de suas potencialidades, no qual não é proibido expressar seus desejos de autonomia, vontade de auto-realização, de desenvolvimento e de expressão da sociabilidade.

Desta forma, podemos dizer que a autogestão dos empreendimentos dos trabalhadores é uma ferramenta educativa por si só, pois constrói um novo sujeito. Sabe-se que toda atividade produtiva coletiva requer estruturação e observância de leis, mas esta é uma ocasião para que os sujeitos associados façam suas descobertas e, ao invés de repetir e se submeter a regras já estabelecidas, reinventem-nas eles próprios, segundo suas necessidades, desativando os caminhos correntes ou conhecidos e dando livre curso a sua criatividade. Nesses empreendimentos eles aprendem a fazer por seus próprios meios e não por obediência, submissão ou execução do que foi previsto por outros. Aprendem a não esperar sua salvação de salvadores, mas a ser inteligentes e arquitetar a própria organização do trabalho e de suas vidas.

A prática da autogestão coletiva de um empreendimento ensina seus membros a se colocar fora de si mesmos, a se distanciar dos comportamentos habituais, das atitudes adquiridas e convencionais. Eles deixam de receber o saber unicamente de fora do coletivo e são incitados a tomar consciência do que são e sobretudo do que podem fazer, ou seja, deixam de ser dirigidos e passam a ser dirigentes.

Entretanto, a transformação de dirigido em dirigente não ocorre sem dificuldades. Estas aparecem em qualquer organização de trabalho de natureza autogestionária no momento em que, de fato, se vai operacionalizar, tornar práticos os conhecimentos adquiridos formal ou informalmente.

Por isso, procuramos perguntar aos educadores entrevistados se, de seu ponto de vista, os conhecimentos, que foram levados e em alguma medida

assimilados, estavam sendo praticados no dia-a-dia dos empreendimentos dos cooperados.

De maneira geral, as entrevistas indicam que eles estão pondo em prática o que lhes foi ensinado. Não sem dificuldades, mas conseguem fazê-lo e até mesmo repassar os resultados de sua experiência para outros empreendimentos em formação. Já nos referimos ao fato de que eles já se tornaram referência não só entre as cooperativas, como também em outros espaços externos a elas.

As entrevistas a seguir vão demonstrar bem isso. Iniciamos descrevendo a questão do trabalho cooperativo coletivo, cuja prática, importante para a sustentação dos empreendimentos como as cooperativas, foi descrita pelas entrevistadas *MC*, *MA*, *C* e *R*:

(...) Na organização do trabalho também, eles já têm uma estrutura, estão tentando seguir esta estrutura, com diretoria, com as pessoas responsáveis pela coordenação dos trabalhos e a gente nota que talvez na Cocarema esse processo esteja mais avançado, as pessoas tenham um compromisso maior. Na Coopermaringá, eu sinto que existem algumas pessoas, não são todas, mas algumas que não tem este interesse de estar contribuindo eles querem mais trabalhar do que pensar em ações ou estar discutindo, planejando, discutindo idéias. Mas muitos têm esta vontade dentro do grupo. Então faz com que eles vão se desenvolvendo aos poucos (MC).

Na opinião de *MA*, os cooperados praticam o trabalho coletivo e se organizam rapidamente para realizar as tarefas. Ela destaca também a determinação deles para executar um trabalho difícil, de pouco ganho financeiro, mas que lhes dá dignidade.

Acontece e rápido. Até porque eu acho que não sobrevive nenhum ser humano se não tiver, né? Então é rápido pra fazer, eles se especializam, em todos os lugares tem um pouco isso: aquele grupo se especializa em coletar, aquele grupo se especializa em separar, aquele grupo se especializa em pesar e isso tem uma coisa que eu percebo num todo, em todas as cooperativas que eu avalio, sempre avalio, e tenho batido nesta tecla com todo mundo. Eu vivo pensando e vivo brigando com todo mundo que as pessoas vivem dizendo que as pessoas não gostam de trabalhar, então eu fico olhando pra eles e pensando então estes são exceção, porque como é que pode gostar de trabalhar deste jeito né? Eles, todas as vezes que eu vou lá e se eles não tem o que separar eles estão reclamando. É lógico que tem haver com o dinheiro, eles já perceberam que quanto mais eles separam mais dinheiro vem. Mas

não é só isso, eu percebo que eles gostam de trabalhar. O nosso público tem algo de muito movimento mesmo, este nosso público é um pouco diferenciado, e nós enquanto técnicos temos que avaliar, que eles são pessoas que poderiam não trabalhar, porque o tanto que eles trabalham e o tanto que eles ganham. Não, mas eles optam por trabalhar e optam por trabalhar num trabalho difícil, porque não é fácil, mas optam por trabalhar. Eles têm a opção na vida de trabalhar, mesmo que, como você sabe, nos nossos grupos têm pessoas já muito idosas e mesmo assim eles trabalham. Daí eu pergunto: por que eles trabalham? Eles trabalham porque o trabalho é uma dignidade e eles precisam do movimento, eles precisam da atividade. São pessoas que não agüentam ficar parado, não se acomodam.

Para a entrevistada C, o trabalho coletivo funciona porque, apesar dos conflitos e do ganho financeiro ser ainda baixo, os valores do coletivo são mais fortes do que os do individualismo para segurar a coesão do grupo.

Funciona ou pelo menos é mais forte do que aqueles que levam aqueles valores que levam à ruptura, assim eu acho que está sempre estes dois valores na cabeça de cada um. A ruptura: você sai, não quero saber de mais nada, aquele cara é um sem-vergonha ou a Telma é muito mandona. Mas não, até o momento que tem demonstrado né? O sucesso do empreendimento é que tem sido mais forte, estes novos valores que eles introjetaram, até para enfrentar esta coisa do ganho um tanto quanto baixo. (...) Eu acho que vou meio que repetir o que eu falei antes. Que é suficiente para segurar a coesão do grupo, mas não que não haja conflito e eu acho que o tempo todo está acontecendo alguma coisa, algum estranhamento nestes grupos, mas com certeza tem muitos avanços mesmo. (...). Eu acho que eles criaram alguns vínculos sim, eles deram um passo adiante.

Segundo R, em seu dia-a-dia, os cooperados trabalham de forma organizada e cooperativa e, autonomamente, ou seja, sem a necessidade de intervenção dos orientadores (educadores), eles tomam decisões sobre as mudanças na organização interna do trabalho.

Fazem e é automático, assim, deu problema na esteira, às vezes eles só comunicam, 'nós mudamos a esteira aqui e tem gente que vai chiar, mas a gente fez isso junto' porque um ou outro não concordou, mas eles fizeram a mudança que foi necessária. 'Passamos este grupo pro barracão porque estava muito lento', então este é tudo feito coletivamente e eles fazem isso, sem muita nossa intervenção. A usina é muito assim, a Cooperaringá também, com relação à coleta, por exemplo, quem vai coletar? Daí faltou, teve uma época que saíram três pessoas que faziam a coleta,

os mais novos, dois rapazes e tal, e eles tiveram que colocar os mais velhos na coleta, 'mas eles não vão agüentar correr atrás do caminhão, então vamos por eles lá dentro recebendo o material', então todo mundo hoje participa deste processo, fazem o rodízio, e isso foram eles que organizaram, decidiram coletivamente e organizaram.

Quanto à prática da democracia na gestão das suas cooperativas, as entrevistas indicaram que isso está acontecendo, mas com dificuldades e às vezes com contradições, o que é compreensível pelo fato de vivermos num sistema capitalista. Sabemos, em termos gerais, que a democracia, em sua forma ideal ou como deveria ser, pouco se concretiza ou acontece na realidade. Tanto a consciência do educador como a do educando encontram-se imersas no mundo formado pela ótica do poder dominante. Por isso, sempre há uma ambigüidade que envolve nossa consciência. De um lado, a presença dos valores e interesses dominantes e até mesmo o medo de viver e produzir de forma mais livre ou autogestionária, sem a presença do “patrão” ou do empregador; de outro, o desejo de que essa outra forma de trabalhar e produzir dê certo. Vive-se, assim, uma luta interna que precisa deixar de ser individual para se transformar em luta coletiva.

MC afirma que os cooperados estão executando os princípios democráticos previstos e necessários para a gestão das cooperativas:

Se a gente for pensar em termos de democracia, a gente verificaria que as cooperativas, tanto a Cocarema como a Coopermaringá, tendem a fazer reuniões para participar de processos mesmo, votar, chamar algumas reuniões para debater alguns assuntos, então, na questão democrática eles estão praticando. Com relação à distribuição das sobras também eles estão fazendo uma distribuição eqüitativa e têm procurado desenvolver nesta área.

Já R, com base em observações de várias situações no dia-a-dia do seu monitoramento, declara não ter muita certeza e que talvez seja cedo para avaliar se os cooperados entendem que tudo o que eles estão fazendo na prática da cooperativa significa estar fazendo autogestão de forma democrática.

Eu não sei, eu acho que é até muito cedo pra gente perceber se eles entendem que todo este processo, a gente trabalha o tempo todo isso com eles, que todo este processo de ir lá e decidir isto junto já, não só decidir, mas participar de cada etapa da organização da

cooperativa é autogestão. Alguns já assimilam que só de votar ali, de decidir junto isso já é uma coisa. E isso é cobrado deles, então cada um tem que entender todo processo da autogestão, desde a hora que o material entra aqui, até na hora de votar, até na hora de vender, depois saber quanto deu isto, onde é que foi gasto o fundo. Então um ou outro sempre levanta este questionamento de cada etapa, eles querem participar com certeza.

Essa entrevistada declara que os mais velhos parecem ter menos interesse em entender o significado do termo autogestão. Procuram fazer a parte que lhes cabe no dia-a-dia de trabalho sem muito questionamento. Essa acomodação pode decorrer, segundo ela, da falta de leitura desses cooperados. De todo modo, isso não impede que a autogestão aconteça: eles a executam, participam na hora do voto, da decisão e da discussão de problemas, bem como da busca de soluções.

Eu acho que os mais velhos, os que têm menos leituras, tem menos preocupação com isso às vezes. Eu percebo que, eu estou falando das cooperativas que estão mais próximas da gente e que estão mais, é as duas primeiras, por exemplo, às vezes não se mexe muito para ir atrás por causa dessa dificuldade de leitura e tal, mas na hora do voto, na hora de decidir, na hora de discutir alguma coisa que deu errado eles estão ali participando, mas eles podem e vão, principalmente os mais novos, avançar muito mais ainda que já avançaram, que participaram de cada etapa nesta organização interna. É difícil, né? É um processo muito difícil.

Segundo ela, o tempo ainda é insuficiente para uma avaliação mais precisa, mas, por meio da participação nas reuniões, das intervenções e das conversas que eles têm com os orientadores (educadores), é possível verificar se os cooperados estão praticando a autogestão. Conta que eles costumam levar suas dúvidas ao orientador, o que é positivo, mas conta também que eles não esperam que os orientadores tomem a iniciativa para executar qualquer ação e, ainda, quando não estão certos do caminho proposto, seguram o processo até se convencerem ou encontrarem um outro caminho. Isso, para ela, demonstra que estão avançando no processo de praticar a autogestão.

Eu acho que quatro anos ainda foram poucos pra gente fazer esta avaliação, não sei se a gente tem como medir isto, né? A gente mede nas reuniões, nas intervenções, na hora em que eles vão falar com a gente individualmente, 'Roseane, eu acho que isto não está certo', às vezes não tem coragem de colocar uma dúvida no meio da reunião, fica com medo, fica desconfiando do coordenador e tal, mas só que eles colocam e isso pra gente já é um avanço. 'A gente quer

saber como é que vai funcionar esta máquina' é vocês que vão decidir, daí quando a gente volta lá eles já decidiram, eles já conversaram sobre isso. Então eu acredito assim, eles participam democraticamente, sabem, tanto que quando eles não querem uma coisa que não foi discutida direito, eles não querem e eles emperram todo o processo e até eles digerirem e eu acho que isso que é o saudável.

Por sua vez, MA entende que a prática da democracia interna na cooperativa é muito frágil, uma vez que ainda parecem apegados à idéia de privilégio para quem está no comando.

(...) a gente vê que, se é a liderança que quer, digamos, o dinheiro emprestado, esta liderança é mais fácil de conseguir um dinheiro qualquer do que qualquer um outro. Isto é que eu chamo que ainda não é democracia. Então, eles ainda acham que o chefe merece mais e isto é uma característica do autoritarismo, não é democrático.(...) [Divisão das sobras] Este tema dinheiro cooperativista é o primeiro que eles absorvem que é tudo igual.

Quanto à solidariedade, outro princípio importante para a prática do cooperativismo, há indicações de que os cooperados já a praticavam antes, até mesmo pela condição de extrema pobreza em que viviam, mas reforçam essa atitude na convivência coletiva da cooperativa. MA, por exemplo, expõe sua idéia do porquê eles eram e continuam solidários:

Agora a solidariedade eu acho que sim. É aquela coisa, por exemplo, nunca que um quer uma cesta básica e não vão repartir com os outros. Até quando estão com muita dificuldade, eles são capazes de dividir um pouco de dinheiro para aqueles. Eu acho que quanto a esta solidariedade da prática do dia-a-dia eles já têm. Eles já trazem isso, até porque o pobre tem isso. Porque senão não sobreviveria né? (...) Aonde há muita miséria, muita pobreza a solidariedade é uma condição, senão o povo pobre não vive.

A entrevistada E também entende assim, mas acrescenta que, embora os cooperados incorporem a solidariedade no trabalho cooperativo, sabem que, fora da cooperativa, no mercado, precisam ser competitivos em razão do próprio empreendimento.

(...) eu vejo assim que entre eles, entre eles ali, eles são solidários. Eles são, enquanto coletivo eu acho que a questão da equidade ela fica a parte, mas a solidariedade eles não são só solidários, já eram solidários. Agora, quando você pega o grupo, eu acho que as

... pessoas são pessoas de classes menos favorecidas ou aqueles outros grupos que nós chamamos de grupos populares, eles têm mais união entre eles. (...) mas agora este trabalho que a gente faz de passar, de falar sobre e deles tentarem incorporar nisso um trabalho cooperativo dos princípios cooperativos eu acho que eles conseguem. Eles conseguem e isso fica meio estabelecido ali entre eles porque quando eles vão negociar qualquer coisa ali fora enquanto empreendimento, enquanto empresa, como se fosse particularidade, enfim, enquanto empresa, daí eles colocam essa coisa do competitivo mesmo pra fora. (...) No mercado. (...) No dia-a-dia, dessa negociação. Quando ele cai neste mercado para negociar ele vai aprender. (...) E claro, ter visibilidade do lugar, saber que tem que ser produtivo, que tem que ter o que eles falam às vezes, ser competitivo, produto tem que ter qualidade, o que é isso? Então vamos ver a qualidade do outro, temos que tentar superar porque queremos um mercado também (...) Eu acho que eles estão no caminho, estão fazendo isso. (...)

Ainda segundo ela, uma das evidências de que eles estão praticando os princípios cooperativistas é o fato de que essas duas cooperativas estudadas (Coopermaringá e Cocarema) se tornaram referência para as outras cooperativas mais novas ou em formação. Segundo ela:

(...) inclusive eles são referência, a Coopermaringá e a Cocarema são referências já para os outros grupos. Eles já foram inclusive falar sobre isso nos outros grupos e falar de uma forma... porque para o grupo, nós estamos lá acompanhando tudo, mas é outra coisa chegar um ex-catador do lixão e falar sobre estas questões com eles e mostrar que eles já estão numa fase mais avançada, fazendo isso na prática. Então eles têm, eles estão sendo referência, não só aqui pra Maringá, porque a gente participa de muitos eventos que tem por aí, trabalhos que são apresentados, casos estudados que são apresentados e que quando a gente apresenta esses casos, a Cocarema e a Coopermaringá, as pessoas ficam, e nada que é falado lá, a coisa é bem real, como está acontecendo, nada de padrão, não quer apresentar uma proposta de padronização, de tecnologia, nada disso, mas o pessoal fica e são perguntas e perguntas que vêm pra saber como está fazendo, como está funcionando.

Ela comenta ainda que eles colocaram em prática os instrumentos de autogestão, cujo uso lhes foi ensinado como necessário para que administrassem melhor suas cooperativas (controles internos de entrada e de saída de material, de livro caixa, a construção do próprio plano de negócios). De uma forma entusiasmada, ela conta também que eles aprenderam a incorporar os conceitos e as terminologias referentes a estes instrumentos.

(...) eu acho assim uma coisa, que é o que mais deixa particularmente feliz nisso daí, é esta questão. Você fala, conversa, fala dos princípios, por exemplo, falamos dos princípios sem nomeá-los e após o entendimento disso daí é que você nomeia, que você fala, “é, isso aí é intercooperação”, “isso aí é chamado de sobra”, enfim, e outras coisas mais. Teve uma situação em que eu ministrei uma disciplina num curso de pós graduação látu-sensu e eu pensei bastante, até foi sugestão da coordenadora “você tem este projeto, você está participando, porque você não traz alguém de lá pra falar”. O nome da disciplina era “Novas formas de relações de público e privado”, bem interessante fui discutindo o tópico da economia solidária e eu convidei alguém lá, um associado e ele foi. E eu avisei “Olha é só pra contar a história da cooperativa, como isso foi feito”, enfim, não o orientei, eu coloquei o que era a disciplina que a gente estava abordando e ele chegou lá e o pessoal ficou encantado porque ele falou de relação de capital-trabalho, ele falou de mais-valia... (...) E são conceitos que a gente já havia trabalhado com eles, a questão da organização, da coletividade, de falar do mercado, do sistema capitalista e ele foi falando aquilo, mas como uma propriedade porque ele falava na hora certa e ele falou, ele já falou mais-valia entendendo que todos ali sabiam porque ele estava na universidade, foram os professores da universidade que foram lá falar sobre isso com eles. Então, é aquilo que eu falei anteriormente, eles vivem isso na pele, que eles não ganham como é lá no lixão, que era um jogo aquilo ali, que quem tirava mais, catava mais, ganhava mais. Então isso eles sabem que tem uma coisa mais acima ali, um negócio acima dele que os levou a agir daquela forma, quer dizer, então eles entendem, eles assimilam facilmente o conceito de mais-valia, e para surpresa de muitos... (...) na realidade eles já sabiam, só não sabiam que a coisa se chamava mais valia, sabe, então é muito fácil pra eles. E o pessoal ficou encantado... (...) e em outras situações e em reuniões, quando você vê falar em intercooperação, que eles próprios citam, é intercooperação, não procuram falar um sinônimo disso daí ou como eles entende isso aí. É intercooperação, todo mundo já sabe o que é, é um conceito, já é dado... (...) É, plano de negócios, livro caixa, o que entrou, as despesas, fixas, os custos fixos, como que eles fazem até esta distribuição entre eles, como é que vai ser a conta de luz, como é rateada aquilo ali quando eles estavam no mesmo local, a Cocarema e a Coopermaringá porque a conta é única, então eles fazem isso, muito bem feito sem ter problemas.

Fica evidente na fala dessa entrevistada que ela interagiu de forma dialógica e resgatou o concreto vivido dos educandos, construindo o caminho para que eles chegassem ao entendimento da conceitualização. O resultado desse procedimento educativo foi o fato de que os conceitos passaram a ser utilizados por eles naturalmente.

É importante a observação da entrevistada MA, quando compara as duas cooperativas. Segundo ela, na prática administrativa de seus empreendimentos, a

mais antiga tem mais problemas de gestão e parece ter avançado menos que a mais nova,

Eu sinto muita diferença entre a Cocarema e a Coopermaringá. A Coopermaringá tem um ano de diferença, um ano mais velha, mas ainda agora tem alguns problemas de gestão que a Cocarema já se desvencilhou há muito tempo. E eles parecem, dentro da Cocarema, talvez até pela liderança que exista lá é, eles tem procurado desenvolver mais rápido os processos e as técnicas de gestão, outras técnicas e o grupo da Coopermaringá tem muito, é muito fechado parece que sempre está puxando pra traz em vez de ir pra frente, parece que sempre há um avanço e um retrocesso, um avanço e um retrocesso, quer dizer, às vezes dá a impressão de que eles não saem do lugar. Mas às vezes você nota 'não eles já estão evoluindo', mas o pessoal da Cocarema tem uma visão mais, parece que eles se reúnem mais, eles tem mais esta facilidade de estar se distribuindo tarefa, se organizando, do que a Coopermaringá.

Em síntese, pensamos que os cooperados são pessoas cujas vidas são pautadas pelo trabalho, e muito. Além disso, são trabalhadores com iniciativa para realizar mudanças, como se vê no dia-a-dia de suas cooperativas, quando têm a coragem de se experimentarem democraticamente, quando se auto-organizam e processam as mudanças necessárias para o bom andamento dos trabalhos e da produção. Vale destacar a importante e corajosa iniciativa anterior de se disporem a deixar o trabalho no lixão e a enfrentar algo novo, uma relação de trabalho desconhecida, como a que lhes foi proposta pelo setor público. Ou seja, mesmo sabendo que o apoio público seria temporário e que teriam de caminhar depois, com “suas próprias pernas”, eles tiveram a coragem de se transformar em empreendedores, de organizar coletivamente seu próprio negócio e fazer dele o meio, até então incerto, de continuar obtendo renda para seu sustento imediato e melhorar suas condições de trabalho e vida.

Pelas respostas dos educadores entrevistados, além da capacidade de iniciativa, o que os torna mais fortes é o caráter coletivo de sua nova prática, cuja adoção se torna mais fácil porque eles tinham trazido consigo a solidariedade própria da condição de vida de trabalhadores que viviam a exclusão; agora se tornam solidários também no trabalho. Embora impregnados pelos princípios do trabalho individual, gradativamente entendem a contradição entre os princípios de uma organização solidária, onde atuam como produtores cooperados, e as regras competitivas do mercado, onde devem posicionar seu empreendimento. Ao

oferecer seus produtos à venda, devem interagir e até mesmo utilizar os conceitos e terminologias próprias a esse mercado.

Por tudo isso, podemos concluir que, apesar das dificuldades que permanecem, existe um produto concreto do processo educativo que permeia a prática de incubação desses empreendimentos: a operacionalização dos princípios básicos do cooperativismo. Tão concreto, que essas cooperativas e seus cooperados, como disse uma das entrevistadas, já se tornaram referência para outros grupos de trabalhadores em formação. Estão, portanto, agindo de forma coletiva, exercendo a autogestão de seus empreendimentos.

Temos também outro produto importante, que é a interação e a transferência de conhecimentos entre a própria equipe de educadores, o que nos leva a afirmar que, apesar das dificuldades e incertezas, o processo de incubação nos casos analisados tem sido, de fato, uma ação coletiva eficiente.

Além disso, podemos dizer que os trabalhadores cooperados vêm, aos poucos, adquirindo a capacidade de executar autogestão coletiva, tornando-se capazes de promover e acelerar o desenvolvimento de forças produtivas com distribuição mais eqüitativa, embora a realização social dos produtos seja feita pela mediação de um mercado, cujos princípios obedecem a outras relações sociais de produção.

Enfim, esse tipo de autogestão pode vir a contestar a tendência eternizadora das instituições e das formas produtivas contemporâneas. Neste caso, esse processo de autogestão nas cooperativas estaria construindo um novo sujeito.

7.3. Processo educativo na prática de incubação como ação modificadora da realidade

Como prática pedagógica, o processo de incubação busca modificar conteúdos de consciência e conduta dos envolvidos, o que implica perceber a realidade, a maneira como ela se exprime na consciência e como se pode

conhecê-la. Nessa concepção, o saber, tanto o popular como o acadêmico/científico, apresenta-se não apenas como conhecimento já cristalizado, mas também como percepção da realidade. A conscientização nessa prática é entendida como um processo de construção ou de recriação de conhecimentos.

No entanto, a ação educativa na prática de incubação de cooperativas não é só produção de conhecimentos. Ela requer, como prática (processo objetivo), a transformação da realidade, ou seja, não se limita à contemplação ou à manutenção dos princípios predominantes na sociedade. Implica, entre outras, a transformação da prática de trabalho individual, autônoma ou realizada sob as determinações do capital privado (trabalho assalariado), em trabalho cooperativo com autogestão coletiva. Implica a mudança ou adaptação dos próprios instrumentos teóricos/científicos ou conceitos usados pelos educadores. Propicia, portanto, circunstâncias que modificam o homem e as coisas e que, ao mesmo tempo, são modificadas por ele; o educador que educa é ao mesmo tempo educado.

Para identificar melhor o aspecto transformador desse processo educativo que acompanha a prática de incubação, destacaremos e comentaremos os momentos em que os entrevistados educadores mencionam mudanças de atitude, sejam deles próprios, como educadores, sejam dos educandos. Destaque especial será dado à autonomia que os trabalhadores cooperados adquirem em relação aos orientadores (educadores).

7.3.1. Efeitos educativos do processo de incubação para o educador

O resultado da investigação sobre o que o educador vem aprendendo no processo prático de incubação dos empreendimentos econômicos solidários revela que o aproveitamento de um foi diferente do outro, com exceção do trabalho em equipe multidisciplinar, apontado em duas entrevistas. As respostas apontam várias questões: os limites do educador; o fato de o professor ter mais experiência no ensino; a importância dos acadêmicos universitários participarem do trabalho de campo e conhecerem os limites de cada área de conhecimento,

visto que se trata de um processo complexo e que envolve o indivíduo como um sujeito integral; a importância de este processo estar vinculado à universidade; o vínculo de trabalho dos técnicos que compõem a equipe de educadores.

A entrevistada *MC*, quando discorre sobre os efeitos do processo prático de incubação sobre o educador, fala de seus limites como educadora e do quanto aprendeu com essa nova realidade:

Eu descobri que nada sei. 'Tudo que sei é que nada sei'. É, eu percebi que às vezes você vai pensando que vai levar alguma coisa e você acaba trazendo bem mais do que aquilo que você ia levando. Você vai aprendendo muito com eles. Aprendendo em vários sentidos, por exemplo: até em se relacionar com as pessoas, até em colocar as idéias, você vai mudando até o meio, aprendendo falar em público para as pessoas, com as pessoas e que elas entendam o que você fala. Então isso é um aprendizado bem complexo e bem interessante. É uma aprendizagem que você não tem quando está lá na graduação.

Percebe-se nesta fala a atitude humilde que Freire afirma ser necessária ao educador, visto que ele precisa também ter a coragem de dizer que não sabe, pois isso abre a possibilidade de saber, de aprender.

Também a entrevistada *MA* diz que aprendeu muito e que foi levada a perceber que o processo de incubação deste tipo de empreendimento é demorado, não é fácil, uma vez que lhe são inerentes ansiedades e inseguranças. Ela destacou a importância de ele ser realizado com a condução de uma instituição universitária, a qual colocou à disposição, para atuar no projeto, profissionais de várias áreas do conhecimento. Desta forma, foi possível montar uma equipe, em que cada um podia dar conta de uma parte do trabalho, com disponibilidade de tempo, possibilitando mais segurança tanto para os trabalhadores como para os técnicos que os apoiavam. Por outro lado, por ser técnica contratada, precisou lidar com a falta do vínculo de emprego.

Aprendi, aprendi muito. E aprendi também que é preciso ter uma instituição forte para estar atrelada, por exemplo, aqui na UEM, né? Tem uma instituição forte, para que dê forças para que o vínculo permaneça.(...) é preciso ter uma coisa que sempre eu achei difícil, mas que hoje eu acho mais tranquilo porque quando tem uma instituição forte por trás não tem que ficar preocupando com as

negociações, com todas as políticas que envolvem tudo isso. Daí eles só trabalham. Muito mais fácil trabalhar assim.(...) Porque ficar fazendo todo este amarrado técnico, político dá muito trabalho né? Não tem quem faça como é que eles querem trabalhar? Não dá pra fazer as duas coisas, eu acho que é mal feito. Eu vejo você no trabalho, que toda hora tem que ir a uma reunião na prefeitura, de ir pra um lado e Brasília, não sei o que, e liga pra cá e liga pra lá e este trabalho todo. Se eles tivessem que fazer tudo isso, não daria para estar trabalhando sossegadamente no processo de incubação, não daria.(...) eu acho assim, técnicos como vocês, você, a Celene e a Elisa, eu falo de vocês três porque é vocês três que mais estão lá né? E que tem que fazer esta amarração toda se não tem quem faça isso a incubadora não funciona. E tem a Maria Clara também né? Porque às vezes passa o dia inteiro atrás de um telefone para conseguir telefonar pra alguém, não é? Já pensou se um técnico como eu tivesse que fazer isso e tivesse que ir lá [cooperativa]? Não ia conseguir, tem que fazer uma coisa ou outra.

Enfim, declara ainda que aprendeu a:

Perceber que tem algumas questões como ser mais demoradas, não é fácil enfrentar o processo e perceber que tem que lidar com esta questão do não emprego, que temos só serviço. Aprender a lidar com os limites da minha ciência, a psicologia, que é só uma partezinha e que se não pegar outros instrumentos de outras áreas não dá para administrar este trabalho. Então em mim é isso, é esta ansiedade, os limites, as inseguranças.

Para a entrevistada E, o trabalho de incubação é uma oportunidade educativa tanto para os educadores quanto para os educandos, e não apenas aos educandos (trabalhadores) atendidos, mas também aos acadêmicos. Estes tiveram a oportunidade de colocar em prática os conteúdos ensinados na universidade, bem como a de ter contato com um lado da vida real, que muitos desconheciam por não vivenciarem ou por não conseguirem ver ou abstrair. Ao educador, porque proporcionou mecanismos pedagógicos que auxiliam a explicar melhor os conceitos aos seus educandos, inclusive os universitários, e porque mudou sua forma de ver o mundo.

Então eu vejo assim, enfim, como orientadora é isso que eu te falei, a gente vai adquirindo uma experiência enquanto educador, desta troca aí de saber e de experiência de história de vida completamente diferente, que você pega um livro que esteja sendo discutido, quer dizer quando você vai falar disso, daí você pega essas experiências, essa coisa concreta que você viu acontecendo, está vendo acontecendo e você consegue dissecar melhor os conceitos para aquelas pessoas que no caso dos alunos nem todos vivenciam ou

não conseguem ver mesmo, às vezes a coisa está ali perto, mas não está olhando pra ela. Pra que possa até olhar de uma forma diferente". [no caso dos cooperados] (...) é o que eu falei, determinar conceitos que eu percebi neste trabalho que é mais fácil explicar pra eles, que eles assimilam melhor do que os alunos dentro da sala de aula. Por isso que os alunos aqui são muito bem-vindos, né? Pra vivenciarem este trabalho.

Acrescenta ainda que esse processo carrega muita riqueza e que leva as pessoas nele envolvidas a verem a vida:

Porque tem tanta riqueza, que você não consegue, isto vai mudando você nas tuas atitudes, no seu dia-a-dia, na sua vida, na forma de vivenciar estas coisas, de ver o mundo mesmo e sempre considerar mais. (...) A história de vida do outro, sabe? Como é que cruza alguma coisa pra entender, certas atitudes, enfim. (...) É aquela angústia de você não estar fazendo. Isso contribui muito porque sempre tive assim, entrei na universidade porque eu sempre quis dar aulas ser professora universitária. E eu cheguei aqui e fui dando aulas e fui dando aulas, mas sabe? Parece que faltava alguma coisa porque, até pela minha origem, sou de origem bastante humilde, então eu queria fazer alguma coisa, mas daí eu pensava, "ah, mas aonde é que eu vou colocar tudo isso porque você está entrando na universidade hoje", quer dizer a gente tem que investir nos nossos alunos venham de onde vier, mas eles não estão tão atentos pra isso, a gente trava uma batalha dentro da sala de aula pra enfrentar certas coisas e tudo, certos sentimentos, mas faltava, assim, você fazer, até de aplicar os conceitos que você pensa equivocadamente que está lá guardado que você não vai ver isso acontecendo e a prova está aí. Eu acho que tem muita coisa pra gente ver.

Esse depoimento nos lembra do que disse Freire (1996, p.77): "Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos *constatando* apenas". A acomodação para Freire "é apenas caminho para a *inserção*, que implica *decisão*, *escolha*, *intervenção* na realidade" (1996, loc.cit.).

Essa mesma valorização da postura diante da vida e dos sujeitos encontra-se na resposta da entrevistada C, que diz ter aprendido que é mais importante nesse processo ver o sujeito como agente transformador do que fazer análises mais gerais. Segundo ela,

(...) pra mim é, como vou explicar isso? Essa coisa de talvez desconsiderar muito essas análises mais gerais, sabe? De tentar ver o sujeito como agente transformador mesmo. Então quem é este sujeito, qual a potencialidade de transformação, de ver, então talvez

usando um pouco de Rubens Bão, de olhar o objeto, mas pelo microscópio, porque ele fala que você pode olhar tanto pelo telescópio, como pelo microscópio. Então de olhar mesmo pelo microscópio. O que está acontecendo nesta base? Até mesmo para explicar essas coisas meio absurdas aí de hoje como o que levou a vitória do Silvio Barros [novo Prefeito Municipal de partido político de direita]? O que passa na cabeça da pessoa se a gente tem visto, não sei se eu estou desviando, a gente tem visto, é tudo é carroceiro, é pessoal com carrinho colado com o adesivinho do Silvio Barros e votou no “filhinho de papai”, o que é que tem naquela cabecinha? O que faz com que ele vote naquela figura que representa o oposto que ele é?

A entrevistada *R* declara que foi aprendendo a ter paciência, a ouvir mais os trabalhadores cooperados, a descobrir o limite para não se envolver com eles além da medida necessária, bem como a trabalhar e interagir numa equipe multidisciplinar e com os cooperados. Aprendeu também que estes cooperados são seres integrais, que têm vários problemas de ordem pessoal, de saúde e família, que vão, portanto, além da necessidade de trabalho e renda.

Agora pra mim, também foram várias mudanças. Primeiro. foi a paciência, eu sempre gostei muito de trabalhar com pessoas, né? Eu prefiro mil vezes trabalhar com um monte de pessoas do que com uma pilha de papéis e atrás de uma mesa, mas eu fui aprendendo a ter mais paciência, a ouvir mais que é uma coisa que a gente não aprende dentro do nosso dia-a-dia, independente da profissão a gente acha que tem muito pra passar, muito pra falar, a ouvi-los principalmente, e envolver, né? Eu aprendi que eu também vou me conhecendo neste processo, eu me envolvo porque eu me envolvo muito mais com o processo do que deveria, às vezes eu tenho que dar uma freada, não isso daí não é pra você deixar. A trabalhar em equipe também, isso é uma coisa legal, eu percebi no decorrer de todo o projeto que eu, como socióloga, tenho uma tarefa que termina aqui e que daí precisa do psicólogo, e precisa do economista, que pra mim era uma figura descartável, mas precisa, precisa porque todos os profissionais, eu acho que aquela história da equipe multidisciplinar é muito importante porque, e a gente precisa da academia toda voltada pra isso, tanto que no decorrer do processo todo, a gente percebeu ‘a gente precisa de um psicólogo aqui, a gente precisa de um pedagogo’, porque todo mundo é muito importante, cada um tem papel, porque você está mexendo com pessoas e é um ser ali integral, né? Não é só o catador, que é catador de papel e sabe trabalhar o material, ele tem problemas pessoais, com a família, de saúde. Tanto que a gente mexeu com todo mundo neste processo, a gente trouxe os profissionais da área de saúde, da área de educação, a gente acabou envolvendo muita gente com tudo isso, então eu aprendi isto também, pra mim foi uma aprendizagem.

Entendemos que as entrevistas abordaram duas questões importantes sobre o saber acadêmico ou sobre a ação da universidade no processo de incubação dos empreendimentos econômicos solidários. Por um lado, a importância de a universidade ser a catalizadora do trabalho de incubação de empreendimentos de trabalhadores, dando-lhes acesso a um conhecimento acadêmico ao qual provavelmente não chegariam por outros caminhos; proporcionando-lhes certa segurança de que não seriam repentinamente abandonados, uma vez que é uma instituição que tem a educação por meio da extensão universitária como uma de suas atividades fins. Por outro lado, apesar de mencionarem o fato de que a Universidade conta com todas as áreas de conhecimento necessárias para este fim, elas falaram também dos limites e das dificuldades inerentes a essa mesma instituição e que repercutem na atuação de seus quadros de profissionais, seja de professores ou técnicos e acadêmicos.

Ficaram evidentes as fragilidades do corpo de educadores, assim como a necessidade, de fato, de a universidade avançar para além de seus muros, tanto para levar conhecimento como para aprender lá fora o que ela desconhece. Essa imersão na vida real, não acadêmica, lhe dá retornos: tanto realimenta o próprio conhecimento teórico produzido internamente, como lhe fornece meios de repensar seus mecanismos de saber. Tudo isso repercute em benefício do próprio ensino acadêmico e do crescimento dos atores (professores e acadêmicos) como pessoas que, ao interagir com outras realidades concretas, podem fazer autocrítica do seu próprio papel no atual sistema econômico e social.

Em síntese, uma das riquezas deste processo de incubação está em nos mostrar que as dificuldades e os limites no processo de educação não se colocam apenas para os trabalhadores atendidos, mas também para a própria academia, representada pelos educadores, e que, para além das dificuldades e limites, esta é uma ação que implica transformação e mudanças.

7.3.2. Efeitos educativos do processo de incubação para o educando pelo olhar do educador

Nesta parte do trabalho, comentamos a visão dos educadores sobre as repercussões do processo de incubação dos empreendimentos econômicos solidários nas atitudes, comportamentos e na própria vida dos cooperados. Perguntamos aos entrevistados se eles identificavam nos cooperados algum efeito desse processo educativo, bem como o que mudou, na sua observação, na vida destes trabalhadores depois que se tornaram cooperados.

De maneira geral, eles concluem que os trabalhadores, como cooperados, ganharam um espaço de vida que vai além da inclusão na lógica de mercado, resgataram uma cidadania que não se esgota na obtenção de seus documentos pessoais ou algo similar, mas que atinge sua auto-estima e dignidade. Entendem, também, que os cooperados vêem criticamente o papel do setor público junto aos menos favorecidos; que eles reconhecem que esse apoio deve ser direcionado para as suas iniciativas e não se caracterizar apenas como uma ajuda assistencialista; que, para eles, o papel da universidade é o de uma instituição de apoio que contribui com os conhecimentos acadêmicos; e, ainda, que vêem a si mesmos como trabalhadores que ganharam voz junto às instituições, órgãos públicos e Conselhos, entre outros.

No olhar de *MC*, a condição de trabalho e vida destes trabalhadores mudou bastante. Saíram do lixão, um espaço que os deixava à margem do resto da sociedade, e estão hoje incluídos no circuito econômico como autogestores de seus empreendimentos. Executam tudo o que este tipo de atividade requer: apreendem novos conhecimentos trazidos pela universidade por meio dos educadores; organizam e administram o seu negócio; têm voz suficiente para se sentar à mesa numa reunião, seja de Conselhos seja de autoridades públicas e privadas, e defender seus interesses; dão palestras ou participam de oficinas de trabalho para repassar e contar suas experiências de cooperados a outros trabalhadores e até mesmo na universidade. A esta mudança se devem os ganhos de auto-estima e de cidadania.

Aquele conhecimento que a gente adquire na universidade, na área jurídica, na área contábil, na área administrativa, também a gente vai tentando repassar, de alguma forma, trocar essas experiências para eles e eles vão mudando. Tanto que é que tem alguns trabalhadores que antes estavam lá no lixão, onde não tinham nenhum contato com o mundo exterior basicamente. Tinham vários contatos, mas não tinham aquele contato de estarem participando de reuniões e hoje eles já participam de reuniões, administram, estão aprendendo a administrar através de formulários, através de várias planilhas. Estão aprendendo a se organizar enquanto empresa. E hoje eles já podem se relacionar com outros grupos, estão saindo da sua cidade para representar as suas respectivas cooperativas, participando de conselhos onde antes eles não tinham acesso. Então, este também é um trabalho que não fomos nós que realizamos sozinhos, mas eles foram percebendo que eles tinham chances de estar investindo mesmo. Inclusive, eu estava até pensando estes dias, alguns trabalhadores que antes estavam no lixão e não tinham voz pra falar em nenhum conselho, hoje até participa de algum conselho municipal, de assistência, dando palestras em cursos de graduação, ou de pós-graduação, né? Algumas pessoas têm mais facilidades para conversar, falar em público, e pessoas que se quer você iria imaginar que elas teriam a capacidade e elas têm esta capacidade, todo mundo tem sua capacidade e precisa se dar oportunidade para estas pessoas tenham chance de estar falando e contribuindo. É um processo educativo também para eles. É uma certa aquisição de alguns direitos de cidadão, que talvez eles não tinham acesso antes. É uma conquista da cidadania em vários pontos e não só naquele que algumas pessoas têm, por exemplo, certidão de nascimento, documentos, mas não, agora está diante, sentado em uma mesa, para discutir com o prefeito, representante do prefeito, com alguém que está compondo um órgão que vai estar deliberando algumas outras questões municipais e até intermunicipais e eu acho que isto é um aprendizado, é um processo educativo.

Segundo MA, hoje eles se sentem bem e se orgulham por não passarem mais como anônimos, por serem identificados e chamados de recicladores ou cooperados, bem como por terem resgatado a vaidade e a auto-estima; sentem-se também mais fortes, por contarem um com o outro e terem criado, ao que parece, vínculo de companheirismo entre eles.

(...) É aquela coisa egóica, eu como psicóloga eu vejo isso, coisa egóica, coisa do ego, né? “Ah, nós o prefeito já conhece. A gente já é conhecido. Nós as crianças já conhecem e dizem ‘mãe os catadores já chegou, mãe os recicladores chegou’ então as crianças reconhecem eles na rua. Então eles sabem que aquele uniforme, aquelas pessoas são diferentes daqueles sozinhos. (...) E a gente percebe que alguns desses que a gente integrou, hoje a gente não pode mais abandoná-los porque eles não conseguiriam nem viver mais daquele outro jeito que eles viviam antes. Agora eles estão se sentindo gente, como eles sempre dizem. (...) Por um lado eles

querem ser cidadãos, por outro lado tem este outro que querem ser livre, e ser livre, parece que é não ser cidadão. Então, tem esta dualidade, mas eu ainda percebo que a maioria ainda está gostando por causa da vaidade, da coisa de ficar bonito, eles tem estas coisas. Como eles gostam e acham bom eles ficarem limpos e bonitos. Isto eles falam. Isto é a auto-estima, mas eles gostam muito de se arrumar, hoje coisa que a gente observa que no começo não era assim, de trabalhar com o cheiro, 'nós não trabalhamos mais com algo que não cheira bem', aquele palavrão que eles falam mesmo. Mas eles falam mesmo: 'olha tem lugar que cheira mal, mas aqui no nosso trabalho não cheira mal' então já chega lixo limpo, tudo isto eles falam, isto faz parte da auto-estima.

Acrescenta, ainda, ter observado que, no geral, eles parecem ter criado vínculo ou assimilado os princípios do convívio em forma coletiva:

(...) no todo, é esta idéia de que um depende do outro, parece contraditório, mas é isso que dá pra perceber. Quanto mais eu percebo que dependo do outro, mais eu reforço este vinculo que acaba sendo a cooperativa.(...) No sentido de que eu preciso dele, portanto eu me torno mais forte e eu não posso também desprezá-lo, eu tenho que suportá-lo, e acaba aprendendo a conviver com aquelas pessoas e aprendendo que este vínculo é o que me garante sobrevivência. Eu acho que isso já é claro pra eles, eu fazer este vínculo, eu reforçando este vínculo, porque as pessoas que não conseguem e ficam toda hora arrebentando este vínculo com o outro, o grupo acaba excluindo ela porque ela não dá pra deixar. (...) o que se tem visto é que as cooperativas têm umas pessoas que já saíram seis, sete e já entraram outras, né? Mas as mais antigas não. As mais antigas têm mais respeito, crítica. (...). E já se vê que os que ficam já têm uma identidade.

As observações de E denotam que os cooperados, por meio de seus empreendimentos, conquistaram um espaço de vida que vai além da inclusão na lógica do mercado, uma vez que mudaram como pessoas. Segundo ela:

(...) É uma coisa que transcende a inclusão dentro da lógica do mercado, porque estas pessoas, estes grupos populares, estes grupos de associados, hoje associados, eles estão buscando uma participação, são espaços que eles estão buscando, participando e conquistando espaços é de vida mesmo, de dignidade. Eles querem trabalhar e eles querem ter dignidade. Então, eu ouvi alguém falando em uma palestra, num congresso que eu participei aí de extensão universitária que é esta conquista de espaços de vida, então vai para além do espaço da Cocarema e da Cooperaringá, porque a vida dele muda enquanto pessoa. Então, isto é um efeito que eu, como orientadora, percebo e isto acaba te fazendo pensar também em outras questões. Até como lição de vida mesmo, como aprendizado junto (...) [a cooperativa] já conquistou, é um espaço de vida e de

negociação mesmo porque os associados hoje discutem com os compradores, fazem parte do conselho gestor, eles ficam duas ou três horas sentados discutindo questões. Então eu acho que isso eles, este efeito eu percebo deles, que hoje eles estão para além desta coisa de inclusão na lógica de mercado, eles, dentro de um conceito de inclusão social no seu sentido mais básico sabe? (...) hoje você percebe que não se vêem e nem querem que os outros os vejam como os coitados, os pobrezinhos, os que saíram do lixo e que vão e precisam de um socorro aqui, uma ajuda aqui pra poder, sabe? Eles não querem ser visto mais assim. Porque o primeiro impulso é trata-los mesmo assim, então eles não querem isso eles é quem definem. Então a gente percebe assim, quando a gente deve trata-los como coitados, pobrezinhos, os excluídos, porque eles estavam no socorro, se comportando desta forma. Hoje eles já buscaram, já reivindicaram e já conquistaram, ainda que pouco do que significam, tem muito mais pra conquistar, mas já conquistaram um espaço bem-vindo mesmo, através dessa cooperativa. Eles estão sabendo usar este empreendimento para isso.

Na ótica de R, os cooperados, como grupo, sabem discernir o papel do poder público e o da universidade, bem como o que podem esperar de cada um, em especial do poder público, do qual eles querem um apoio e não assistencialismo. Mais do que isso, segundo ela, apesar de reconhecerem o papel dos parceiros que os orientam, ensinam e apóiam, eles sabem que o maior papel é o deles mesmos, como atores nesse processo de mudança de condições de trabalho, da maneira de ver a vida e o futuro.

(...) Neles, eu acho que já falei um pouco, a auto-estima mudou muito, eu acho que pra mim isto é muito importante, pra que você, se no mínimo a gente não conseguir no final que eles sejam empreendedores de sucesso, que estes empreendimentos sejam viáveis, eu acho que a gente conquistou pelo menos o resgate da cidadania e outros efeitos, por exemplo, é o conhecimento que eles tiveram mesmo, teórico, por exemplo. Um curso ou outro que eles fizeram eu acho que estes conhecimentos eles adquiriram e isso com certeza vai mudar, mudou muito a vida deles, a forma que eles pensam sobre o trabalho, a forma que eles pensam sobre a família, a questão ali do coletivo, não adianta eu melhorar pra mim e pros outros não, eu percebo isso em alguns deles é bem nítido assim. (...) [solidariedade] Se preocupam quando o outro está mal, quando o outro faltou, quando, por exemplo, está doente, vamos ter que fazer alguma coisa, de quem é o papel, acho que é uma coisa muito importante que eu percebi com eles nesse processo, eles, alguns já perceberam qual o papel, por exemplo, do poder público, se antes nos achavam que eram o não olhar por eles, era fazer promessa pra eles de alguma forma. Eles acham 'o poder público tem papel de fazer políticas públicas', eles não falam desta forma, mas 'dar um apoio pra gente crescer, pra gente avançar mais no que é isso daqui'. (...) O papel da universidade como formadora, como eu acho que isso minimamente eles tem esta visão diferenciada e eles

sabem que o trabalho, que o maior papel é o deles, né? Se eles não quiserem trabalhar hoje pára tudo, se eles não quiserem ir para os cursos não avança. Então, por exemplo, um faltou no curso eles cobram 'olha, faltou!'; aqueles que estão mais conscientes, né? Então este avanço deles é, eu acho que vários estágios ainda vai perceber muito, como ainda algumas lideranças que despontaram, o China, por exemplo, é uma pessoa totalmente, no lixão era totalmente discriminado por eles mesmos: 'ah, é bandido já foi preso, tem crime nas costas'. E a gente foi conhecendo a pessoa e foi percebendo que ele tem uma sabedoria que veio dali, da experiência de vida dele e que é uma liderança que a gente nem sabe se segura mais, ou se tem que segurar também, e está trazendo as outras cooperativas 'vamos gente, vamos unidos, perdemos o apoio da prefeitura nesta gestão, mas a gente vai conquistar, vamos discutir o coletivo' e ele pensa muito mais acima, às vezes, do que o projeto como um todo, do que até mais do que a gente que está ali envolvida numa coisa mais particular, com problema mais específico.

Já a entrevistada C, embora tenha percebido mudanças quanto à questão da cultura política adquirida e também da auto-estima, tem dúvidas sobre se essas mudanças são coletivas, uma vez que, de seu ponto de vista, a mudança individual é função da experiência positiva como algo raro nos históricos de vida dos trabalhadores, hoje cooperados. Outro aspecto que ela levanta é quanto à visibilidade destas experiências minoritárias e quanto a poder caracterizá-las como um embrião de mudanças no nível mais geral da sociedade.

(...) Então, eu acho que há sim mudanças, só que eu não tenho certeza se essas mudanças são coletivas, eu acho que nós estamos conseguindo sim mudar alguma coisa na vida deles, na cultura política deles, de dar alguma auto-estima. Eu, pelo menos, eu tenho claro que a mudança individual ocorre deles acumularem alguns valores positivos, né? Porque considerando a trajetória de vida que tem acúmulos de experiências negativas, eles estão passando por experiências positivas. Não sei se isso tem reflexo no coletivo, em práticas coletivas, (...) Então eu acho que estes valores estão presentes pra eles, só que é o que eu disse, como é uma minoria da comunidade não sei se estas práticas vão conseguir aparecer, entende? Se vai ter algum produto.

De fato, pensamos que, com base em experiências ou iniciativas isoladas como estas, não temos como afirmar hoje que elas funcionarão como embriões que gerarão mudanças substanciais na sociedade. De qualquer forma, o que podemos apreender, em nosso papel de educadores, é que esses trabalhadores sentem-se hoje pelo menos mais dignos, mais seguros, mais

respeitados e *empoderados* para interagir na sociedade em que vivem. E isso não deixa de ser ação transformadora, mesmo que sejam micro-mudanças em pequenos núcleos espalhados na sociedade. Como bem disse Arruda (2000: 139) a educação da práxis constrói coletivamente visão, compreensão e competência que permitem ao/à estudante “(...) progressivamente ir aprendendo a identificar e trabalhar não apenas com os sujeitos e objetos do seu conhecimento e da sua ação transformadora, mas também das interconexões e complementaridade entre eles, desde os espaços ‘micro’, local e imediato até os espaços ‘macro’, global e futuro”. Retomando a afirmação anterior de uma das entrevistadas, esses trabalhadores não são mais os mesmos e dificilmente conseguirão voltar ou aceitar, sem questionamentos, a vida de antes, por conta de tudo que aprenderam e estão vivenciando. Eles perderam, ao menos, a inocência política e social.

Aqui resgatamos Freire (1994, p.80) uma vez mais: “a vocação humana é a de saber o mundo através da necessidade e do gosto de mudar o mundo. (...) No fundo nós nos tornamos capazes de desnudar o mundo e de falar o mundo”. Só que esse é um saber, acrescenta ele, “de que somos sujeitos, inventores, criadores e um saber que não termina; um saber que acompanha o processo individual e social das pessoas no mundo”, e mais: “Esse não é um saber que escape à politicidade da presença nossa no mundo” (1994, loc.cit.).

7.3.3. Autonomia dos trabalhadores em relação aos educadores

A questão da autonomia dos cooperados tem sido uma preocupação constante e uma dificuldade por parte de quem orienta os trabalhadores no processo de incubação. Como já foi indicado nesta tese, por ser uma ação de interação entre os sujeitos, fica sempre o cuidado para não ir além da orientação, para evitar a atitude de tutela, visto que o objetivo é ensinar, orientar e não fazer o que é próprio ou função dos trabalhadores educandos. O educador deve ser apenas a presença mediadora. Entretanto, é um trabalho difícil em razão do envolvimento que naturalmente acaba acontecendo: as duas partes, em especial o

educador, precisam ser vigilantes e identificar a hora de recuar para que os cooperados caminhem por si só, ou seja, ganhem autonomia para a autogestão de suas cooperativas.

Como dizia Freire (1996, p.70), “não me posso permitir a ingenuidade de pensar-me igual ao educando, de desconhecer a especificidade da tarefa do professor”, e mais, “não posso, por outro lado, negar que o meu papel fundamental é contribuir positivamente para que o educando vá sendo o artífice de sua formação com a ajuda necessária do educador”. Nisso reside, portanto, a difícil tarefa de conseguir a autonomia dos trabalhadores cooperados na gestão de seus empreendimentos. Conseguimos identificar esta questão em algumas respostas dadas por três educadoras entrevistadas.

Na avaliação de *MA*, tanto os cooperados da Coopermaringá como os da Cocarema estão num estágio tão avançado de autonomia que se pode vislumbrar a hipótese de que eles caminhem sozinhos, sem o auxílio dos educadores:

(...) Mas a gente vê que já tem a Cocarema e a Coopermaringá, por exemplo, a gente já vê que, olhando de fora assim já dá pra ver que tem um corpo, que está tomando um corpo aquela cooperativa.[de coletivo]. (...) Eu acho que cada dia eles ganham mais [autonomia] e a minha esperança é que eles se tornem tão autônomos que nem de nós eles precisem mais.(...) Eu acho que a Cocarema e a Coopermaringá já podem. Já podem assim, percebo por aí que o pessoal fala que eles são muito, o China é muito implicante, implica com tudo, implica com a gente também, mas eu acho isto ótimo, porque eu espero que, entrando uma nova administração [novo Prefeito], que eles continuem implicando com esses aí. Que não deixem, não abaixem a cabeça. (...). Eu acho que estes dois grupos já têm chance, eu acho que até a usina já tem, pode enfrentar sozinho. Eu acho que se, por acaso, a gente tiver que sair da frente, da administração da incubadora, eu acho que de um jeito ou de outro eles sobrevivem. Não sei se conseguem levar este modelo de auto-gestão democrático. Por que aqui na região tem modelo de auto-gestão, mas nem sempre é democrático e por que isso? Eu não estudei isso, mas eu imagino que seja por conta do jeito de olhar político que têm as cooperativas.

A entrevistada *R* faz uma retrospectiva desde o início da formação dessas cooperativas e, relatando alguns fatos e alguns encaminhamentos adotados com os cooperados, também avalia que os cooperados já estão bem avançados no processo de aquisição da desejada autonomia. Segundo ela, não se trata de uma

economia solidária induzida, porque no processo de incubação prioriza-se a autonomia dos trabalhadores. Eles próprios observaram a diferença entre sua situação e seu comportamento como cooperados da Cocarema e da Coopermaringá e as outras cooperativas.

Eu percebo sim. Tem algumas coisas que provam, provaram isso pra gente principalmente nestes primeiros [Coopermaringá e Cocarema]. Uma das coisas que eu sempre olhei porque quando fala em economia solidária induzida, que foi uma economista que falou isso, eu acho que ela fez uma avaliação muito dos dados, quanto que rendeu, vamos disputar com capital, já temos força de economia, de equipamentos. Não, não temos hoje, a gente está construindo isto aos poucos. Construiu isto muito lentamente, justamente porque a gente priorizou esta autonomia pessoal, de cada um. E eu percebi isso em algumas coisas, por exemplo, quando eles vão para uma outra usina, em uma outra cidade, os cooperados da Coopernorte e Cocarema, na usina de reciclagem, foram conhecer uma outra experiência de usina e lá eles perceberam que o trabalho de lá era diferente daqui, só que eles não só perceberam como eles compararam e fizeram um tumulto lá, questionando o dono da usina: por que não são eles que vendem o material, por que não são os cooperados que gerencia em tudo aqui dentro. Eles mesmos e a gente foi lá fazer uma visita cordial, assim, conhecer lá, tudo era limpinho até pra ver se eles faziam esta troca: leva um pouco de experiências traz um pouco de experiências, mas eles nem quiseram saber, eles queriam saber como é que funcionava a venda, pra quem eles vendiam, qual era o preço. Então, quando eles começaram a questionar sobre isso e eles perceberam que os catadores de lá, os cooperados de lá, estavam sendo, na fala deles, 'passados pra trás'. Porque tinha o gerente, uma outra pessoa, uma empresa que gerenciava tudo, eles não sabiam pra quem vendia, quanto que ganhava cada material.

Segundo ela, mencionando ainda a visita feita a outra cooperativa, os cooperados se indignaram ao observar que aqueles trabalhadores não seriam donos do que estavam construindo e dificilmente obteriam independência em relação à prefeitura. Além disso, mostraram solidariedade ao se disporem a ajudar.

(...) então eles ficaram muito revoltados e voltaram e falaram 'olha, aquilo lá não está certo não, nós vamos ter que ajudar a consertar lá porque eles têm que saber que é desta forma que vai acontecer a independência deles e tal'. Eles fizeram esta avaliação: além de depender muito da prefeitura, lá eles não vão deixar de depender nunca, porque aqueles maquinários não é deles. Então isso pra mim é uma prova.

As diferenças aparecem também quando se compara o momento atual e o que eles vivenciaram quando ainda trabalhavam no lixão, especialmente quanto à forma de se comunicarem com as pessoas.

A outra prova que é mínima desde o início, a gente vai percebendo também, é a forma que eles conversavam com você lá no lixão, de cabeça baixa, alguns mais astutos assim, mas a maioria de cabeça baixa, não sabia o que quer 'ah, o que vier está bom' e quando eles foram adquirindo algumas informações, fazendo estes cursos, tendo contato, saindo um pouco de lá, tendo contato com a universidade, com outros colegas catadores, a gente vai percebendo isso assim, até na forma, na postura, na intervenção que eles tem nas reuniões 'eu quero isso, eu acho melhor isso' antes eles não falavam isso 'ah o que vocês acharem', tinham medo de colocar opinião, ficavam muito calados, alguns ainda começaram a se adaptar, porque a gente acredita que cada um tem um nível de desenvolvimento pessoal, né? Mas com certeza eles avançaram muito.

Segundo ela, os indícios de que os cooperados já têm autonomia também aparecem quando se observa a maneira como eles fazem os seus negócios (compra e venda) no mercado.

Minimamente eles têm este sentimento sim [empreendedores] porque eles se preocupam mesmo se não é aquele que faz a venda, porque tem uma equipe que faz a venda, que faz o contato. Sempre traz uma informação numa reunião, por exemplo, 'olha, eu fiquei sabendo que estão pagando tanto no PET a mais do que o nosso comprador, então você não quer ir lá mudar, eu acho que nós estamos perdendo dinheiro. Por exemplo, os carrinheiros estão na rua coletando e tendo este contato com o público então eles sabem melhor. (...) eles sabem melhor do que eu, por exemplo, com relação à venda, pra quem vende, como é a melhor forma de lidar com aquele material, se é melhor tirar a tampinha do PET, com rótulo, sem rótulo, prensada, alguns nem vale a pena, a gente sabe usa a prensa pra tudo, mas eles mesmo fala 'este daqui não adianta prensar, porque vai ajudar no volume, mas não ajuda no preço e a gente perde tempo prensando tudo isso'. Então, eles que tem todo este domínio de mercado, eles já tinham isso, mas de uma forma individual agora eles coletivizaram isso e estão tentando passar. E o legal é que eles, a gente colocou que eles vão conseguir, por exemplo, vender melhor, com mais volume e eles já se preocupam com esta inter-relação com as outras cooperativas, inclusive este fato que eu falei, de Arapongas, da usina lá que eles questionaram a forma de venda, eles estão preocupados se eles não souberem pra quem vender e como vender eles vão perder 'grana' e se eles entram no nosso processo, igual à gente, e dominam isto daí, a gente vai vender junto. Eles vão ser mais um aliado. Então esta preocupação com esta outra cooperativa também era isso. Era, se eles iriam ser mais um parceiro, mais um aliado no processo como um todo. Então, eu acredito que sim, eles já têm esta visão.

Entretanto, a entrevistada C não pensa da mesma maneira. Para ela, os cooperados são ainda tutelados e dependentes dos parceiros para resolverem seus problemas, motivo pelo qual é necessário um longo caminho até a autonomia. Segundo ela, o novo governo municipal, cujo partido político não é de esquerda, pode servir para por à prova o estágio de autonomia adquirido pelas cooperativas.

Eu acho que eles estão ainda muito, muito tutelados. Eu fico até pensado assim que agora que a prefeitura, [novo prefeito] eles vão sair, eles vão ter que assumir a frente. Eu acho que vai ser uma prova de fogo e a gente vai ter que sentir, porque qualquer dificuldade liga pra alguém, pra ir resolver os problemas deles. Eu acho que ainda tem muito que se caminhar mesmo pra atingir esta autonomia de não precisar de nenhum parceiro, demora.

A entrevistada E, pelos mesmos motivos, também declara estar à espera do que vai acontecer com a nova administração municipal. Segundo ela, os educadores também serão testados ⁴⁰:

Agora que nós vamos ser colocadas em cheque, todo este trabalho, essa consciência da autonomia deles, pra eles caminharem e bater a cabeça, a gente já está batendo, a vida, ir pra vida. Tem este apoio logístico que foi proporcionado por esta gestão até hoje, tudo.

De nosso ponto de vista, nesta avaliação, é preciso considerar que o próprio trabalho que eles realizavam no lixão não era de fato uma opção, mas apresentava-se como a alternativa possível para obter renda. Evidentemente, eles desejariam ter uma oportunidade diferente. Assim, já poderia existir o desejo de ter um trabalho no qual pudessem ter liberdade de ação, uma vez que estavam acostumados a trabalhar ao seu modo e ao seu tempo, apesar de ser de maneira muito individualizada. Ou seja, eles trouxeram algo que lhes é inerente, o gosto

⁴⁰ Até o mês em que concluímos a redação da tese (fevereiro/2006), podemos relatar que, em contato com os dois empreendimentos em questão e acompanhando as ações dos cooperados por meio da incubadora, o movimento em face do novo governo municipal foi de firmeza e não houve nenhuma mudança de rumo daquele já tomado. A impressão é de que estão ainda mais fortalecidos, visto que a atual administração desmontou a forma de governo participativo vigente antes, e o acesso aos dirigentes e Secretarias da Prefeitura Municipal tornou-se mais difícil. Além disso, depois de esgotar o prazo que estava garantido na Lei Municipal, foi retirado o subsídio de aluguel dos barracões onde funcionam as cooperativas, mas elas se reorganizaram, enfrentaram a nova situação e continuam em funcionamento.

pela liberdade de ação, o que facilita o entendimento e a prática da autonomia na nova forma de organização coletiva e de autogestão.

R relembra o que um dos cooperados da Cocarema comentou quando os profissionais da prefeitura municipal começaram fazer os contatos para sensibilizá-los a sair do lixão e colocaram a possibilidade do trabalho organizado coletivamente.

(...) Ele falou 'olha, vocês vieram pra ajudar, beleza, tem esta história de cooperativa, daí vocês estão falando de cesta básica, de vale-transporte, mas a gente não quer isso não, a gente quer ver se esta cooperativa vai dar certo, se a gente vai ganhar dinheiro com isso.' Então tinha muito isso deles já também, né? 'A gente está cansado de promessas e de assistencialismo'. De uma certa forma foi isso que ele falou, 'a gente quer andar mais, quer um pouquinho mais acima disso daí que vocês estão propondo'. Então ele deixou logo claro que eles não queriam assistencialismo. Então isso serviu também de exemplo pra gente trabalhar 'olha, este pessoal quer caminhar sozinho mesmo', mas é lógico que não é todo mundo que pensava assim também.

Segundo a entrevistada, não todos, mas muitos pensavam da mesma maneira: *Eu acho que sim. A maioria.*

Esta fala nos reporta à crítica que se faz à economia solidária como um processo de indução, no qual a escolha dos trabalhadores não é, portanto, livre de intervenção. Na opinião de R, não se trata de induzir os trabalhadores ao cooperativismo ou à economia solidária, mas de suprir a carência de conhecimento sobre as outras possibilidades ou formas de organização do trabalho além da relação assalariada e informal, cabendo ao poder público fazer uma política pública diferenciada da que se fez até então.

(...) Então, eu fiquei muito preocupada com isso está semana que eu estou fazendo curso e me falaram isso: 'vocês estão fazendo economia solidária induzida'. Daí eu fiquei pensando nisso, juro que perdi a noite um dia pensando nisso. Eu falei 'poxa! Será que eles normalmente, naturalmente teriam este desprendimento, esta iniciativa 'ah eu vou lá fazer economia solidária'. Primeiro falta conhecimento para eles. Faltava, né? Informação, que isso falta pra qualquer um até eu de algumas coisas, até de quem está na academia, muito mais do que a gente pensa. Então, pra mim faltava esta informação e a outra que era a necessidade ali de vários atores, tanto da prefeitura como deles também. Porque quando você vai entrevistar você pergunta 'você queria estar aqui? – Não, esta foi minha última alternativa de trabalho', 'você gostaria de estar

trabalhando em condições melhores? – Sim, gostaria. ‘A gente acredita que isto daqui dá dinheiro, isto daqui está dando dinheiro pra gente, a gente não queria sair disso’. Então, estas perguntas que a gente fez, na primeira abordagem do questionário, a gente percebeu isso, eles desejavam isso também, só não tinham onde segurar. Não confiavam no poder público e estavam meio perdidos, mas estavam esperando uma oportunidade. Então eu acredito que alguns podem estar dando o nome de induzida, mas eu acho que é necessário. Eu não acredito que foi induzida, porque ninguém forçou, tanto que a gente começou o curso com cento e tantas pessoas e depois foram saindo naturalmente, foram percebendo ‘isso não dá pra mim’, né? E a gente foi colocando sempre que a coisa tinha que vir deles, eles iriam autogerir todo o processo, com a gente intervindo, porque senão não precisa da universidade ter o conhecimento para fazer esta intervenção. Porque eu acredito muito nessa troca aí, da comunidade com a universidade serve pra isso, pra fazer esta troca. Então eu não acredito que seja induzido não, acredito que sejam todos atores necessários em todo o processo. Eles não sairiam do lugar, pode ser que em outra oportunidade, de outra forma, uma empresa fosse lá contratar o serviço deles, colocá-los numa usina, pode ser, mas não pra economia solidária eu acho muito difícil.

De fato, mesmo na Universidade, pouco se sabe ou se discute a respeito do cooperativismo como alternativa ao trabalho assalariado formal ou informal. Logo, nada mais compreensível do que faltar, a trabalhadores sem quase nenhuma instrução, informação quanto a outras alternativas de trabalho. É obrigação do poder público apresentar opções, como política pública, caminhos melhores de trabalho e sobrevivência. O cooperativismo não precisa de uma política de caráter assistencialista, mas sim de uma que proporcione oportunidades aos menos favorecidos, criando condições para que eles se realizem como cidadãos e se tornem empreendedores. Mas estamos progredindo, como lembra Martins (2002, p.9), quando se refere à necessidade de acelerar a inclusão social e política das populações pobres no processo de desenvolvimento econômico: “Na hoje possível comparação com o Brasil de meados do século XX, seria uma perda não reconhecer que o crescimento da consciência crítica da sociedade e, em decorrência, que a remodelação do Estado para compatibilizá-lo com a missão de administrar e superar esse desencontro fortalecem o empenho dos que com o desencontro se inquietam”.

Afirma ainda a entrevistada R:

Eu também sempre coloquei isso pra eles, que a gente está fazendo uma obrigação, o poder público tem que fazer política pública, é uma obrigação da gente, do governo estar fazendo estas políticas públicas e pra quem você está fazendo isso? Pra quem necessita, você vai onde existe a necessidade de intervir com políticas públicas. Então eu acho que pra mim já morre este questionamento, já morre por isso aí. Só que dentro de um projeto deste que você vai trabalhar autogestão, o cooperativismo, trabalhar o coletivo acima de qualquer outra relação, então você vai até certo ponto que é o que a gente tenta fazer. Às vezes, a gente acaba até se envolvendo mais porque eu acho que é até meio natural isso da proteção, de estar acompanhando o processo como um todo, mas a gente sempre colocou isso claro pra eles (...)

Pensamos que, independentemente de este tipo de atividade econômica baseada no trabalho coletivo ser induzida ou não, embora a forma de trabalho sempre buscada seja a assalariada, alguns pareciam desejar uma outra relação e carregar o embrião de empreendedores. Assim, ao entrar em contato com a opção colocada pelo poder público, que não era de emprego e nem de assistencialismo, a escolha pelo cooperativismo foi abraçada. De qualquer forma, o que se deseja é a autonomia dos trabalhadores empreendedores e, uma vez que eles fizeram essa escolha, o caminho para alcançá-la tornou-se muito mais fácil e curto. Se o processo educativo na prática de incubação propicia ou reforça esse desejo, se possibilita acesso a novos conhecimentos e resulta em mudanças e avanços positivos para os trabalhadores e para a própria academia, isso é mais um incentivo para continuar com essa ação.

Como disse Freire (1994, p.5), “os homens e as mulheres são seres programados para saber” e o “saber tem um papel emancipador”. Com base nessas palavras, podemos dizer que no trajeto da incubação de cooperativas se reconstrói o sujeito e pode-se chegar à desejada e concreta autonomia dos trabalhadores. Como vimos em páginas anteriores, a autogestão é o caminho para a autonomia, pois, à medida que a praticam, os cooperados se transformam em artesãos da própria organização e se tornam também sujeitos do próprio conhecimento adquirido. Nesse processo, a capacidade de conhecer, associada à curiosidade, permite que os trabalhadores cooperados (educandos) e os educadores gradativamente desvelem o que não sabiam e aprimorem ou modifiquem o que sabiam.

O saber que se adquire nesse processo, de forma gradativa e com muitos percalços, para além dos resultados no campo profissional, técnico ou tecnológico, permite ver o mundo de outra forma, porque este saber, que não é preestabelecido, elucida e revela as relações entre os sujeitos numa sociedade capitalista.

A autonomia adquirida pelos trabalhadores, por mais incipiente e embrionária que seja, enche de esperança os sujeitos envolvidos, mesmo porque não há vida sem esperança. “A esperança faz parte da natureza humana. Seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, primeiro, o ser humano não se inscrevesse ou não se achasse predisposto a participar de um movimento constante de busca e, segundo, se buscasse sem esperança”. (FREIRE, 1996, p.72). Sem esperança, não haveria história e, sim, determinismo.

CONCLUSÃO

É preciso que nós vivamos a História como possibilidade, compreendendo que o futuro não é inexorável, que o futuro é problemático e deve ser construído porque não está pré-dado (Paulo Freire).

O primeiro aspecto a ser considerado em face dos resultados da pesquisa é o da nossa convicção de que o processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários, desenvolvido no seio da economia solidária, é realmente uma forma coletiva de educação, na qual os envolvidos, educadores e educandos, aprendem mutuamente. Ao afirmar isso, estamos nos referindo a um aprendizado que não está à disposição em nenhum curso acadêmico, de qualquer natureza. Estamos falando de uma reconstrução dos sujeitos, uma vez que o saber que se adquire nesse processo tem um poder emancipador que altera a realidade de vida e trabalho dos envolvidos.

Essa forma de ensino e aprendizagem tem origem em uma atividade de extensão universitária, cujo fim é colocar à disposição da população, em especial aquela que pouco ou nenhum acesso teve à escola, conhecimentos científicos que nunca alcançariam de outra forma. Ou seja, entre as tantas atividades por meio das quais a Universidade interage com a comunidade está o caminho construído pelas incubadoras universitárias de empreendimentos econômicos solidários, cujo fim, neste caso, é apoiar os trabalhadores interessados em obter trabalho e renda, por meio da reciclagem de materiais, de um modo mais digno do que faziam até então. As cooperativas representam, portanto, uma oportunidade para que eles possam construir seus próprios empreendimentos econômicos e administrá-los de forma autogestionária.

Não se trata, entretanto, como já afirmamos tantas vezes, de uma relação linear e de mão única, mas de um processo educativo construído por meio do diálogo e da interação de todos os envolvidos, docentes, técnicos e discentes universitários e trabalhadores. Seu fim é modificar, construir com eles uma realidade nova de trabalho, com base na história de vida desses trabalhadores

educandos, em suas características e condições atuais de vida, ou seja, com base na realidade vivida.

Aí reside a riqueza e a importância desse processo. Como vimos na análise dos questionários e entrevistas, este é um caminho diferente, único, que está sendo traçado com muitas dúvidas, incertezas, mas com muita determinação e paixão, tanto dos educadores como dos educandos. É um caminho que se constrói por meio da experimentação, que se mostra criativo e modificador das condições concretas e subjetivas.

Mostra-se um processo criativo porque, em face das circunstâncias que se apresentam e que muitas vezes surpreendem, seus fundamentos teóricos iniciais precisam ser constantemente adaptados. Por isso, porque a prática vai se modificando no fazer e os conceitos teóricos também vão sendo ajustados ou reforçados, é pleno de sinuosidades, avanços e recuos. Mostra-se criativo também porque educadores e educandos precisam romper com uma série de limites iniciais e, assim, usufruírem uma relação que se pretende dialógica.

Há uma complexidade nessa interação, o que demanda esforços significativos por parte dos educandos e educadores para levá-la a efeito. Na fala dos educadores, nas entrevistas, vimos que, na prática da incubação dos EES, ocorre essa relação dialógica, mas ela não é espontânea. Anteriormente ao processo de incubação, os educadores não foram preparados para exercê-la; por isso, é necessário esforço, empenho e vontade para estabelecê-la, recriá-la constantemente. Em face das dificuldades que se apresentam, é preciso constante reforço e vigilância da própria equipe de orientadores para não abandoná-la, para evitar imprimir uma relação autoritária com os educandos, trabalhadores cooperados.

O próprio processo, a reação dos educandos, que rejeitam atitudes dessa natureza, sinalizam, ajudam os educadores a recuar e a não perder de vista a interação por meio do diálogo. Como os educandos fizeram uma avaliação positiva dos seus orientadores, somos levados a deduzir que eles não se sentiram invadidos ou orientados de forma autoritária. Ao contrário, pareceu-nos que se sentiram acolhidos e respeitados pelos educadores, desejando a proximidade com

eles. A dificuldade não reside apenas em estabelecer a relação dialógica entre educador e educando. Ela reside também no relacionamento dentro da própria equipe multidisciplinar dos educadores. Além da troca de saberes entre os componentes, em que deve haver respeito pelo conhecimento das áreas ali representadas, eles aprendem também a trabalhar como grupo, no coletivo. Afinal, um dos pontos que os educadores trabalham com os educandos é o relacionamento na equipe. Portanto, ao mesmo tempo em que se ensina, também se aprende. Como vemos, na prática de incubação, cada educador está, juntamente com os outros educadores e com os educandos, passando por um processo educativo ampliado. Como afirma Paulo Freire, o educador não sabe tudo; ele também é um educando.

A complexidade dessa interação, suas muitas barreiras e dificuldades, manifesta-se também na relação entre o saber acadêmico e o saber que os trabalhadores trazem, saberes que vão sendo descobertos e trabalhados durante o processo de incubação. Ficou demonstrado na pesquisa que não são apenas os educandos que têm dificuldades para absorver o conhecimento acadêmico como algo novo e, em grande medida, desconhecido. Há também muita dificuldade por parte dos educadores para lidar com os conhecimentos práticos trazidos pelos educandos, para aproveitá-los e conectá-los com os instrumentos e conceitos acadêmicos, em benefício dos empreendimentos econômicos que são o alvo do processo de incubação. Não é só o educando que desconhece termos e conceitos teóricos. O contrário também é verdadeiro. Há, portanto, surpresa e admiração quando se descobre que, muitas vezes, a diferença entre o saber do educador e o do educando é mais de nomenclatura do que de conteúdo.

Desta forma, a incubação, como um lugar de constantes descobrimentos e de construção e reconstrução de conhecimentos, tem a tarefa de acolher os conhecimentos de trabalho e vida que trazem os trabalhadores, otimizando-os, lapidando-os, pondo-os a descoberto no coletivo, ao lado das técnicas, instrumentos e conceitos acadêmicos, adaptando-os às necessidades decorrentes da formação dos empreendimentos coletivos.

No processo, toma-se a realidade vivida pelos trabalhadores como base ou componente importante para o trabalho de sensibilização do lugar e existência do homem, do trabalhador e do trabalho na sociedade. Mas o trabalho de incubação não está radicado somente nas experiências buscadas na vida dos trabalhadores. A academia, por meio da incubadora, respeitando, num processo interativo, o tempo e ritmo dos trabalhadores cooperados, leva e ajuda a implantar as técnicas e os conhecimentos específicos produzidos em seu interior, uma vez que estes são necessários aos seus empreendimentos.

Há, portanto, uma troca de saberes que promove a inserção de um tipo de conhecimento no outro, o científico no popular e vice-versa; nessa troca, um se alimenta do outro, com o fim de viabilizar a inclusão produtiva. Nessa construção recíproca de saberes, um não é superior nem inferior ao outro, mas ambos, em conjunto, humanizam, elucidam e desvelam.

O fundamento teórico educacional desse processo são alguns pressupostos do método de Paulo Freire, especialmente a proposta de se trabalhar com a realidade do educando e a metodologia dialógica. Embora não se inicie com palavras geradoras, leva-se em conta essencialmente a realidade vivida dos educandos. Num processo interativo, transmitem-se conteúdos específicos, estruturados fora do contexto social do educando. Ou seja, o conteúdo acadêmico, que não emerge do saber popular, é trabalhado por meio de interação com o popular. O processo de incubação visa a inclusão produtiva dentro do sistema econômico vigente, apesar de o trabalho ser organizado de forma cooperativa e autogestionária.

Na pesquisa veio à tona também o quanto a universidade está distanciada da vida real e o quanto é importante e necessária a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão para romper esses limites. Como ponderou uma das entrevistadas, acaba sendo inócuo falar e teorizar sobre a exclusão social sem conhecê-la de perto, até porque as formas e arranjos de vida que nela nascem, florescem e se reproduzem modificam-se muito rapidamente, conforme as dificuldades e vicissitudes do próprio modo de viver e das necessidades humanas

e sociais. Este fato faz do teorizado, quando descolado de um olhar mais próximo ou de mínima vivência com os excluídos, algo superado e irreal.

Esse ponto, de fato, aumenta a convicção de que, como disse outra entrevistada, o ensino, a pesquisa e a extensão são indissociáveis e que a prática enriquece e modifica a forma de os educadores ensinarem, bem como a efetivação da interdisciplinariedade. Também remete para a valorização da pesquisa, pois desperta a vontade de desvendar a realidade, de agir com conhecimento de causa, de adentrar cada grupo e conhecer nele, e com ele, as suas especificidades. Uma vez que não existe igualdade entre os grupos e entre as pessoas de cada grupo, bem como na forma de pensar e agir dos próprios educadores, instiga conhecer esses caminhos diferentes. É dessa forma que se enfrenta a dificuldade de se definir e dar por acabada uma metodologia de incubação. O que o processo de incubação nos permite até agora é uma compreensão crítica da prática educativa que nele se realiza.

Os acadêmicos universitários que entram em contato com a população alvo da economia solidária colocam-se diante de uma realidade ou modo de vida e existência pouco conhecida deles ou conhecida apenas pelos meios de comunicação, os que os sensibiliza para fazer uma leitura da sociedade de maneira mais crítica ou mais realista. As Incubadoras dessa natureza abrem um espaço de estágio que contribui para a formação acadêmica e que pode se estender também para professores e pesquisadores. Não se encontra um espaço desse tipo na maior parte dos cursos universitários; a inexistência desse conteúdo específico impede a sensibilização acadêmica para a realidade concreta dessa população. Conhecê-la de perto possibilita o rompimento de limites, tanto por parte da população atendida como dos integrantes da academia, para que ela seja trabalhada de forma a se criar condições de mudanças. A Incubadora funciona, assim, como um lugar de articulação e democratização do saber socialmente produzido. Já não é possível à academia fechar os olhos para ela (essa realidade populacional específica), comportar-se como se ela não existisse concretamente. Os trabalhadores excluídos do processo regular de trabalho na sociedade capitalista existem, têm demandas, necessidades e muito para ensinar

também. Na interação com eles pode-se mudar a forma de ver o mundo, alteram-se as características dos acadêmicos e dos professores, bem como a função social das instituições de ensino

Nossa motivação inicial para a pesquisa era a frequência com que se atribuía aos trabalhadores a responsabilidade pelas dificuldades no processo de incubação dos empreendimentos econômicos de economia solidária. Eles eram considerados despreparados para formar e ter seus próprios meios de gerar trabalho e renda.

Os dados da pesquisa desvendam que existe um outro lado que pode explicar a dificuldade do processo: o da academia e de seus educadores. As dificuldades que se colocam para eles não são poucas. Como vimos, no princípio, quando simplesmente se pergunta se eles têm dificuldades no processo educativo na prática de incubação, a resposta é negativa. Porém, ao se adentrar com eles no seu fazer nesse processo, afloram as dificuldades e o reconhecimento dos seus limites, embora também fique visível sua disposição para o aprendizado. Como disse Arruda (2000, p.141): “É educador todo aquele ou aquela que ensina não apenas uma disciplina em particular, mas, ao mesmo tempo, a arte de viver. E é educador da práxis todo aquele ou aquela para quem a única forma de aprender e ensinar esta arte é vivendo-a”.

A outra motivação foi a necessidade de buscarmos subsídios sobre os resultados do processo educativo implícito na prática de incubação dos empreendimentos econômicos solidários. Nesse sentido, pelas respostas dos trabalhadores cooperados e pelo olhar dos educadores pudemos constatar resultados muito positivos, apesar das limitações e dificuldades concretas.

Na ótica dos educadores, os trabalhadores assimilam os princípios cooperativos e a forma organizacional dos empreendimentos, mas o processo é muito lento em razão do sentimento extremado do individualismo, do qual somos todos impregnados. Sabemos não ser fácil entender e ensinar que esse não é o melhor e tampouco o único sentimento que deve conduzir a vida em sociedade. Afinal, são séculos de favorecimento do individual em detrimento do coletivo e da confiança no outro. O mundo em que vivemos é competitivo e impregna nossa

consciência de maneira a transformarmos sempre os outros com quem convivemos em rivais, e não em aliados. Resgatar a capacidade de interação coletiva das pessoas sem ignorar suas aspirações individuais é uma ação que demanda atitude e um tempo que é difícil de ser determinado.

A escolaridade muito baixa ou a ausência dela também foi considerada uma barreira para um melhor desempenho e crescimento dos associados e do empreendimento. Esse fato também foi mencionado por alguns dos próprios trabalhadores pesquisados como uma dificuldade, um limite a ser superado, o que indica que eles estão adquirindo consciência de que esses limites não deveriam existir, até mesmo em termos de um direito cidadão.

Ao investigar pelo olhar dos educadores e para além da apreensão dos cooperados, o que se concretiza na prática cotidiana dos empreendimentos, podemos afirmar que os cooperados, adaptando o conhecimento de suas experiências anteriores, estão pondo em prática o que lhes é ensinado, mas não sem dificuldades. Há uma construção concreta, uma articulação de distintos conhecimentos, mas ainda frágil.

Com relação ao trabalho coletivo, percebe-se que há um sentimento muito forte que os une e os mantém trabalhando juntos. Isto foi relatado por eles e também pelos educadores. Ao mesmo tempo que eles demonstram aceitar que o trabalho faz parte da vida, também afirmam que preferem o trabalho coletivo ao individual. Pensamos que esse sentimento se reforça com o da solidariedade, também indicado pelos educadores e educandos como algo que os trabalhadores já trazem consigo e que, por ser um dos princípios importantes nessa relação, reforça-se na prática do trabalho coletivo nas cooperativas. Vale ressaltar que, embora haja solidariedade entre eles e no empreendimento, já absorveram que, no mercado, os princípios são os da competição.

No cotidiano da autogestão dos seus empreendimentos, a democracia também acontece concretamente, mas permeada de contradições e dificuldades. Percebe-se que os cooperados sabem que ela é importante; porém existe uma fragilidade que pode ser explicada pelo sentimento que eles manifestam quanto à necessidade de comando dos dirigentes, cuja caracterização denota que eles

ainda estão apegados a um perfil autoritário. Eles querem, sim, dirigentes que sejam deles e não de fora das cooperativas, mas com atitudes menos democráticas. Vê-se, portanto, como é difícil o exercício da democracia e o abandono dos valores que predominam nas relações de trabalho na nossa sociedade. Ainda há um longo caminho a ser percorrido nesse sentido.

Foi consenso que as técnicas administrativas e os instrumentos necessários à organização interna e autogestionária dos empreendimentos também são bem absorvidos e concretamente implantados pelos trabalhadores cooperados. O caminho para a familiarização com alguns instrumentos, com os termos que os identificam e para o reconhecimento da necessidade de sua implantação fica mais compreensível, do ponto de vista dos educadores, quando são relacionados com a lógica com que os cooperados administram suas casas e suas finanças familiares. À primeira vista parece estar ocorrendo um processo de metamorfose entre a prática familiar e os conhecimentos que eles estão adquirindo para a autogestão de seus empreendimentos. De qualquer maneira, o resultado final é satisfatório.

Essa constatação se reforça na medida em que, ao serem inquiridos sobre as dificuldades que enfrentam para executar os seus trabalhos nas cooperativas, a maioria dos cooperados respondeu que não tem nenhuma; as poucas que apresentaram dizem respeito ao grau de escolaridade. A escolaridade é percebida por eles como um limite importante, pois, dentre os conhecimentos que gostariam ainda de obter, ela está presente de forma significativa nas respostas.

As duas cooperativas estudadas são hoje referência para as que são mais recentes. Eles repassam o que aprenderam, ensinam aos cooperados dos outros empreendimentos todo seu aprendizado de autogestão e dos instrumentos de organização interna, facilitando o trabalho da incubação. Por meio dos resultados das primeiras, os demais trabalhadores podem visualizar as vantagens desses empreendimentos. Esse é um elemento facilitador, pois, para esses educandos, o concreto é muito mais compreensível e gera credibilidade.

Por tudo isso, podemos afirmar que a incubação é de fato um processo educativo que modifica as circunstâncias, os homens e as mulheres na sua

maneira de ser e agir. Ao pesquisa-la, pudemos identificar as dificuldades, limites e fragilidades do corpo de educadores, bem como a importância de se superar essas fragilidades, de a universidade sair e avançar para além de seus muros e buscar, não só levar conhecimentos. Ela pôde aprender lá fora o que desconhece, pôde realimentar o mundo acadêmico com o que seus educadores vivenciaram e aprenderam em benefício dela e do crescimento de seus integrantes (professores, técnicos e acadêmicos). Ao interagir com outros meios ou realidades concretas, estes tiveram a oportunidade de uma autocrítica em relação ao seu próprio papel como educadores e como pessoas inseridas no sistema econômico e social vigente.

Sabemos que a Universidade tem a missão de criar, construir conhecimentos e saberes, mas ela não pode se alienar e imaginar-se como um lugar exclusivo e auto-suficiente de criação e promoção de mudanças. A atitude de buscar conhecimentos fora de seus domínios internos ajuda a romper com a clássica dicotomia entre teoria e prática e permite estabelecer um duplo movimento entre elas, bem como a conexão entre ensino, pesquisa e extensão. O fim do conhecimento acadêmico não pode ser confundido com propriedade privada. Infelizmente, essa conotação parece permear a prática dos atores na academia, o que se revela como uma dificuldade para o trabalho coletivo. Há uma tendência de fechamento em guetos de conhecimento e saber; pouco ou nada é socializado e discutido de forma multi e interdisciplinar. É preciso sempre um movimento que resista a essa forma de comportamento.

Quanto aos efeitos desse processo educativo sobre os educandos, seja pelo olhar dos educadores seja pelo dos próprios trabalhadores cooperados, podemos afirmar que os cooperados sentem-se hoje mais dignos, mais seguros, mais respeitados, mais orgulhosos e *empoderados* para interagir na sociedade em que vivem. Sentem-se como cidadãos e apostam no sucesso dos seus empreendimentos. Uma das conclusões a que chegamos é de acreditar que eles teriam muita dificuldade em voltar à vida que tinham antes da cooperativa, por conta de tudo que construíram de forma material, de tudo que apreenderam, do que conquistaram e estão vivenciando e do que são hoje. Perderam nesse

processo real a inocência política e social. Sabem hoje diferenciar uma política pública assistencialista daquela que lhes dá liberdade e condições concretas para serem empreendedores autogestionários.

Quanto ao aspecto da autonomia em relação aos orientadores, da expectativa de que caminhem sozinhos com seus empreendimentos, podemos afirmar que as evidências da pesquisa foram positivas, ou seja, podemos concluir que os cooperados e seus empreendimentos estão em estágio bem avançado nessa questão, em especial a cooperativa mais nova, a Cocarema. Isto se comprova na postura dos cooperados com as pessoas em geral, na maneira como negociam e enfrentam o funcionamento e a lógica do mercado, na forma de se dirigir, pedir e tomar posições junto aos órgãos das esferas públicas e privadas, na forma de participação e representação nos fóruns e conselhos e também em outras instâncias similares.

Entretanto, somos conhecedores de que, por mais consolidado que esteja qualquer empreendimento dessa natureza, os desejos, as satisfações, as motivações e as expectativas dos associados nunca são homogêneas. Isso é comprovado nos dois casos pesquisados. Existem ainda os que desejam um trabalho assalariado e com patrão. Tanto isso é verdadeiro que, embora não tenha sido analisado aqui, observamos flutuações em maior ou menor grau no quadro de cooperados, uma vez que alguns saem e outros entram. No entanto, isso não é razão para desqualificar o empreendimento, não denota uma particularidade sua, porque, nos empreendimentos cooperativos não solidários ou em outro tipo de sociedade, a rotatividade também é uma constante.

Em termos gerais, podemos concluir que a economia solidária e seus empreendimentos colocam-se cada vez mais como uma opção concreta de vida, trabalho e renda para uma parte significativa e crescente de trabalhadores que almejam uma forma de produzir que não os deixe suscetíveis às flutuações do emprego e que seja mais acolhedora, solidária e autônoma, sem estar permeada pelas regras do individualismo e, acima de tudo, socialmente mais justa.

No caso desses trabalhadores, que são induzidos, apoiados ou não por políticas públicas, suas condições de existência por si só clamam por providências

que lhes permitam condições melhores de sobrevivência, que lhes permitam ter trabalho e renda, ou dizendo de outra maneira, uma existência com cidadania. Pensamos que propiciar condições de cidadania para as pessoas que se mostraram, até então, fortes o suficiente para sobreviverem em condições adversas e precárias de vida e de trabalho, é dever do Estado. Um dever que tem limites à medida que eles ganhem autonomia econômica suficiente para andarem sozinhos, com seus próprios pés.

É esse o desejo demonstrado por eles, como vimos pelos resultados que essa pesquisa pode minimamente apontar. Ao julgar que desejam ser amparados a vida toda, subestimamos a vontade, a capacidade e a força desses trabalhadores. Tal julgamento parece não corresponder à verdade, até porque eles sobreviviam antes de receber qualquer apoio e ajuda. Eles carregam o embrião da autonomia, visto que já aprenderam ao longo da vida proverem as suas existências de alguma forma, por isso não sucumbiram, estão vivos! O que lhes faltou foram oportunidades para sentarem num banco de escola, terem orientação e recursos mínimos para construir uma vida melhor.

Por isso, ao terem contato com a informação de uma outra forma de organização do trabalho que pudesse ser melhor, uma opção que até então lhes era desconhecida, movidos pela expectativa ou esperança eles tiveram coragem para enfrentar e apostar. Nesse sentido, concordamos com Gaiger (2004, 379-80), quando diz que “focalizando as análises na história dos trabalhadores, no seu passado de experiências, de organização, de liderança, nas suas expectativas e no seu senso prático”, entenderíamos melhor a economia solidária.

Entendemos que a população que precisa de políticas públicas na área do trabalho e renda deve encontrar cada vez mais apoio com foco na autogestão dos trabalhadores. Nessa tarefa, incluem-se as universidades e as incubadoras. Precisamos romper com o preconceito de que essa população é despreparada e incapaz de construir caminhos de superação de suas condições de vida. Há, sim, importantes limites e barreiras, mas isso não justifica o preconceito, porque este sim funciona como barreira, uma vez que impede os caminhos da experimentação, da tentativa, das experiências, os quais podem ou não ter êxito.

Não seríamos educadores se entendêssemos que as barreiras nunca são ou não podem ser rompidas. As incubadoras devem e têm potencial para, cada vez mais, acionar os instrumentos pedagógicos e materiais necessários para impulsionar as iniciativas dos trabalhadores, orientando-os a transitar para uma lógica de emancipação econômica e social, entendendo que o trabalho liberado da tirania do emprego, que está cada vez mais escasso e exigente, é um poder que o trabalhador toma para si. As incubadoras podem incentivar, gradativamente, uma ruptura com a condição subalterna, com a dependência e, ao mesmo tempo, propiciar uma remodelação gradual das aspirações, dos padrões materiais de vida, de subsistência, bem como da lógica econômica da reprodução simples.

Por outro lado, os educadores ou orientadores devem sempre tomar cuidado para não gerar situações de tutela nas mediações feitas no processo de incubação, evitando dificultar o processo de autonomia dos trabalhadores que se propõem a ser empreendedores. Ao contrário, eles devem tentar estimulá-la durante o transcorrer de todo o processo. Entendemos, portanto, a prática de incubação como um processo complexo que está em construção.

Por tudo, não podemos aceitar “idéias preconcebidas” ou “caricaturais” das práticas da economia solidária com base em “quadros não concebidos nem por ela, nem para ela”, como disse Laville (2001, p.13). Essa economia, para ser compreendida, precisa ser pesquisada e pensada no contexto mais amplo das relações entre economia e sociedade e com base em uma concepção de que o conhecimento e a educação correspondem a um processo permanente de mudanças. Em contraposição a tais idéias, queremos reafirmar que o campo da economia solidária, compartilhado pelas Incubadoras universitárias, é de aprendizado, tanto para os que a apóiam como para os que a compõem e nela estão desenvolvendo suas atividades, buscando construir melhores condições de vida e cidadania. As Incubadoras universitárias de empreendimentos econômicos solidários, pelo trabalho inovador e pela pesquisa de ponta que realizam nessa área, deveriam adquirir o caráter de Centros de Pesquisa, cujo fim seria o de subsidiar políticas públicas.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo:Cortez Editora, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo:Boitempo Editorial, 1999.

ARRUDA, Marcos. **Humanizar o infra-humano: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária.** Petrópolis: Vozes, 2003.

_____; BOFF, Leonardo. **Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ATLAS da economia solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

BAJOIT, Guy. **A economia solidária: um modo de produção alternativo ao capitalismo.** Ciencia Sociais Unisinos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS, São Leopoldo, v.40, n.164, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2001.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado e educação popular.** São Paulo:Pioneira, 1974.

_____. **Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil.** São Paulo:Ática, 1982 (Ensaio nº 85).

BELTRAME, Sonia A Branco. **MST, professores e professoras: sujeitos em movimento.** Tese de doutorado. FE/USP, 2000.

BERTUCCI, Ademar de A ; SILVA, Roberto M. A da (Org.). **Vinte anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS.** Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BRANDÃO, Zaia. **Pesquisa em educação: conversas com pós-graduandos.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

BONAMIGO, Carlos Antonio. **O trabalho cooperativo como princípio educativo: a trajetória de uma cooperativa de produção agropecuária do movimento dos trabalhadores rurais sem terra.** Dissertação de mestrado. UFRGS/FE, 2001.

BUFFA, Éster, et.al. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão.** São Paulo: Cortez, Coleção Questões da Nossa Época, v.19, 2003.

CATTANI, Antonio David. **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 2005.

CORAGGIO, José Luiz. **Desenvolvimento humano e educação: o papel das ONGs latino-americanas na iniciativa da educação para todos.** São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **La gente o el capital: desarrollo local y economía del trabajo.** Buenos Aires: Espacio, 2004.

CORTELLA, Mario Sergio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, Coleção prospectiva, n.5, 2003.

CULTI, Maria Nezilda. **Sócios do suor: cooperativas de trabalho**. In: O Mundo do Trabalho e a Política: Ensaio Interdisciplinares, Maringá: Eduem, 2000.

_____. **El cooperativismo popular en Brasil: importancia y representatividad**. In: Anais do Tercer Congreso Europeo de Latinoamericanistas: Ámsterdam, Holanda, 2002.

CULTI, Maria Nezilda & outros. **Cooperativismo popular: um processo de (re)educação**. In ANAIS do 5º Congresso Nacional de Estudios Del Trabajo, Buenos Aires: 2001. Publicado pela ASET-Asociación Argentina de especialistas en estudios del trabajo, 2001.

_____. **Popular cooperative enterprises: a process of (Re)education**. In: The Injustice at Work: An International View on the World of Labour and Society . Frankfurt am Main: Peter Lang, 2002.

_____. **Universidad e intervención social: la experiencia de actuar en la mejoría de la calidad de vida y generación de renta junto a conjuntos habitacionales de baja renda**. In: Anais PEDAGOGÍA 2001. Habana-Cuba, 2001.

DEMO, Pedro. **Sociologia da educação: sociedade e suas oportunidades**. Brasília: Plano Editora, 2004.

DOZZI, Carla Carusi. **Paradoxos e ambigüidades de uma cooperativa popular de produção: uma análise psicossocial**. Dissertação de mestrado. PUC-SP, 2003.

EVELYN, Suzanna Sochaczewski. **A produção da vida: estudo do papel e do lugar do trabalho na vida contemporânea.** Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, dez., 1998.

FERREIRA, Liliana S.; BONETTI, Lindomar Wessler. **Educação & Cidadania.** Ijuí: Unijuí, 1999.

FERRETTI & outros. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar.** Petrópolis:Vozes, 1994.

FISCHER, Maria C.B. **Notas sobre saberes da experiência e a constituição de empreendimentos econômicos solidários.** Ciencia Sociais Unisinos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS, São Leopoldo, v.40, n.164, 2004.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, Coleção Leitura, 1996.

_____. Entrevista concedida ao Semanário Pasquim, Rio de Janeiro, nº 462, 5 de maio de 1978.

_____. Entrevista a Revista Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, nº 88, p.78-80, fev. 1994 (concedida a Dagmar Zibas).

_____. Entrevista a Revista Ensaio, São Paulo, nº 14, p. 1-27, 1985 (concedida a J. Chasin, Rui Gomes Dantas e Vicente Madeira).

_____ ; SCHOR, Ira. **Medo e Ousadia: O Cotidiano do Professor**. Paz e Terra, Coleção Educação e Comunicação, vol. 18, 1987.

_____ ; ILLICH, Ivan. **Pilgrims of the obvious**. Geneva, Switzerland, Risk, 1974.

FRIGOTTO, **Gaudêncio**. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. São Paulo:Cortez Editora, 1995.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

_____. **Convite à leitura de PAULO FREIRE**. São Paulo, Scipione, 1989.

_____ ; GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, Coleção Questões da Nossa Época, v.25, 2001.

GAIGER, Luiz Inácio Germany & outros. **A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas**. Série Movimentos Sociais e Cultura, ano 10, no. 15. Porto Alegre: UNISINOS – CEDOPE, 1999.

_____ (Org.) **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. **As organizações do Terceiro Setor e a economia popular solidária**. Ciências Sociais Unisinos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS, São Leopoldo, v.37, n.159, 2001.

GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **A cidadania negada**. São Paulo: Cortez, Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, Coleção Questões da Nossa Época, v.71, 2001.

HADDAD, Fernando & outros. **Sindicatos, cooperativas e socialismo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

HOLZMANN, Lorena. **Operários sem patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia**. São Carlos: EdUFSCar, 2001.

HOUTART, François. **A economia solidária em seu contexto global**. Ciências Sociais Unisinos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS, São Leopoldo, v.37, n.159, 2001.

JANES, Robinson. **Autogestão e educação popular: o MST movimentos dos trabalhadores rurais sem terra**. Tese de doutorado. FE/USP, 1998.

JESUS, Paulo de. **Inserção pelo trabalho e outras tendências da nova economia social na europa**. Ciências Sociais Unisinos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS, São Leopoldo, v.37, n.159, 2001.

KRUPPA, Sonia M. Portella e SANCHEZ, Fábio José Bechara. **Metodologia de Incubagem – uma tentativa de problematização**. Relatório de Pesquisa (versão preliminar), São Paulo, 2002.

KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.). **Economia solidaria e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005.

LAVILLE, Jean-Louis. **Le débat sur le futur du travail dans le context européen.** Ciencia Sociais Unisinos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS, São Leopoldo, v.40, n.164, 2004.

_____. **Economia solidária: Ilusão ou caminho de futuro?** Artigo extraído do site: <http://france.attac.org.>, 2001.

_____ ; FRANÇA FILHO, Genauto C. de. **Economia solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

LIMA, Venicio Artur de. **Do diálogo, da violência e da libertação em Paulo Freire.** Revista de Cultura, Vozes, ano 76, nº 1, janeiro/fevereiro 1982.

LIMBERGER, Emiliano. **Cooperativa – empresa socializante.** Porto Alegre: Imprensa Livre, 1996.

LISBOA, Armando de Melo. **A socioeconomia solidária diante da grande transformação.** Ciências Sociais Unisinos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS, São Leopoldo, v.37, n.159, 2001.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual.** Petrópolis:Vozes, 2002.

MARQUES, Rosa Maria. **Automação, microeletrônica e o trabalhador.** São Paulo: Bial, 1989.

MARTINS, Jose de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARX, Karl. **O capital.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.

_____ ; ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MBOCK, Charly Gabriel. **L'Afrique et les enjeux D' Un Monde D'Economie Solidaire**. Fórum Social Mundial, Porto Alegre, 2005.

MISI, Márcia Costa. **Cooperativas de trabalho** – direito do trabalho e transformação social no Brasil. São Paulo: LTr., 2000.

NOELLE M. P. Lechat. **Economia moral: um conceito bom para pensar a economia solidária?** Ciências Sociais Unisinos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS, São Leopoldo, v.37, n.159, 2001.

PAIVA, Irene Alves de. **Os aprendizados da prática coletiva: assentados e militantes no MST**. Tese de doutorado. FE/USP, 2003.

PAIVA, Vanilda (Org.). **Perspectivas e dilemas da educação popular**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

PÉRISSÉ, Paulo M. **O educador aprendedor**. São Paulo: Cortez, Coleção questões da nossa época; v. 118, 2004.

PINHO, Diva Benevides. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo: Coopercultura, v.1, 1982.

_____. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

POCHMANN, Marcio (org.). **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social**. São Paulo:Cortez Ed./Fundação Perseu Abramo, 2002.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ROUILLÉ d ORFEUIL, Henri. **Economia cidadã: alternativas ao neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2º ed., 2005.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. **Desafio à solidariedade**. In: Guimarães Gonçalo(Org.) **Sindicalismo & Cooperativismo: A Economia Solidária em Debate – Transformações no Mundo do Trabalho**, UNITRABALHO/COPPE-UFRJ, 1999.

_____. **A Economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo**. Proposta n. 72, 1997.

_____. **Cooperativas são empresas socialistas**. Publicação Unitrabalho (Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho), Ano 3 - nº 10, 2000.

_____ (Prefácio); GONZALEZ, Paul(Org.). **Empresa social e globalização – administração autogestionária: uma possibilidade de trabalho permanente**. São Paulo: ANTEAG, 1998.

_____ ; Souza, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SCHNEIDER, J. O; VICENTE, J.H.V. **A reestruturação produtiva e as cooperativas de trabalho**. Perspectiva Econômica. São Leopoldo, v.31, n.94, 1996.

SCHNEIDER, José Odelso. **O panorama mundial, nacional e estadual do cooperativismo**. Perspectiva Econômica. São Leopoldo, v.12, n.38, 1982.

_____. **Cooperativas de produção ou de trabalho: sua viabilidade no Brasil**. Cadernos CEDOPE – Série Cooperativismo, nº 6, 1991.

_____(Org). **Educação cooperativa e suas práticas**. Brasília: SESCOOP, 2003.

STRIEDER, Roque. **Educar para a iniciativa e a solidariedade**. Ijuí: Ed.UNIJUÍ, 2000.

SOUZA, André R. de & outros. **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (In)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2000.

TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy (Orgs). **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. Aparecida, São Paulo: Idéias & Letras, 2004.

TRINDADE, Gestine Cássia. **Educação e classes populares: perspectivas de um fazer pedagógico crítico**. Passo Fundo: UPF, 2002.

VAINER, Carlos. O presente de um futuro possível, in: GUIMARÃES, Gonçalo. **Sindicalismo & cooperativismo - a economia solidária em debate**. São Paulo: Unitrabalho, 2000.

VÁZQUEZ. Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

ANÉXOS

